



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



Ministério da
Cultura

Ministério da
Ciência e Tecnologia



v. 14 n. 2 p. 143-330 jul./dez. 2013



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Heitor Romero Marques

Márcio Luis Costa

Maria Augusta de Castilho

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima

Revisão

Maria Helena Silva Cruz

Traduções

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Rio Amazonas. Disponível em: <http://i599.photobucket.com/albums/tt72/fredson_santiago/Vila%20do%20Eneinho/P1040362.jpg>. Acesso em: 10 set. 2013.

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 14, n. 2 (jul./ago. 2013). Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Québec - Canadá)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguay)
Cezar Augusto Carneiro Benevides (Univers. Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande - Brasil)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Eduardo Abdo Yázigí (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguay)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthéon Sorbonne - Paris I - Sorbonne - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP - Campinas, SP - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidade Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte, MG - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidade do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

A **Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – tem como missão publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área interdisciplinar no contexto do desenvolvimento local, oferecendo aos leitores formas eficazes para a geração de desenvolvimento endógeno e exógeno segundo meios, regras e estratégias próprias, e respeitando a diversidade cultural e a gestão autônoma de recursos e técnicas característicos dos territórios.

A revista *Interações* neste número conta mais uma vez com o auxílio financeiro do CNPq via Programa Editorial – Edital / Chamada n. 09/2012 MCTI/CNPq/CAPEs – Processo n. 406647/2012-7 – Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros, comunicando aos seus leitores que os exemplares serão distribuídos gratuitamente e por meio de permutas.

Os temas destacados neste número da revista abordam aspectos teórico-metodológicos/práticos de desenvolvimento local em territorialidades constituídas em ambientes de vida e ambientes de trabalho, com especial atenção às comunidades tradicionais e aos micro e pequenos empreendimentos.

O artigo de Aparecido Francisco dos Reis com o título “*Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS*”, apresenta uma discussão a respeito da relação entre juventude, violência e capital social apresentando os números de homicídios cometidos na capital sul-mato-grossense e como estabelecer estes dados com os fenômenos sociais da pobreza e do capital social; os autores Cristiane de

Castilho Merighi, Fabrício Bazé de Albuquerque, Rosana Ormedo e Terezinha Bazé de Lima, no artigo “*Estudos do comportamento da liderança na Cooperativa de Crédito Rural Centro Norte do Mato Grosso do Sul, unidade Chapadão do Sul, como fator de desenvolvimento local*”, abordam os tipos de lideranças, suas funções e como o administrador poderá conquistar o perfil de um líder ideal; já os autores Alair Ferreira de Freitas e Alan Ferreira de Freitas, no artigo “*Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local*” assinalam que a criação de um arranjo organizacional cooperativo pode contribuir para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar. Também auxiliam a formação da cooperativa de crédito e da economia solidária – Ecosol, além de imprimir um caráter específico à dinâmica do desenvolvimento local sustentável em Espera Feliz, MG.

O artigo “*Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e as questões do território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS*”, de autoria de Thelma Lucchese Cheung, afirma que, desde a década de 1920, os primeiros agricultores de origem europeia foram assentados no local, e a sua organização deu origem à Colônia Velha e Nova, representando uma das aglomerações mais antigas de agricultores familiares do antigo estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul; em outro aporte, no artigo nominado “*Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas*”, de autoria de Frank George Guimarães Cruz, Ewerton Oliveira das Chagas e Thyago Raphael Pinheiro Botelho, mencionam que a avicultura familiar não é somente uma fonte

alimentar, mas também consiste em uma alternativa de geração de renda eficiente para comunidades ribeirinhas da região amazônica; João Batista da Luz Souza, Alexandre Florindo Alves e Maria Nezilda Culti, no artigo *"A pecuária leiteira e o risco de exclusão nos municípios de Peabiru e Quinta do Sol"*, analisam os produtores de leite dos municípios de Peabiru e Quinta do Sol, PR, avaliando se estes vêm se adequando às transformações que promoveram a reestruturação do sistema agroindustrial do leite; o artigo seguinte *"Os tensionamentos entre o global e o local: as ações de responsabilidade socioambiental da Aracruz Celulose e Papel"*, de autoria de João Vicente R. B. Costa Lima e François Gavard, analisa as ações de responsabilidade socioambiental da Aracruz Celulose e Papel e o nível de interação entre o cidadão-consumidor e o mercado, os efeitos se mais sustentáveis, discutindo também as (in)congruências entre o global e o local.

Os autores Eder Pereira Gomes, Juliana Benites Pádua e Madalena Maria Schlindwein, no artigo *"Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006"*, caracterizam a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, analisando a representatividade da agricultura orgânica nos cenários nacional e regional; no artigo *"Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó, Paraíba"*, de autoria de Angelo Brás Fernandes Calou e de Elton José da Cunha, realizam um mapeamento das políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na referida região, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais; o artigo *"A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil"*, de autoria de Cristiano Stamm, Jandir Ferrera de Lima, Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Yonissa Marmitt Wadi, mostra a desconcentração industrial, a mobilidade da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura que integraram o interior do Brasil, apontando a dinâmica da economia nacional como responsável pela dispersão espacial da população brasileira; a temática *"Impactos dos royalties do petróleo nos indicadores de desenvolvimento dos municípios do Espírito*

Santo", de autoria de Edson Zambon Monte e Sávio Bertochi Caçador, estes avaliam o reavivamento da indústria petrolífera no Espírito Santo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, apresentam impactos causados pelas participações governamentais nas cidades desse estado, mostrando que os *royalties* não contribuíram para a melhoria dos indicadores locais de desenvolvimento; os autores Rafael Borim de Souza e Zandra Balbinot, no artigo *"A cultura como tema de interesse para a Teoria da Gestão Comparativa"*, analisam quais características da teoria da gestão comparativa devem ser consideradas coerentes para o estudo da cultura na administração. Também propõem que os estudos sobre a cultura orientados pela teoria da gestão comparativa considerem o caráter teórico-abstrato e o caráter empírico dessa teoria, para que assim os construtos desenvolvidos teoricamente sejam enriquecidos por conhecimentos advindos de outras ciências e possíveis de serem testados empiricamente.

Na seção Teoria e prática ressalta-se o estudo sobre o *"Mapeamento da língua terena na Aldeia Aldeinha, Município de Anastácio, MS"*, de autoria de Evelin Tatiane da Silva Pereira e

Elisangela Castedo Maria do Nascimento, tendo como objetivo da pesquisa averiguar de que forma a interculturalidade tem interferido sobre costumes tradicionais e uso da Língua Terena dos indígenas da Aldeia Aldeinha localizada no município de Anastácio-MS.

Neste número a Revista Interações tem o prazer de apresentar a entrevista com o Prof. Dr. Eduardo A. Yázigi, da Universidade de São Paulo, com o título *"Município e planejamento: reparações"*, identificando que as mudanças na sociedade se operam mediante políticas públicas e ações cidadãs, e que o planejamento urbano e regional é um dos principais instrumentos para uma melhor vivência da população nos municípios brasileiros.

Na última seção da revista consta os resumos das dissertações apresentadas no ano de 2008.

Maria Augusta de Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS	155
Violence and Local Development: A study on crime among young people 15-24 years periurban communities of Campo Grande, MS	155
<i>Violence et développement local: Une étude sur la criminalité chez les jeunes 15-24 ans communautés périurbaines de Campo Grande, MS.....</i>	<i>155</i>
<i>Violencia y Desarrollo Local: Un estudio sobre la delincuencia entre los jóvenes de 15-24 años las comunidades periurbanas de Campo Grande, MS</i>	<i>155</i>
Aparecido Francisco dos Reis	
Estudos do comportamento da liderança na Cooperativa de Crédito Rural Centro Norte do Mato Grosso do Sul, unidade Chapadão do Sul, como fator de desenvolvimento local.....	165
Studies of the behavior of the leadership in the Rural Credit Cooperative Centre Northern Mato Grosso do Sul, South Chapadão unit, as a factor of local development.....	165
<i>Des études sur le comportement des dirigeants de la coopérative de crédit rural Centre Nord Mato Grosso do Sul, sud Chapadão unité, en tant que facteur de développement local</i>	<i>165</i>
<i>Los estudios sobre el comportamiento de los dirigentes de la Cooperativa de Crédito Rural Centro Norte de Mato Grosso do Sul, sur Chapadão unidad, como un factor de desarrollo local.....</i>	<i>165</i>
Cristiane de C. Merighi	
Terezinha Bazé de Lima	
Fabício Bazé de Albuquerque	
Rosana Ormedo	
Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local.....	177
Interactions between collective organizations in the promotion of local development.....	177
<i>Interactions entre des organisations collectives dans la promotion du développement local.....</i>	<i>177</i>
<i>Interacciones entre las organizaciones colectivas en la promoción del desarrollo local.....</i>	<i>177</i>
Alair Ferreira de Freitas	
Alan Ferreira de Freitas	
Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS.....	189
Development of family agriculture: research on rural issues and the territory as a reference to study the case of Terenos, MS.....	189
<i>Développement de l'agriculture familiale: la recherche sur les questions rurales et le territoire comme une référence pour étudier le cas de la municipalité de Terenos, MS.....</i>	<i>189</i>
<i>El desarrollo de la agricultura familiar: la investigación en temas rurales y el territorio como una referencia para estudiar el caso del municipio de Terenos, MS.....</i>	<i>189</i>
Thelma Lucchese Cheung	

Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas.....	197
Poultry familiar alternative sustainable development in the Amazon river communities	197
<i>Volaille connaissent un développement alternatif durable dans les communautés riveraines Amazon ...</i>	<i>197</i>
<i>Las aves de corral familiarizado desarrollo alternativo sostenible en las comunidades del río Amazonas</i>	<i>197</i>
Frank George Guimarães Cruz	
Ewerton Oliveira das Chagas	
Thyago Raphael Pinheiro Botelho	
A pecuária leiteira e o risco de exclusão nos municípios de Peabiru e Quinta do Sol	203
The dairy farming and risk of exclusion in the cities of Peabiru and Quinta do Sol	203
<i>L'élevage laitier et le risque d'exclusion dans les villes de Peabiru et Quinta do Sol.....</i>	<i>203</i>
<i>Producción de leche y el riesgo de exclusión en las ciudades de Peabiru y Quinta do Sol</i>	<i>203</i>
João Batista da Luz Souza	
Alexandre Florindo Alves	
Maria Nezilda Culti	
Os tensionamentos entre o global e o local: as ações de responsabilidade socioambiental da Aracruz Celulose e Papel.....	213
The tension between the global and the local: social-environmental responsibility actions of Aracruz Celulose e Papel	213
<i>Les tensions entre le global e le local: les actions de reponsabilité environnementale Aracruz Celulose e Papel</i>	<i>213</i>
<i>Los tensionamientos entre lo global y lo local: Las acciones de responsabilidad socioambiental de Aracruz Celulose e Papel.....</i>	<i>213</i>
João Vicente R. B. Costa Lima	
François Gavard	
Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006.....	225
Family farming and organic production: a comparative analysis considering data from census 1996 and 2006.....	225
<i>L'agriculture familiale et l'agriculture biologique: une analyse comparative tenant compte des données du recensement de 1996 et 2006</i>	<i>225</i>
<i>Agricultura familiar y la agricultura ecológica: un análisis comparativo teniendo en cuenta los datos del censo de 1996 y 2006</i>	<i>225</i>
Juliana Benites Padua	
Madalena Maria Schlindwein	
Eder Pereira Gomes	
Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó, Paraíba	237
Public policy and institutional capital for local development of artisanal fishing and aquaculture in the region of Vale do Piancó, Paraíba.....	237
<i>Politiques publiques pour le développement local et capital sociale dans la pêche artisanale et l'aquaculture dans la région Vale do Piancó, Paraíba</i>	<i>237</i>
<i>Políticas públicas y capital social para el desarrollo local de la pesca de artesanía y de la acuicultura en la región del Vale do Piancó, Paraíba</i>	<i>237</i>
Elton José da Cunha	
Angelo Brás Fernandes Callou	
A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil	251
Urban population and dissemination of medium size cities in Brazil	251
<i>La population urbaine et la diffusion des villes moyennes au Brésil.....</i>	<i>251</i>
<i>Población urbana y difusión de las ciudades de tamaño medio en Brasil</i>	<i>251</i>
Cristiano Stamm	
Jefferson Andronio Ramundo Staduto	
Jandir Ferrera de Lima	
Yonissa Marmitt Wadi	

Impactos dos royalties do petróleo nos indicadores de desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo.....	267
Impacts of oil royalties in the indicators of development of municipalities in Espírito Santo.....	267
<i>Impacts des redevances pétrolières dans les indicateurs du développement des villes de Espírito Santo</i>	<i>267</i>
<i>Impactos de regalías petroleras en los indicadores de desarrollo de municipios en Espírito Santo</i>	<i>267</i>
Sávio Bertochi Caçador	
Edson Zambon Monte	
A cultura como tema de interesse para a Teoria da Gestão Comparativa.....	279
Culture as an interesting topic to the Comparative Management Theory.....	279
<i>La culture comme thème d'intérêt pour la Théorie de la Gestion Comparatif.....</i>	<i>279</i>
<i>La cultura como tema de interés para la Teoría de la Gestión Comparativa</i>	<i>279</i>
Zandra Balbinot	
Rafael Borim-de-Souza	

Teoria e prática

Mapeamento da língua terena na Aldeia Aldeinha município de Anastácio, MS	297
Mapping of the terena language in the Aldeia Aldeinha municipality of Anastácio, MS.....	297
<i>Cartographie de la langue Terena dans la municipalité du Aldeia Aldeinha d' Anastácio, MS</i>	<i>297</i>
<i>Cartografía de la lengua terena en el municipio Aldeia Aldeinha de Anastácio, MS</i>	<i>297</i>
Evelin Tatiane da Silva Pereira	
Elisangela Castedo Maria do Nascimento	

Entrevista

Município e planejamento: reparações.....	309
Municipality and planning: reparations.....	309
<i>Municipio y planificación: reparaciones.....</i>	<i>309</i>
<i>Municipalité et de la planification: reparations.....</i>	<i>309</i>
Eduardo Yázigi	

Resumos de dissertações

Resumos das dissertações apresentadas em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL) – Mestrado Acadêmico – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.....	315
---	------------

Artigos



Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS

Violence and Local Development: A study on crime among young people 15-24 years periurban communities of Campo Grande, MS

Violence et développement local: Une étude sur la criminalité chez les jeunes 15-24 ans communautés périurbaines de Campo Grande, MS

Violencia y Desarrollo Local: Un estudio sobre la delincuencia entre los jóvenes de 15-24 años las comunidades periurbanas de Campo Grande, MS

Aparecido Francisco dos Reis*
(aparecido.reis@ufms.br)

Recebido em 07/03/2012; revisado e aprovado em 08/07/2012; aceito em 11/09/2012

Resumo: Este artigo vai apresentar uma discussão a respeito da relação entre juventude, violência e capital social. É parte do projeto "Violência e capital social: Um estudo sobre as taxas de criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em duas regiões periurbanas de Campo Grande, MS. O projeto teve apoio financeiro do CNPQ e foi realizado durante o período 2006-08. A idéia é apresentar no âmbito deste artigo, os números de homicídios cometidos na capital, assim como estabelecer relações com os fenômenos sociais da pobreza e do capital social

Palavras-chave: Violência. Desenvolvimento social. Capital social.

Abstract: This article goes to present a quarrel regarding the relation between youth, violence and social capital. It is part of the project "Violence and social capital: A study on the taxes of crime between young of 15 the 24 years in two periurban regions of Campo Grande, MS. The project had financial support of the CNPQ and was carried through during period 2006-08. The idea is to present in the scope of this article, the numbers of homicides committed in the capital, as well as establishing relations with the social phenomena of the poverty and the social capital.

Key words: Violence. Social development. Social capital.

Resumen: Este artículo presenta un análisis de la relación entre los jóvenes, la violencia y el capital social. Es parte del proyecto "Violencia y capital social: un estudio de las tasas de criminalidad entre los jóvenes de 15-24 años en dos regiones peri-urbanas de Campo Grande, MS. El proyecto contó con el apoyo financiero del CNPq y se llevó a cabo durante el período 2006-08. La idea es dar a conocer el alcance de este artículo, el número de homicidios en la capital, así como el establecimiento de relaciones con los fenómenos sociales de la pobreza y el capital social.

Palabras-clave: Violencia. Desarrollo local. Capital social.

Resummé: Ce document présente une analyse de la relation entre les jeunes, la violence et le capital social. Il fait partie de la «violence de projet et le capital social: Une étude des taux de criminalité chez les jeunes 15-24 ans dans deux régions périurbaines de Campo Grande, MS. Le projet a eu le soutien financier du CNPq et a été menée au cours de la période 2006-08. L'idée est de présenter le champ d'application du présent article, le nombre d'homicides dans la capitale, ainsi que l'établissement de relations avec les phénomènes sociaux de pauvreté et de capital social

Mots-clés: Violence. Le développement social. Le capital social.

Introdução

Em todo o mundo, a violência tem se tornado um desafio urgente e uma questão econômica, social, de saúde pública e governamental de grande importância (MOSER, 1999). A criminalidade e a violência afetam negativamente o desenvolvimento econômico e social, diminuem o capital social, aumentam o grau de exclusão social e de pobreza, colocam em risco a cidadania e a segurança, além de reduzirem a capacidade de o Estado governar efetivamente.

Pelo olhar meramente econômico, a violência reduz o investimento estrangeiro e nacional, obstaculizando assim as possibilidades de crescimento a longo prazo. Entre outros efeitos, desestimula o interesse das pessoas em investir tempo e dinheiro em educação e trabalho, como formas de ascensão social, e pode induzir parcela da população a desenvolver atividades delitivas, ao invés de ações de participação social. Apesar dos agrupamentos humanos em geral dificilmente alcançarem uma condição de total ausência de conflitos, níveis elevados de distúrbios

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

acarretam, com certeza, sensíveis prejuízos, afetando aquilo que Sylvain Cote (2001) denomina de capital social, considerado como um adequado envolvimento e relacionamento da pessoa, individualmente, em grupos e na comunidade.

Dessa maneira, a criminalidade é apontada como causa e efeito da falta de relacionamento interpessoal, componente de uma comunidade. E, inversamente, quando a população participa e se engaja em ações comunitárias, a incidência de crimes diminui. Isso ocorre devido à existência, dentro da comunidade, de mecanismos que estimulam um processo de envolvimento e participação a partir de sua própria história, das suas experiências, com vistas a proporcionar segurança, afastando a violência social que se apresenta como um robusto obstáculo ao desenvolvimento local, conceitualmente identificado da seguinte forma:

[...] o 'núcleo conceitual' do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status *quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' (portanto, com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo, dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro, aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2000, p. 68).

Os distúrbios de comportamento social, ocorrentes nas comunidades, geram situações de insegurança, manifestando-se inicialmente como pequenos delitos, furtos, assaltos, roubos, violência doméstica e infanto-juvenil, sendo que paulatinamente atinge todo um grupo social, trazendo consigo graves conse-

quências de ordem psicossocial, econômica e, mais decisivamente, no desenvolvimento de uma cultura ligada às práticas sociais violentas, que pode ser identificada como uma cultura criminosa, envolvendo o tráfico de drogas, o crime organizado e a corrupção de autoridades, ameaçando, inclusive, a ideia de democracia como um elemento fundamental do Estado de Direito.

A violência enquanto prática disseminada na sociedade pode ser identificada quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indiretamente, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Assim sendo, é possível considerar que aquilo que, em um dado momento, numa dada sociedade, é pensado como violência varia segundo a natureza da sociedade considerada, configurando a realidade empírica da violência como um fenômeno polissêmico e plural. A rigor, neste artigo, a proposta é falar de violência no singular, pois destacam-se homicídios que são cometidos em Campo Grande, MS, em relação aos jovens de 15 a 24 anos, comparando dados coletados na Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP-MS), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Embora a violência apareça de forma multifacetada, os números apontam a existência de tipos diferenciados de violência, mas, no caso dos dados do IBGE, tais números revelam uma proeminência do aumento de homicídios numa determinada faixa etária da população. Essa realidade remete à necessidade de se pensar a violência a partir de suas relações com os processos de interação social forjados ao longo da trajetória da sociedade brasileira, seja por suas variantes históricas, marcadas por relações escravistas e pelo poder autoritário e, não raramente, violento, dos fazendeiros coronéis de sociedades rurais como a sul-mato-grossense; seja pelo apego aos valores morais, religiosos que levam indivíduos ou grupos a pensarem o mundo como o espaço do confronto ou da competitividade levada aos extremos, comum em situações de guerras, revoluções sociais e políticas e

também, mais próximo dos dias de hoje, nas formas do terrorismo ou dos processos de invasão e ocupação de territórios considerados como inimigos.

No caso brasileiro, seu processo histórico sempre foi marcado por situações de violência: escravidão, genocídios de populações inteiras de povos indígenas e, mais atualmente, a violência manifesta-se de forma mais aguda no mundo das grandes cidades, associada à pobreza, ao crime organizado e ao autoritarismo. E essa situação vexatória parece ser cada vez mais comum, caindo até no desleixo do Estado em criar políticas públicas eficientes no campo da segurança e no campo da erradicação dos fenômenos sociais e econômicos que se relacionam com a problemática da violência.

Isso não significa dizer que as soluções para o problema só podem ser pensadas em longo prazo. Evidentemente, políticas públicas são eficientes à medida que são planejadas e concebidas no contexto da gestão e da participação do conjunto dos cidadãos de uma determinada sociedade. Logo, cabe ao Estado implementar as políticas públicas, mas, acima de tudo, pertence ao conjunto da população o direito ao debate e ao estabelecimento de prioridades no contexto da cada comunidade ou setor da sociedade. Isso é necessário levando-se em conta a pluralidade das formas da violência e os locais onde esta se manifesta.

O estudo sobre os números de homicídios na sociedade local torna-se relevante quando se observam os dados do IBGE divulgados desde 2004, dizendo que o número de jovens de 15 a 24 anos vítimas de homicídios por arma de fogo cresce, em média, 121,22% por década, em Mato Grosso do Sul. O Estado é uma das sete unidades da federação que apresentaram uma quantidade de assassinatos superior à média nacional, 71,7%. Os dados do Censo 2000 apontaram um índice de 76,6% mortes de jovens para cada 100 mil habitantes, o que representa aproximadamente 1500 assassinatos com armas de fogo por ano, quase quatro crimes desse tipo todos os dias. Em 2008, segundo a SEJUSP, a cada 7 horas uma pessoa é assassinada no estado.

A partir desses dados sobre o número de homicídios entre jovens, é preciso perguntar por que determinados bairros periféricos

das grandes cidades como Campo Grande têm índices relativamente altos de criminalidade, enquanto outros conseguem fazer um relativo controle?

Tendo em vista essas preocupações, este trabalho visa fazer uma exploração e um mapeamento da violência na forma de homicídios na cidade de Campo Grande, tendo como comparativos dois bairros da capital: Moreninhas e Jardim das Hortênsias. Além disso, procurar analisar brevemente se há alguma associação entre a violência e o capital social, conceito amplamente utilizado no contexto do desenvolvimento local, e os números dos homicídios existentes nesses diferentes bairros da capital. A meta é ter uma ideia da violência nos dois bairros relacionando-a suas diferentes manifestações com a pobreza e com as diferentes redes de relações sociais, como a cultura, o lazer, as relações de amizade, o crime organizado, as religiões e a presença de instituições oficiais.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa de caráter quantitativo enfocou os dados referentes às ocorrências policiais registradas nos bairros escolhidos da cidade de Campo Grande, entre 2001 e 2005. Como fonte de dados, foram tomados os registros da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP), Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SEPLANCT), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que as demais instituições como Centro de Defesa dos Direitos Humanos da capital, Tribunal de Justiça e Ministério Público não têm banco de dados referentes ao problema de pesquisa apresentado.

Tendo em vista a complexidade do processo de coleta de dados, fez-se ainda levantamento, leituras de relatórios e análises de pesquisas avançadas sobre a temática da violência produzidas pelas seguintes instituições: Escola de Conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; e Guto (Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana e Trabalho Organizado) da Unesp de Marília.

Outro procedimento utilizado a fim de medir o capital social foi a construção de um questionário, tendo como referência uma pesquisa realizada pela Universidade de Tecnologia de Sidney, Austrália, que testou e aprovou um questionário para medida de capital social (ONYX; BULLEN, 1997). O questionário apresenta perguntas sobre as características socioeconômicas dos respondentes, inclui perguntas sobre o comportamento social tais como: participação cívica, relações de confiança e credibilidade da vizinhança, levando em conta as teorias de Putnam (1993 b) e Coleman (1990), discutidas no tópico sobre os referenciais teóricos.

Embora não tenha a intenção de ser uma amostra fielmente estatística das populações pesquisadas, fez-se um *survey*, atingindo 115 indivíduos em cada comunidade. Esses indivíduos foram escolhidos de forma aleatória, tendo como único parâmetro ser um ator social morador das comunidades pesquisadas.

A violência pensada no contexto do capital social: conceitos e definições

A análise das taxas de mortes violentas verificadas nas formas do homicídio na sociedade exige a compreensão dos diferentes níveis de capital social presente neste local. A violência, nesse sentido, poderá estar associada não somente aos indicadores sociais, como também a situações de participação e de envolvimento da população local na condução de políticas públicas, ou mesmo no controle sobre o comportamento e as atitudes dos indivíduos e grupos nos diferentes bairros da capital. Isso demonstra que os níveis de violência não são os mesmos em todos os bairros, há diferenças, e é preciso saber como ocorrem. A ideia é perceber se há uma relação entre o capital social e as taxas de criminalidade, e, para tanto, é importante discutir, a partir de renomados autores desta temática, o conceito de capital social.

O conceito de capital social é construído, embora de maneiras distintas, inicialmente por Bourdieu (1986) e Coleman (1988, 1990); ambos apontam para características que ressaltam sentimentos de reciprocidade nas relações de interação social. A ideia de reciprocidade já elaborada no pensamento social contemporâneo, é expressa em Mauss

(1979) e Malinowski (1978) como “motor da vida social”. Ela não é automática, e a impossibilidade da troca e de processos de criação do princípio de reciprocidade pode gerar impasses sociais agudos e irrupções de violência no interior dos grupamentos humanos.

Para Bourdieu (1986), o mundo social é um retrato fiel da história humana, com todos os seus percalços e sucessos. Assim, Bourdieu (1986) aponta para a necessidade da reintrodução do conceito de capital e as consequências advindas de seu acúmulo para a análise social. Inicialmente, o capital é visto como um acúmulo de trabalho que, quando apropriado de maneira privada, seja por agentes ou por grupos constituídos, possibilita a apropriação da energia social, seja em forma reificada do trabalho, seja em forma do trabalho vivo. O capital constituído dessa maneira, objetivamente ou personificado, reveste-se de uma capacidade potencial em produzir lucros e, ao mesmo tempo, em se autorreproduzir, na mesma proporção ou de maneira expandida.

A estrutura social, que permite a distribuição de diferentes tipos e subtipos de capital, em um dado momento, no tempo e espaço, representa a estrutura social do mundo. Assim sendo, Bourdieu (1986) acredita na impossibilidade de analisar a estrutura e o funcionamento do mundo social sem a reintrodução do conceito de capital, em todas as suas formas, não só na forma econômica. A teoria econômica reduz a análise do capital, centrando-se na perspectiva da troca, produzindo assim, subjetiva e objetivamente, uma orientação para a maximização do lucro. A ênfase economicista impede a percepção não econômica do capital.

Essa visão reduzida é questionada por Bourdieu, pois tanto o capital cultural quanto o capital social podem ser, em algum momento, intercambiados para a esfera econômica.

O capital pode se apresentar de três maneiras fundamentais: como capital econômico, que é imediatamente e diretamente convertido em dinheiro e pode ser institucionalizado sob a forma de direito de propriedade; como capital cultural, que é convertido, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificação educacional e como capital social, produzindo obrigações sociais, que é convertido, sob certas condições, em capital econômico, podendo ser institucio-

nalizado na forma de títulos nobiliárquicos. (BOURDIEU, 1986, p. 243).

O autor destaca que o capital social é um agregado de recursos, reais ou latentes, que estão presentes nas relações sociais mais ou menos institucionalizadas, tendo um acordo e reconhecimento mútuo dos participantes dessa interação. O volume de capital social de cada agente depende diretamente do tamanho e intensidade das conexões que ele efetivamente mobiliza a seu favor, aliado à presença de outras formas de capital, como por exemplo, o econômico e o cultural. Demonstra, com isso, que o capital social não é totalmente independente de outras formas de capital. Bourdieu (1986) destaca que as redes de relações sociais não são dadas naturalmente, mas são produções de ações estratégicas, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, que estabelecem ou reproduzem as relações sociais. Esse estabelecimento ou reprodução das relações sociais transforma as relações contingentes, como por exemplo, a vizinhança, o local de trabalho etc. Tais relações também produzem elos de obrigações subjetivas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade etc.), que criam e potencializam o capital social. Nesse aspecto, Bourdieu (1986) individualiza o capital social, pois delega às pessoas a “responsabilidade” da transformação social, ao contrário da escola americana que procura estabelecer uma relação de mão dupla entre o indivíduo e a sociedade, coletivizando as possibilidades de transformação.

Coleman (1990) pensa o capital social como os recursos produzidos pela interação social entre os indivíduos ou grupos, que resultam, por exemplo, em confiança e credibilidade. Esses recursos, se funcionando como princípios de reciprocidade, facilitam a ação social, seja dos indivíduos, seja de grupos ou comunidades. Quanto maior a produção desses recursos, maior a possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos, dos grupos ou da comunidade. Coleman destaca que o conceito de capital social não é uma entidade única, ele possui uma variada gama de manifestações que se encontram na estrutura social e que facilitam a ação dos indivíduos dentro dessa estrutura. “Diferentemente de outras formas de capital, o capital social situa-se na estrutura das relações entre as pessoas de uma

comunidade. Ele não se encontra nem nos indivíduos nem nos implementos físicos da produção” (COLEMAN, 1990, p. 302).

Robert Putnam (1993 a), em seu estudo sobre a comunidade e democracia na Itália moderna, ressalta a intensa relação entre capital social e cultura cívica, para ele a única forma de capital social. Isso nos impede de detectar outras formas de capital social, principalmente nas esferas da credibilidade e confiança mútua, aspectos que podem estar presentes em comunidades com uma estrutura social sem uma tradição cívica mais forte. Apesar das polêmicas em torno do conceito de capital social e das possibilidades de produção de relações conflituosas entre os indivíduos e grupos, sugerimos que a definição do conceito contemple os aspectos que Coleman (1993) e Putnam (1995) destacam, como a cultura cívica, a crença entre os membros da comunidade, o envolvimento nas questões comunitárias, uma boa relação entre a vizinhança, dentre outros. De acordo com essa literatura, essas questões são fundamentais para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento local; fatores preponderantes para uma sensível melhoria nas esferas da saúde, educação, meio ambiente, segurança pública.

Os bairros pesquisados

As duas comunidades pesquisadas ao longo do projeto estão situadas na região sul de Campo Grande.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Campo Grande, as Moreninhas são um conjunto de bairros, surgidos na década de 80 do século passado, destinado à moradia de trabalhadores de baixa renda. Localizado na zona sul da cidade de Campo Grande, inicialmente, o bairro foi nomeado de **Cidade Morena**. É considerado distante da cidade, pois fica a mais de 23 km do centro da Capital. Em 2007, o IBGE estimou uma população de aproximadamente 100.000 habitantes, morando nos bairros da região das Moreninhas.

Na década de 80, quando nasceu o complexo habitacional Moreninhas, com 3,9 mil casas, veio à tona a discussão sobre o crescimento desordenado da Capital. A distância do novo bairro ao Centro, a demanda por serviços públicos, tudo era motivo de polêmica.

O governador da época, Pedro Pedrossian, parecia imune às críticas. Entendia que era preciso investir em habitação e o BNH (Banco Nacional de Habitação) liberava recursos para essa finalidade.

O jardineiro aposentado Bernardino José Batista, 73 anos, é conhecido no bairro como o primeiro morador da Rua Ariti, sendo um dos mais antigos das Moreninhas. “Quando me disseram pra fazer a inscrição da casa eu disse: Deus me livre morar naquele sertão de meu Deus!” Batista morava de aluguel com a família no Jardim Universitária e já estava cansado de fazer inscrição para casa própria. Mas, para as Moreninhas, foi sorteado.

Ainda segundo o Lopes (08/12/2007), ao lado da esposa Guilhermina Maria Nogueira Batista, 62 anos, “Seu” Batista e o amigo Raul Alves, 65 anos, declaram que a maioria das residências das Moreninhas já passou por reforma, mas aqui ou acolá ainda escondem algum detalhe da antiga vila do BNH. O casal relembra sem saudades da fase “adolescente” das Moreninhas. No início da década de 90, a distância do poder público acabou atenuada com a reação juvenil na comunidade, o crescimento da marginalidade. Eram roubos, furtos, disputas de gangues e assassinatos. “Aqui só morria gente matada. Só morria jovem. Acho que 80 foram assassinados naquele tempo”, recorda-se Alves. “Muita coisa melhorou”, diz Medina Pereira, presidente da Associação Comunitária das Moreninhas. Os moradores se organizaram para enfrentar a violência e, ao longo das eleições, mostraram a força política e conquistaram mais atenção do poder público.

A organização dos moradores conseguiu pressionar o poder público e, nos governos que administraram o estado nos últimos 15 anos, foi construída a delegacia, o 4º DP (Distrito Policial). Nesse período, também alguns bairros da região, sobretudo os bairros Moreninhas I, II e III, foram urbanizados com o asfaltamento de ruas, construção de um complexo poliesportivo e sedes do Corpo de Bombeiros e do 10º batalhão da PM (Polícia Militar). Posteriormente, o Posto de Saúde local foi transformado em um Hospital Dia, administrado pela Prefeitura Municipal.

Já o bairro Jardim das Hortênsias, assim como as Moreninhas, situado na região sul de Campo Grande, faz parte de um conjunto de

bairros denominado Aero Rancho. A região foi ocupada pela população a partir de loteamento feito numa fazenda de mesmo nome, na década de 80 do século passado. Segundo o censo de 2007, a população estimada de toda área é aproximadamente 46 mil habitantes, em uma região composta de conjuntos residenciais

Na visão dos moradores locais, existe um preconceito em toda cidade contra quem mora no Aero Rancho e região, pois, no passado, o bairro era isolado dos demais bairros da capital por se situar às margens do rio Anhanduí e, no início, não havia pontes, asfalto, saneamento básico, postos policiais, hospitais e escolas. A região ainda é conhecida pelos moradores de Campo Grande, como “aero barro”, fazendo uma referência às enchentes do rio Anhanduí, assim como à não existência do asfalto.

“Antes eu não dizia que morava no Aero Rancho lá no meu emprego, tinha vergonha, pois todo mundo diz que no Aero Rancho só tem bandido e lama. Na verdade não é bem assim, pois bandido tem todo lugar e agora aqui tem asfalto, escola, tudo”. (jovem de 18 anos – morador local).

Sobre a violência na região do Aero Rancho, existe até uma narrativa que, segundo conversas informais com moradores locais, é verdadeira, sobre um perigoso bandido que dominava a pequena travessia em ponte estreita entre o bairro e a cidade, reproduzida logo abaixo. Tal narrativa sempre reforça a percepção de violência com relação ao bairro.

O diabo do Aero Rancho...

Alguns anos atrás, não existiam pontes ligando as partes alta e baixa do Aero Rancho, periferia de Campo Grande... As ruas do bairro não eram asfaltadas. Eram escuras. Cheias de buracos. Quando chovia, a lama que descia do Tijuca, do São Jorge, do Batistão, invadia as casas. Era o caos total... Naqueles dias, existiam duas passagens, duas passarelas, sobrepujando o córrego Anhanduizinho. Facilitavam a vida de trabalhadores. Dos estudantes que precisavam atravessar o riacho e chegar até a Rodovia onde pegavam ônibus em direção à cidade... Foi então que apareceu Pantera... Bandido da pesada... Fugido de Corumbá. Procurado pela polícia. Traficante de drogas. Quadri-lheiro. Raptor de menores... Folha corrida bem extensa para seus 18 anos... Como

ele mesmo dizia quando queria negociar com a polícia: “Sou quase... um menor!”... Foragido da justiça, o meliante esperava a fumaça baixar para poder voltar para a Cidade Branca. Continuar sua carreira de marginal. Enquanto isso não acontecia, pensava que ficando na capital seria mais fácil se esconder. Uma cidade bem maior, com muitos bairros, onde podia deambular sem ser descoberto... Para despistar, o meliante tentou achar um serviço, um bico qualquer, com registro em carteira, alguma coisa onde pudesse descolar alguma grana para pagar o quartinho em que morava no Setor VII. O que sobrasse era só para poder comer, enquanto o tempo se encarregava de fazer seus perseguidores o esquecerem... Não teve sucesso... Chegou a se matricular num colégio, no Parati. Agressivo como era, acabou sendo expulso. Saiu da escola jurando de morte a diretora... Sua vida, em Campo Grande, começou a ficar difícil. No entanto a imaginação ociosa de um marginal sempre arranja uma saída fácil para suas dificuldades... Numa bela noite de luar, Pantera resolveu dar umas voltas. Precisava visitar um mocó no Tarumã. Queria se abastecer de drogas... Ao cruzar a passarela sobre o córrego, estreita e mal acabada, esbarrando nos estudantes que iam para o colégio, tropeçando nos trabalhadores que voltavam para suas casas, teve a ideia imbecil que detonaria sua vida. Cobrar pedágio de quem passava por ali: “Dinheiro fácil!”, pensou... Naquela mesma noite, assaltou um guarda noturno. Tomou seu revólver. Agora, estava armado. Preparado. Sabia que o policiamento da capital era insuficiente e inócuo. Sabia que, quando a noite caía, a periferia da cidade ficava abandonada, entregue à sua própria sorte, sem segurança... Seu próximo passo? Ficar de plantão, depois das onze da noite, na extremidade da passarela, para conhecer seus futuros clientes... Durante alguns dias, estudou o movimento do local... Quando viu que não correria nenhum risco, preparou-se para agir. Começou sua pilhagem. Usou, pagou... Cobrava, segundo a cara do freguês ou conforme as pessoas reagiam ao serem abordadas. Até cinco reais por cabeça... Deixava em paz as pessoas mais velhas e os deficientes. Às vezes até as ajudava cruzar a passarela... Mulher? Para que não pagasse o pedágio nem deixasse um relógio (ou qualquer outro bem) penhorado, a infeliz tinha que levantar a saia. Mostrar as coxas. Ou os seios. Deixar que Pantera as acariciasse. Depois, um nojento beijo na boca.

“Sem nenhum compromisso!”, zombava. Contam que as mais bem dotadas pela natureza eram sumariamente violentadas. O tarado se divertia... Homem? Era humilhado. Quando chegava ao meio da passarela, Pantera, antes de recebê-lo com coronhadas e tapas, apontando a arma para sua cabeça, gritava para intimidá-lo: “Anda seu corno. Chifrudo. Pé Rachado. Pé de cabra. Cornélio! Vai passando a grana se não quiser levar um tiro. Chapéu de touro!” ... Não adiantava o povão reclamar para presidente do bairro, dar queixa na polícia, ligar para ‘Povo na TV’, 1-9-0, Federal, nada... Pantera continuava a bolinar as mulheres e a humilhar os homens... Tirava uma grana alta e fácil. Com ela, ia sustentando seus vícios: maconha, crack, cocaína. Sexta-feira, 13, Lua cheia... Dia de pagamento... Pantera pensou que ia faturar alto... Sempre com um sorriso nos lábios, tomou um conhaque num boteco, comeu um tira-gosto, limpou sua arma. Ocupou sua posição. Começou a achar os pobres moradores do Aero Rancho... A grana começava a encher seus bolsos... Até mais ou menos a meia-noite, tudo corria bem... Daí, as estrelas sumiram do céu... Um vento frio começou a soprar. Alguns cães passaram a uivar desesperadamente... Um estranho adentrou na passarela... Por um momento, uma nuvem escondeu a Lua... Todo encapotado. Chapéu. Roupas pretas. Cachecol enrolado no pescoço. Seus olhos pareciam soltar chispas na escuridão... Pantera se assustou. Foi logo ameaçando: “Pare aí mesmo seu corno. Tá com a grana chifrudo? Responde cabrona. Tô doidão pra dar um tiro em você, seu pé-de-cabra!” ... O desconhecido continuava a marchar em sua direção... Lentamente, como se provocando o meliante, aos poucos aquela estranha figura foi chegando até o outro lado da passarela... Ao se aproximar do traficante, respondeu: “Tá falando comigo, Pantera? Tá me estranhando? Tá me tirando? Não tava me esperando, bundão? Faz tempo que você fica me chamando. Não me deixa mais em paz. Fica enchendo meu saco toda noite. Agora estou aqui. Pode ficar satisfeito. Vim atender seu chamado. Vim buscar você para morar no meu domínio. Você vai comigo, agora. Para o inferno!” ... Desenrolando o cachecol, tirando o chapéu, o desconhecido mostrou sua horrível cara... Dois olhos grandes, vermelhos... De fogo... Seu par de chifres brilhava ao luar... A língua, rachada ao meio, sulcava a noite. Tinha mãos e pés de cabra... “Aquilo”, era “aquele” que Pantera, sem querer e sem saber, vivia in-

vocando todo santo dia... Meia noite... Os moradores do bairro ficaram assustados com a grande explosão na passarela... Pantera? Simplesmente desapareceu. Como se houvesse sido sugado por um buraco negro... Uma fumaça negra, insuportável, fedendo enxofre, tomou conta das redondezas... Ninguém ousou sair de sua casa para ir conferir o que estava acontecendo... Nenhum bandido, famoso ou pé-de-chinelo, teve coragem de cobrar pedágio naquela passarela do Aero Rancho depois daquela noite... Nunca mais... (BUCHARA, 2007).

Esta narrativa reveladora do imaginário social sobre a violência é reforçada pelo mistério do desaparecimento de um menino de 10 anos em dezembro de 2007, o qual era morador do Jardim das Hortênsias. O assunto foi amplamente divulgado na imprensa local, provocando comoção da população. O caso só foi resolvido pela polícia recentemente. A seguir a reprodução alguns trechos de matérias publicadas na imprensa local:

A polícia ainda não conseguiu encontrar o menino Luiz Eduardo Martins Gonçalves, 10 anos, desaparecido desde o dia 22 de dezembro do Jardim das Hortênsias, região do bairro Aero Rancho, em Campo Grande. Fotos em cartazes com o título 'procura-se desaparecido' estão espalhadas pelo bairro. [...] Em busca de Dudu, como o menino é conhecido no bairro, policiais da Depca (Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente) flagraram ontem pela manhã oito crianças vivendo na rua. Eles percorreram pontos de consumo de drogas e se depararam com a situação de outros garotos que estão longe da família. "Fizemos encaminhamentos de um menino que dormia no prédio abandonado da antiga boate 'Chatanooga'", diz o policial que preferiu não ser identificado. (LOPES, 29/12/2007).

Dias depois, outras reportagens foram feitas sobre o caso:

O desaparecimento do menino de 10 anos, Luiz Eduardo Gonçalves, completa hoje 51 dias. Essa contagem progressiva já está registrada na faixa feita pelos moradores do Jardim das Hortênsias, região do Aero Rancho. Inconformados, eles protestaram pelas ruas do bairro, caminharam cerca de 1 quilômetro (*sic*) até a Depca (Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente), que fica ao lado do Hospital Rosa Pedrossian. [...] Para as crianças do bairro, o sumiço do Dudu deixou uma lição: há perigo nas ruas. "A gente não fica mais na rua até tarde. Tenho medo de gente a pé, ciclista, de gente de moto e de carro. Tudo aqui mudou muito depois que o Dudu desapareceu", diz V. S., de 11 anos. Se por um lado, crianças, vizinhos, amigos e familiares reclamam da morosidade policial para encontrar uma solução ao caso - o presidente da Associação dos Moradores do Jardim das Hortênsias disse no carro de som que a pobreza da família seria o motivo da polícia ainda não ter solucionado o caso. (LOPES, 11/02/2008).

Além desses tipos de crimes, situações de violência são vivenciadas constantemente pela população das comunidades em questão. Segundo a Polícia Civil, a maior violência ocorre entre jovens de 15 a 24 anos de idade, correspondendo a 46% do total de crimes ocorridos em todo estado de Mato Grosso do Sul, e 93% das vítimas são do sexo masculino, sendo que a região do Anhanduizinho, onde está situado o Jardim das Hortênsias, e a região do Bandeira, onde se situam as Moreninhas, aparecem nos anos de 2006-2007, quando a polícia começou a divulgar os números da criminalidade na cidade dividindo por regiões, com os maiores números de homicídios de acordo com o quadro 1 a seguir:

ÁREA	2006	2007
ÁREA 1 - CENTRO	10	3
ÁREA 2 - SEGREDO	21	12
ÁREA 3 - PROSA	16	11
ÁREA 4 - BANDEIRA	33	15
ÁREA 5 - ANHANDUIZINHO	41	25
ÁREA 6 - LAGOA	13	18
ÁREA 7 - IMBIRUSSU	10	10
TOTAL	144	94

Quadro 1 - Número de homicídios dolosos por região territorial do município de Campo Grande, MS - 2006-2007

Fonte: MS/SEJUSP/Polícia Civil/SIGO (2012).

Entre os anos de 2001 a 2005, houve um decréscimo no número absoluto de homicídios na capital, mas, nas duas comunidades objetos desta pesquisa, os números se mantêm elevados comparando com os demais bairros da capital, como se pode observar no quadro acima. Além disso, os dados demonstram que houve uma elevação de homicídios em 2006 e um decréscimo significativo em 2007.

O número absoluto de homicídios na capital, de certo modo, controlado, embora as regiões pesquisadas sejam apontadas como as que possuem os maiores índices. Isso demonstra que, estaticamente, a cidade não pode ser apontada como extremamente violenta, embora outras atividades criminosas, como tráfico de drogas, roubos, furtos, violência doméstica, sequestros, roubos de automóveis e residências, entre outros, contribuam enormemente para criar um ambiente propício para conflitos e aumentar a desconfiança nas pessoas e nas instituições oficiais.

Embora os números de homicídios não coloquem Campo Grande entre as capitais mais violentas do país, isso não significa que outros tipos de crimes e atitudes delitivas não sejam relevantes na compreensão e na formulação de um imaginário social relativo à expectativa negativa existentes nas duas comunidades pesquisadas. E, de certo modo, os delitos cometidos dão uma imagem negativa das regiões periurbanas da cidade em função das ocorrências policiais e da atribuição como local de esconderijo de ladrões como constantemente é noticiado pela imprensa local. Esta primeira notícia é do jornal *Correio do Estado*, publicada na página 14, da seção policial:

O 10º Batalhão da Polícia Militar fez buscas por ladrões hoje das 11 horas até 15 horas na mata aos fundos da empresa Bungue, no Jardim Itamaracá, endossa que uma das problemáticas da região tem sido a violência demonstrada nos constantes assaltos. O 10º Batalhão é responsável por 50 bairros, entre eles o complexo das Moreninhas que reúne mais de 70 mil habitantes. São pelo menos quatro assaltos à mão armada a cada 12 horas. Os ladrões são em sua maioria jovens entre 20 a 25 anos movidos pelo consumismo, diz salientando também os problemas sociais como a pobreza, como outro agravante.

Outra notícia a seguir, também veiculada na mídia, confirma esse tipo de percepção:

O 1º DP (Distrito Policial) informou que está apurando o homicídio ocorrido no início da noite na avenida Gury Marques, na região das Moreninhas. Até o momento, os policiais ainda investigam as hipóteses para o crime que ocorreu na entrada da empresa LM Blindex. Anderson Fernandes Mendonça, 30, foi morto com um tiro no rosto, conforme dados do 1º DP. Mendonça estava dirigindo o veículo Pampa de cor azul e placas HQU-1073, estacionado em frente à empresa, onde não era funcionário. (www.campogrande.news.com.br em 26/03/2005).

A crença difundida da relação entre pobreza e violência, presente inclusive nas políticas de segurança, tem sido discutida na literatura das ciências sociais mais recente, com certa desconfiança, pois, apesar do crescimento econômico verificado nas últimas três décadas, não se tem verificado uma redução das taxas de criminalidade, que continuam a aumentar. Segundo Adorno (1998), esse incremento tem sido largamente documentado nos maiores centros urbanos brasileiros. Embora em parte isso possa ser verdade, os indicadores sociais da capital e do estado apresentados anteriormente corroboram aparentemente com a ideia de associar violência com fatores socioestruturais, haja vista que quase 40% da população economicamente ativa não têm renda declarada. Essa população habita, normalmente, as regiões periféricas dos centros urbanos, não participando de maneira efetiva dos incrementos obtidos com o desenvolvimento socioeconômico.

Pode-se dizer que os bairros pesquisados não são necessariamente violentos como regiões urbanas semelhantes às de outras capitais brasileiras, embora, nesse sentido, se tenha uma percepção elevada sobre esses bairros. Isso não quer dizer que o risco por homicídio não exista, mas é relativamente baixo e ainda pode ser controlado por políticas públicas de segurança eficazes que não se embasem apenas em aparelhar a Polícia Militar. É necessário investir para se diminuir a pobreza da população nos bairros pesquisados, assim como na cidade de Campo Grande como um todo.

Além disso, a urbanização nessas regiões ainda é muito incipiente, com ruas escuras, esburacadas e outras que sequer foram pavimentadas. Em épocas de chuvas, tem-se

a formação de lagoas, barro e lama; na seca, que normalmente é bastante prolongada, são meses de muita poeira. Essas situações comprometem a qualidade de vida, já que a infraestrutura local está muito aquém do mínimo necessário para sobrevivência.

Também se pode verificar que os níveis de capacidade de mobilização e de participação da população no combate à violência é ainda extremamente precário. Isso significa uma dependência do poder público para tomar decisões dessa natureza.

Com relação aos bairros pesquisados, o aumento do capital social pode ser conseguido mediante investimentos em políticas culturais e de lazer. São bairros desprovidos de centros comunitários, cinemas, teatros, bibliotecas públicas, praças e parques. O aumento da sociabilidade, da confiança e conhecimento dos problemas do bairro e das pessoas da vizinhança passa necessariamente por esses facilitadores de sociabilidade e lazer, vistos como meios possíveis para minimizar os altos índices de criminalidade e violência que ocorre entre jovens.

Referências

- ADORNO, S. Conflitualidade e violência: Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 10, n. 1, maio 1998.
- ÁVILA, V. F. et al. *Formação educacional para o desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de seus conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John G. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood Press, 1986.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Mapa de ocorrências*. Brasília: 2005.
- CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento Urbano. *Mapa de Campo Grande*. Disponível em: <www.pmcg.ms.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2008.
- COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94 (supplement), S95-S120, 1988.
- _____. *The Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COTE, S. *Le capital social et le Développement Local*. Exploration d'un Autre Capital. Texto. Namur (Bélgica): Fondation Roi Baudoin, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário*, 2004.
- LOPES, Jacqueline. *À procura de menino, policiais flagram oito crianças na rua*. 29/12/2007. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/noticias/309378-procura+menino+policiais+flagram+oito+criancas+rua.html>. Acesso em: 7 fev. 2012.
- _____. *Família conta os dias de desaparecimento de Dudu*. 11/02/2008. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/view.php?mat_id=314596>. Acesso em: 7 fev. 2012.
- _____. *Paixões, carências e sonhos das Moreninhas aos 25 anos*. 08/12/2007. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/TQKmO/noticias/306902-paixoes+carencias+sonhos+moreninhas+aos+25+anos.html#UuOK0lFSR5Y>. Acesso em: 7 fev. 2012.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Cenários de Mato Grosso do Sul (SEPLANCT)*. Campo Grande, 2000.
- _____. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Coordenadoria de Inteligência da Polícia Civil (COIN). Campo Grande, 2005.
- _____. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Polícia Civil. Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO). Campo Grande, 2007.
- MAUSS, M. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- MOSER, C. et al. *Violence and Social Capital: Proceedings of the LCSES Seminar Series, 1997-1998*. Washington, DC: The World Bank, August 1999.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA. *Relatório de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2008.
- ONYX, J.; BULLEN, P. Measuring social capital in five communities in NSW. *An analysis, working paper series*, Sidney, n. 41, dec. 1997.
- PUTNAM, R. *The Prosperous Community*. Social Capital and Economic Growth. The American Prospect, Spring, 1993b.
- _____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1993a.

Livros para complementar as referências

- BUCHARA. O diabo do Aero Rancho. *Recanto das Letras*, 07/04/2007. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/contosdeterror/441068>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- COLEMAN, J. S. The rational reconstruction of society: 1992 Presidential Address. *Am. Sociol. Rev.*, 1993.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978. (Col. Os Pensadores).
- PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. *J. Democr.*, 6, 1995.

Jornais pesquisados

- Campo Grande News. www.campogandenews.com.br
- Correio do Estado. www.correiodoestado.com.br

**Estudos do comportamento da liderança na Cooperativa de Crédito Rural
Centro Norte do Mato Grosso do Sul, unidade Chapadão do Sul, como fator de
desenvolvimento local**

Studies of the behavior of the leadership in the Rural Credit Cooperative Centre
Northern Mato Grosso do Sul, South Chapadão unit, as a factor of local development

*Des études sur le comportement des dirigeants de la coopérative de crédit rural
Centre Nord Mato Grosso do Sul, sud Chapadão unité, en tant que facteur de
développement local*

*Los estudios sobre el comportamiento de los dirigentes de la Cooperativa de Crédito Rural
Centro Norte de Mato Grosso do Sul, sur Chapadão unidad, como un factor de desarrollo local*

Cristiane de C. Merighi*
(crismerighi@gmail.com)

Terezinha Bazé de Lima**
(bazelima@unigran.br)

Fabício Bazé de Albuquerque***
(fabriobaze@hotmail.com)

Rosana Ormedo****

Recebido em 03/02/2012; revisado e aprovado em 10/07/2012; aceito em 15/02/2013

Resumo: Ser líder em um mundo de mudanças torna-se um desafio para os administradores que necessitam de profissionais capazes de conduzir seus colaboradores a um resultado. Apontar um "líder ideal" se torna um desafio, e muitas perguntas são lançadas, pois como administrar pessoas com vontades, desejos, anseios, sendo que nós mesmos, muitas vezes não entendemos nosso próprio "eu"? Qual é a melhor maneira de liderar uma pessoa? Qual o melhor estilo a ser adotado? O objetivo desse trabalho foi esclarecer o que é liderança, os tipos de liderança, as funções e o perfil do líder e como o administrador poderá conquistar o perfil de líder ideal, no estudo de caso do Sicredi.

Palavras-chave: Liderança. Cooperativa. Desenvolvimento local.

Abstract: Being a leader in a changing world becomes a challenge for administrators who need professionals who can lead their employees to a result. Pointing an "ideal leader" becomes a challenge, and many questions are posted as how to manage people with wills, wishes, desires, and that we ourselves often do not understand our own "I"? What is the best way to lead a person? What better style to be adopted? The aim of this study was to clarify what is leadership, types of leadership, roles and profile as the leader and the administrator can conquer the profile of ideal leader, in the case study of Sicredi.

Key words: Leadership. Cooperative. Local development.

Résumé: Être un leader dans un monde en mutation devient un défi pour les administrateurs qui ont besoin de professionnels capables de mener leurs employés à un résultat. Pointant un «leader idéal» devient un défi, et de nombreuses questions sont affichées que la façon de gérer les gens avec les testaments, les souhaits, les désirs, et que nous nous souvent ne comprennent pas notre propre «moi»? Quelle est la meilleure façon d'amener une personne? Quoi de mieux le style à adopter? Le but de cette étude était de clarifier ce qu'est le leadership, les types de leadership, les rôles et le profil en tant que chef et l'administrateur peut conquérir le profil de leader idéal, dans l'étude de cas du SICREDI.

Mots-clés: Conduire. De coopération. De développement local.

Resumen: Ser un líder en un mundo cambiante se convierte en un reto para los administradores que necesitan los profesionales que pueden llevar a sus empleados a consecuencia de ello. Señalando un "líder ideal" se convierte en un reto, y muchas preguntas se publican como la forma de manejar a las personas con voluntades, deseos, anhelos, y que nosotros mismos a menudo no entienden nuestro propio "yo"? ¿Cuál es la mejor manera de llevar a una persona? ¿Qué mejor estilo para ser adoptado? El objetivo de este estudio era aclarar qué es el liderazgo, tipos de liderazgo, roles y perfiles como el líder y el administrador puede conquistar el perfil de líder ideal, en el estudio de caso de Sicredi.

Palabras clave: Conducir. Cooperativo. Desarrollo local.

* Universidade Paulista (UNIP), Campo Grande, MS, Brasil.

** Universidade da Grande Dourados (Unigran), Dourados, MS, Brasil.

*** Universidade Estácio de Sá, Campo Grande, MS Brasil.

**** Faculdade de Chapadão do Sul (Fachasul), Chapadão do Sul, MS, Brasil.

Introdução

Ser líder em um mundo de constantes mudanças e na era globalizada se torna um desafio para futuros administradores que necessitam de profissionais capazes de liderar seus colaboradores a um resultado. O medo e a insegurança os perseguem fazendo com que, muitas vezes, fujam de suas tarefas e obrigações. Apontar um “líder ideal” se torna um desafio para os gestores, e muitas perguntas são lançadas sem resposta, pois como administrar pessoas com vontades, desejos, anseios, culturas diferentes, identidade alterada, entre outros comportamentos, sendo que nós mesmos não entendemos nosso próprio “eu”? Qual é a melhor maneira de liderar uma pessoa ou uma equipe? Qual o melhor estilo a ser adotado? O objetivo desse trabalho foi esclarecer o que é liderança, os tipos de liderança, as funções e o perfil do líder e como o administrador poderá conquistar o perfil de líder ideal. Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica com autores que abordam o tema liderança. A pesquisa de campo foi realizada na Cooperativa de Crédito Centro Norte do MS, Unidade de atendimento de Chapadão do Sul do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI).

A cultura cruza todas as dimensões do capital social de uma sociedade. A cultura se sobressai como componente básico da confiança, dos comportamentos cívico e de bom grado ao associativismo. As relações entre cultura e desenvolvimento local são de todas as ordens, à sombra da escassa atenção que se está lhe prestando. Aparecem as potencialidades, bem como a revalorização de todos os elementos silenciosos e invisíveis, mas claramente operantes, invólucros na ideia de capital social (KLIKSBERG, 1999), o que influencia nos aspectos de liderança que cada equipe vai seguir.

A liderança é exercida em vários segmentos e de diversas maneiras, nas escolas, na cultura, na música e principalmente dentro das organizações se tornando responsável pela harmonia entre as metas e exigências da organização e as necessidades dos indivíduos que nela trabalha. As organizações estão conscientes de que a eficácia de sua gerência e da participação de toda a equipe depende em grande parte do exercício efetivo da liderança.

Sem a liderança, a organização será apenas uma confusão de pessoas e máquinas, do mesmo modo que uma orquestra sem maestro será somente músicos e instrumentos. Fomenta a responsabilidade, o espírito de equipe, o desenvolvimento pessoal, e especialmente, é o “artesão” da criação de um espírito de propriedade que une os colaboradores para decidir as medidas a serem tomadas. Existem diversos tipos de liderança a autocrática (quando mais se concentra o poder de decisão no líder), a democrática (quando as decisões forem influenciadas pelos integrantes do grupo) e a liberal (quando o líder deixa as decisões serem tomadas pela equipe sem a sua participação).

A capacidade para exercitar uma liderança efetiva é uma das chaves para ser administrador eficaz. Os princípios da liderança estão totalmente ligados ao da administração; somente possuindo as qualidades e características de um líder, pode-se obter sucesso no cargo de administrador, pois o administrador lidera pessoas, está em contato direto com todos os departamentos da empresa. As pessoas procuram líderes que as representem, orientem e apoiem e, embora haja os líderes natos, há possibilidades de se capacitar para ser líder de um grupo. O tempo não para, ele é incansável e busca sempre mentes inovadoras, sobretudo no que tange à liderança.

Liderar é uma arte diária, que inclui muitas qualidades e características natas ou adquiridas ao longo do tempo, algumas das quais serão explanadas neste trabalho. Com esse propósito, buscou-se identificar qual o perfil ideal de um líder e principalmente demonstrar qual o perfil de líder que as empresas estão buscando no mercado, as características consideradas essenciais para as organizações, pois sabe-se que dele depende o bom andamento da empresa e principalmente a saúde financeira desta. Para solidificar a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, *in loco*, na Cooperativa de Crédito Rural Centro Norte do MS (SICREDI) Chapadão do Sul, através de uma entrevista com o gerente a fim de identificar o perfil do líder e outra entrevista entre os liderados para identificar como é a liderança exercida e o nível de satisfação da equipe.

Nesse sentido, o objetivo geral é compreender a definição de liderança e seus

estilos, analisar o desempenho e identificar os estilos de liderança, e assim fornecer ferramentas para auxiliar o administrador a compreender que perfil as empresas esperam desse profissional como líder dentro das organizações, utilizando como objeto de estudo a SICREDI, Unidade de Atendimento Chapadão do Sul, MS.

De modo específico, buscou-se Identificar os estilos de liderança dentro da organização; compreender a definição de liderança; analisar como se desenvolve um líder; caracterizar o líder e identificar suas funções dentro da organização; analisar o papel do líder no contexto do comportamento organizacional; analisar dentro da organização a relação de autoridade X poder de um líder; identificar o perfil de um líder ideal.

A relevância do tema sobre o qual se passa a discorrer encontra justificativa no fato de ser ele de primordial destaque no meio organizacional, sendo o ingrediente que as empresas mais procuram em seus colaboradores. Estudando a liderança, pode-se identificar em qual estilo de liderança o indivíduo se enquadra e como se pode mudar para tornar-se um líder cada dia melhor. Esse tema é fascinante e muito importante para todos em qualquer profissão, mas principalmente para os administradores, porque está diretamente ligado à sua função. Um bom administrador deve ser também um bom líder, razão pela qual se pautou este trabalho em busca de contribuir para o crescimento profissional e pessoal dos administradores.

1 SICRED Chapadão do Sul

Inaugurada em 16 de Fevereiro de 2000, situa-se essa agência na Avenida Quatro, 733, centro do município de Chapadão do Sul, administra aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de recurso, possui 1.107 (um mil cento e sete) associados e nove colaboradores, sendo um gerente (Gilberto Diefenthaeler), uma encarregada de atendimento, dois atendentes, um Assistente de Unidade de Atendimento, uma encarregada administrativa financeira e dois caixas. Sua missão é valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade. Tem

como visão, ser reconhecida pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social. No tocante a valores, são de suma importância para sua identidade: a preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; o respeito à individualidade do associado; a valorização e desenvolvimento das pessoas; a preservação da instituição como sistema; o respeito às normas oficiais e internas e a eficácia e transparência na gestão. Entre outros aspectos, os valores de que é exportadora uma sociedade vão influir fortemente sobre seus esforços de desenvolvimento. Como seus códigos de ética dos empresários e profissionais, que são parte de seus recursos produtivos da sua sociedade (KLIKSBERG, 1999).

2 Liderança

Segundo Maximiniano (2000, p. 121), a liderança é definida como “o processo de conduzir e influenciar as ações para a realização dos objetivos estipulados pelas organizações”. Seguindo nesta linha, liderança é o processo de influenciar pessoas no sentido de que ajam em prol dos objetivos da instituição; ou a arte de “inspirar os outros a trabalhar melhor, em harmonia e comprometido”. Mas essa “arte” Nem sempre é fácil quando a outra parte trata-se de relações humanas. Pessoas diariamente passam e sofrem conflitos pessoais, internos (no trabalho) e externos (em sua casa ou meio social). Segundo Bennis (1996, p. 211), a liderança afetiva pode movimentar as organizações de seu estado corrente para futuros, criar visões de instalar comprometimento nos empregados para mudar, assim como injetar novas culturas, e enfocam energia e recursos. “Capacidade de criar uma visão dominante, transformá-la em ação e mantê-la viva. Liderança é capital humano. Liderança e criatividade confundem-se e completam-se, causando dificuldade em suas identificações isoladamente”. É a capacidade para usar as formas diferentes do poder para influenciar no comportamento dos seguidores, de modos diferentes. Na realidade, alguns líderes influenciam as pessoas de forma que as mantenham motivadas, e alguns líderes o fazem de tal forma que chegam a fazer sacrifícios pessoais para lucro da companhia.

Chiavenato (2003, p. 30) realça que “liderança é a influência interpessoal exercitada em uma situação, dirigida pelo processo de comunicação humana ao conseguimento de um ou diversos objetivos específicos”. Para que uma liderança obtenha sucesso, é necessário que tenha uma comunicação bem evoluída pelo líder e pelas outras pessoas envolvidas; a comunicação é um dos aspectos essenciais para uma boa liderança, o líder deve saber influenciar o outro de forma que conquiste tanto a confiança, que suas solicitações sejam atendidas com satisfação e seus ideais contagiem todos dentro de um grupo de pessoas. Por fim, Hunter (2004, p. 24) ressalta que “Liderança: É a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir aos objetivos identificados como sendo o bem comum.” Seguindo na definição de liderança, pode-se evidenciar a ligação da liderança com as atividades administrativas, todavia o conceito de liderança não é semelhante ao de administração.

3 Liderança *versus* poder

Há distinção entre Autoridade, Poder e a subsequente subordinação. A autoridade será a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico implique a obediência de um dado grupo de pessoas, enquanto que poder é a probabilidade de um ator, implicado numa relação social, obter aquilo que quer, apesar da resistência encontrada, seja qual for a base em que essa probabilidade se fundamente, ou seja, é a possibilidade de impor o arbítrio por parte de uma pessoa sobre a conduta de outras pessoas. Portanto verifica-se que o conceito de autoridade está mais relacionado com o lugar que a pessoa ocupa, influenciando também as suas qualidades pessoais, e com o carisma. O poder deriva da aceitação pelos subordinados da ordem, julgando-a ou não merecedora de seguimento.

4 Estilos de liderança

A principal teoria que explica a liderança por meio de estilos de comportamento, sem se preocupar com características de personalidade, é a que se refere a três estilos de liderança: autoritária, liberal e democrática. As

principais características de cada um desses estilos de liderança: **Autocrática:** apenas o líder fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo; determina as providências e as técnicas para a execução das tarefas, cada uma por vez, na medida em que se tornam necessárias e de modo imprevisível para o grupo; determina qual a tarefa que cada um deve executar e saber qual o seu companheiro de trabalho; é dominador e é “pessoal” nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada membro. **Democrática:** as diretrizes são debatidas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder; o próprio grupo esboça as providências e as técnicas para atingir o alvo, solicitando aconselhamento técnico ao líder quando necessário, passando este a sugerir duas ou mais alternativas para o grupo escolher. As tarefas ganham nova perspectiva com os debates. A divisão das tarefas fica a critério do próprio grupo, e cada membro tem liberdade de escolher os seus companheiros de trabalho. O líder procura ser um membro normal do grupo, em espírito, sem encarregar-se muito de tarefas. O líder é uma pessoa objetiva e, em suas críticas e elogios, limita-se aos fatos. **Liberal:** há liberdade completa para as decisões grupais ou individuais, com participação mínima do líder, a qual é limitada, apenas apresenta materiais variados ao grupo, esclarecendo que poderia fornecer informações desde que as pedissem. Tanto a divisão das tarefas, como a escolha dos companheiros, fica totalmente a cargo do grupo. Absoluta falta de participação do líder.

5 Tipos de líderes

Um líder habilidoso pode conduzir a sua equipe a tomar decisões certas, criando assim uma atmosfera de trabalho amistosa e cooperativa. Já os líderes míopes realizam intermináveis, tentando um consenso a respeito de questões críticas, os líderes autocráticos desconsideram opiniões importantes. Esses líderes florescem dentro das organizações com o conhecimento de seus objetivos e no contato com as pessoas, são eles os responsáveis em definir qual o estilo de líder que a sua personalidade possui, se este se enquadra aos interesses da organização. Entre os vários estilos de líder, pode-se citar:

Líder autoritário ou autocrático: é o líder que domina o grupo, determina as ideias

a serem seguidas e não permite a opinião dos demais integrantes do grupo. Esse tipo de liderança é muito criticado nos dias atuais dentro das organizações, mas, em algumas situações, ela acaba se tornando eficaz. Este tipo de líder dá ênfase à responsabilidade integral do líder, que fixa normas, estabelece objetivos e avalia resultados. Suas características são: tomar decisões sem consultar o grupo; não comunicar aos membros do grupo os objetivos a atingir; não aceitar sugestões; comanda todas as atividades e não colaborar na sua realização com o grupo; avaliar a atividade dos membros sem esclarecer os critérios utilizados; mostrar produtividade elevada, mas nível de motivação e satisfação baixo.

Líder democrático (participativo): é o líder que mais se destaca na atual organização, pois para ele a união com o grupo é importante, então discute as suas ideias e permite que todos deem suas ideias, discutindo com eles os processos para conseguir atingir as metas e objetivos da organização. Neste tipo, o líder encara como sua responsabilidade o cumprimento da missão através da participação, do engajamento dos homens e do aproveitamento de suas ideias. O líder reconhece que uma Unidade bem dirigida é mais do que a soma de suas partes. A satisfação pessoal e o sentimento de contribuição resultam no sucesso da missão, pois leva em conta a motivação dos homens. O líder procura estabelecer o respeito, a confiança mútua e o entendimento recíproco. Este tipo de líder se reúne com seus subordinados para conversar sobre as áreas de atrito que interferem no trabalho.

Este tipo de liderança permite um elevado nível de criatividade, devido ao estímulo da participação dos subordinados nas atividades relacionadas à missão, pois o ambiente é propício à inovação. Conduz ao avanço e ao aperfeiçoamento do grupo. Nesta forma de liderança, as equipes se tornam mais coesas e eficientes, pois a valorização dos subordinados promove o desempenho responsável e a autodisciplina. Além disso, se criam melhores condições (ambiente) para o desenvolvimento de atitudes de respeito e confiança no sentido liderados líder. Por outro lado, não exclui o princípio de autoridade de que está investido o chefe e que por este deverá ser exercido em toda sua plenitude; inclusive com a energia

necessária e suficiente para cada situação considerada. Características: Consulta os elementos do grupo sobre a forma como o trabalho deve decorrer; O grupo participa nas suas decisões contribuindo na definição de estratégias e meios para atingir os objetivos; Procura ser objetivo nas avaliações que faz sobre o trabalho produzido; Produtividade satisfatória e nível de motivação e satisfação elevado.

Líder liberal: é o de líder que acredita que o grupo precisa traçar sozinho os seus objetivos, este tipo de líder tem pouca participação neste processo do grupo.

Líder situacional: é o líder que surge dependendo da situação que a organização se encontra, e procura adequar a sua liderança às diferentes situações que aparecem.

Líder emergente: é o líder que surge para resolver determinadas situações e problemas específicos. Existem dentro das organizações diversos tipos de pessoas, e cada uma delas possui mecanismo, posturas, vontades e opiniões diferentes, cabendo assim ao líder a habilidade de escolher o tipo de liderança capaz de convergir e transformar diferentes objetivos individuais em objetivo único dentro de uma equipe para o alcance o cumprimento dos objetivos organizacionais.

Líder permissivo: não assume a orientação do grupo; só intervém quando solicitado, não tomando iniciativas nem decisões; procura não avaliar os elementos do grupo e quando o faz é subjetivo; apresenta produtividade baixa e nível de motivação e satisfação baixos.

6 Características do líder

A tarefa de condutor de um grupo humano, a qual cumpre ao líder desempenhar, exige procedimentos cuidadosos. Saber travar contatos individuais e saber dirigir reuniões são dois requisitos indispensáveis à ação de liderar. O primeiro, um tanto mais necessário na liderança de grupos pequenos nos quais a atitude do líder é policiada de perto pelos seguidores, depende da grande prática ou experiência que ele tenha na arte das relações humanas. O segundo depende do seu preparo intelectual, pois dispõe de inúmeras técnicas simples e sofisticadas, desde conferência, seminários, reunião, painel, entrevista,

discussão guiada. Na discussão em grupo, o líder necessita de muito tato para conciliar divergências e corrigir ou conter comportamentos individuais nocivos. No que respeita às divergências, deve o líder manobrar para obter o consenso, se possível, ou fazer a minoria aceitar a resolução da maioria sem sentir-se menosprezada.

As características essenciais dos líderes eficazes abrangem inteligência básica, valores claros e sólidos, níveis elevados de energia pessoal, capacidade e vontade de crescer constantemente, visão, curiosidade contagiosa, boa memória e capacidade de fazer com que os seguidores se sintam bem consigo mesmos. A capacidade de enxergar longe e com mais rapidez, de raciocinar com mais eficácia, de associar todos os aprendizados de vida faz com os outros sejam atraídos para o líder e se liguem através de relacionamentos que se tornam parte um do outro. Líderes eficazes possuem a visão requerida para enxergar as coisas de modo diferente dos demais.

Além disso, o líder caracteriza-se também por sua sabedoria, visão, comunicação, caráter, personalidade, integridade, sociabilidade, coerência, entusiasmo, humor, carisma, talento, tolerância, capacidade de decisão. O líder é aquele que compromete as pessoas com a ação, que converte os seguidores em líderes e que pode converter os novos líderes em agentes de mudança. Por fim, no centro da liderança reside a capacidade de comunicar. Peter Drucker (apud BERG, 1999, p. 75) ressalta que “Sessenta por cento de todos os problemas administrativos resultam da ineficiência na comunicação”, sendo assim o líder deve conhecer profundamente todas as formas de comunicação: escrita e oral, eletrônica e digital, por gráfico e pelo comportamento, pela arte e pela música, pela emoção expressa e outras.

O líder deve ter características que compõem o conhecimento tácito e o codificado, enaltecendo sua percepção mediante cada situação que lhe é apresentada. No tange a esses conhecimentos, no aporte de Youguel (2000), eles podem ser denominados *know what* (saber o que), nos quais se assimila o que normalmente se classifica como eixos ou informações, e *know why* (saber por que), os quais são de caráter científico e se referem aos princípios e níveis de movimento da natureza.

7 Liderança: dom ou habilidade

A capacidade para liderar não é hereditária, mas sim se vai aprendendo com as experiências ao longo da vida, e o grau de aprendizagem de cada uma delas pode ditar o sucesso do Líder em questão. Se “uns nascem para mandar, outros para obedecer”, como afirmou Aristóteles, daí não se segue que o Líder nasce feito, primeiro porque mandar não é liderar, é no máximo chefiar; segundo, porque, mesmo desprezando-se as condicionantes do grupo e da situação, ainda assim o líder forma-se ao longo do tempo, pois os atributos da personalidade são, em parte, hereditários e, em parte, adquiridos, além do que todos eles são susceptíveis de educação e desenvolvimento.

Todos, no entanto, são passíveis de aperfeiçoamento nesse sentido, como em tudo o mais na vida. Enfatiza Maquiavel apud (GRIFFIN, 1994, p. 58) que existem diversas maneiras de um líder surgir e se manter dentro de uma organização. Dentre elas, pode-se destacar o apoio e consentimento das massas ou da equipe. Isso ocorre quando alguém consegue se destacar como um líder em quem todos acreditam e confiam para que possa ajudá-los dentro da organização, e este líder consegue influenciar e liderar de forma mais eficiente e eficaz a sua equipe, pois todos confiam nele e o apoiam. Há também os líderes funcionais, aos quais as organizações determinam que eles liderem determinadas equipes na realização de suas tarefas, e os líderes natos, que já nascem com essa personalidade de liderança, e aqueles líderes cujas técnicas são adquiridas ao longo dos anos devido à experiência.

O acesso à liderança resulta da combinação de fatores múltiplos: os tipicamente pessoais: a imagem que se oferece e os valores de atitude que representam a vontade pessoal de comandar, a motivação para o poder; os relacionais, isto é, o tipo de relação que efetivamente se estabelece com os membros do grupo, o nível de confiança mútuo e de atratividade que se exerce; a posição estrutural ocupada no grupo, particularmente a centralidade na estrutura das comunicações grupais; a capacidade de ação, de responder à tarefa, aos olhos dos membros do grupo; o controle das pressões que os outros ou pessoas do meio

exercem sobre os processos do grupo em que está inserido. A combinação desses fatores realiza-se através de um processo de competição pelo poder grupal, pela posição em que esse poder é mais evidentemente gerido e à qual está mais explicitamente associado.

8 Funções do líder

Um líder deve considerar sempre que as melhores ideias podem ser provenientes de outras pessoas, com potencial até então desconhecido. Pode-se, assim, conceber o líder como o administrador empenhado em promover o crescimento de seus liderados rumo à participação e à criatividade, utilizando-se, para tanto, da delegação e tornando-se um servidor. Existem alguns passos que o líder deve saber. **Visão global:** conhecer a cultura da empresa, como ela está posicionada no mercado e o que fazer para, cada vez mais, tornar-se melhor. Há interferência de uma ação em todo o processo. **Visão sistêmica:** todos os setores da organização são importantes. Valorizar cada serviço realizado na organização. **Diagnosticar contextos:** saber o que a equipe precisa, até mesmo de capacitação para o desenvolvimento ou pré-requisitos básicos para exercer funções. **Planejar:** estabelecer objetivos e ser um gestor para atingir os resultados. Observar como esses resultados foram atingidos e se existe necessidade de revê-los. Esse planejamento tem que ser mensurável e específico para que se possa ter um gabarito dos resultados, assim como deve ser atingível, assim como sua evolução deve ser progressiva. **Agente de mudança:** o líder deve provocar mudanças e não ser um reagente a ela. Deve estar atento e propor inovações através de uma leitura de necessidades (equipe, cliente e mercado). Deve dinamizar-se para que a organização caminhe para frente e para cima do *podium*. **Prever e não apenas reagir:** a liderança deve tomar atitudes preventivas, alavancar obstáculos e estabelecer alternativas. **Não protelar a resolução de problemas:** nada se resolve sozinho, cada vez que o tempo passa, o problema cristaliza-se. **Buscar gestão participativa:** isto gera comprometimento. Nesse tipo de gestão, o líder deve perguntar sempre a forma de ação, para que não joguem sobre ele simplesmente ideias soltas e sem um raciocínio de praticidade. **Não responsabili-**

zar a equipe: o sucesso é da equipe. A falta dele significa que o líder não administrou bem sua equipe ou, no mínimo, não tomou a decisão necessária sobre um comportamento inadequado, ou não elogiou aquele profissional capaz. **Possuir estabilidade para se comunicar:** colocar-se no lugar de seu profissional liderado e do seu diretor também. É seu papel estabelecer essa fusão e equilíbrio entre esses dois patamares. **Ter habilidade para correr riscos:** enfrentar os desafios. Cada desafio superado é acompanhado de crescimento e ampliação de seu repertório de respostas até às soluções e problemas. O líder cresce na medida em que se expõe. **Saber buscar informações:** tudo modifica. O líder deve ler, investigar e conversar com outros profissionais de sua área. Ampliar sua fonte de informação e direcionar o que vai fazer com elas para ele não ficar apenas no grau informativo e poder passar para o grau de conhecimento, ou seja, a liderança deve adaptar as informações à sua realidade e colocá-las em prática. Ter uma boa rede de contatos. Informação é poder: quanto mais sabe, mais pode conhecer e ser respeitado. **Ser eficiente:** é ser cumpridor do dever e da rotina de trabalho, verificar se a metodologia é adequada; é acompanhar todo o processo e fazer com que este funcione. Ter em mente que sua atividade principal é orientar a forma correta de trabalho. Ser eficiente não basta ao papel de líder. É fundamental que a liderança esteja à frente de seu tempo, pois isso enriquecerá as funções. Nesse sentido, como exemplificação, apresentam-se alguns questionamentos para facilitar o desenvolvimento de habilidades básicas: O que você tem como pontos fortes? O que prejudica estes pontos fortes? Não vale responsabilizar os outros. Pense naquilo que depende de você. O que preciso desenvolver? O que posso fazer para realizar este desenvolvimento? Eu possuo os pré-requisitos básicos para esta função? **Ter uma logística:** saber de onde vem e para onde vai seu trabalho e a consequência de sua boa elaboração.

De forma sintetizada, pode-se, então, considerar entre as funções do líder: **1. Definir os objetivos:** estabelecer metas, que deverão ser reapreciadas regularmente; definir os níveis de realização da equipe; identificar e clarificar as tarefas. **2. Planificar:** recolher informação - dados relevantes, ideias e su-

gestões dos empregados; verificar recursos humanos, financeiros, materiais, tempo; considerar as diversas opções; decidir prioridades; atribuir funções. **3. Informar:** reunir regularmente com o grupo; dar a conhecer o plano de trabalho; fornecer informações de que o grupo precise; explicar as decisões; comunicar os resultados obtidos. **4. Orientar e apoiar:** observar, escutar, aconselhar a equipe; incentivar, motivar para um bom desempenho; mediar conflitos, conciliar pontos de vista diferentes; impor regras, inculcar disciplina; garantir um bom ritmo de trabalho, aproveitando as capacidades e conhecimentos das pessoas; fomentar o trabalho de equipe. **5. Avaliar:** avaliar o rendimento e resultados; avaliar os objetivos inicialmente traçados e reformulá-los, se necessário; rever o plano se revelar desajustamentos; melhorar as condições de trabalho dos empregados.

Os bons líderes são, portanto, aqueles que produzem efetivamente resultados, ao nível da gestão, com o esforço de cada pessoa, trabalhando em equipe. Para aumentar a eficiência da organização, um líder deve saber motivar os seus subordinados, criando oportunidades de realização individual e um bom clima de trabalho em grupo.

9 O trabalho em equipe

Segundo Mucchielli (1980, p. 207), equipe é um grupo típico, em que dominam a unidade de espírito, a coesão, o engajamento pessoal e a adesão total dos membros do grupo restrito com o qual se identificam. É caracterizada pela união dos esforços e trabalho pessoais para a realização de uma tarefa comum. “Não há equipes senão de trabalho, seja ele manual ou intelectual, instrumental ou esportivo, utilitário ou lúdico” (MUCCHIELLI, 1980, p. 32). Para Lafon (apud MUCCHIELLI, 1980, p. 35), o conceito de equipe viria do francês antigo, *esquif*, que designava originalmente uma fila de barcos amarrados uns aos outros e puxados por homens ou cavalos. Seja devido à imagem dos barqueiros puxando a mesma corda ou à imagem dos barcos juntos, o fato é que um dia falou-se em equipe de trabalhadores para realizar uma obra em comum. Conforme Mucchielli (1980, p. 32), tornou-se evidente que o trabalho em equipe, atualmente, tem um valor e é meio eficaz de

luta contra tendências inerentes à civilização industrial.

Trabalhar em equipe aumenta a autoestima das pessoas envolvidas, pois a discussão e a decisão relativas a problemas importantes invocam poderosas forças individuais de autoexpressão e autodeterminação. O significado das decisões tomadas pela equipe é um dos fatores decisivos nas questões relacionadas à satisfação no trabalho e ao aumento da produtividade. Nessas tomadas de decisões é que se definem os papéis de cada um dos integrantes. O líder passa a ser uma figura imprescindível para o bom andamento dos trabalhos e se torna responsável pelo desenvolvimento da equipe no dia a dia. Assume a responsabilidade frente aos problemas do grupo e delega autoridade à equipe baseado nas habilidades, conhecimentos e disposição de cada integrante. O líder é membro ativo e executa sua quota de tarefas. Ele deve estruturar sua equipe de acordo com o seu tipo de liderança de forma que a equipe contribua para uma maior participação, principalmente na tomada de decisão.

10 Comportamento organizacional

Segundo Chiavenato (2003, p. 422), comportamento organizacional é um estudo da dinâmica das organizações e de como os grupos e indivíduos se comportam dentro delas. É uma ciência interdisciplinar. As pressões sobre as empresas são cada vez maiores, exigindo das pessoas, e principalmente de seus gerentes, maneiras diferentes e seguras de se alcançar melhores resultados.

Toda organização tem normas de conduta, as quais constituem uma legislação de usos e costumes que influenciam no comportamento dos membros da organização. Essas influências tomam forma, comportamento e práticas, tornando-se a maneira como as pessoas fazem as coisas dentro da organização. Como relata Maximiano (2000, p. 107), o comportamento das pessoas dentro da organização manifesta-se em relação a inúmeros aspectos, dentre os quais trabalho, salários, comportamento dos chefes, colegas, instalações físicas. Dentro de uma organização, é importante lembrar que as pessoas que lá trabalham continuam sendo pessoas e apresentam sentimentos de amizade e hostilidade,

cooperação e competição, formam grupos com seus colegas de trabalho e criam regras para a convivência.

11 Relação de poder – descentralização do poder

Nos dias atuais, as empresas buscam comprometimento de seus funcionários e para isso investem na descentralização do poder, ou seja, na delegação de poder. Delegar não é o mesmo que dar ordens, delegar é transferir a responsabilidade de resolver um problema para outra pessoa, o que, dentro da organização, demonstra confiança do líder e torna a equipe mais motivada. A descentralização do poder ajuda no desenvolvimento da equipe, porque envolve as pessoas na resolução de problemas e tomada de decisões. Segundo Maximiano (2000, p. 281), a descentralização de poder tem como vantagens permitir avaliar os gerentes com base na sua capacidade de tomar decisões e resolver problemas, por isso tende a aumentar a satisfação dos gerentes como sistema de controle de resultados. Além disso, ela produz um clima de competitividade positiva dentro da organização, já que as pessoas se comparam e são avaliadas com base nos resultados.

12 Evolução da Liderança

Atualmente, fala-se muito em liderança, mas a diferença essencial é que o líder procura ser um membro do grupo, em que as diretrizes são debatidas e decididas. À medida que caminham as condições e as pessoas, os estilos de liderança mudam. Atualmente as pessoas buscam novos tipos de líder, que as ajudam a alcançar suas metas. Historicamente existem cinco idades de liderança e, no momento, estamos em um período de transição para a sexta. Eles são: 1) idade da conquista de liderança. Durante este período a principal ameaça era a conquista. Pessoas procuravam um chefe onipotente, o líder despótico e dominante que prometia a segurança das pessoas em troca da lealdade e seus impostos; 2) idade da liderança comercial. A começar da idade industrial, a segurança não era a função principal de liderança das pessoas, que procuravam aqueles que poderiam indicar como alavancar o seu nível de vida; 3) idade da liderança de

organização. Elevaram-se os padrões de vida e eram mais fáceis de alcançar.

As últimas três idades foram desenvolvidas extremamente rápido (começou por volta da década de 20). Fica evidente que nenhuma companhia pode sobreviver sem líderes que entendem ou sabem como a informação é administrada. O líder moderno da informação é aquela pessoa que melhor a processa, aquele que lhe interpreta mais inteligentemente e a usa na forma mais moderna e criativa.

Ainda em transição, há uma 6ª idade de liderança, a “Nova Idade”. É difícil atualmente, predizer que novas habilidades especiais vão necessitar nossos líderes no futuro; podemos fazer tão somente conjecturas. Os líderes precisam saber como usar as novas tecnologias, como pensar para poder analisar e sintetizar eficazmente a informação que estão recebendo e, apesar dos avanços tecnológicos, sua dedicação deve continuar focalizada no indivíduo.

As características da liderança que descreveremos, permaneceu quase constante durante todo o século passado.

13 Líder do futuro: o líder ideal

Apontar um líder “ideal” é uma ideia não realista, mas precisamos tentar encontrar caminhos para a melhor formação das lideranças. Um líder focado na realização de tarefas pode obter péssimos resultados, enquanto um líder focado no relacionamento e manutenção do grupo pode obter seus objetivos com alto nível de satisfação de ambas as partes. As características essenciais dos líderes eficazes do futuro, em grande parte são as mesmas que sempre foram. Elas abrangem inteligência básica, valores claros e sólidos, níveis elevados de energia pessoal, capacidade e vontade de crescer constantemente, visão, curiosidade contagiosa, boa memória, capacidade de fazer com que os seguidores se sintam bem consigo mesmos, de definir missão, moldar a organização, preocupar-se com valores e buscar a solução de conflitos.

Ele necessita se entregar à sua função e se envolver inteiramente, ter seu papel ativo e agressivo, só assim ele se prepara para enfrentar as pressões da organização e não ser absorvido por ela, colocando todos os seus

recursos pessoais e seus serviços em função da organização. As palavras-chaves são “de tudo um pouco, tudo junto”: Equilíbrio e harmonização dessas direções. É fundamental ao líder saber construir uma equipe, desenvolvê-la e mantê-la; saber se comunicar, o que significa falar claramente, mas também ouvir ativamente; saber ser firme e assertivo, assumindo a responsabilidade e dizendo claramente um “sim” ou “não”, mas também saber ouvir o seu grupo e dividir participativamente o momento da decisão. Ser líder no mundo globalizado que vive em constante mutação é um grande desafio lançado.

Iniciativa, ousadia, inovação, visão, confiança, caráter entre outros sentidos devem ser usados constantemente a fim de atingir não só os objetivos organizacionais, mas o sim de todos os envolvidos. Para conseguir alcançar o nível de excelência em todos os indicadores de desempenho, é necessário que um líder cultive e desenvolva algumas características, tais como saber e gostar de trabalhar com pessoas; saber ouvir e falar no momento certo; assumir riscos e desafios; comprometer-se com metas (ação, valor e prazo); estar disposto sempre a aprender. É importante também elogiar na hora certa e até ser enérgico, quando necessário, além de ter uma visão sistêmica e saber tolerar as deficiências dos outros.

14 Metodologia

A pesquisa bibliográfica leva ao conhecimento do pesquisador os trabalhos sobre o assunto de sua investigação já realizado e publicado em revista especializada, livros, sindicatos, associações de classes, teses, entre outros. É possível, também, obter informações para a pesquisa em levantamento documental, qual seja, em documentos mantidos pela empresa ou em órgãos governamentais. O conhecimento dos trabalhos realizados permite ao pesquisador o contato com a metodologia utilizada aproveitando dessas informações para um novo trabalho. Esta pesquisa foi feita em campo, abordando as variáveis de influência que caracterizam a cultura local como influência na tomada de decisão. Devido à natureza desse assunto, foi usada a pesquisa bibliográfica, que deu subsídio para o desenvolvimento do propósito do trabalho.

Foi realizada uma entrevista com Sr. Gilberto Diefenthaeler, gerente da Unidade de Atendimento de Chapadão do Sul, com os objetivos de coletar dados para identificar qual o seu estilo de liderança, ou seja, se está voltado para a liderança democrática, liberal ou autocrática. Foram feitas dez perguntas, apresentas nos anexos deste trabalho, onde são apresentadas situações sobre as quais o entrevistado apresenta sua forma de agir. As opções foram apresentadas como A, B e C, podendo o entrevistado escolher a que mais se identificasse com o seu perfil. De acordo com o método de teste de liderança utilizado, a letra A representava a liderança autocrática, B liberal e C democrática. Avaliando os dados coletados na entrevista, pode-se verificar que o Sr. Gilberto possui uma liderança mista, que apresenta 30% como liderança autocrática, 20% liberal e 50% democrática, verificando-se a predominância desta última.

15 Análise da entrevista realizada com os liderados

Também como parte da coleta de dados deste estudo foram feitos questionários aplicados aos liderados através de onze questões para analisar se o tipo de liderança utilizada pelo gerente é satisfatório e qual a reação que causa em seus liderados. Foram entrevistados 100% dos colaboradores da unidade de Chapadão do Sul, que totalizam 06 colaboradores. No montante de 100%, os liderados da unidade de Chapadão do Sul são do sexo feminino. Como é demonstrada, a idade predominante dos liderados é de 20 a 30 anos, com 83,33%, sendo que somente 16,67% tem abaixo de 20 anos. Como pode ser observada, a grande parte dos liderados possuem 2º grau completo, 66,66%, cabendo ressaltar que estes estão cursando ensino superior, e os demais, 33,33%, já possuem ensino superior completo.

De acordo com dados coletados com os liderados da empresa Sicredi Chapadão do Sul, 50% consideram ótimo, 33% bom, 17% regular e 0% ruim o estilo de liderança do gerente da Unidade Sr. Gilberto Diefenthaeler. Através dos dados coletados na pesquisa, 100% dos liderados afirmam que ele realiza reuniões periódicas na empresa. Pôde-se observar que, referente ao nível de satisfação quanto à liderança exercida pelo gerente na

empresa, 0% considera ruim e regular, sendo 70% bom e 30% ótimo.

Considerações finais

Pôde-se observar que o estudo da liderança cada vez mais se torna alvo de muitos estudiosos e um tema em constante discussão em todos os meios de comunicação. Trata-se realmente de um tema fascinante e de extrema importância para qualquer profissão, pois liderar é a chave para comunicar-se melhor e conseguir êxito com as pessoas, seja no trabalho, com os amigos ou com a família. Exercer a autoridade pode ser suficiente em épocas de estabilidade, mas, para um ambiente em constante transformação, quando mudam as regras que determinam estruturas, valores, normas, processos e sistemas, é preciso haver liderança. No estudo acima, pôde-se descobrir qual o perfil que as empresas buscam para os cargos de chefia e quais as habilidades necessita-se desenvolver para se tornar um líder eficaz dentro da empresa. As empresas buscam pessoas com perfil de liderança para estar à frente de seus negócios, em cargos de chefia. O líder, para alcançar seus objetivos, deve saber como usar as diferentes formas de poder, autoridade para influenciar no comportamento de seus seguidores, em maneiras diversificadas sem perder o foco do que se quer alcançar e saber para onde ir. O grande desafio dos líderes é integrar harmoniosamente as funções do líder com as funções de administrador, que, acima de tudo, deve apresentar resultado positivo para a empresa. Para isso, é imprescindível ao líder ampliar sua visão do macroambiente político, econômico e social e das variáveis atuantes num mundo globalizado e competitivo, ser educador, ser hábil negociador, ter diálogo franco e aberto e, principalmente, cultivar ambientes de aprendizagem onde as pessoas possam errar sem que haja punições.

Em seu papel mais importante hoje, o líder eficaz é aquele capaz de criar condições para o florescimento da liderança em outros, identificando e cultivando líderes potenciais em todos os níveis. Enfrentar riscos, ter persistência para alcançar resultados desafiadores, ter coragem, reinventar conceitos de negócios, fazer com que as pessoas se desenvolvam, ajudar as pessoas a encararem a realidade e

mobilizá-las para que façam mudanças são as responsabilidades do líder de hoje, que ultrapassa tudo o que se falou e esperou dos líderes passados. Pode-se destacar três estilos de lideranças mais utilizadas, que são: o autoritário, o liberal e o democrático; no entanto deverá ser escolhido aquele que esteja obrigatoriamente adequado à personalidade do líder e relacionado com cada situação que possa aparecer na vida da organização, mas também adequado às características do grupo e dos seus elementos. Não existe um estilo de liderança padrão, mas existem situações em que se obtêm mais e melhores resultados com um estilo de liderança do que com outro. O líder deverá ter flexibilidade e vontade necessária para se adequar a cada momento da organização, para avaliar, a cada situação, as variáveis e decidir quais devem ser privilegiadas.

Na pesquisa de campo realizada na empresa, pôde-se observar que o gerente possui uma liderança mista, utilizando sempre os três tipos de liderança, predominando a democrática, que dá uma maior liberdade para os liderados, mas sempre sob a observação do líder. Esse tipo de liderança apresenta uma maior eficácia estimulando a responsabilidade e o comprometimento da equipe, embora, como citado acima, o tipo ideal dependa de cada situação. É possível observar que o estilo de liderança adotado pelo sr. Gilberto tem obtido êxito, pois, na entrevista realizada com os liderados, pôde-se observar que ele obteve um alto índice de satisfação, e 50% (cinquenta por cento) da equipe classifica como ótimo o estilo de liderança desse gerente. Com os dados obtidos na pesquisa de campo, sem sombra de dúvida é possível afirmar que não existe um tipo de liderança ideal, mas sim um conjunto de características e habilidades com que o indivíduo obterá sucesso, se souber utilizá-lo na hora correta. O tipo de liderança ideal a ser utilizado depende da situação e das características pessoais dos liderados, pois, quando se lidera, lida-se com pessoas que possuem características diferentes umas das outras, tornando-se essencial ao líder saber utilizar todos os estilos de liderança e possuir atitude, criatividade, sem ter medo de errar, sempre aprendendo com seus erros, afinal também são pessoas comuns, com erros e acertos.

Referências

- BENNIS, Warren. *A formação do líder*. São Paulo: Atlas, 1996.
- BERG, Ernesto Artur. *Manual do chefe em apuros: como lidar e resolver seus problemas no dia-a-dia*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- CHIAVENATO, Roberto. *Administração de recursos humanos: fundamentos básicos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GRIFFIN, Geraldo R. *Maquiavel na administração: como jogar e ganhar o jogo do poder na empresa*. Trad. Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 1994.
- HUNTER, James C. *O monge e o executivo*. Trad. Maria de Conceição Fornos Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social y Cultura, Claves Essenciales Del Desarrollo. *Revista de La Cepal.*, p. 85-102, dez. 1999.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MUCCHIELLI, Roger. *O trabalho em equipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- YOUQUEL, Gabriel. Creación de Competencias em Ambiente Locales y Rede Productivas. *Revista de La Cepal.*, p. 105-119, ago. 2000.

Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local
Interactions between collective organizations in the promotion of local development
Interactions entre des organisations collectives dans la promotion du développement local

Interacciones entre las organizaciones colectivas en la promoción del desarrollo local

Alair Ferreira de Freitas*

alairufv@yahoo.com.br

Alan Ferreira de Freitas*

freitasalan@yahoo.com.br

Recebido em 06/08/2012; revisado e aprovado em 28/10/2012; aceito em 20/12/2012

Resumo: Este artigo buscou compreender como a criação de um arranjo organizacional cooperativo pode contribuir para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar, especialmente da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), e imprimir um caráter específico à dinâmica do desenvolvimento local sustentável em Espera Feliz, Minas Gerais. Os resultados mostram que as interações sociais estabelecidas entre as organizações locais e a cooperativa tornaram-se um meio prático de fazer da racionalidade econômica um instrumento de fortalecimento do cooperativismo e de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Interação social. Cooperativa de Crédito Solidária. Cooperação.

Abstract: This article aimed to understand how the creation of a cooperative organizational arrangement may contribute to the strengthening of family farming organizations, especially the Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), and print a special character to the dynamics of local development on Espera Feliz, Minas Gerais. The results show that social interactions established between local organizations and the cooperative became a practical means of making the economic rationality of an instrument of strengthening cooperatives and local development.

Key words: Social interaction. Credit Union Solidarity. Cooperation.

Résumé: Cet article vise à comprendre comment la création d'un accord de coopération de l'organisation peut contribuer au renforcement des organisations de l'agriculture familiale, en particulier de la Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), et d'imprimer un caractère spécial à la dynamique de développement local en Espera Feliz, Minas Gerais. Les résultats montrent que les interactions sociales pactisées entre les organisations locales et la coopérative se sont rendues demi praticien de faire de la rationalité économique un instrument de fortification du coopératisme et de développement local.

Mots-clés: Interaction sociale. Coopérative de Crédit Solidaire. Coopération.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo entender cómo la creación de una forma organizativa cooperativa puede contribuir al fortalecimiento de las organizaciones de agricultura familiar, especialmente de la Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), e imprimir un carácter especial a la dinámica de desarrollo local en Espera Feliz, Minas Gerais. Los resultados demuestran que las interacciones sociales establecidas entre las organizaciones locales y la cooperativa se habían convertido en una manera práctica hacer de la racionalidad económica un instrumento del fortalecimiento del cooperativismo y del desarrollo local.

Palabras clave: Interacción social. Cooperativa Del Crédito Solidary. Cooperación.

Introdução

O desenvolvimento não é um resultado automático do crescimento econômico. Deriva das relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar melhores condições de vida. O desenvolvimento é produzido pelas pessoas, é orientado pelas necessidades e aspirações dos atores e, por isso, podemos dizer, é socialmente construído. Ademais, a indução dos processos de desenvolvimento é provocada pela capacidade desses atores em

articular as potencialidades locais às oportunidades externas para viabilizar iniciativas inovadoras e fortalecer as ações coletivas em curso (BUARQUE, 2002), ou seja, para transformar os atributos e oportunidades naturais em vantagens competitivas para a promoção do desenvolvimento.

Nessa discussão sobre o desenvolvimento, o conceito de local não está atrelado somente à definição de um determinado espaço geográfico, mas compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os indivíduos e organizações.

* Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.

O local é uma referência socioespacial de operacionalização das ações de promoção do desenvolvimento.

Quando o debate sobre o desenvolvimento é aplicado ao meio rural, podem-se destacar as abordagens sobre a agricultura familiar, segmento que historicamente esteve alijado das políticas públicas e da ação do Estado em geral. O termo agricultura familiar designa uma diversidade de atores que têm em comum a ligação com o campo por meio de alguma atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe, e o emprego de mão de obra familiar. Estes se diferenciam de várias maneiras, como o nível de renda, a forma como exploram os recursos, os tipos de atividades, tradições, entre outras, além de diferenciarem-se de acordo com a região onde está inserida sua propriedade. Assim o ambiente físico, geográfico e cultural que circunda a unidade familiar rural intervém diretamente na sua forma de organização e na construção da identidade dos agricultores (MDA, 2007).

A agricultura familiar, abrangendo diversas formas de organização e reprodução socioeconômicas, consolida-se não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram. Essa realidade local e o próprio segmento da agricultura familiar não são estáticos. Esse conjunto de atores, práticas e processos inseridos na dinâmica das unidades familiares rurais vem passando por transformações técnicas e econômicas. Essas transformações estão estreitamente ligadas às próprias mudanças sociais e organizativas dos agricultores e às evoluções do ambiente institucional, principalmente ligadas às políticas de desenvolvimento rural, que incidem diretamente nas práticas econômicas e organizacionais desse segmento (SABOURIN, 2006).

Essas mudanças na agricultura familiar, ligadas às novas formas de governança do desenvolvimento rural no Brasil, induzem as organizações de agricultores familiares a assumirem novos papéis. Elas são mobilizadas em particular, em dois tipos de circunstâncias: i) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, ii) para

participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais (SABOURIN, 2006). Isto é observado principalmente a partir de novos discursos acompanhando as tendências das políticas públicas que incentivam a organização formal da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Nas abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento rural, o crédito é um elemento considerado estratégico (ABRAMOVAY, 2004). Contudo é necessário que ele esteja acessível ao público que realmente o demanda e que, com mais frequência, necessita dele. A operacionalização do crédito ao público de baixa renda é feita através de instituições financeiras. As cooperativas de crédito, sendo autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Órgão de regulamentação do setor financeiro) como tal, são apontadas como um instrumento de referência na operacionalização do crédito a populações de baixa renda (CAZELLA; BÚRIGO, 2009). Essas organizações se distinguem por se constituírem enquanto sociedade de pessoas e não de capital, cujos clientes são também seus proprietários.

A reprodução social das famílias rurais de baixa renda perpassa pelo acesso ao crédito. Isso diz respeito à obtenção de alguma forma de crédito (como empréstimos informais com agiotas) ou, mais comumente, modalidade de poupanças informais para se garantir contra imprevistos (como a manutenção de um animal para ser vendido em caso de doença na família). Mais que um setor, as finanças informais podem representar a própria rede de relações sociais de que dependem os indivíduos e as famílias pobres (ABRAMOVAY, 2004).

Os laços financeiros, nesse sentido, podem ser muito mais ricos que a impessoalidade expressa nos serviços bancários formais, pois edificam-se sobre o contato frequente com o fornecedor do crédito e a fidelidade entre ambos agentes. É o que Búrigo (2006) caracteriza como relações de proximidade nos serviços financeiros. Constata-se, com efeito, que a exclusão financeira está associada à baixa presença de organizações financeiras locais que conheçam melhor as necessidades de seus clientes e se orientem pela lógica da

solidariedade, diferente de agiotas (serviços informais) e de bancos (serviços formais). Sob esse contexto, as cooperativas aparecem como importante ator social para suprir a necessidade de acesso ao crédito adequado à realidade da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento local. As cooperativas de crédito rural podem se integrar em arranjos organizacionais cooperativos, em que as diversas organizações locais se beneficiam mutuamente.

Assume-se aqui a premissa de que as formas e práticas organizacionais são condicionadas pela sua imersão na estrutura social, pois, de acordo com Granovetter (1985), fatores socioculturais exercem papel significativo no desempenho de organizações, e a ação econômica, por sua vez, está imersa em relações sociais, pelas quais são moldadas.

Com base na experiência recente do sistema Ecosol de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária no estado de Minas Gerais, mais especificamente a cooperativa Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas e sua atuação no município de Espera Feliz, procurou-se compreender como a criação de um arranjo organizacional cooperativo pode contribuir para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar, em especial para a cooperativa de crédito, e imprimir um caráter específico à dinâmica do desenvolvimento local sustentável. O que buscamos identificar, portanto, não são indicadores de desenvolvimento em si, mas as propriedades que caracterizam a alimentação recíproca entre um arranjo organizacional e o contexto social local. Faz-se importante esse recorte analítico por permitir evidenciar as relações interorganizacionais que dinamizam a operacionalização dos serviços financeiros e a vida econômica dos agricultores e suas famílias no processo de desenvolvimento local.

Para apresentar os resultados da pesquisa e as questões suscitadas, o texto apresenta-se dividido em cinco seções além desta introdução. Na próxima seção, evidenciam-se os pressupostos teóricos utilizados para a compreensão da atuação das cooperativas de crédito solidárias e suas relações com outras organizações de agricultores familiares. Na terceira seção, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa. Na quarta, são apresentados resultados e discussão, infor-

mando sobre o sistema Ecosol e sua atuação em Minas Gerais e a dinâmica do arranjo organizacional da agricultura familiar do qual faz parte. Para finalizar, são apresentadas algumas considerações finais.

1 Pressupostos teóricos

Para entender a atuação das cooperativas, as relações interorganizacionais e o acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros formais, a economia não pode ser analisada como uma esfera autônoma da vida social (POLANYI, 2000). Sob o referencial da Sociologia Econômica, parte-se do pressuposto de que os comportamentos e instituições são tão condicionados pelas relações sociais, que conceituá-los como independentes e atomizados representa um sério equívoco (GRANOVETTER, 1985). Apropriar dessa lente para analisar as organizações e suas relações pode permitir transcender um tipo de abordagem racionalista e formalista, direcionando o percurso analítico para as interações sociais e as dinâmicas organizacionais que caracterizam processos de desenvolvimento local.

Ao analisar as ações econômicas sob a luz das estruturas sociais, Granovetter (1985) conclui que, mesmo na sociedade capitalista, o comportamento econômico encontra-se enraizado em redes sociais. As relações sociais são entendidas aqui como o “[...] comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (WEBER, 1991, p. 228). Essas relações passam a condicionar as formas de atuação e interação estabelecidas entre os atores e projetam, para além de uma racionalidade estritamente econômica, seus fins e meios à consecução de objetivos comuns.

A confiança, a cooperação e a reciprocidade reproduzidos pelas relações sociais são mecanismos amplamente presentes nas organizações e condicionam a forma como elas coordenam as interações com clientes, fornecedores, parceiros, Estado, comunidade, investidores, inclusive concorrentes (SACOMANO NETO; TRUZZI, 2008). Evidenciar esses elementos é considerar a existência de um capital social que compõe o substrato das organizações.

A literatura que trata do surgimento do conceito de capital social atribui a Bourdieu (1986) e Coleman (1988) o pioneirismo no tratamento deste. São autores que influenciaram significativamente os estudos, por exemplo, de Robert Putnam. Putnam (1996) considera que o capital social é constituído por elementos das organizações sociais (redes, normas e confiança) que facilitam a ação e a cooperação para benefício mútuo, uma vez que um acervo abundante de capital social proporciona um trabalho em conjunto mais fácil.

O capital social pode ser definido como: [...] “as características das redes de relações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177). Conceitualmente esse autor define a noção de capital social em relação à capacidade dos grupos e organizações que formam a sociedade civil em prol do desenvolvimento do trabalho coletivo no alcance de objetivos comuns, geradores de maior eficiência na produção coletiva de outros tipos de capitais (econômico, financeiro, político etc.). O capital social é um instrumento importante para compreender como as redes sociais e organizacionais contribuem para o desenvolvimento das cooperativas e das localidades onde atuam.

As redes sociais, conceito importante para compreender as relações sociais sob uma perspectiva estrutural, permitem conferir sentido e operacionalizar a ideia de enraizamento social do comportamento econômico (*embeddedness*, como conceituou Granovetter (1985)). As redes sociais podem ser entendidas como formas de interação social que permitem a diferentes atores interatuarem entre si, provocando o contato e a constituição de relações duradouras. Rede social é um instrumento que permite descrever e analisar as interações entre os indivíduos, as relações interorganizacionais e intraorganizacionais (STEINER, 2006).

Os vínculos constituídos a partir das redes podem resultar em relações de confiança, desde que realimentados por reciprocidade, elemento essencial para a manutenção das interações e de oportunidades coletivas a partir das organizações que lhe fazem parte. Contudo as redes sociais não são garantias de eficiência nas atividades econômicas. Para

favorecer essas atividades, é fundamental que a rede apresente características que lhe confirmem vantagens competitivas (por exemplo, redução dos custos de transação e da assimetria de informação) e se tornem um capital social orientador da regulação econômica e da atuação dos atores.

Em se tratando das cooperativas de crédito solidárias, esses pressupostos teóricos são importantes para potencializar a compreensão da formação e atuação de organizações financeiras que lidam cotidianamente com um público de baixa renda. Essas organizações necessitam desenvolver estratégias para manutenção de suas relações com o mercado, com parceiros e com o Estado, as quais são decisivas sobre sua capacidade operacional e impactam na reprodução social das famílias pobres a elas associadas.

Como observou Granovetter (2001), a existência de ligações estreitas entre as instituições de financiamento e as redes de produção e comercialização possibilita inovações organizacionais que podem levar mais facilmente ao sucesso dos pequenos negócios. Percebe-se, assim, a importância de estabelecer arranjos locais e parcerias institucionais entre organizações financeiras, como as cooperativas de crédito solidárias, e redes de produção e comercialização, como as cooperativas e associações de agricultores familiares. Isso pode articular as redes sociais às ações econômicas empreendidas pelos atores locais e formar capital social, substrato preponderante para a consolidação desse tipo de organização e para a promoção do desenvolvimento local.

2 Aspectos metodológicos

Optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, especialmente diante da novidade que representam essas organizações em Minas Gerais e a complexidade que traduzem em sua existência. Devido à falta de estudos anteriores sobre a experiência desse tipo de cooperativa de crédito em Minas Gerais, utilizou-se do estudo de caso como estratégia de pesquisa, analisando o caso particular do município de Espera Feliz, MG. Várias são as definições encontradas para o estudo de caso, mas a mais recorrente é a de Yin (2001), que

afirma que o estudo de caso é uma pesquisa empírica em que se estuda um acontecimento contemporâneo, dentro de um contexto da vida real. O autor ressalta ainda que tal metodologia é importante por permitir uma reflexão aprofundada do fenômeno em particular e a identificação de outros fenômenos ligados à história dos atores sociais.

A etapa de coleta de dados foi realizada em agosto e setembro de 2010. Os dados secundários foram adquiridos por meio de pesquisa documental, baseada em relatórios e formulários, principalmente o Estatuto Social, o Regimento Interno e Relatórios de Planejamento. Os dados primários foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas entrevistas com o diretor geral, o diretor financeiro e a funcionária do Posto de Atendimento Cooperativo da Ecosol em Espera Feliz, e dois diretores do Sindicato de Trabalhadores Rurais, todos são cooperados e membros de outras organizações locais, totalizando cinco (5) entrevistas em profundidade. Foram realizadas também conversas informais com diretores de todas as organizações locais, devidamente registradas em um caderno de campo, instrumento de pesquisa que possibilitou registro das falas dos informantes e as percepções do pesquisador. Portanto a amostra é intencional e não probabilística, selecionando informantes qualificados ligados à trajetória da cooperativa e das organizações locais (sindicatos, cooperativa agrária e associação de agricultores), prezando pela riqueza e profundidades das informações, e não por um quantitativo de entrevistados.

A observação participante também foi utilizada, de modo a obter uma melhor compreensão dos acontecimentos e da dinâmica relacional, sendo observadas reuniões da cooperativa de crédito, da cooperativa agrária e do sindicato de trabalhadores rurais, tendo destaque o planejamento do sistema Ecosol em Minas Gerais, no qual estavam presentes representantes das organizações locais da agricultura familiar. Todas as observações e conversas informais durante as reuniões foram devidamente registradas no caderno de campo.

Após a coleta, a próxima etapa foi de organização e análise dos dados, realizada através da técnica de análise de conteúdo

(BARDIN, 2009). Nesta etapa os dados foram decompostos de suas fontes originais para, em seguida, serem reorganizados com o fim de melhor expressar sua significação. Essa reorganização buscou recortar o conteúdo seguindo uma proximidade de sentido, contendo fragmentos do discurso e ideias temáticas de formação das categorias analíticas que orientaram as análises que se seguirão. Isso se iniciou com a transcrição e leitura dos dados e seu agrupamento de acordo com os objetivos da pesquisa. Após a sistematização dos dados, se procedeu a uma análise sistemática, relacionando e confrontando os dados primários aos secundários, buscando a sua interpretação à luz do referencial estruturado anteriormente e das questões que orientaram a pesquisa.

3 Resultados e discussão

a) As cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais

O sistema Ecosol é um exemplo do cooperativismo de crédito solidário, reunindo cooperativas de crédito rural em âmbito nacional no Brasil. Em Minas Gerais o sistema concentra-se na Zona da Mata Mineira. Ele surge por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) através de uma política de fomento ao crédito para trabalhadores, implementada por sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Em parceria com sindicatos de todo o Brasil, a ADS iniciou um processo de constituição de uma Central de Crédito, formada por cooperativas de crédito sem vinculação a outro sistema ou descontentes com os sistemas aos quais estavam vinculadas. As cooperativas eram discutidas sob o princípio da solidariedade e o modelo de autogestão, buscando nova lógica para a organização e para os serviços financeiros no atendimento de um público até então excluído do escopo dos bancos.

As cooperativas do sistema Ecosol em MG surgiram como consequência de uma série de mobilizações sociais, iniciadas em 2002, como desdobramento do movimento político da agricultura familiar, conduzidas principalmente pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. As experiências de crédito rotativo desenvolvidas na região com o

apoio da Organização Não-Governamental (ONG) Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA/ZM) antecederam as cooperativas e se tornaram fator relevante para sua constituição. Passados aproximadamente dois anos de mobilizações e experiências, foram formalizadas duas cooperativas em MG: uma no município de Araponga (Ecosol Araponga), em novembro de 2004, e outra no município de Tombos (Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas), em fevereiro de 2005. Após a constituição dessas cooperativas, criou-se uma base de serviços da Ecosol em MG, (com formato legal de uma associação), como forma de apoiar e dar assistência técnica ao sistema, sobretudo em relação à contabilidade, controles internos, formação dos associados e dirigentes, softwares e relações com bancos, governo e outras entidades.

Em MG ainda permanecem apenas duas cooperativas, mas a cooperativa sediada em Tombos se expandiu no ano subsequente

de sua formação e criou Postos de Atendimento ao Cooperado nos municípios de Espera Feliz, Simonésia e Divino. Já a cooperativa de Araponga é restrita ao município de Araponga. Os cooperados dessas cooperativas são todos agricultores familiares, em sua maioria parceiros e meeiros com propriedade de dois alqueires em média. A maioria dos sócios é associada a outras organizações locais, destacando os sindicatos, cooperativa agrária, associação de produtores e associações comunitárias.

Em seu processo de desenvolvimento, o sistema Ecosol em MG tem se mostrado eficiente para lidar com capital próprio e, após as cooperativas terem cumprido todas as metas exigidas pelo Banco Central¹, apresentam uma considerável evolução em termos de carteira de empréstimos, capital social e o quadro social. No caso da cooperativa Ecosol em Espera Feliz, objeto de análise deste trabalho, isso pode ser mais bem visualizado a partir da Tabela 1:

Tabela 1 - Indicadores de desempenho financeiro do PAC Ecosol – Espera Feliz em dezembro de 2010.

Indicadores	PAC Ecosol – Espera Feliz
N. sócios	340
Capital social	R\$ 44.383,00
Carteira de Empréstimos	R\$ 97.394,00
Depósitos a prazo (poupança e aplicação)	R\$ 120.209,00
Patrimônio Líquido Ajustado	R\$ 61.509,13

Fonte: Dados da pesquisa.

A situação expressa acima também é fruto de parcerias e articulações. Os indicadores financeiros expressos na Tabela são formados apenas por capital próprio, tendo em vista que as cooperativas não acessam recursos públicos ou fundos privados externos ao quadro social. Os expressivos valores estão ligados ao adensamento das parcerias locais, reforçando as redes organizacionais existentes em sua área de atuação, assim como analisaremos a seguir.

b) Caracterização do arranjo organizacional da agricultura familiar em Espera Feliz

Em Minas Gerais, a população rural passou de 71% em 1950 para apenas 18% da população total em 2000, com a expulsão do campo de grandes contingentes de agricultores sem condições de competir e se reproduzir socialmente na ordem econômica instalada. Especificamente no município de Espera Feliz, a população rural compreende aproximadamente 45% do total de habitantes,

¹ O Banco Central exige metas de crescimento econômico nos cinco primeiros anos de funcionamento de uma cooperativa de crédito. No final do quinto ano é necessário ter R\$ 60.000,00 em capital social.

sendo a população total de aproximadamente 21.000 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009)². Entre a população rural, a maioria são agricultores familiares, tendo uma participação importante na economia do município. Essa breve caracterização ressalta a importância de estudos que tomem a população rural como foco. Apesar do êxodo rural, a grande parcela de habitantes na área rural indica a relevância que pode representar as cooperativas para esse setor especificamente, principalmente quando se considera a agricultura familiar.

Em Espera Feliz, as experiências político-religiosas de base comunitária, historicamente alicerçadas na agricultura familiar, se concretizaram em um plano de desenvolvimento local denominado Envolvimento Local (ELO). Trata-se de um plano de ação iniciado em 2004, que promoveu várias discussões e funcionava sob a forma de um colegiado, composto por várias organizações representativas dos trabalhadores rurais, tais como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (Asimaf), Grupo de Mulheres (GM), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária (Coofeliz), Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), Associação dos Terapeutas homeopatas (Teravida) e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), ONG sediada em Viçosa, MG. O ELO buscava a melhoria das condições de vida a partir da utilização de recursos locais e da mobilização das próprias pessoas na solução de seus problemas. Para isso, valorizou-se a formação dos jovens, a participação das mulheres, o fortalecimento das organizações coletivas e o envolvimento das comunidades na elaboração e execução de ações que poderiam superar os problemas e proporcionar melhor qualidade de vida à população rural.

É a partir desse programa (ELO) que acontece a constituição de algumas organizações coletivas (como as cooperativas de crédito e de produção: Ecosol e a Coofeliz, respectivamente) e que se intensificam as interações entre as organizações locais de agricul-

tores familiares do município de Espera Feliz. A interação entre as organizações, tanto na elaboração e execução dos planejamentos do sistema Ecosol em MG, quanto na integração a ações e projetos comuns, vão desenhando os contornos do arranjo organizacional em que se insere a Ecosol Zona da Mata e Leste de MG em Espera Feliz³.

Para melhor visualizar a estrutura do arranjo que envolve a Ecosol, segue abaixo um esboço através da Figura 1. Deixamos claro que as relações e formas de interação estabelecidas entre a Ecosol e os atores externos, (como os bancos e universidades) também são de suma relevância para a sustentabilidade da cooperativa e a promoção do desenvolvimento local. Porém, nos concentramos neste estudo nas relações a nível local entre a Ecosol e as organizações da agricultura familiar de Espera Feliz, pois são estas que mantêm relações muito próximas e cotidianas com a cooperativa de crédito:

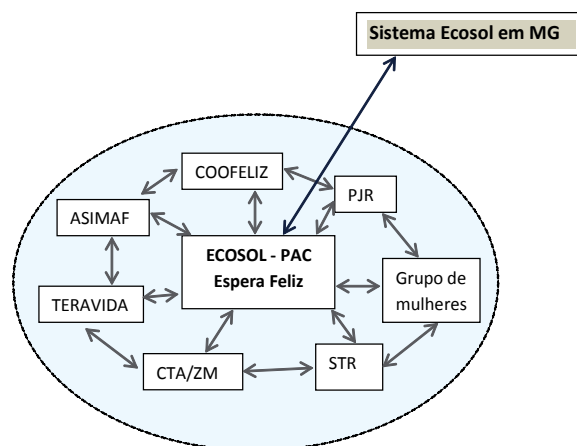


Figura 1 - Arranjo organizacional da agricultura familiar a partir da Ecosol em Espera Feliz.

Nesse arranjo, a Ecosol estabelece parcerias concretas com as demais organizações locais de agricultores familiares, pois estão envolvidas no mesmo contexto, sob os mesmos referenciais sociopolíticos. Isso a permite também desenvolver mecanismos de controle social do crédito, aproveitando as potencialidades das organizações de base, como o trabalho efetivo nas comunidades, o conhecimento entre seus membros e as relações de parentesco que circunscrevem sua

² Dados extraídos do site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> em 10/07/2010.

³ A partir de agora, vamos denominar essa cooperativa apenas como Ecosol para simplificar.

atuação para dinamizar as relações financeiras. Esse arranjo redimensiona a atuação das organizações locais e consequentemente da Ecosol, pois amplia sua capilaridade ao atuarem conjuntamente, sob agendas comuns, em espaços comuns de interação.

Nesse caso, vale destacar o **Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR)** de Espera Feliz, que atua há muitos anos na região em que está presente a Ecosol. A valorização das formas com que o sindicato organiza suas bases sociais, através de núcleos formados por comunidades rurais, facilita a inserção e circulação de informações sobre a cooperativa, seus produtos e serviços, e a obtenção de informações sobre os associados e as respectivas demandas pelo crédito. Isto acontece na maioria das vezes por meio dos agentes de crédito e desenvolvimento⁴, que também fazem parte do STR e permitem intensificar relações de maior proximidade com os associados, flexibilizando assim os critérios para a concessão e acompanhamento dos investimentos captados pela cooperativa. De acordo com Magalhães (2004), a proximidade como marca de um arranjo organizacional amplia os processos de aprendizado e inovação, que conferem novas vantagens competitivas aos empreendimentos. A cooperação pode ampliar também o acesso a mercados e reduzir custos de transação nas atividades comerciais.

O STR ainda contribui na mobilização e no incentivo de seus sócios para a filiação à Ecosol, pois estimula a atividade produtiva baseada nos princípios da agroecologia⁵, dentro de um projeto político compartilhado também pela Ecosol. O crédito é concebido aí como um instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar e de indução de processos de desenvolvimento local sustentável.

Outra organização importante nesse arranjo é a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (Asimaf), responsável pela or-

ganização política dos agricultores familiares, capacitação e captação de recursos, buscando a dinamização dos processos produtivos da agricultura familiar. Essa organização, na busca pelo fortalecimento das atividades produtivas de seus sócios, seja através de projetos de financiamento ou pela prestação de assessoria e intercâmbios, fortalece também a demanda pelo crédito, pois gera oportunidades atrativas em que se criam demandas legítimas pelo crédito. Essas demandas, como muitas vezes não são satisfeitas pelos intermediários convencionais (bancos e agiotas), necessitam de crédito para seu desenvolvimento ou ficarão à beira da liquidação de seus ativos produtivos, arriscando-se numa operação onerosa ou de alto risco, endividando-se (GONZÁLES-VEGA, 2000).

Contudo essa parceria com a Ecosol possibilita acesso qualitativo a ativos produtivos em condições especialmente referenciadas pelo seu contexto específico, ou seja, a cooperativa disponibiliza o crédito necessário para investimento nas oportunidades reais, e a baixo custo⁶, através de um serviço personalizado e desburocratizado. Os investimentos, de acordo com as orientações da Ecosol e da Asimaf, devem destinar-se a atividades produtivas sustentáveis, baseadas na agroecologia, assim como é também apoiado pelo STR.

Para exercer a atividade de comercialização, foi criada em 2005, como desdobramento das atividades da Asimaf, a cooperativa de produção da agricultura familiar solidária de Espera Feliz (Coofeliz). Seu papel fundamental é a organização da produção e comercialização da diversidade de produtos da agricultura familiar de Espera Feliz. Os trabalhos de base realizados pela Coofeliz também são fundamentais para a Ecosol na medida em que possibilitam maior capilaridade das suas ações e capacita os agricultores para a ação cooperativa. Essas duas organizações também compartilham de projetos políticos, orientando o formato organizacional e

⁴ Os agentes de crédito e desenvolvimento são pessoas físicas responsáveis por mobilizar diretamente nas comunidades os sócios da Ecosol, além de atuarem na divulgação e captação de informações para a cooperativa.

⁵ Para Altieri (1999) a agroecologia é uma ciência, um conjunto de conceitos, princípios e métodos que permitem estudar, manejar e avaliar um ecossistema agrícola, oferecendo diretrizes para uma agricultura sustentável, ambientalmente sadia, socialmente justa e economicamente viável.

⁶ Segundo os dados da pesquisa e os relatos dos entrevistados, os custos do empréstimo através da Ecosol chegam a ser cerca de 50% mais baixos em determinados produtos que nos intermediários convencionais. Naqueles produtos em que o custo é equiparado, a Ecosol diferencia-se pela facilidade de acesso (não baseando em bens patrimoniais como forma de aval) e condição de pagamento (flexibilizando o total de parcelas e o tempo de carência).

o conteúdo de suas atuações pela Economia Solidária. Parcerias econômicas também são estabelecidas entre essas organizações, como no caso de processos de comercialização, principalmente para mercados institucionais, em que a Ecosol realiza empréstimos à Coofeliz para que ela efetue o pagamento dos cooperados rapidamente após a entrega de seus produtos e, quando a comercialização for realizada e os pagamentos concluídos para a Coofeliz, esta devolve o empréstimo a Ecosol com os juros devidos.

A Associação dos Terapeutas Homeopatas (Teravida) trabalha no município com o tratamento homeopático de homens, mulheres, animais e lavouras. Boa parte do movimento político da agricultura familiar de Espera Feliz⁷ compartilha com essas orientações, principalmente porque buscam não utilizar produtos químicos nas lavouras e rebanhos. Em suas orientações, a Teravida também busca a autonomia dos agricultores familiares, por isso o crédito da Ecosol é concebido em contraposição ao crédito dos bancos, que prestam serviços impessoais a taxas de juros exorbitantes. Ainda, se preocupa em orientar os investimentos da transição agroecológica por meio da Ecosol e reforçam a sustentabilidade e a harmonia com o meio ambiente junto aos agricultores.

A Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Grupo de Mulheres (GM) também são parceiras da Ecosol e fazem parte do arranjo organizacional em destaque. O trabalho com jovens da PJR, principalmente através da “Escolinha Sindical”⁸, desencadeia uma série de consequências como a inserção de jovens na diretoria das organizações locais e a manutenção de grande parte no meio rural. O GM mobiliza agricultoras familiares para ações políticas e econômicas, como a produção de artesanato para geração de renda. Em

parceria com a Ecosol, essas organizações concebem um uso especial ao dinheiro em relação à aplicação feita pelos homens adultos e, portanto, a cooperativa lança novas linhas de crédito, direcionados aos jovens e as mulheres, com taxas de juros também especiais, mais baixas que outros produtos e serviços. Foi notado que os homens adultos utilizam o empréstimo basicamente para investimentos produtivos em suas propriedades, e a renda destinada a mulheres e jovens vinha desses investimentos, sendo realocados para uso familiar. Com essas novas modalidades de crédito, direcionadas a esses grupos, as mulheres (artesanato) e jovens (apicultura) investem em empreendimentos, cujo retorno é usado de forma diferenciada do dinheiro recebido pelos investimentos produtivos dos homens adultos.

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) é uma Organização Não Governamental sediada em Viçosa, que vem contribuindo com as atividades produtivas dos sócios da Ecosol, pois disponibiliza assessoria à organização dos agricultores e a seus investimentos produtivos na orientação da transição agroecológica. O acompanhamento proporciona melhores direcionamentos à produção, que visam gerar maior rentabilidade e oportunidade a investimentos futuros. Vale destacar que o CTA/ZM não promove um acompanhamento sistemático aos cooperados da Ecosol, mas desenvolve ações de formação e educação que orientam a prática agroecológica e que contribuem para a difusão de informações e para a mobilização de agricultores sobre esse escopo de ação.

c) Análise do arranjo organizacional da agricultura familiar em Espera Feliz

Essas relações vistas a partir de uma organização focal possuem sempre algo em comum, que tece identidades coletivas e culturas organizacionais específicas: orientações ideológicas que expressam o viés político das organizações sobre uma proposta de intervenção na realidade. A agroecologia, no fortalecimento de uma matriz tecnológica alternativa, e a Economia Solidária, como uma nova proposta de organização não capitalista do trabalho, da produção e da comercializa-

⁷ Quando mencionado “movimento político da agricultura familiar” quer-se dizer sobre os agricultores familiares vinculados ao STR e demais organizações locais, oriundas de uma trajetória política marcante de luta por direitos e organização política dos trabalhadores rurais do município.

⁸ Espaço de formação política de jovens filhos de agricultores familiares conduzido pelo STR em parceria com outras organizações. As oficinas oferecidas pela escolinha são ministradas por membros do sindicato e das organizações parceiras, que contribuem com temáticas relacionadas às suas práticas.

ção, são princípios convergentes nesse arranjo organizacional.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Ecosol nesse cenário é a coordenação das ações a partir da rede de organizações da qual dependem para a manutenção de um ambiente institucional e social adequado à sua sustentabilidade. O estímulo ao fortalecimento de relações de proximidade e confiança necessário à cooperativa é provocado pela organização de “sistemas locais de governança” (MAGALHÃES, 2004). A formação desses sistemas de governança, no caso da Ecosol/MG, é decorrente de um processo complexo, consequência de um aprendizado coletivo em torno de mecanismos de coordenação de ações que visam não somente ao crescimento estrutural da organização, mas à formação de um capital social na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Outra estratégia de interação é a renovação constante dos espaços institucionais de participação, integrando as organizações locais nos processos decisórios da Ecosol (como no caso dos planejamentos estratégicos da cooperativa), o que promove a relação de confiança entre as partes. Como assinala Gambetta (1988), confiança e interação promovem condições favoráveis à honestidade e à cooperação, gerando assim uma economia sadia, e a reputação de ser confiável que produz essa interação social se reforça mutuamente num benéfico concerto de interesses.

Pode-se perceber que as ações desencadeadas no bojo desse arranjo, a partir das interações entre as organizações locais, fundamentam-se em uma concepção de sustentabilidade por seguir preponderantemente a construção de atividades produtivas ligadas a agroecologia, práticas culturais e sociais de base comunitária, valorizando o conhecimento do sistema de valores e crenças dos atores, e atividades econômicas baseadas na solidariedade em detrimento da racionalidade econômica estrita. Nesse sentido, existe o direcionamento para a construção de uma consciência coletiva em torno da utilidade social do investimento financeiro, direcionado a uma matriz produtiva sustentável concebida sobre os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia.

As atividades econômicas são exercidas como forma de geração de renda para

os agricultores, entretanto não é a exclusiva busca pelo lucro que orienta suas ações, mas a intensificação das relações sociais, fortalecendo o capital social como instrumento para dinamizar os fluxos de informação e potencializar as ações rumo a objetivos compartilhados, como acesso a mercados e ampliação da capilaridade das organizações. É, por esta via, que o capital social orienta e regula a circulação do capital financeiro através das cooperativas de crédito.

O compartilhamento de ações econômicas, sociais e políticas vão tecendo a rede que alicerça a Ecosol e as organizações locais, dando forças à expansão da atuação dessas organizações e de suas ações para um nível macro. Como afirma Granovetter (1991), instituições econômicas estáveis resultaram de padrões de atividade em torno de redes sociais. Portanto essas ações contribuem para o desenvolvimento local na medida em que mobilizam capital social e viabilizam projetos dos agricultores familiares em Espera Feliz. O (des)envolvimento local sustentável parte dessa concepção política organizada e reproduzida pela agricultura familiar e se materializa nas ações e consequências explicitadas neste trabalho, como externalidades das interações entre organizações coletivas.

Considerações finais

As relações sinérgicas constituídas entre as organizações locais da agricultura familiar e a Ecosol na promoção de ações conjuntas orientadas para o desenvolvimento local se tornam importantes na medida em que vão consolidando bases sociais de cooperação, formando o tecido social no qual essas organizações se alicerçam, potencializando a mobilização de recursos, pessoas e ações para uma proposta compartilhada de transformação da realidade social e econômica da agricultura familiar. Esse capital social pode ser considerado, então, a chave explicativa da complexa trama de relações que sustenta e reproduz o arranjo organizacional da agricultura familiar em Espera Feliz.

Esse arranjo organizacional denota uma forma de organização social da agricultura familiar, que permite aos atores locais definir modos de coordenação e interação entre unidades organizacionais especializadas e funcio-

nalmente diferenciadas. Esse argumento parte da constatação anterior de que, nas relações econômicas cotidianas que marcam as relações interorganizacionais, as organizações são precedidas por relações sociais. As redes sociais que sustentam as organizações da agricultura familiar são constituídas e constituintes do capital social que as operacionaliza.

A superação dos diversos desafios da organização focal analisada vai depender veementemente da cooperação, da solidariedade e da coesão social do arranjo do qual faz parte. Esses fatores devem ser mantidos e disseminados para a garantia de seus princípios e consolidação da rede organizacional que ampara a cooperativa de crédito. Os espaços institucionais constituídos contribuem para a perpetuação das relações interorganizacionais, e reafirmam a participação enquanto condição intrínseca ao aprendizado coletivo, instigando o sentido da capacidade de intervenção social dos atores locais.

Nesse contexto que estimula a cooperação, melhora-se o desempenho institucional em geral, e da cooperativa de forma muito particular. As redes sociais se tornam coletividades socialmente coesas, em que a frequência de interações econômicas e a densidade das relações sociais permitem à Ecosol reduzir incertezas ligadas ao crédito, possibilitando limitar comportamentos desonestos por meio de ações morais socialmente compartilhadas e padrões de conduta institucionalizados nas comunidades rurais. Dessa forma, a governança construída entre as organizações e a Ecosol possibilita a redução de assimetria de informação e de custos de transação embutidos nas intermediações financeiras realizadas pela cooperativa e corrobora com a sua sustentabilidade.

Esse capital social que emana da interação entre as organizações locais da agricultura familiar em Espera Feliz particulariza o processo de desenvolvimento local ao sublinhar seu conteúdo multidimensional e dinâmico. O desenvolvimento, marcado por esse envolvimento local, parte mesmo da premissa de que sua característica predominantemente endógena reforça o potencial de transformação que a sociedade civil organizada possui, nesse caso tratando da agricultura familiar. A Ecosol, como parte do arranjo organizacional local, compõe apenas uma peça do esquema,

que precisa ser compreendido para decifrar a estrutura social que define o meio rural analisado.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (Org.) *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume, 2004.
- ALTIERI, Michel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova York: Greenwood, 1986.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BÚRIGO, Fábio Luiz. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CAZELLA, Ademir Antônio; BÚRIGO, Fábio. Luiz. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. *Política e Sociedade*, v. 14, p. 301-331, 2009.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, p. S95-S120, 1988. Supplement.
- GAMBETTA, Diego (Ed.). *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- GRANOVETTER, Mark. *A theoretical agenda for economic sociology*. New York: Department of Sociology - Stanford University, 2001.
- _____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- _____. *Economic Institutions as Social Constructions: a Framework for Analysis*. Paper prepared for the CREA conference on 'The Economics of Conventions'. Paris, 1991.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Planejamento de serviços financeiros para famílias de baixa renda. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume/Fapesp/ADS-CUT/Sebrae, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. *Plano territorial de cadeias de produção cooperativa: orientações metodológicas e operacionais para a elaboração*. Brasília: MDA/SDT, 2007.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia - a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SABOURIN, Erik. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido. In: SABOURIN, E. (Org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. *Cadernos do CEAM*, Brasília, n. 23, p. 51-93, 2006.

SACOMANO NETO, Mário; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Sociologia econômica e governança: visão sociológica da ação nos mercados*. 2008. Disponível em: <www.

dep.ufscar.br/grupos/neseft/st/anais_st/eixoI/Mario_Sacomano.pdf>.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS

Development of family agriculture: research on rural issues and the territory as a reference to study the case of Terenos, MS

Développement de l'agriculture familiale: la recherche sur les questions rurales et le territoire comme une référence pour étudier le cas de la municipalité de Terenos, MS

El desarrollo de la agricultura familiar: la investigación en temas rurales y el territorio como una referencia para estudiar el caso del municipio de Terenos, MS

Thelma Lucchese Cheung*
(thelma.lucchese@gmail.com)

Recebido em 15/08/2012; revisado e aprovado em 17/10/2012; aceito em 15/01/2013

Resumo: Para melhor entender como anda o processo de desenvolvimento local do município de Terenos, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, utilizou-se um aporte teórico territorialista. Desde a década de 1920, os primeiros agricultores de origem europeia foram assentados no local, e a sua organização deu origem à Colônia Velha e Nova. Representando uma das aglomerações mais antigas de agricultores familiares do Estado, os produtores daquelas colônias foram entrevistados estabelecendo-se como objetivo identificar suas potencialidades locais, diferenciação, interação com o território, bem como suas principais dificuldades competitivas. Embora se sustentem pelas atividades de produção agropecuárias, os agricultores declararam que os problemas relacionados à comercialização e à coordenação das cadeias nas quais têm participação são os maiores entraves na busca pelo desenvolvimento e destaque no mercado que desejam.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Dificuldades no desenvolvimento. Diferenciação através do território.

Abstract: To understand how is the process of local development in Terenos, located in the State of Mato Grosso do Sul, we used a theoretical territorialist. Since the 1920s the first family agricultures of European origin were settled in place and your organization gave rise to the Old Colony and New Colony. Representing one of the oldest settlements of small farmers of the State, the interviews were conducted with producers of those colonies had as its objective to identify potential sites, differentiation, interaction with the territory, as well as its main competitive difficulties. Although supporting the activities of agricultural production, the family farming stated that the problems related to the marketing and coordination of the chain which has a stake are the biggest obstacles in the pursuit of development and prominence in the market who wish to

Key words: Family agriculture. Difficulties in developing. Territory differentiations.

Résumé: Pour mieux comprendre comment est le processus de développement local dans la municipalité de Terenos, situé dans l'État du Mato Grosso do Sul, nous avons utilisé un territorialiste théorique. Depuis les années 1920, les premiers agriculteurs d'origine européenne ont été réglés en place et votre organisation a donné lieu à la colonie Ancien et le Nouveau. Représentant une des plus anciennes colonies de petits agriculteurs de l'État, les entrevues ont été menées avec les producteurs de ces colonies avait pour objectif d'identifier les sites potentiels, la différenciation, l'interaction avec le territoire, ainsi que ses principales difficultés concurrentielles. Bien que soutenant les activités de production agricole, les agriculteurs ont déclaré que les problèmes liés à la commercialisation et la coordination de la chaîne qui détient une participation sont les principaux obstacles à la poursuite du développement et de l'importance dans le marché qu'ils veulent.

Mots-clés: L'agriculture familial. Les difficultés dans le développement. La différenciation à travers le territoire.

Resumen: Para entender mejor cómo es el proceso de desarrollo local en el municipio de terenos, que se encuentra en el Estado de Mato Grosso do Sul, se utilizó una territorialista teórico. Desde la década de 1920 los primeros agricultores de origen europeo se establecieron en su lugar y su organización dio origen a la Colonia Antiguo y el Nuevo. En representación de uno de los más antiguos asentamientos de pequeños agricultores del Estado, se realizaron las entrevistas con los productores de las colonias tuvo como objetivo identificar los sitios potenciales, la diferenciación, la interacción con el territorio, así como sus dificultades competitivas principales. A pesar de apoyar las actividades de producción agrícola, los agricultores declararon que los problemas relacionados con la comercialización y la coordinación de la cadena que tiene una participación son los mayores obstáculos en la búsqueda del desarrollo y protagonismo en el mercado que ellos quieren.

Palabras clave: Agricultura familiar. Dificultades en el desarrollo. La diferenciación a través del territorio.

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

Introdução

No Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2009), a agricultura familiar é responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, tendo uma produção correspondente a 54 bilhões de reais, significando 38% do valor bruto gerado pela agricultura.

Cabe destacar que, no Brasil, até a década de 1990, os termos usualmente utilizados para qualificar os agricultores familiares eram o de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Em decorrência das lutas do movimento sindical por crédito, pela melhoria de preços dos seus produtos, pela busca por formas de comercialização diferenciadas e pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural é que essas denominações foram dando lugar para a de agricultura familiar.

O mundo rural é caracterizado, historicamente, por se organizar em torno da produção de alimentos, cabendo aos agricultores familiares uma importante missão de abastecimento das sociedades a partir daquilo que é produzido nas unidades de produção. Segundo Zibetti (2005), existe uma teoria tri-dimensional sobre a função do espaço rural, a qual relaciona: a dimensão da função econômica da terra, destacando a importância do valor da alimentação e bens advindos da atividade rural; a dimensão da função social da terra, relacionada à subsistência e empregabilidade como direitos humanos de toda a coletividade; e a dimensão da função ecológica da terra, a cuja sustentabilidade estaria ligada.

De acordo com Guanziroli (2001), as discussões sobre os modelos produtivos comandados pela agricultura familiar ganham destaque, pois são impulsionadas pelos debates sobre o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

Especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul, o MDA (2012), com base no Censo Agropecuário 2006 do IBGE, revelou

que o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 41.104, correspondendo a 65% das propriedades rurais. Esses estabelecimentos são responsáveis por 46% do pessoal ocupado no meio rural, com 97.431 pessoas, e 14% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. No que concerne às atividades produção agropecuária, a agricultura familiar sul mato-grossense responde por 77% da produção de mandioca, 56% de feijão, 68% de café e 56% da produção de leite que é distribuído aos laticínios e consumido diariamente pelas famílias daquele Estado.

Considerando-se, então, a importância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento de um país e sabendo-se que o município de Terenos no MS se sustenta economicamente através de atividades de produção agropecuária comandadas por produtores familiares organizados em duas colônias tradicionais, decidiu-se entrevistar aqueles agricultores para melhor compreender sua contribuição para o desenvolvimento do território rural do qual fazem parte.

Devido à complexidade do estudo dos territórios rurais, julgou-se interessante utilizar como referencial teórico conceitos sobre território, espaço rural e sistemas agroalimentares localizados. Por fim, cabe destacar que os resultados deste trabalho estão inseridos em outro maior, financiado pelo CNPq, o qual teve como principal objetivo estudar os modelos de gestão de cadeia produtivas com participação da agricultura familiar.

1 Espaço rural

Boiser (1997) afirma que o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla, que inclui o desenvolvimento do espaço rural, onde se encontram as pequenas localidades, as mudanças de ordem socioeconômica e de caráter estrutural, e os sistemas e processo decisórios, que teriam de ser democraticamente construídos, com o território, comunidade e sociedade.

No aspecto da agricultura familiar, o espaço rural está associado à ideia central de que o território possui um tecido social, uma organização complexa traçada por laços que vão muito além de seus atributos naturais. O espaço rural onde se reside representa uma trama de relações com raízes históricas,

configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2001).

O espaço rural é, então, um território que se inclina sobre o sentido de enraizamento, o sentimento de pertencimento, em relação aos laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e estão sepultados seus antepassados (CLAVAL, 1996).

Quando se utiliza o termo dinâmica territorial rural, compreende-se este como o ambiente onde é possível utilizar, ao mesmo tempo, as potencialidades próprias do território e o aproveitamento das oportunidades externas (SCHNEIDER; MORAES, 2009). As articulações entre território, identidade, cultura e mercado formam laços de proximidade e interdependência, representando vantagens competitivas potenciais aos empreendimentos da agricultura familiar tradicional.

Levando-se em conta as relações sociais do território e as estratégias de valorização de produtos locais, como política de diferenciação, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SYAL) constituem uma importante ferramenta estratégica para a agregação de valor aos produtos locais. O desenvolvimento territorial enfatiza a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas como estratégias socioeconômicas que podem ser instrumentalizadas e mediadas através de Sistemas Produtivos Localizados (SPL). A construção coletiva dos recursos territoriais nesses sistemas e aglomerados depende da interação e cooperação dos atores envolvidos nas cadeias produtivas.

2 Sistemas Agroalimentares Localizados

Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SYAL) têm como base três linhas de pesquisa, a (i) primeira voltada à investigação sobre o papel de pequenas empresas ou agroindústrias na evolução da agricultura em países em desenvolvimento; a (ii) segunda linha de pesquisa nasce a partir da revisão dos distritos marshallianos, cuja ênfase está na concentração geográfica e na organização em rede de pequenas indústrias especializadas; a (iii) terceira se ocupa especialmente de questões relacionadas à qualidade dos produtos

agroalimentares, certificações de origem, valorização, entre outros (MUCHNIK et al., 2007).

Ainda em relação às linhas de pesquisa citadas, a segunda linha mencionada, relacionada aos Distritos Industriais de Marshall, deu origem a duas escolas principais, uma anglo-saxã, que utilizou o conceito hoje conhecido como o de clusters, e uma escola francesa, que utilizou o conceito de Sistemas Agroalimentares Localizados.

Benko, Dunford e Lipietz (1996) defendem que a revisão da teoria marshalliana dos distritos industriais marca um rompimento com o estruturalismo global e com a teoria determinista do desenvolvimento. As teorias surgidas têm como precursoras as pesquisas de Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia, Sebastiano Brusco e Giacomo Becattini sobre a Terceira Itália, e o termo cunhado por Arnaldo Bagnasco começou a ser utilizado no final da década de 1970, e está relacionado à geografia italiana. Naquela época, o reduzido progresso econômico do sul da Itália, chamado de Segunda Itália, era visível. Já o noroeste ou Primeira Itália defrontava-se com uma profunda crise, enquanto o nordeste e o centro sul da Itália destacavam-se pelo rápido crescimento (SCHMITZ, 1997).

Dessa forma, o conceito de distrito industrial foi retomado para explicar a dinâmica de crescimento das regiões do nordeste e centro sul da Itália, onde os recursos “territoriais” estariam baseados, sobretudo, no estabelecimento de redes sociais e da confiança construída pelos atores através da sua identificação com o território. Portanto, dentro do contexto de SYAL, tem-se que a noção de territorialidade é chave para a compreensão de dinâmicas econômicas e sociais. Pecqueur (1992) defende que, para a compreensão de territorialidade, faz-se necessário levar em conta quatro elementos: o sentimento de pertencimento; a transmissão dos saberes implicitamente entendidos como um patrimônio cultural da comunidade; o efeito permanente; e a importância dos atores individuais.

Vale acrescentar que, nas traduções do conceito de SYAL, defende-se a ideia de que a proximidade geográfica diminuiria os custos de transação, o que poderia favorecer a confiança e a organização em torno de um “espírito de concorrência-cooperação”. A identidade territorial, nesse sistema, funcionaria como

mediadora e facilitadora das relações entre os agentes, no caso os agricultores familiares tradicionais. Tal identidade territorial é construída pela ação coletiva dentro dos processos de formação dos Sistemas Agroalimentares Localizados, pelo compartilhamento de valores comuns, hábitos, experiências históricas e pelas relações de confiança (PECQUEUR, 1992; BOUCHER; REQUIER-DESJARDINS, 2002; REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2003).

Os SYAL são definidos como organizações de produção e de serviço com atividades agrícolas e empresas agroalimentares, as quais se associam, por suas características e seu funcionamento, em um território específico. O meio ambiente, os produtos, os homens, suas técnicas, seus comportamentos alimentares, suas instituições, suas redes de relacionamentos se combinam em um território produzindo uma forma de organização agroalimentar específica em uma escala espacial dada (MUCHNIK, 2006). Os Sistemas Agroalimentares Localizados seriam dinamizadores de externalidades específicas, como a integração territorial, as articulações técnicas e tecnológicas envolvidas na produção de um mesmo produto, na cooperação e na troca de informações (AZEVEDO, 1996).

Segundo Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), o estudo de SYAL remete a projetos de investigação a respeito do papel da agroindústria rural (AIR) na economia da agricultura familiar, principalmente em países da América Latina, onde os agricultores rurais, por meio da agroindústria rural, poderiam reter uma parcela maior do valor de seus produtos, através de seu processamento.

Todo esse esforço poderia representar a luta contra a pobreza e marginalização, uma vez que os agricultores familiares poderiam se tornar mais competitivos Requier-Desjardins (2006).

As relações de produção dentro dos SYAL são representadas por uma rede dupla, arranjada da seguinte forma: horizontalmente, referente ao plano territorial, envolvendo tanto atividades agrícolas e não agrícolas, com instituições locais e saberes locais. E verticalmente, com relação à cadeia alimentar, através da comercialização, condicionando o mercado e o consumo (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, 2008).

De acordo com a literatura, os laços de proximidade e de pertencimento ao lugar, as técnicas de manejo diferenciadas, o processo de cultivo baseado em redes sociais, instituições locais e a transmissão de saber-fazer específico são diferenciais competitivos da produção familiar (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2003).

Foram realizadas importantes contribuições nas diversas escolas de pensamento para a análise das atuais aglomerações produtivas, mas ainda é preciso avançar na consolidação de uma abordagem teórico-metodológica para o estudo e formulação de uma tipologia que tenha como intuito principal expressar as origens, formas, similaridades e complexidades das dinâmicas das aglomerações produtivas locais nos territórios rurais (REQUIER-DESJARDINS, 1999, apud SCHNEIDER; MORAES, 2009).

Pesquisas sobre Sistemas Agroalimentares Locais baseadas em formas de desenvolvimento endógeno marcam a emergência do território como unidade de análise de arranjos econômicos, segundo Wilkinson (2006), a possibilidade de vinculação de uma marca que caracterize a identificação dos produtos de um Sistema Agroalimentar Localizado a um território, por exemplo, um selo de qualidade ou origem, representa vantagens competitivas. Para os autores, esses produtos responderiam a uma demanda crescente por alimentos considerados diferenciados, valorização do território, da produção familiar, da possibilidade de fazer progredir o pequeno agricultor, do estímulo às práticas de produção mais sustentáveis.

Para Muchnick (2006), esses alimentos poderiam fazer menção aos produtos que possuem atributos positivos em relação a alimentos mais saudáveis (naturais ou orgânicos), ao meio-ambiente (produtos da agricultura ecológica ou orgânica, provenientes de projetos de desenvolvimento local sustentável), ao aspecto social (produtos oriundos da agricultura familiar ou assentamento de reforma agrária) e ao aspecto cultural (alimentos artesanais ou de gastronomia típica regional) pelo ponto de vista do consumidor, devido a suas características diferenciadas.

Com base no que foi apresentado neste breve referencial conceitual, a seguir são apresentadas informações acerca das especi-

ficidades dos sistemas de produção de alguns produtores familiares organizados em duas colônias tradicionais de Terenos, no Estado de Mato Grosso do Sul.

3 O caso de Terenos no estado de Mato Grosso do Sul – cadeias produtivas comandadas por agricultores familiares da região

Este artigo consiste em uma pesquisa qualitativa exploratória com base em dados primários. Um questionário estruturado foi elaborado e aplicado junto a 50 pequenos produtores rurais do município de Terenos, que fazem parte da Colônia Velha e Colônia Nova. Cabe acrescentar que a primeira formação das colônias aconteceu na década de 1920 (colônia velha), com objetivo de assentar agricultores com origem europeia e garantir-lhes um meio de sustento através da produção rural. A realização das entrevistas teve como intuito obter informações sobre os sistemas de produção e as influências dos antepassados, sua organização e sobre as formas de comercialização daquilo que é produzido por aqueles agricultores familiares.

Constatou-se que os agricultores familiares, através de práticas simples, conseguem resgatar atividades que preservem a sua identidade cultural. Produtos que, originalmente, eram produzidos apenas para o autoconsumo, foram transformados em mercadorias, ou seja, o saber-fazer passado entre as gerações é apresentado aos consumidores através da produção de queijos e doces artesanais. Como em grande parte das produções de pequenas propriedades rurais, a produção das colônias é diversificada, pois disso depende sua inserção no mercado. Naquela região, pôde ser observada a produção de milho, cana-de-açúcar, banana, além de hortas orgânicas e leite de vaca.

Para aumentar seu poder de barganha e tentar diversificar os produtos oferecidos no mercado, os pequenos agricultores justificaram a diversificação das suas atividades produtivas. A produção artesanal e a agricultura orgânica ganham importância como impulsionadoras da renda daqueles agricultores familiares uma vez que seus produtos são vendidos nas feiras da capital do Estado. Contudo ficou evidente que os produtores necessitam de auxílio, externo à sua organização

coletiva, o qual lhes permita ter uma maior eficiência produtiva, bem como chegar até o consumidor final através de canais de distribuição diferentes daqueles que já adotam.

Através das entrevistas, pôde-se perceber que seus maiores entraves são a falta a competitividade e os problemas relacionados à comercialização (sobretudo no que concerne ao pouco conhecimento sobre as demandas dos consumidores). Percebeu-se que sua identidade territorial ainda não está representada nas suas produções. Dessa forma, como meio de promover ainda mais o desenvolvimento daquele território, sugere-se como ações a tentativa de atribuição de selos de origem e qualidade aos produtos das colônias e a realização de estudos que permitam uma melhor compreensão sobre o perfil e as demandas de consumidores que valorizam aquele tipo de produção para, por exemplo, saber quais são os pontos de venda mais desejados por eles para encontrar aqueles produtos e quais os melhores meios de com eles estabelecer comunicação.

Sabe-se que a valorização do conhecimento e do saber acumulado e passado pelos agricultores, nos processos e técnicas de gestão do meio natural, podem representar vantagens competitivas aos agricultores familiares. A realização de feiras e a atribuição de selos de qualidade poderiam promover a valorização local, manter e melhorar aquela organização coletiva, o que se faz necessário.

Os agricultores familiares, fazendo uso da sua relação com o território e buscando o desenvolvimento de toda uma região, reforçam a importância dos aspectos territoriais e históricos locais.

As declarações dos agricultores familiares e o conhecimento das suas atividades de produção (potencialidades e principais gargalos) levaram-nos a concluir que, para um maior desenvolvimento local, será necessário investir em processamento dos produtos produzidos, fazendo a interface entre a produção e o consumo, através das articulações das agroindústrias rurais (AIR). Tudo isso para agregar valor e diferenciar sua atividade de produção agropecuária. As Agroindústrias rurais, segundo Muchinick (2006), são capazes de: (i) aumentar significativamente o valor acrescentado obtido pelos agricultores familiares; (ii) melhorar a renda deles; (iii)

gerar um número significativo de postos de trabalho nas zonas rurais; e (iv) contribuir para a segurança alimentar da população, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas.

De qualquer forma, para melhorar ainda mais o potencial produtivo daquele território e promover seu melhor desenvolvimento, faz-se ainda necessário que os agricultores busquem, por formas mais eficazes de coordenação e cooperação, um beneficiamento conjunto.

Considerações finais

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), há uma estimativa para que, ainda em 2010, a produção advinda dos agricultores familiares no Brasil, chegue à ordem de 18 milhões de toneladas de alimentos/ano. Dados como este mostram não só a representatividade que a Agricultura Familiar tem para a economia do país, como também a preocupação, cada vez maior, de órgãos e instituições quanto ao papel do agricultor familiar, com o que se caminha para a transformação do campo brasileiro em um espaço de cidadania, produção e sustentabilidade, para que determinados agricultores, alcançando um desenvolvimento sustentável, consolidem sua permanência nos empreendimentos rurais.

Através de um levantamento teórico, concluiu-se que a sustentabilidade das produções comandadas por agricultores familiares agindo em comunidade poderia ser alcançada com a cooperação, a fim de diminuir os custos de transação; com a atribuição de valores culturais e históricos aos seus produtos, em que valores comuns, hábitos e experiências históricas são levados em consideração; com o valor imensurável ao território onde residem, atribuindo-lhe uma identidade territorial e possuindo uma relação de confiança, como redes de relacionamento.

De modo geral, os agricultores familiares necessitam de auxílio para que compreendam que suas peculiaridades são um diferencial competitivo. Desse modo, se faz necessária a união de diferentes instituições a fim de mostrar caminhos a esse tipo de agricultor. É possível observar que o relacionamento entre agricultores e instituições ligadas ao Estado está evoluindo; porém cabe a essas instituições mais do que fornecer

insumos, é preciso trabalhar em conjunto, estar presente em todos os elos produtivos, inclusive na comercialização, elo mais fraco da cadeia produtiva.

Nesse contexto, a agricultura familiar necessita de novas abordagens baseadas em construções teórico-metodológicas que expliquem as dinâmicas socioeconômicas e culturais de desenvolvimento dos territórios rurais, levando em consideração as formas estruturais e institucionais de regulação e governança existentes e, ao mesmo tempo, possibilitando-lhes a modificação pela ação dos atores sociais locais.

Para permitir aos agricultores familiares de Terenos uma maior otimização das suas produções, uma das possibilidades seria a partir da utilização de seus atributos locais específicos. Tal ação poderia dar margem para a implementação de uma série de medidas que poderiam levar a um desenvolvimento sustentável e maior geração de renda, sempre preservando a cultura, a tradição e a tipicidade dos produtos.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento regional. *Gazeta Mercantil*, 15 abr. 2001.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- AMBROSINI, Larissa Bueno; FILIPPI, Eduardo Ernesto; MIGUEL, Lovois de Andrade. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. *Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan./jun. 2008.
- AMBROSINI, Larissa Bueno; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polany. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 121-139, set./dez. 2008.
- AZEVEDO, B. Développement Local: Industrie, Famille et Territoire. In: ABDELMAKI, L.; COURLET, C. (Orgs.). *Les Nouvelles Logiques du Développement*. Paris: L'Harmattan, 1996. p.189-203.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. (Orgs.). *Les Régions qui Gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 35-55.
- BOISIER, Sergio. *El vuelva de una cometa: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial*. Santiago: ILPES/CEPAL, 1997.
- CLAVAL, Paul. O território na transação da pós-modernidade. *Revista Géographies et Cultures*, Paris, n. 20, inverno 1996.
- GUANZIROLI, Carlos et al. *Agricultura familiar e re-*

forma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Mais alimentos – um plano de agricultura familiar para o Brasil. MDA, 2008/2009.

MORAES, Jorge L. Amaral de; SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem dos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) Rurais e as dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais da região Vale do Rio Pardo. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 2, p. 172-197, maio/ago. 2009.

MUCHNIK, José. Identidad Territorial y Calidad de Los Alimentos: Procesos de Calificación y Competencias de los Consumidores. In: *Revista Agroalimentaria*, 2006.

_____. Sistemas Agroalimentarios Localizados: Evolución del Concepto y Diversidad de Situaciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL - "ALIMENTACIÓN Y TERRITORIOS", 3, Baeza (Jaén). *Comunicaciones...* Baeza: GYS SYAL, 2006a.

MUCHNIK, José; BIENABÉ, Estelle; CERDAN, Claire. Food Identity / Food Quality: Insights from the 'Coalho' Cheese in the Northeast of Brazil. *Antropology of Food*, v. 4, maio 2005.

PECQUEUR, Bernard. Territoire, Territorialité e Dé-

veloppement. In: COLLOQUE INDUSTRIE ET TERRITOIRE: LES SYSTEMES PRODUCTIFS LOCALISES, Grenoble. *Actes...* Grenoble: IREP-D, 1992.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. Alternativas de Desarrollo Local para el Combate de la Pobreza y de la Exclusión Social. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL - "ALIMENTACIÓN Y TERRITORIOS", 3, Baeza (Jaén). *Comunicaciones...* Baeza: GYS SYAL, 2006a.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François; CERDAN, Claire. Globalization, Competitive Advantages and the Evolution of Production Systems: Rural Food Processing and Localized Agri-food Systems in Latin American Countries. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 15, n. 1, p. 49-67, 2003.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. *Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura*. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.

WILKINSON, John. A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do Sistema Agroalimentar na América Latina. In: SEMINÁRIO DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO. *Anais...* Vila Maria/São Paulo: SESC, 2006.

ZIBETTI, D. W. *Teoria tridimensional da função da terra no espaço rural*. Curitiba: Jeruá, 2005. 154p.

Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas

Poultry familiar alternative sustainable development in the Amazon river communities

Volaille connaissent un développement alternatif durable dans les communautés riveraines Amazon

Las aves de corral familiarizado desarrollo alternativo sostenible en las comunidades del río Amazonas

Frank George Guimarães Cruz*
(frankgcruz@gmail.com)

Ewerton Oliveira das Chagas*
(ewertonchagas13@yahoo.com.br)

Thyago Raphael Pinheiro Botelho*
(thyagoraphael@gmail.com)

Recebido em 12/11/2011; revisado e aprovado em 05/04/2012; aceito em 11/08/2012

Resumo: A avicultura familiar tem apresentado um grande potencial para estruturar o desenvolvimento local. Neste trabalho, o foco deixou de ser apenas relacionado com mais uma renda alternativa, mas atentou-se e priorizou aumentar a oferta de proteína na dieta dos caboclos amazônicos. A avicultura familiar apresenta não somente uma fonte alimentar mas também consiste em uma alternativa de geração de renda bastante eficiente para comunidades ribeirinhas da região amazônica.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Alternativa econômica. Fonte alimentar.

Abstract: The family poultry has shown great potential to shape local development. In this work the focus is no longer just associated with another alternative income, but looked up and prioritized to increase the supply of protein in the diet of amazonian caboclos. The family poultry present not only a food source but also is an alternative income generating quite efficient for riverine communities of the Amazon region.

Key words: Rural development. Economical alternative. Food source.

Résumé: L'aviculture familiale a montré un grand potentiel pour façonner le développement local. Dans ce travail, l'accent n'est plus seulement associé à un autre revenu de remplacement, mais leva les yeux et la priorité d'augmenter l'apport en protéines dans l'alimentation de l'Amazonie Caboclos. L'aviculture familiale présenter non seulement une source de nourriture mais aussi une alternatives génératrices de revenus assez efficace pour les collectivités riveraines de la région amazonienne.

Mots-clés: Le développement rural. Alternative économique. Source de nourriture.

Resumen: Las aves de corral de la familia ha demostrado un gran potencial para moldear el desarrollo local. En este trabajo el enfoque ya no es sólo asociada con otra alternativa de ingresos, pero levantó la vista y prioridades para incrementar la oferta de proteína en la dieta de la Amazonía Caboclos. Las aves de corral de la familia presentan no sólo una fuente de alimento, pero también es una alternativa de ingresos generando bastante eficiente para las comunidades ribereñas de la región amazónica.

Palabras claves: Desarrollo rural. Alternativa económica. Alimentos de origen.

Introdução

Segundo Ribeiro (2004), as várzeas amazônicas têm assegurado a sobrevivência de grupos humanos, desde os primórdios de sua ocupação, que remonta a milhares de anos. Ainda hoje, os cursos d'água e suas margens continuam sendo estratégicos no surgimento de vilas e povoados na Amazônia. Carneiro (1995) e Denevan (1996) afirmam que, apesar de ser relativamente mais fértil, a várzea é um ambiente de alto risco, que apresenta desvantagens para a ocupação, como a impossibili-

dade de se cultivar ao longo de todo o ano, devido às inundações periódicas.

A expressão "agricultura familiar" vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais do meio rural, por instituições governamentais e por estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam de análises do meio rural (SCHNEIDER, 2003). Na Amazônia, a agricultura familiar é desenvolvida dentro dos Sistemas Agroflorestais, conhecidos no universo científico como SAF's, que foram e

* Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

são implantados por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas. Em algumas ocasiões, há a associação com criações de animais, sendo estas um potencial intensificador do desenvolvimento sustentável, e notória tais criações nos sítios e quintais de uma parte relevante das comunidades rurais e/ou ribeirinhas (FRAXE et al., 2007), concordando com Montagnini (1992), que afirma serem as SAF's utilizadas em associação com cultivos agrícolas ou animais, na mesma área, de maneira simultânea ou em uma sequência temporal. Galvão et al. (2005) afirmam que, na unidade familiar, a produção se apoia no equilíbrio entre o consumo e o trabalho.

O termo ribeirinho foi utilizado para designar o indivíduo que vive e subsiste fundamentalmente do rio à margem do qual habita, tendo com este uma relação de dependência nas suas necessidades básicas de alimentação, transporte, trabalho e subsistência.

Borges (2010), em revisão histórica, afirma que a criação de animais, como frangos e galinhas, foi intensificada no período de 1870 a 1930, para servir como moeda de troca por outros produtos, o que ainda hoje é feito em comunidades ribeirinhas.

A criação caipira de galinhas em comunidades ribeirinhas dentro dos SAF's não possui a intenção de competir com a avicultura industrial, mas representa um grande potencial como componente para estruturar o desenvolvimento local (FRAXE et al., 2007), além de preencher um nicho de mercado com produtos originados de um sistema alternativo de produção e com isso atender aos consumidores com uma alimentação mais natural (CRUZ, 2011).

A avicultura familiar apresenta como vantagens: a) utilização de terras fracas e desvalorizadas, na implantação da atividade; b) baixo investimento em instalações e equipamentos; c) melhoria da qualidade da dieta do produtor e sua família através do incremento proteico; d) fixação do produtor na propriedade; e) asseguração de renda complementar ao orçamento familiar. Como desvantagens: a) necessidade de maior área para a implantação do sistema de produção; b) crescimento lento e produção de ovos das linhagens de aves inferior ao sistema industrial (convencional); c) maior exposição das aves a possíveis agentes patogênicos.

Segundo Cerdeira (1997), para as populações amazônicas, o peixe possui um aspecto muito relevante quanto a sua importância nutricional, o que se explica por sua grande acessibilidade para as classes sociais de menor poder aquisitivo, principalmente aquelas que habitam as regiões de várzea, onde, praticamente, inexiste uma pecuária efetiva e é deficiente o sistema de abastecimento pelos grandes centros comerciais. De acordo com McGrath et al. (1991), atualmente a base econômica da ocupação ribeirinha está seriamente ameaçada devido ao declínio das atividades extrativistas tradicionais e ao colapso da agricultura de várzea. O uso dos recursos naturais disponíveis está vinculado à necessidade de subsistência do grupo doméstico, que se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, da disponibilidade dos recursos, da mão de obra, e se caracteriza como atividade extrativista (NODA, 1997).

No período da cheia, para garantir a sobrevivência da família e a continuidade da sua produção, os agricultores familiares constroem pequenos jiraus para o plantio de hortaliças e plantas medicinais e também plantam espécies resistentes às cheias em seus quintais. Nesse período, os ribeirinhos reduzem suas criações de animais, o que pode ocorrer tanto em relação ao consumo quanto à venda, deixando apenas algumas matrizes para garantir a continuidade de suas criações. Esses animais ficam confinados em instalações suspensas (maromba) ou flutuantes (CASTRO, 2009).

É importante destacar que o desenvolvimento sustentável também implica equidade social, que se fundamenta no comprometimento e no respeito por direitos fundamentais como acesso aos programas de inclusão social e geração de renda (ANDRADE, 2007).

Dessa forma, a criação de pequenos animais em SAF's, quintais ou sítios representa um aspecto relevante de atividade voltada para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, seja como uma fonte proteica acessível e com segurança alimentar, quanto a sua implementação nutricional, manejo adequado e mais natural, seja como uma fonte alternativa de renda familiar, quando, então, se compreende a possibilidade e a dinâmica existente nos povos amazônicos de comercialização planejada do excedente da produção.

O alcance da sustentabilidade do sistema depende não só da descoberta de tecnologias, mas de um amplo processo participativo que envolva mudanças socioeconômicas e fortalecimento das entidades locais (BARBOSA et al., 2000). O objetivo deste trabalho foi avaliar a implantação e implementação da avicultura familiar em comunidades rurais do Estado do Amazonas.

Material e métodos

O trabalho foi desenvolvido nos municípios de Iranduba, Manacapuru, Anamã e Caapiranga no Estado do Amazonas (Figura 1), no período de março/2010 a março/2011. Em Iranduba, foram implantadas 03 unidades demonstrativas nas comunidades Nossa Senhora de Fátima, Boa Esperança e São José II, cada uma das quais constituída de 10 comunitários que receberam 10 galinheiros (um galinheiro/comunitário). Em Manacapuru, também foram implantadas 03 unidades demonstrativas nas comunidades São José do Calado, Palestina, Monte Horebe, Vale de Benção e Bom Jardim, sendo cada unidade constituída de 10 comunitários que receberam 10 galinheiros (um galinheiro/comunitário). Em Anamã, na comunidade Vila Arixí, e Caapiranga, na comunidade Membeca, foram implantadas duas unidades demonstrativas respectivamente, cada uma constituída de 10 comunitários, que receberam 10 galinheiros (um galinheiro/comunitário). Em razão dos municípios serem muito distintos quanto a infraestrutura, participação comunitária, posto que algumas comunidades possuíam mais afinidades com a produção agrícola que outras e dificuldade de acesso, pontos estes que foram relevantes para definir a logística de execução.

Em cada comunidade selecionada, os comunitários foram capacitados com curso sobre avicultura familiar, estes escolhidos através de reuniões com os líderes comunitários, os quais, na ocasião, definiam quais os comunitários com maior interesse e aptidão para a criação de galinhas. Foi fornecido o material para construção dos galinheiros, e cada comunitário recebeu três lotes de 60 pintos, totalizando 180 pintos até o final do trabalho, tendo os comunitários recebido assistência técnica durante 12 meses. A metodologia foi

calçada em princípios participativos, o que consiste da elaboração de um diagnóstico rural participativo (DRP), em que, para conhecimento da equipe de execução do trabalho, foram abordados os principais problemas existentes nas comunidades, quais os causadores desses problemas e quais as possíveis soluções, e foram aplicados questionário, entrevistas roteirizadas e diário de campo.

Resultados e discussão

Os resultados serão expressos *a priori* por comunidade para posteriormente se fazer uma observação mais geral visualizando a realidade de cada município, de forma que suas características individuais sejam mais facilmente abordadas.

• Município de Iranduba – Comunidade Nossa Senhora de Fátima

Os comunitários apresentam em média 47 anos de idade; 3,4 filhos por família; 80% já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 805,00; 50% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola e Bolsa Família.

Ao final do trabalho os comunitários possuíam 57,38% de aves vivas, sendo que 24,47% das aves foram consumidas pelas famílias dos comunitários e/ou morreram dentro da faixa de normalidade (até 6%), e 18,15% foram comercializadas ao preço médio de R\$ 15,00, por ave viva do sexo masculino, e R\$ 10,00, por ave viva do sexo feminino, contribuindo para um aumento relevante da renda financeira dos comunitários.

• Município de Iranduba – Comunidade Boa Esperança

Os comunitários apresentam em média 42 anos de idade; 2,4 filhos por família; 90% já tinham experiência com criação de aves; possuem renda mensal média de R\$ 1.411,00, e 30% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

No encerramento do trabalho, os comunitários possuíam 67,06% de aves vivas, das quais 15,99% foram consumidas pelas famílias dos comunitários e/ou morreram dentro da faixa de normalidade (até 6%), e 16,94% foram comercializadas ao preço médio de R\$ 15,00, por ave viva do sexo masculino, e R\$

10,00, por ave viva do sexo feminino, gerando assim renda aos comunitários.

Ao final do trabalho, os comunitários possuíam 73,33% de aves vivas, sendo que 17,08% das aves foram comercializadas ao preço médio de R\$ 15,00 por ave viva do sexo masculino e R\$ 10,00 por ave viva do sexo feminino, gerando assim renda aos comunitários, e 9,58% das aves foram consumidas pelas famílias dos comunitários e/ou morreram dentro da faixa de normalidade (até 6%).

- Município de Manacapuru – Comunidade São José do Calado

Os comunitários apresentam em média 40 anos de idade; 4,2 filhos por família; 100% já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 443,70; 50% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

No encerramento do trabalho, os comunitários ainda possuíam 66,35% de aves vivas, sendo que 17,94% das aves foram comercializadas ao preço médio de R\$ 10,00 por ave viva de ambos os sexos, e 15,71% foram consumidas pelas famílias dos comunitários e/ou morreram dentro da faixa de normalidade (até 6%).

- Município de Manacapuru – Comunidade Palestina

Os comunitários apresentam em média 42 anos de idade, 5 filhos por família, 80% já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 562,00 e 50% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

Ao final do trabalho, os comunitários possuíam 83,33% de aves vivas, das quais 26,11% foram comercializadas ao preço médio de R\$ 9,50 por ave viva de ambos os sexos, e apenas 6,39% foram consumidas pelas famílias dos comunitários.

- Município de Manacapuru – Comunidade Monte Horebe

Os comunitários apresentam em média 39 anos de idade, quatro filhos por família, 100% já tinham experiência com criação de aves, renda média mensal de R\$ 852,00 e 50% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

No encerramento do trabalho, os comunitários ainda possuíam 79,63% de aves vivas,

sendo que 14,54% das aves foram consumidas pelas famílias dos comunitários e/ou morreram dentro da faixa de normalidade (até 6%), e apenas 5,83% foram comercializadas ao preço médio de R\$ 9,00 por ave viva de ambos os sexos.

- Município de Manacapuru – Comunidade Vale de Benção.

Os comunitários apresentam em média 39 anos de idade; 4,7 filhos por família; 100% já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 469,00 e 60% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

Ao final do trabalho, os comunitários possuíam 81,23% de aves vivas, das quais 14,44% foram comercializadas ao preço médio de R\$ 18,00 por ave viva de ambos os sexos, e 2,10% foram consumidas pelas famílias dos comunitários. É importante salientar que, dentre todas as comunidades participantes, esta foi a que conseguiu maior rentabilidade com a venda das aves, resultando em aumento significativo na renda os comunitários.

- Município de Manacapuru – Comunidade Bom Jardim

Os comunitários apresentam em média 45 anos de idade; quatro filhos por família, todos já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 714,00 e 80% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

Ao final os comunitários possuíam 93,17% de aves vivas; este elevado número de aves, decorre da programação de entrega dos pintos a esta comunidade, sendo uma das últimas a receber o lote de pintos, não tendo tempo hábil para apresentar aves em idade de abate. Além disso, 6,83% das aves foram consumidas pelos comunitários e suas famílias. É importante salientar que, por ocasião da realização do seminário, nenhuma ave tinha sido comercializada pelos comunitários, consequentemente não gerando renda até a conclusão deste trabalho.

- Município de Anamá – Comunidade Vila Arixí

Os comunitários apresentam em média 42 anos de idade; 3,9 filhos por família; 80%

já tinham experiência com criação de aves; renda média mensal de R\$ 739,20 e 70% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

Ao final do trabalho, os comunitários possuíam 90,33% de aves vivas, sendo 7,57% foram comercializadas com preços médios de R\$ 18,00 por ave viva de ambos os sexos, e 2,10% foram consumidas pelos comunitários e/ou mortas dentro da faixa de normalidade. Este elevado número de aves existentes no final do projeto decorre do fato de que esta comunidade foi uma das últimas a receber o último lote de pintos, contribuindo para não existir um número expressivo de aves em idade de abate para serem comercializadas. É importante mencionar que, dentre todas as comunidades, esta foi a que apresentou maior rentabilidade na venda das aves, considerando o valor de venda e a otimização de custo de produção e tempo de acabamento, aumentando significativamente a renda dos comunitários.

- Município de Caapiranga – Comunidade Membeca

Os comunitários apresentam em média 41 anos de idade, 6 filhos por família, 80% já tinham experiência com criação de aves, renda média mensal de R\$ 666,00 e 60% recebem incentivos do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Família etc.

No encerramento do trabalho, os comunitários possuíam 76,11% de aves vivas, das quais 21,00% foram comercializadas com preços variando entre R\$ 15,00 e R\$20,00 por ave viva de ambos os sexos, e 2,89% foram consumidas pelos comunitários e/ou mortas dentro da faixa de normalidade.

A começar pela média de idade dos comunitários nos municípios trabalhados, entre os quais há uma variação com cerca de 2,5 anos, sendo que destes, Iranduba com a maior média de faixa etária, apresentando comunitários com 43 anos de idade aproximadamente, e a menor média encontrada foi a dos municípios de Manacapuru e Caapiranga, com idade aproximada de 41 anos. Já em relação à média de filhos por comunitário, o município de Caapiranga apresentou a maior taxa, com média de seis filhos por família, uma das possíveis explicações para tal acontecimento está no fato de esta comunidade

ser caracterizada pela atividade extrativista, fato explicado por Fraxe et al. (2007), o qual afirma que as famílias atuam de forma organizada e cooperada na produção, bem como na divisão de tarefas e trabalhos voltados para a produção dos seus quintais e roçados e, dessa forma, todos os integrantes da família atuam como a principal mão de obra nos sistemas produtivos. Outro ponto que pode estar influenciando este quadro é a relação de benefícios disponibilizados pelo Governo Federal com o intuito de auxiliar as famílias que possuem filhos pequenos e/ou em idade escolar, com programas como o Bolsa Família e Bolsa Escola, por exemplo, nos quais 60% dos entrevistados encontram-se cadastrados, como também em outros benefícios.

Foi observado que, quanto à renda média mensal, os comunitários do município de Iranduba lideram com maior renda mensal, discordando do IBGE (2003), que mostra o município de Iranduba com a maior incidência de pobreza dentre os estudados, com 63,52%. Os dados obtidos por este trabalho podem ser explicados pela alta produção de verduras e legumes nas comunidades deste município, o que não acontece nos demais municípios estudados, que têm como característica predominante o extrativismo.

Observou-se também que, apesar de o município de Anamá ter se mostrado o segundo município mais pobre, é onde se recebe o maior número de incentivos do Governo Federal, o que nos faz levantar a hipótese de que muitos incentivos poderiam estar influenciando os comunitários a dependerem cada vez mais dessa renda mensal garantida, assegurada pelo Governo, deixando de lado a produção agrícola.

Apenas no município de Manacapuru, encontrou-se comunidade em que todos os entrevistados já tinham alguma experiência de criação de aves domésticas (galinhas), realidade que não foi encontrada nos demais municípios do projeto, uma das possíveis causas pode estar em função da facilidade em se adquirir frangos congelados no interior do Estado correlacionando-os com o recebimento de incentivos fiscais. Anamá é o município que, segundo nossos dados, mais recebe incentivos fiscais e que possui menor número de comunitários com experiência em criação de galinhas, mesmo assim, a diferença foi sutil.

Quanto à atividade de manejo e atuação dos comunitários em relação ao que propunha o projeto, este foi eficaz em objetivos diferentes para cada município. Podemos afirmar que este trabalho alcançou eficientemente o objetivo de aumentar a fonte proteica na alimentação dos comunitários do município de Iranduba, e que o mesmo projeto foi muito mais eficiente quanto à geração de renda alternativa e significativa também para o município de Iranduba, ao lado o município de Manacapuru.

Contudo os municípios menos destacados, Anamá e Caapiranga, não podem ser considerados menos eficientes quanto à comercialização, posto que foram as últimas comunidades a receberem os plantéis de pintos, não havendo tempo suficiente para que todas as aves chegassem ao peso de abate; no entanto estas comunidades estavam manejando corretamente as aves e apresentavam, para o momento e em comparação com as demais, a menor redução de custos de produção, seguindo as instruções da equipe, e os melhores preços para a comercialização, e podem também ser colocadas como as comunidades com geração de renda, a partir deste projeto, mais significativa.

Conclusão

A realização deste estudo permite-nos afirmar que agora a avicultura familiar representa não somente uma fonte alimentar segura, que contribui com o aumento da ingestão de proteína na dieta dos comunitários rurais e/ou ribeirinhos, como também consiste em uma alternativa que pode sim ser utilizada como uma atividade viável com alto potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico de regiões menos favorecidas e mais distantes dos grandes centros comerciais da região amazônica e que pode se tornar uma alternativa de geração de renda bastante eficiente para comunidades rurais e ribeirinhas dessa região, atuando de forma significativa para a realização do tão sonhado desenvolvimento sustentável de áreas menos favorecidas quanto a ações governamentais.

Referências

ANDRADE, A.L.M. Indicadores de sustentabilidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*, v.

37, p. 401-412, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672007000300011>>. Acesso: 11 out. 2011. doi: 10.1590/S0044-59672007000300011.

BARBOSA, F.R.A. et al. Metodologia de pesquisa e extensão em sistemas agroflorestais para comunidades de pequenos produtores rurais, Manaus, AM, 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS: Manejando a biodiversidade e compondo a paisagem rural, 3., 2000, Manaus, AM. *Anais...* Manaus, AM: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

BORGES, A.C.S. Os “ribeirinhos” do pantanal norte: temporalidades, práticas rurais e cotidiano (1870-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, p. 305-335, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/12494/17238>>. Acesso em: 10 out 2011.

CARNEIRO, R.L. The History of Ecological Interpretations of Amazonia: Does Roosevelt Have it Right? In: SPONSEL, L.E. *Indigenous People and the Future of Amazonia. An Ecological Anthropology of an Endangered World*. Tucson: University of Arizona Press. 1995. p. 45-70.

CRUZ, F.G.G. *Avicultura caipira na Amazônia*. Manaus: Grafisa, 2011. 114p.

CERDEIRA, R.G.P. et al. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre - PA - Brasil. *Acta Amazonica*, v. 27, p. 213-228, 1997.

CASTRO, A.P. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. *Acta Amazonica*, n. 39, p. 279-288, 2009.

DENEVAN, W.M. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.

FRAXE, T.J.P. et al. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007. 223p.

GALVÃO, E. et al. Análise da renda e da mão-de-obra nas Unidades Agrícolas Familiares da Comunidade Nova Colônia, município de Capitão Poço, Pará. *Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 1, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Características Gerais da População. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 178p.

MONTAGNINI, F. *Sistemas Agroflorestales: principios y aplicaciones en los trópicos*. Costa Rica: San Jose, 1992. 622p.

McGRATH, D.G. et al. Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas. *Cadernos do NAEA*, v. 11, p. 91-125, 1991.

NODA, S.N. et al. O trabalho nos sistemas de produção de agricultura familiar na várzea do estado do Amazonas. In: NODA, H.; SOUZA, L.A.G.; FONSECA, J.M. (Ed.). *Duas décadas de contribuições do INPA à pesquisa agrônoma no Trópico Úmido*. Manaus: INPA, 1997.

RIBEIRO, R.N.S.; TOURINHO, M.M.; SANTANA, A.C. Avaliação da sustentabilidade agroambiental de unidades produtivas agroflorestais em várzeas fluvio-marinha de Cametá - Pará. *Acta Amazonica*, v. 34, p. 359-374, 2004.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

A pecuária leiteira e o risco de exclusão nos municípios de Peabiru e Quinta do Sol

The dairy farming and risk of exclusion in the cities of Peabiru and Quinta do Sol

L'élevage laitier et le risque d'exclusion dans les villes de Peabiru et Quinta do Sol

Producción de leche y el riesgo de exclusión en las ciudades de Peabiru y Quinta do Sol

João Batista da Luz Souza*

(jblsouza@yahoo.com.br)

Alexandre Florindo Alves*

(afalves@uem.br)

Maria Nezilda Culti*

(nezilda@terra.com.br)

Recebido em 19/03/2012; revisado e aprovado em 28/07/2012; aceito em 13/12/2013

Resumo: Nos últimos anos houve uma série de transformações que promoveram a reestruturação do sistema agroindustrial do leite. Este trabalho analisa os produtores de leite dos municípios de Peabiru e Quinta do Sol, ambos no Estado do Paraná, avaliando se estes vêm se adequando a estas mudanças. Os resultados da pesquisa demonstram que são pouco especializados na produção do leite. Contudo, o processo de exclusão observado em outras localidades ainda não tem ocorrido na região.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Especialização produtiva. Sistema agroindustrial.

Abstract: In recent years there has been a series of changes promoting the restructuring of dairy agribusiness system. This paper analyzes milk producers in the counties of Peabiru and Quinta do Sol, both in Paraná State, assessing whether they have been adapted to these changes. Survey results demonstrated that producers are unspecialized in milk production. However, the exclusion process observed in other locations has not occurred in that region yet.

Key words: Family agriculture. Productive specialization. Agribusiness system.

Résumé: Ces dernières années, il y a eu une série de changements qu'ont favorisé la restructuration du système agro-industriel laitier. Cet article analyse les producteurs de lait dans les comtés de Peabiru et Quinta do Sol, dans l'état du Paraná, pour déterminer leurs adaptations aux changements récents. Les résultats du sondage démontrent que les producteurs sont peu spécialisés dans la production de lait. Cependant, le processus de suppression observée dans d'autres endroits pas encore eu lieu dans cette région.

Mots-clés: Agriculture familiale. Spécialisation de production. Système agro-industriel.

Resumen: En los últimos años se han producido una serie de transformaciones que promovieron la reestructuración del sistema agroindustrial lácteo. Este trabajo analiza los productores de leche en los municipios de Peabiru y Quinta do Sol, en el estado de Paraná, evaluando si estos se han ido adaptando a estos cambios. Los resultados demuestran que son poco especializados en la producción de leche. Sin embargo, el proceso de eliminación observado en otros lugares aun no se ha producido en la región.

Palabras clave: Agricultura familiar. Especialización productiva. Sistema agroindustrial.

Introdução

A relevância da tecnologia para o desenvolvimento regional é tema de consenso na academia e nos governos. Ocorre que a busca por avanços tecnológicos não pode estar desconectada dos impactos socioeconômicos. A contribuição deste estudo recai exatamente sobre essa questão quando avaliada sob uma perspectiva regional associada ao agronegócio do Leite, com levantamento de dados diretamente com os produtores e agroindústrias. Tal compreensão é importante não somente para este caso particular, como

para inspirar outros estudos correlatos em diferentes cadeias produtivas/regiões.

Dentre um número ilimitado de alternativas produtivas, a pecuária leiteira é uma das atividades mais tradicionais e de grande importância para a agricultura familiar. Contudo, nos últimos anos, houve uma série de mudanças no Sistema Agroindustrial do Leite (SAL) as quais afetaram todos os segmentos, impactando diretamente os produtores. Os pequenos produtores vêm sentindo estas transformações de forma mais intensa, por terem maior dificuldade financeira para se adequar às mudanças.

* Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

A ruptura no ambiente institucional do SAL teve três causas principais: i) fim da intervenção do Estado na regulação dos preços e estoques; ii) maior abertura comercial (importação); e iii) maior abertura econômica (investimento externo). Perante esse novo contexto, percebeu-se que a capacidade de se manter no mercado estava cada vez mais dependente do quanto os agentes são especializados e competitivos em suas atividades.

Esses fatos tiveram reflexos diretos na produção e produtividade, que cresceu de forma consistente, entretanto também houve redução considerável do número de produtores. Os produtores que não buscam se especializar na atividade com a adoção de novas tecnologias, formas de manejo e economias de escala correm o risco de serem excluídos da atividade, seja pelas próprias forças do mercado ou pela legislação vigente – Instrução Normativa 51 (IN51) – que define critérios de qualidade para o produto (células somáticas, contagem bacteriana, entre outros fatores).

Considerando as transformações e a reestruturação do SAL, este estudo pretende analisar as condições dos produtores de leite (agricultura familiar) dos municípios de Peabiru e Quinta do Sol, no Estado do Paraná, procurando observar a forma de adequá-los à IN51 e os investimentos em escala de produção. A partir deste levantamento, espera-se determinar se o processo de exclusão dos produtores que vem sendo descrito em outras localidades vem se concretizando ou pode vir a se concretizar na região.

A análise do SAL desperta interesse devido à importância social e econômica dessa atividade no meio rural. Estudos voltados para uma atividade em transição como a pecuária leiteira podem auxiliar a formulação de métodos de planejamento e gestão estratégica, assessorando na implantação de políticas públicas ou privadas específicas e mais eficazes em seus objetivos.

Agricultura familiar e sistema agroindustrial do leite

Os dados do IBGE (2006) demonstram que a estrutura fundiária brasileira é composta em sua maior parte por pequenas propriedades (84,4%) que, geralmente, tem

na produção de leite (41,43%) uma fonte de renda importante. Contudo, nos últimos anos estes sistemas produtivos vêm sofrendo impactos severos decorrentes da reestruturação do SAL. Para Souza (2007, p. 32) “até hoje essas relações ainda não foram claramente redefinidas e estabilizadas, o que ainda tem trazido esse processo de reestruturação até os dias atuais”.

Como apontado anteriormente, três grandes mudanças iniciaram esse processo de reestruturação. Com o fim da intervenção do Estado, a determinação de preços passou a ser realizada diretamente pelas forças de mercado que se tornaram mais competitivas dada a abertura comercial e a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que promoveu uma diminuição considerável das restrições tarifárias, não-tarifárias e quantitativas às importações de derivados lácteos. Aliada a esse quadro, a maior abertura econômica do país para os investimentos externos propiciou substancialmente a presença de empresas multinacionais no mercado brasileiro, acirrando a concorrência no mercado de produtos lácteos (WILKINSON; BORTOLETO, 1999).

Essas mudanças no ambiente institucional promoveram a sinalização de que a permanência no mercado está cada vez mais condicionada à profissionalização e especialização nas atividades desempenhadas no SAL. Para Dürr (2006), a qualidade do leite *in natura* passou a ser o melhor termômetro das transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no setor, tendo em vista que a conquista da qualidade do leite só acontece mediante a profissionalização do sistema como um todo.

A questão da qualidade passou ser trabalhada com a implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), criado em 1997 pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de determinar critérios de qualidade para o leite. A formalização de uma proposta para a regulamentação do setor ocorreu com a criação da Instrução Normativa 51 (IN51), que definiu normas e padrões de qualidade para a atividade trazendo uma série de alterações para os produtores e para a indústria. Os procedimentos técnicos e produtivos para a produção do leite *in natura* foram implantados de forma a buscar uma melhoria gradual da qualidade, princi-

palmente baseados nos critérios de número máximo de células somáticas e contagem bacteriana¹.

Para alcançar os valores de referência com a diminuição do número de células somáticas e bactérias, houve uma série de recomendações para o produtor, como a sanidade dos animais, a forma de manejo na ordenha, as instalações onde esta é realizada, a refrigeração e o tempo que o produto pode permanecer na propriedade. Essas implementações foram necessárias para a segurança do alimento e adequação aos parâmetros aceitos internacionalmente. Essa legislação estabeleceu critérios mais rígidos para a produção e qualidade dos leites A, B e C, pasteurizados ou *in natura* (MAPA).

A preocupação quanto à qualidade de leite é justificável, pois, ao sair do úbere, o leite fica exposto a uma série de agentes microbióticos, fontes de contaminação do produto, entre as quais se pode citar: o próprio teto, as mãos do ordenhador, os utensílios de ordenha, os fragmentos de alimentos dos animais ou fezes, a poeira do ambiente, insetos, pelos, entre outros. Dificilmente – mesmo tomando muitos cuidados com a higiene – é possível obter um produto totalmente isento de agentes microbióticos que venham a interferir negativamente na qualidade do leite (MARTINS, 2006).

A utilização das Boas Práticas Agropecuárias na atividade leiteira pode contribuir eficientemente para o controle de perigos biológicos, químicos e físicos no leite. Para isso existem várias técnicas de gestão da qualidade, como a Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), que é uma das técnicas mais utilizada sendo citada na IN51 (SCALCO; SOUZA, 2006).

A adoção de procedimentos adequados de higiene na produção do leite contribui para a obtenção de uma baixa carga bacteriana, que, aliada à adoção do resfriador de leite, foi um passo importante para a atividade, pois, a baixas temperaturas, há uma minimização da proliferação de microorganismos, propiciando assim a manutenção da qualidade do leite na propriedade (EMBRAPA, 2006).

O tamanho do resfriador deve ser pensado de acordo com o volume de produção e da estratégia de coleta da indústria (todos os dias ou a cada dois dias). Já o local que abriga o resfriador deve ter uma infraestrutura mínima, o que se relaciona a ter paredes; ser coberto, arejado, ter disponibilidade de energia elétrica, ser provido de água de boa qualidade para realizar a higienização do local, e ainda ser de fácil acesso para que se possa realizar a coleta (EMBRAPA, 2006).

Em relação às especificações para tanques comunitários, é admitida a sua utilização, desde que seja tanque de expansão direta, ou seja, não permitindo o uso de tanques de imersão de latões como comunitários. Outra restrição é em relação ao acúmulo do leite na propriedade, o qual deve ser levado ao tanque logo após a ordenha (MAPA, 2002).

O transporte até a indústria processadora também foi regulamentado pela IN51, afinal não adianta o produtor trabalhar para ter uma melhor qualidade, e esse esforço se perder na hora de realizar o transporte do produto até a indústria. O transporte a granel implica a coleta do leite produzido em uma ou mais propriedades em um tanque com isolamento de temperatura (isotérmico). Por isso a importância do leite ser resfriado na propriedade, pois o leite deve ser transportado frio para inibir a proliferação de microorganismos. A temperatura máxima de chegada do leite à recepção da unidade de processamento é de 10°C (MAPA, 2002).

A coleta e transporte de leite refrigerado a granel provocaram profundas mudanças nas relações entre produtores e indústrias. Os produtores se beneficiaram com a redução dos custos de captação (frete), com a maior flexibilidade nos horários da ordenha e com a possibilidade de aumentar a produtividade da propriedade ao viabilizar uma segunda ordenha diária e melhor conservação do produto. Outra vantagem é a possibilidade de se acompanhar, na propriedade, a avaliação da qualidade do leite. No transporte em latões, a avaliação da qualidade do leite só ocorre na plataforma da indústria, ou seja, fora do controle do produtor (SOUZA, 2007).

A autora observa ainda a granelização promove uma maior seleção dos produtores de acordo com a qualidade do produto, pois agora toda a produção é transportada em

¹ Existem outros fatores importantes para a determinação da qualidade do leite como o teor de gordura, lactose, proteína, sólidos totais, sólidos desengordurados; e pesquisa de resíduos de antimicrobianos (MAPA, 2002).

um mesmo tanque, de modo que há a necessidade da homogeneização do leite. Ou seja, os produtores que estão em um circuito de coleta e que não se adaptaram às novas regras de produção e armazenamento serão, obrigatoriamente, impedidos de utilizar o transporte graneleiro, pois poderão causar prejuízo, uma vez que a produção de uma linha é transportada em um mesmo tanque.

A normativa promoveu uma maior especialização do SAL, dentre os principais benefícios estão: a elevação do padrão de qualidade do leite, abrindo caminho para sua exportação; maior segurança do alimento para o consumidor dos produtos lácteos; e maior rentabilidade para a indústria. Por produtor especializado, Jank e Galan (1999, p. 190) definiram como:

[...] aqueles que têm como atividade principal a produção de leite, obtida a partir de rebanhos leiteiros especializados e outros ativos específicos para este fim, tendo investido em *know-how*, tecnologia, economias de escala e até alguma diferenciação do produto (a exemplo do leite tipo A e B). Há também aplicação de recursos financeiros em elementos de incremento da produção de leite em termos de *volume e qualidade*, como vacas especializadas de raças européias, alimentos concentrados (farelo de soja, fubá de milho, polpa cítrica, etc.), alimentos volumosos (pastagens, forrageiras de alta produção, silagem, fenação, etc.), equipamentos de ordenha, resfriadores de leite, etc.

A partir da IN51 de forma simplificada, pode-se dizer que basicamente passaram a existir dois sistemas de produção: o primeiro representa a maioria, são os pequenos produtores que não incorporam tecnologia e não se ajustam às mudanças de mercado e seguem paradigmas culturais próprios, em sistemas produtivos pouco ou nada especializados na atividade. O segundo grupo representa os sistemas de produção especializados, que são dinâmicos, modernos, competitivos, e cujos produtores procuram planejar as atividades considerando custos de oportunidade e tendo consciência de que a eficiência produtiva e a qualidade do produto são necessárias para tornar o empreendimento rural um negócio lucrativo.

Dessa forma, neste processo de reestruturação do SAL, foram impostos alguns desafios aos produtores de leite, principalmente os produtores menos capitalizados,

que precisam considerar melhorias da qualidade do leite, adoção de tecnologias e práticas de gestão modernas, reduções nos custos de produção, e ganhos de eficiência e escala de produção. Pinheiro e Altafin (2007, p. 189) observaram que esses desafios são ainda maiores para os pequenos produtores apontando que “a permanência dos produtores na atividade leiteira depende do êxito deles em responder positivamente aos desafios”.

Com isso, vem se tornando cada vez mais comum entre os profissionais, empresários do setor e os próprios produtores, a possibilidade do desaparecimento do agricultor familiar da atividade leiteira, que passaria a considerar outras atividades econômicas. Ferrari *et al.* (2005, p. 24) alertaram que:

[...] quando um grande contingente de agricultores estão na iminência de abandonar a atividade é porque existe um ambiente sócio-institucional hostil que, através de regras e instrumentos de políticas, cerceia seu espaço a ponto de não vislumbrarem opções para construir seu futuro na agricultura e mesmo na região onde habitam.

Esse ambiente hostil faz com que um número considerável de estabelecimentos que se dedicam à produção de leite esteja sob ameaça. Para Ferrari *et al.* (2005, p. 25):

A priori, a ameaça maior de exclusão atingiria primeiro os produtores cuja produção apresentasse os custos mais elevados e aqueles que, apesar do baixo custo de produção, apresentam a pior qualidade e pequena escala de produção, que geralmente ocorrem em unidades mais descapitalizadas e com produção menor.

Considerando que a produção de leite é uma das principais fontes de renda para alguns produtores familiares, e tendo em vista a possibilidade da inviabilidade da atividade perante uma maior concentração e especialização da produção, há necessidade de se buscar novas opções produtivas. Para Spanevello (2008), há a possibilidade do esvaziamento do meio rural, caso a atividade econômica exercida na propriedade não venha a dar condições e perspectiva para os sucessores buscarem o desenvolvimento baseado na propriedade.

Isso leva a um grave problema social por gerar um contingente de pessoas desocupadas e sem perspectiva, o qual buscará outras oportunidades fora da agropecuária e do meio rural. Na Figura 01, é apresentado um

comparativo do número de estabelecimentos que se dedicavam à produção de leite entre os anos de 1996 e 2006. De forma geral, tanto

no Brasil como no Sul e no Estado do Paraná, houve uma retração significativa do número de estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários dedicados à produção de leite, 1996-2006.

Unidade	Número de estabelecimentos em 1996	Número de estabelecimentos em 2006	Variação entre os períodos
Brasil	1.810.041	1.340.897	- 25%
Paraná	174.950	118.884	- 32%

Fonte: Elaborado a partir dos respectivos Censos Agropecuários do IBGE (IBGE, 2010).

No Estado do Paraná, houve uma queda considerável no número de propriedades que se dedicavam à produção de leite, que chegou a 32%. Embora não tenha sido realizado um estudo específico, esses números corroboram com as previsões de Jank e Galan (1999), Figueira e Belik (1999), Ferrari *et al.* (2005) e Paes (2007) de

que muitos produtores poderiam ser excluídos da atividade, caso não se adequassem às novas normas produtivas e de mercado. Em contraste com a redução do número de estabelecimentos agropecuários que se dedicam à produção de leite, a Tabela 02 mostra a elevação da produção de leite em litros no mesmo período.

Tabela 2 – Produção de leite em litros, 1996-2006.

Unidade	Número de estabelecimentos em 1996	Número de estabelecimentos em 2006	Variação entre os períodos
Brasil	17.931.249	21.433.748	+ 19%
Paraná	1.355.487	2.048.486	+ 51,1%

Fonte: Elaborado a partir dos respectivos Censos Agropecuários do IBGE (IBGE, 2010).

Em uma relação inversamente proporcional à queda do número de produtores, houve uma expressiva elevação da produção, havendo uma elevação significativa no Estado do Paraná, 51,6%. Em parte, essa elevação da produção pode ser explicada pela especialização dos produtores e elevação da escala de produção. De 1996 para 2006, a produção média passou de 7,7 litros/dia/produtor para 17,2 litros/dia/produtor no Estado do Paraná, representando um incremento de 123% na média por produtor ao dia.

Materiais e métodos

Os métodos e análises são voltados para os fatores que possam caracterizar os produtores familiares que atuam na produção de leite, principalmente as questões produtivas e comerciais, que refletem diretamente as mudanças que esse sistema vem sofrendo nos últimos anos.

Para realizar esta pesquisa, optou-se pelo delineamento do Estudo de Caso, que Gil (2002) definiu como aquele que analisa um fenômeno em “profundidade e de forma exaustiva” sendo definidos poucos objetos de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado de um fenômeno. Na mesma linha, Yin (2001, p. 13) definiu como

[...] um [...] inquérito empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Segundo Yin (2001), há diferentes formas de se classificar os estudos de caso, sendo que esta pesquisa pode ser considerada como um estudo descritivo que visa descrever o fenômeno e estudo explanatório por buscar explicações para o fenômeno (ou conjunto de fenômenos). O trabalho caracteriza-se também como um estudo múltiplo, pois existem múltiplos objetos de estudo, ou melhor, várias

unidades produtivas de leite, tendo em vista que um estudo de caso único não levaria a uma compreensão sólida do fenômeno estudado.

Foram utilizadas múltiplas fontes de dados de forma a possibilitar uma “triangulação dos dados” e propiciar um trabalho mais conciso e coerente com a realidade, com maior rigor científico, especificamente: registros em arquivos, entrevistas e observações.

Os registros em arquivo consistem nos dados obtidos a partir de fontes externas ao estudo realizado, como dados fornecidos pela Emater, prefeituras municipais e institutos de pesquisa. A segunda fonte de evidência, essencial para a realização deste estudo, é a utilização de informações obtidas mediante a realização de entrevistas estruturadas (questionário), que abordaram três temas principais: i) levantamento socioeconômico; ii) caracterização da propriedade e do processo produtivo; e iii) levantamento dos canais de comercialização e remuneração da produção.

Na condução da pesquisa de campo, aliadas às entrevistas foram realizadas observações diretas, relacionadas ao comportamento dos produtores e às condições das instalações e pastagens. Essa análise foi importante por complementar algumas questões relevantes que não haviam sido abordadas no questionário e por sanar lacunas na formação do entendimento da realidade dos produtores de leite da região. É importante salientar que as entrevistas e as observações foram conduzidas por uma equipe multidisciplinar (Economia e Zootecnia) tendo em vista a importância das suas áreas de competência para condução da pesquisa.

O objeto de estudo deste trabalho foram os agricultores familiares que se dedicam à produção de leite e cuja escolha decorre da maior dificuldade para a adequação às mudanças institucionais e de mercado dadas pela reestruturação do SAL. Nessas condições, se destacam os produtores dos assentamentos de Santa Rita e Monte Alto, no município de Peabiru, e os assentamentos de Roncador e Marajó, no município de Quinta do Sol, ambos no Estado do Paraná, os quais, de forma agregada, possuem 222 propriedades das quais 118 são dedicadas à produção de leite.

Dessa população, foram entrevistados 89 produtores, ou seja, 75,4%. O processo de

amostragem pode ser caracterizado como aleatório e ocasional, englobando todos os produtores que se dispuseram a realizar a entrevista. Devido à homogeneidade da população em estudo, essa amostra mostra-se representativa.

Com o objetivo de ter uma visão holística do SAL na região, optou-se também por realizar uma entrevista estruturada junto com os dois únicos laticínios que captam o leite dos produtores observados, oportunidade em que se abordaram questões diversas como: política de preços; política de incentivos aos produtores e desafios e perspectivas da empresa, entre outros. A análise do comportamento dos laticínios auxiliou no fornecimento de uma visão mais clara acerca do comportamento do produtor.

Os dados quantitativos obtidos nas entrevistas aos produtores e laticínios foram condensados e apresentados de forma descritiva. Já os dados qualitativos serviram para aprofundar, preencher lacunas e subsidiar as análises.

Resultados e discussão

Na região foco deste estudo, a produção total média é de 4.230 litros por dia. Ocorre uma grande variabilidade na produção diária, de dois a cento e setenta litros. De forma geral, apenas 19,51% das propriedades entrevistadas produzem mais de 50 litros ao dia, 36,59% produzem de 25 a 49 litros por dia e 43,90% produzem de zero a 24 litros por dia. O volume de produção no período analisado é pequeno, se comparado a outras regiões, mas, em relação a outras atividades agropecuárias desempenhadas na área estudada, é possível observar a importância da atividade na geração de renda para os produtores do assentamento.

Percebe-se que ganhos associados a maior escala de produção em busca de maior eficiência produtiva e melhor combinação, alocação e aproveitamento dos recursos não estão sendo explorados como estratégia que venha a contribuir para o desenvolvimento dos produtores, havendo subutilização dos fatores alocados para a atividade, como as pastagens, o resfriador e a mão de obra familiar. Dessa forma, o produtor não está auferindo os ganhos potenciais com o crescimento

da produção e a redução dos custos médios.

Outras implicações do baixo volume de produção são: i) não recebimento por volume, afinal o produtor médio da localidade estudada isoladamente não tem capacidade para negociação em relação ao preço com a indústria; ii) menor capacidade de acesso ao crédito; e iii) possibilidade de ocorrer uma maior restrição da concorrência no local, pois as empresas que realizam a captação do leite terão pouco estímulo para atuar na região uma vez que o volume é pequeno e a atuação de várias empresas acaba se tornando antieconômica.

Em sua pesquisa, Bertollo (2002, p.89) utiliza o termo “raça comum” para designar a situação em que não há um padrão genético definido. Esta é a situação na região estudada. Em 91% das propriedades, o plantel é formado por animais de aptidão para a produção do leite e de animais mais rústicos como os da raça Zebu leiteiro. A vantagem desses cruzamentos é a geração de animais com maior poder de adaptação às características do sistema produtivo como clima, relevo, nível tecnológico, entre outros. Desvantagem é a perda da linhagem especializada na produção do leite que exige maiores cuidados, mas em que os retornos de produtividade são altos.

A forma de realização da ordenha predominante é manual, em 87,80% das propriedades. Em linhas gerais, a forma como se realiza a ordenha, se manual ou mecânica, pode ter impacto nulo em relação à qualidade do leite desde que sejam adotados procedimentos adequados de higiene (EMBRAPA, 2006).

Ainda na questão da higiene, o local onde é realizada a ordenha tem influência direta na qualidade do produto. O levantamento indicou que 4,75% das propriedades possuem sala de ordenha²; 72% das propriedades possuem Galpões³; e 23,25% das propriedades realizam a ordenha ao ar livre⁴. Esses números demonstram que, em sua maioria, as propriedades têm instalações inadequadas para a ordenha nos princípios

estabelecidos na IN51. Mesmo em propriedades onde há sala de ordenha, não há garantias de uma produção de leite com qualidade, devido à multiplicidade de fatores envolvidos no processo. Logo, a ausência de estruturas mínimas dificulta acentuadamente o alcance desse objetivo.

Também foram realizadas algumas observações diretas em relação à higienização tanto na realização da ordenha, como nas instalações e utensílios. Os critérios avaliados na ordenha foram os cuidados na limpeza e esterilização do úbere; teste de mastite⁵; e higienização dos equipamentos e utensílios utilizados. Nesta questão foi utilizada a orientação de um profissional da área de zootecnia, que classificou as propriedades entrevistadas em quatro grupos, a saber: 63,5% das propriedades se enquadram no Padrão de Higiene 1 – Não têm cuidados quanto ao local da ordenha, bem como com o animal antes e após a ordenha;

- 33,25% das propriedades se enquadram no Padrão de Higiene 2 – Realizado algum procedimento de higienização tanto do local, como da ordenha, porém de forma aquém ao desejado (não realizando os procedimentos de forma correta ou deixando de fazer algum);
- 3,25% das propriedades se enquadram no Padrão de Higiene 3 – Bom padrão de higienização do local de ordenha e dos animais antes e após a ordenha;
- E nenhuma das propriedades se enquadra no Padrão de Higiene 4 – Possui excelência em todos os requisitos.

Novamente é possível observar a precariedade na questão da segurança do alimento – leite. Na questão da higienização na ordenha e no ambiente onde este processo é realizado, não são necessários vultosos investimentos para uma melhor adequação, mas, mesmo assim, nas propriedades observadas existem grandes falhas.

Um avanço significativo imposto pela IN51 foi a regulamentação do leite refrigerado. Quando refrigerado na propriedade rural, pode ser mantido por um período máximo de quarenta e oito horas, em temperatura igual ou inferior a 4°C, no tempo máximo de três horas após o término da ordenha. Há ainda

² Local preparado para a ordenha – funcional e de fácil higienização – seguindo normas específicas descritas na IN51.

³ Instalação coberta, com ou sem piso, sem mecanismos adequados para escoamento dos dejetos.

⁴ Local sem cobertura, sem piso, totalmente exposto. Teste da caneca telada ou do fundo preto.

⁵ Teste da caneca telada ou do fundo preto.

a possibilidade de ser utilizado o tanque de refrigeração por imersão, onde o leite tem que ser refrigerado à temperatura igual ou inferior a 7°C no tempo máximo de três horas após o término da ordenha (MAPA, 2002).

Novamente nessa questão os dados demonstram que os produtores não vêm se adequando à IN51. O sistema de resfriamento adotado de forma majoritária é o freezer, em 59% das propriedades, sendo inadequado para a manutenção da qualidade do leite. Os demais produtores, 41% vem utilizando os tanques comunitários.

Em relação aos preços, os produtores entrevistados estão insatisfeitos, principalmente porque estes têm informações de preço relativo a outras regiões próximas. Os preços recebidos pelos produtores refletem em parte o nível de especialização destes. O preço pago ao produtor nos assentamentos segue um comportamento similar ao preço médio do Estado do Paraná, mas com um valor menor, o que varia em torno de 25%.

A maior parte do leite produzido, 90%, é comercializada com dois laticínios que atuam na região, e ambos pagam preços semelhantes. Apenas 6% dos produtores afirmam que recebem um diferencial por volume, e 5%, pela qualidade. Os valores recebidos não são prefixados, dependendo da negociação do produtor com a indústria.

Os 10% restantes da produção são destinados para a venda *in natura* ou para a fabricação de queijo, iogurte, doces e manteiga. A comercialização desses produtos ocorre de porta em porta, geralmente para clientes fixos. Uma curiosidade é que os principais compradores são pessoas com mais de cinquenta anos que consideram o sabor desses produtos melhor que o dos industrializados ou, ainda, cuja percepção sobre a qualidade leva a considerar os produtos coloniais “mais puros” que os industrializados.

Embora haja diversos fatores que influenciam negativamente a qualidade do leite na região, a rejeição do produto pela indústria é bem pequena. Em um ano, apenas 20% dos produtores afirmam ter tido rejeição, o que ocorreu 26 vezes ao longo de um ano, e o principal motivo exposto pelos laticínios é a acidez.

Considerações finais

Numa sociedade, há possibilidade de haver diferentes padrões de adesão a determinados padrões tecnológicos e este processo se dá sob um risco de exclusão de alguns agentes. Torna-se, portanto, imprescindível o conhecimento a respeito de tais processos e impactos nas avaliações de políticas públicas vigentes ou em formulação. É o que se pôde verificar no presente estudo.

Como observado, nos últimos anos ocorreu uma série de fatores que provocaram profundas mudanças no sistema agroindustrial do leite e impactaram cada segmento de forma particular. Para os produtores de leite, a principal mudança foi a maior necessidade de especialização e profissionalização na atividade, o que criou algumas dificuldades, principalmente para a agricultura familiar.

A análise dos dados referentes à adequação tecnológica e produtiva mostrou que as localidades estudadas têm grandes deficiências a serem superadas, havendo um número elevado de produtores que não possuem sistemas adequados de refrigeração ou local adequado para realizar a ordenha. Há também alguns pontos críticos em que os produtores podem evoluir consideravelmente, como o melhoramento genético e a adequação da gestão nutricional das vacas leiteiras.

Considerando o número elevado de propriedades que atuam na produção do leite e a baixa especialização, que é um aspecto geral, o não cumprimento da IN51 pode implicar perda da viabilidade da produção do leite para muitos produtores. Esta é uma situação grave tendo em vista que a renda proveniente da produção do leite quando não é a maior, tem um peso relativamente grande, servindo ainda de suporte financeiro nos períodos de entressafra de outras culturas na agricultura familiar.

A IN51 foi implantada de forma gradual, apesar disso não houve investimentos na adequação produtiva. Esse fato pode ser explicado em parte pelas ações da própria indústria de laticínios que atua na região. A indústria não bonifica os produtores que realizam investimento em qualidade, de forma que o retorno do capital investido é baixo, e os custos de produção, crescentes. Dessa forma, a exclusão dos produtores com leite fora do

padrão de qualidade não vem ocorrendo na região, devido à política comercial da indústria de laticínios. Contudo essa situação não é sustentável se consideradas as pressões relacionadas à segurança do alimento.

Como sugestão para estudos futuros, propõe-se a replicação em outras regiões/cadeias produtivas, para o aumento do *quantum* de conhecimento a respeito do fenômeno, bem como estudos que possam tentar captar as dinâmicas de processos semelhantes, considerando o comportamento de variáveis antes e depois da implantação de determinadas normas e ou políticas.

Referências

- BERTOLLO, V. L. *Condicionantes para a adoção de produção mais limpa pelos agricultores familiar produtores de leite no município de Erval Grande – Rio Grande do Sul*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- DURR, J. W. Controle de qualidade e aumento da competitividade da indústria Láctea. In: MARTINS, C. E. et al. (Org.). *Tendências e avanços do agronegócio do leite nas Américas: Industrialização*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2006, p. 81-94. v. 1.
- FERRARI, D. L. et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 22-36, jan. 2005.
- FIGUEIRA, S. R.; BELIK, W. Transformações no Elo Industrial da Cadeia Produtiva do Leite. In: *Revista Cadernos de Debate*, UNICAMP, 1999.
- GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário de 1996 e 2006*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> . Acesso em: abr. 2010.
- JANK, M. S.; GALAN, V. B. *Competitividade do Sistema Agroindustrial do Leite*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – USP, 1999.
- MARTINS, C. E. et al. *Tendências e avanços do agronegócio do leite nas Américas: Industrialização*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2006, p. 81-94. v. 1.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> . Acesso: jan. 2012.
- PAES, S. M. *Governança no agronegócio: enfoque na cadeia produtiva do leite*. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- PINHEIRO, M. E. F.; ALTAFIN, I. G. Eficiência da produção familiar de leite em projetos de assentamento de reforma agrária: estudo multicaso. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 9, n. 2, p. 189-201, 2007.
- SOUZA, R. P. *As transformações na cadeia produtiva do leite e a viabilidade da agricultura familiar: o caso do sistema Coorlac (RS)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SPANEVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- WILKINSON, J.; BORTOLETO, E. E. *Trajetória e demandas tecnológicas nas cadeias agroalimentares do MERCOSUL ampliado: lácteos*. Montevideu: PROCISUR/BID, 1999.

Os tensionamentos entre o global e o local: as ações de responsabilidade socioambiental da Aracruz Celulose e Papel

The tension between the global and the local: social-environmental responsibility actions of Aracruz Celulose e Papel

Les tensions entre le global e le local: les actions de responsabilité environnementale Aracruz Celulose e Papel

Los tensionamientos entre lo global y lo local: Las acciones de responsabilidad socioambiental de Aracruz Celulose e Papel

João Vicente R. B. Costa Lima
(jvcostalima@gmail.com)

François Gavard
(francois_gavard@yahoo.com.br)

Recebido em 30/03/2012; revisado e aprovado em 29/07/2012; aceito em 02/03/2013

Resumo: O presente artigo analisa as ações de responsabilidade socioambiental da Aracruz Celulose e Papel, refletindo (I) se, genericamente, ocorre uma rearticulação do campo econômico com base em novos valores socioambientais que redimensionariam as instituições do Estado, da Sociedade e do Mercado e (II) se, mais especificamente, são produzidos efeitos mais sustentáveis no nível de interação entre o cidadão-consumidor e o mercado. Ao fundo, discutem-se as (in)congruências entre o global e o local.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Desenvolvimento. Racionalidade empresarial.

Abstract: The present article analyses the social-environmental responsibility actions of *Aracruz Celulose e Papel* reflecting (I) if generically, a re-articulation of the economic field occurs based on new social-environmental values that would redimension the State, the Society and the Market institutions and (II) if, more specifically, more sustainable effects are produced in the level of interaction between the consumer citizen and the market. In substance, the (in)consistency between global and local development is discussed.

Key words: Social-environmental responsibility. Development. Business rationality.

Résumé: Cet article analyse les actions de responsabilité socioambientale d'Aracruz Cellulose et Papier ayant le but de réfléchir, I) tout d'abord, s'il s'est produit, de façon générique, une réarticulation du champ économique basée sur de nouvelles valeurs socioambientales qui changeraient les institutions de l'État, de la Société et du Marché, et II) aussi, plus spécifiquement, si sont produits des effets plus durables au niveau de l'interaction entre le citoyen-consommateur et le marché. Dans ce contexte sont discutés (in) congruences entre le global et le local développement.

Mots-clés: Responsabilité socioambientale. Développement. Rationalité entrepreneuriale.

Resumen: El presente artículo analiza las acciones de responsabilidad socioambiental de Aracruz Celulose e Papel, reflexionando sobre los siguientes puntos: (1) si, genéricamente, ocurre una rearticulación del campo económico con bases en nuevos valores socioambientales que, a su vez, redimensionarían las instituciones del Estado, de la Sociedad y del Mercado; (2) si, más específicamente, en el nivel de interacción entre el ciudadano consumidor y el mercado son producidos efectos más sustentables. En profundidad, se discute las (in) congruencias entre lo global y lo local.

Palabras clave: Responsabilidad socioambiental. Desarrollo. Racionalidad empresarial.

Introdução

A Aracruz Celulose e Papel é uma empresa capitalista que, primordialmente, deveria visar apenas ao lucro e, no entanto, dirige parte de seus recursos (de pessoal e financeiro) em ações que, em dado enquadramento institucional, poderiam ser identificadas como ações de Estado. Invariavelmente, cogita-se sobre o papel do Estado no Brasil no que

concerne ao contexto dos desenvolvimentos vários (econômico, social e sustentável; local e regional); indaga-se sobre o papel efetivo do Estado para regular as ações de empresas e outros agentes no que se refere ao uso dos recursos naturais. O Estado continua a ser uma instituição fundamental para conceber e executar as políticas públicas requeridas para o desenvolvimento do país. Contudo apresenta-se, na realidade, um campo de

* Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

interação político, econômico e societário complexo que vige, senão às margens do Estado regulador, com certa autonomia dos instrumentos legais de regulação, conectando, no mercado e para além dele, as empresas e o cidadão-consumidor, gerando efeitos ainda não completamente dimensionados. O conjunto das ações de responsabilidade socioambiental da empresa Aracruz Celulose e Papel constituem uma indicação dessa realidade.

O fenômeno das ações de responsabilidade socioambiental das empresas, em geral, e da Aracruz, em particular, situa-se em meio a diversas abordagens que dissecam analiticamente as instituições políticas e econômicas, além das questões de desenvolvimento (local e global).

A interface entre as abordagens contemporâneas sobre as políticas desenvolvimentistas e a dos fenômenos e problemáticas ambientais que direta e indiretamente afetam as dinâmicas societárias, políticas e econômicas, parece prover uma rica visão dos mecanismos e dos processos que compõem um conjunto. Boa parte do esforço empreendido por pesquisadores por áreas de conhecimento, separa essas dinâmicas por meio de uma super especialização das disciplinas de conhecimento. Entretanto a conexão entre as partes é de suma importância quando se almeja entender a racionalidade de uma grande empresa como a Aracruz Celulose e Papel, no tocante ao redimensionamento e reorganização de seus planos de maneira que, a despeito da sua busca do lucro, ajusta-se a um ambiente com valores e práticas que denotam novos e/ou ressignificados valores que sustentam padrões de conduta.

Este artigo explora inicialmente os limites de atuação do Estado como formulador e gestor de políticas de desenvolvimento (econômico, social e ambiental) local e de maior escopo, incluindo seu papel regulador das ações econômicas das empresas no tocante às consequências ambientais de seus empreendimentos.

1 Estado, empresas e meio ambiente

Discutem-se, no Brasil, as novas formas de interação entre o Estado e o empresariado após as reformas econômicas de 1990 e as possibilidades de desenvolvimento que se

descortinaram. Repensar os caminhos do desenvolvimento ganha novo vigor quando se verificam mudanças na ordem econômica internacional, da ascensão das economias periféricas, na década de 1980, do Sudeste Asiático, da Índia e da China, assim como do Brasil nos anos de 1990, na esteira do que se denominou de “países emergentes” e das discussões sobre o novo Estado desenvolvimentista.

Como contraponto às ideias liberais, Evans et al. (1985)¹, na década de 1980, propuseram hipóteses sobre as novas conexões entre o Estado e a sociedade, afastando-se da noção do Estado como um problema e da solução liberal pelo seu insulamento da economia e da sociedade. Evans constrói uma tipologia de Estados que reforça a importância dos Estados desenvolvimentistas na condução da transformação industrial de um país. Em que pese às diferenças entre países em gradações de menos para mais eficácia com respeito a políticas e ações desenvolvimentistas, o que se vê é que Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Índia, Brasil e demais países estudados apresentam disposições ativas, burocracias capacitadas, democracias deliberativas funcionais, capazes de promover o desenvolvimento econômico correspondente às suas peculiaridades institucionais. A abordagem institucionalista de Evans critica o receituário neoclássico que fundamentou o Consenso de Washington que, entre outras teses, defendia o afastamento do Estado da economia, a crença nas expectativas racionais e na universalidade das receitas econômicas².

Ha-Joon Chang (2006) retorna a uma economia política do desenvolvimento – em decadência na década de 1970 pela sedução neoclássica –, ressaltando a importância das estruturas e das instituições econômicas e políticas nos países em desenvolvimento, notadamente do papel do Estado no âmbito do desenvolvimento econômico. O autor remedia o silogismo neoclássico de que a esfera política é irreversível fator de distorção da

¹ Vide *Bringing The State Back In*.

² O receituário do Consenso de Washington foi mais bem empregado na América Latina do que em outras regiões do globo. Nos idos dos anos de 1980 estes países sofriam com desequilíbrios macroeconômicos, tendo encontrado, nos programas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, plena acolhida.

esfera do mercado (enunciado primeiro), daí, a necessidade da despolitização da economia (conclusão lógica). Chang reacende a controvérsia com a proposição de que o mercado é uma construção política, porque a sua lógica e as suas regras são parte do ambiente mais difuso da sociedade.

No âmbito da sociologia, as questões ambientais são redimensionadas com a Teoria da Modernização Ecológica (TME). Nos anos de 1980, concebia-se que os problemas ambientais podiam ser enfrentados por mecanismos e processos de industrialização baseados no desenvolvimento de tecnologias e com um mínimo de intervenção estatal. Os estímulos fundamentais para o melhoramento do ambiente relacionavam-se aos atores econômicos e empresariais³. Nesse contexto, destaque-se o conjunto de pesquisas capitaneadas por Arthur Mol (2002), que tomam a teoria da modernização ecológica como um exemplo de reflexividade institucional e da transformação da sociedade da alta modernidade, visível em setores produtivos como resposta às pressões ambientais e à crise ecológica. Nesse contexto, ora o Estado tem um papel relevante, ora tem um papel minimizado.

Brüseke (1996) assinala que o Relatório Brundtland (RB) apontava para uma compreensão entre causas e efeitos dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, porque relacionaria economia, tecnologia, sociedade e política. Ao Estado nacional, caberia (a) limitar o crescimento populacional; (b) preservar a biodiversidade e os ecossistemas, (c) diminuir o consumo de energia e desenvolver tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis, (d) aumentar a produção industrial nos países não-industrializados na base de tecnologias ecologicamente adaptadas, etc. O RB foi duramente criticado ao estabelecer o preceito de consumo mínimo (necessidades básicas), omitindo-se sobre o que viria a ser o nível máximo de consumo (energia etc.).

A respeito da temática da regulação do Estado sobre o campo da realidade ambiental, Neder (1996) explora o problema da regulação

pública ambiental no Brasil, em meio à crise socioeconômica e à discussão sobre as opções para o desenvolvimento do país. Instituíram-se, no país, mecanismos de centralização (federalização) e descentralização (órgãos locais, conselhos e instâncias de consultas e referendos) que dão efetividade à ação pública no tocante à preservação, à conservação e à gestão ambiental.

A hipótese do autor é que a ação pública não tem resolvido os problemas concretos de gestão ambiental no Brasil pela ausência de tratamento integrado das decisões macro-sociais e macroeconômicas (emprego, renda, política industrial e urbana, pobreza e exclusão social), pelo predomínio de um setorialismo instituído na área ambiental, que tomou “como parâmetro de sua eficiência unicamente as ações internas a este campo comparativamente aos demais” (NEDER, 1996, p. 218). A abordagem adequada seria a análise integrativa entre as políticas setoriais circunvizinhas e os seus campos internos de articulação⁴. Além disso, as regulamentações públicas ambientais após a Constituição de 1988 tinham características conservacionistas (sem vinculação com as opções econômico-produtivas), combinadas com traços de políticas de controle da poluição e de zoneamento industrial e com dispositivos para regular as decisões macroeconômicas. No início dos anos 1990, para financiar a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), foi criado um Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) com recursos oriundos de organismos internacionais, além do orçamento público. Assim, organismos não-governamentais no país e no exterior (incluindo instituições financeiras internacionais) passaram a exigir cláusulas de reestrutividade ambiental em projetos de desenvolvimento de infraestrutura produtiva (energia e transportes) e social, urbana e regional, incluindo as áreas de saneamento e recursos hídricos.

Se, de um lado, as primeiras políticas públicas no Brasil tinham certa essência conservacionista, sob outro aspecto, o que se reconhece é uma postura governamental fragilizada com respeito a fazer com que a eco-

³ É destacado a passagem de um modelo centrado em indústrias de uso intensivo de recursos naturais e de energia para indústrias que minimizassem o consumo de recursos naturais e que fossem baseadas em serviços e conhecimento.

⁴ O autor vê as inadequações do setorialismo das políticas públicas ambientais no Brasil nas políticas de saneamento e de recursos hídricos.

nomia brasileira se enquadrasse nos padrões de sustentabilidade. Viola (1998) analisou as políticas públicas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) para a área ambiental e verificou que as “políticas ficaram isoladas dos centros de decisão econômica porque eram secundárias no que tange às prioridades das formulações governamentais relativamente ao desenvolvimento”. Toda uma discussão mundial que apontava para uma nova economia com base no uso de tecnologias sustentáveis, no campo industrial e pós-industrial, ganhou um tratamento fragmentário e insuficiente. As demais políticas – reforma tributária, política energética e agrícola –, que faziam interface com a realidade socioambiental, padeceram dos mesmos males⁵.

Ferreira (2000) ressalta a perda de capacidade do Estado para responder aos desafios em um contexto de incertezas. A autora – considerando as ações pró-ativas dos movimentos sociais, empresários, sociedades científicas, sindicatos – indaga sobre se é imperativo atribuir somente ao Estado um papel preponderante na formulação, implantação e gerenciamento de políticas sustentáveis. A pesquisadora entende que a inanição do Estado não pode ser compreendida somente como gestão ineficiente, mas que se relaciona com o dado complexo de sua constituição, dos grupos que rivalizam entre si, como atores coletivos constituídos e não como um grupo monolítico. Haveria uma diversidade de *policymakers* dentro de um mesmo governo.

Todos os cenários, processos e ações conectadas à esfera do Estado no Brasil, no tocante aos assuntos socioambientais e, especificamente, centrados no funcionamento das instituições reguladoras do Estado, mostram que foram gerados resultados parciais e insuficientes, ora porque, no interior do próprio Estado, grupos diferentes disputavam projetos distintos e, muitas vezes, divergentes, ora porque o Estado, compartimentalizado, pro-

duzia políticas setoriais que desconectavam diversas esferas da vida, a biofísica da esfera social, a econômica em relação à política.

À margem de um Estado com grandes dificuldades para gerir níveis e aspectos de realidade tão complexos, outras situações ganharam forma e substância. Para além dos mecanismos públicos de regulação, o cidadão-consumidor, tomado como uma agente inerte, sem poderes e cuja vontade moldava-se instantaneamente aos projetos e aos interesses das grandes empresas, demonstra novas disposições e valores em suas ações, a começar pelo consumo. As ações consumistas, além dos diagnósticos que destacaram a imprudência, refletem novas formas de ver o mundo com impacto direto sobre as grandes empresas.

É desse cenário competitivo para as empresas e as economias nacionais, em meio aos limites e às possibilidades de atuação do Estado no tocante à regulamentação econômica e ambiental no Brasil, que se deve tentar compreender as iniciativas de responsabilidade socioambiental⁶ da ARACRUZ Celulose e Papel. Verifica-se a adesão cada vez maior de grupos de empresas de diversos segmentos que, espontânea ou coercitivamente (por pressões de natureza legal ou advindas do próprio mercado), aderem aos programas e às ações de natureza “socioambiental”. As empresas, para os fins últimos de obtenção de lucro, parecem adentrar, de forma mais visível e com certo desconforto, em uma arena política, porque se deparam com demandas que vêm de diversos segmentos da sociedade civil organizada relativamente aos motivos socioambientais. Essa esfera política apresenta interfaces intrincadas, uma vez que envolve indivíduos e grupos situados em níveis local e global, que racionalizam com base em matrizes diversas de visões de mundo e que, ao final, necessariamente, não conformam um mundo socioeconômico e político perfeitamente balanceado e equilibrado. Assim sendo, as respostas das empresas, nesse

⁵ A reforma tributária não criou os incentivos para induzir a produção e consumo para níveis mais parcimoniosos; nem a cobrança de um imposto ambiental sobre os poluidores e os consumidores imprudentes. A política energética manteve-se focada na indústria do petróleo e indiferente às iniciativas ligadas à conservação da energia e o uso de energias renováveis.

⁶ A noção de “socioambiental” não é pacífica nas discussões clássicas sobre sustentabilidade, porque a dimensão social não foi originariamente reconhecida como parte da realidade ambiental e ainda não o é de todo. Se do ponto de vista acadêmico a discussão é controversa, do ponto de vista das empresas trata-se de um conceito operacionalizado nas suas diversas rotinas.

plano político, devidamente articuladas aos desafios competitivos que enfrentam no mercado, operacionalizam ações socioambientais pelas vantagens comparativas e relativas objetivas. Contudo não se trata de uma conduta estritamente estratégica da empresa no campo socioambiental, a despeito dos efeitos positivos na imagem das empresas.

As abordagens da teoria da maximização do lucro, como Friedmann (1970), postulam que preocupações dessa natureza, isto é, socioambiental, não deveriam ser objeto do interesse e dos esforços das empresas, porque constituiria papel precípua do Estado e de outros organismos, de modo que as empresas deveriam focar-se somente na busca de maior rentabilidade e lucro para seus acionistas. De outra forma, ganha espaço a abordagem de que preocupações das empresas com variáveis sociais e ambientais, conectadas ao bem estar das comunidades circundantes e do cidadão-consumidor, não podem ser estranhas à racionalidade empresarial⁷. Se, em um tempo, preocupações desse quilate podem significar custos adicionais que diminuem as margens de lucro e ameaçam a sobrevivência da empresa, em outros contextos de competitividade, as empresas precisam considerar essas variáveis na equação do seu negócio, ou podem perecer. O tempo perfeito em que dado contexto exige um padrão específico de resposta depende de uma estrutura à parte das empresas para se fazerem as prospecções correspondentes aos seus respectivos segmentos econômicos e as necessidades de ajustamento às demandas não econômicas (sociais, políticas).

Os desafios colocados às empresas – no sentido de buscar padrões sustentáveis de produção e da necessidade de dialogar com a comunidade, a ponto de considerar efetivamente os valores desses indivíduos – impactam sobre seus processos de gestão e produção complexos, uma vez que as obrigam a criar uma estrutura paralela a sua atividade-fim para realizar um conjunto de atividades voltadas a formas diversas de relacionamento com grupos humanos, com abordagens apropriadas para os projetos de interesses da comunidade e outros atores situados na arena socioambiental, identificados como *stakeholders*⁸.

As empresas precisam responder com iniciativas no campo educacional e voltadas à minimização dos efeitos da pobreza e da desigualdade, para citar duas situações típicas. Daí que, via de regra, em face de uma visão pré-concebida da empresa como agente egoísta em um mundo egoísta (mercado), resta-lhes a visão final das ações socioambientais como peças de propaganda mais do que ação efetiva que denote comprometimento com o público. Postula-se que a realidade ganhou contornos menos marcados e que as relações e as instituições econômicas são constituídas socialmente a partir de novos elementos de valor que apontam para uma configuração peculiar, pelos valores evocados, no tempo-espaço das esferas de produção e consumo contemporâneas, atormentadas pelos imperativos de uma ação econômica sustentável.

2 Dinâmicas Sociais de produção da Responsabilidade Socioambiental das empresas

Do ponto de vista das empresas, um dado coloca-se quase como um axioma: “Um dos efeitos da competição global foi o redirecionamento do poder para as mãos do comprador” (TACHIZAWA, 2007, p. 21). É no âmbito do comportamento dos consumidores que ocorre uma dinâmica que afeta a forma como a empresa organiza-se e relaciona-se com as outras, bem como os relacionamentos que estabelece com outras esferas da vida, não econômicas. O consumidor começa a considerar, além do preço e da qualidade dos produtos, o comportamento socioambiental das empresas fabricantes e prestadoras de serviços. O desdobramento do comportamento do consumidor é a criação, no universo da empresa, de novos conceitos de gestão que, progressivamente, atendam às demandas do referido consumidor. O comportamento ético das empresas passa a ser aferido por instituições públicas e privadas que, de forma independente, percorrem todo o ciclo de vida da empresa e do produto, conferindo-lhes certificados e certificações

como tendo responsabilidades que ultrapassam os interesses imediatos dos seus acionistas, para alcançar um conjunto mais amplo de grupos que são objetivamente afetados pelos empreendimentos da empresa.

⁷ Vide Donaire (1994) e Epstein (1987).

⁸ Freeman (1984) é quem inicialmente aborda a empresa

que têm credibilidade maior ou menor junto ao público. As empresas veem-se obrigadas a publicar o que se designa de Balanço Social e/ou Socioambiental – não somente com uma finalidade de gestão sobre os desempenhos econômico, social e ambiental –, mas como forma de dar publicidade a seus clientes, fornecedores e comunidade em geral⁹.

Sobre a credibilidade das instituições certificadoras, de seus instrumentos para perscrutar a realidade socioambiental que perpassa às ações das empresas, presume-se que essa temática ganhará ainda mais importância intelectual pela evidência da sua significação não somente para dimensionar aspectos ambientais, mas pelo valor político intrínseco que retém. Indivíduos e grupos – com visões de mundo diversas, de classes sociais e localizadas por todos os continentes –, cada vez mais, consideram os resultados das diversas aferições indicativas da atenção dada pelas empresas às realidades (local e global).

Por isso o autor cita que, em pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente. Outra pesquisa da CNI, consorciada com SEBRAE e BNDES, informa que 90% das grandes empresas e 35% das microempresas realizaram investimentos ambientais nos últimos anos para a adoção de práticas de gestão sob vários aspectos e níveis da realidade: “[não foram apenas em função da legislação, mas principalmente, [...], aumentar a competitividade das exportações; atender ao consumidor com preocupações ambientais; atender às reivindicações da comunidade; atender à pressão de organizações não governamentais e melhorar a imagem perante a sociedade” (TACHIZAWA, 2007, p. 24).

A racionalidade da empresa capitalista sempre esteve premida pelo aumento da produção e pela diminuição de custos, pesando os meios relativamente ao incremento de suas margens de lucro. Nesse tempo “T” zero (T “0”), ou se otimizava o uso de mão de obra e dos insumos (destaque-se, recursos naturais), ou a sobrevivência no mercado estava sob risco e, dessa forma, estavam dados os ele-

mentos para a consecução da maximização da utilidade. Esse tempo “zero” (“T” “0”), que bem pode, hipoteticamente, ser situado em um intervalo de tempo razoável (o início da modernidade capitalista), propunha consequências trágicas para os objetivos de um uso parcimonioso dos recursos naturais, porque não estavam operantes mecanismos regulatórios legais.

O papel regulador do Estado, a partir do século XIX, criaria os primeiros mecanismos atenuadores dos efeitos das ações econômicas predatórias sobre o meio ambiente e sobre dimensões sociais, como a pobreza. Nesse ponto, não se pode evocar a vigência instantânea, uniforme e completa que integrasse as dimensões difusas do social e do ambiental. Assim, para as empresas, no tempo “T” “0”, assumir posturas pró-ativas no que se refere aos impactos de suas atividades sobre o meio ambiente e sobre a sociedade produzia mais incertezas para a sua equação da maximização do lucro. No caso brasileiro, somente em meados da década de 1980, é que se verifica algum impacto da legislação ambiental, de fato, afetando a racionalidade das empresas. Um cenário simplificador parecia mostrar as bases em que se firmavam as primeiras iniciativas das empresas: em atenção à legislação vigente, as empresas ajustavam suas condutas de natureza mitigatória, sem maiores ganhos de imagem, ao mesmo tempo em que impunham um aumento de custos. Por este tempo, observa-se um aumento e eficácia da legislação e dos organismos estatais de controle, além da pressão política das ONG’s, além do incremento, ainda que em pequena escala, dos temas ambientais na agenda política brasileira.

No tempo presente, isto é, ultrapassado o hipotético tempo “T” “0”, as empresas, de forma heterogênea, passam a medidas que, se não deixam de ter a natureza mitigatória, trazem a novidade de incorporar, nas práticas e nos processos produtivos, disposição mais pró-ativa, dirigidas a novos processos e produtos, otimizando o uso de energia e matéria prima e reciclagem de resíduos. Se, do ponto de vista dos custos, não acontece modificações maiores, do ponto de vista da imagem (de certo comprometimento com o meio ambiente) da empresa, os ganhos vêm pela visibilidade positiva.

⁹ Vide Carroll (1979), Cheibub (2002) e Demajorovic (2003).

Desse modo, além das pressões legais, as empresas começam a mostrar-se preocupadas com as questões que afetam o cidadão comum na forma de certo voluntarismo ambiental corporativo. A palavra de ordem é *antecipação* aos problemas e, no que se refere à variável competitividade, o ambiente relativiza as vantagens naturais de obtenção de mão de obra mais barata. O diferencial “preocupação ambiental”, traduzido em práticas corporativas, parece gerar efeitos em uma nova dinâmica de concorrência. A compreensão de todo o processo só se completa quando se verifica a pressão política externa ao funcionamento do mundo econômico, fundada em novos hábitos de consumo sugeridos por novos valores morais e de uma ética socioambiental capaz de afetar a racionalidade das empresas¹⁰. Vellas questões ganham novo enquadramento: as demandas sociais reprimidas na forma de menores salários são reembaladas como parte de iniciativas que denotam preocupação social das empresas. O diferencial competitivo, aqui, frise-se, gastos com proteção ambiental, deixam de ser vistos somente como custos para serem categorizados como investimentos e vantagem comparativa.

O centro decisório das empresas principia a operar considerando além dos atores/instituições convencionais dos fatores tradicionais como concorrentes, clientes, distribuidores e acionistas – a interface com os conteúdos de valor oriundos da sociedade civil. A diversidade e a complexidade das cadeias produtivas e as empresas de diversos setores absorvem, de forma heterogênea, as influências “não econômicas” sobre os seus respectivos negócios: se dependem de recursos naturais em abundância, se atuam em segmentos mais regulados por normas, se situados em ramos de alta competição por mão de obra qualificada, se mais ou menos suscetíveis às pressões do público consu-

midor sugestionado por uma nova ética do consumo parcimonioso, etc. Desses condicionantes, pode-se estimar padrões diferentes de disposições relativamente às práticas corporativas de natureza socioambiental.

Para Tachizawa (2007), no tempo presente, tornam-se vantajosos para o marketing da empresa os apelos ecológicos dos produtos. Assim, 40 empresas (Tramontina; Tok & Stock; Cickel entre outras) criaram um grupo de compradoras de Madeira Certificada com a adoção do selo de procedência da *Forest Stewardship Council* (FSC), que certifica ao consumidor florestas e produtos de madeira manejados corretamente do ponto de vista socioambiental.

Dessa forma, a gestão da empresa frente aos novos desafios competitivos no mercado torna-se uma questão relevante. Da atitude convencional defensiva e reativa frente aos problemas de passivos ambientais e tragédias sociais abundantes, as empresas ensaiam posturas mais ativas. Entre o simples estabelecimento de novas estratégias e a conversão profunda a novos valores ligados à sustentabilidade e à justiça social, objetivamente a empresa entra em uma nova arena de negócios com vieses políticos explícitos, em que precisa firmar parcerias e ouvir outras instâncias afetadas por seus negócios. Tachizawa (2007) denomina pensamento sistêmico o conjunto de conteúdos que está afetando profundamente as escolas formadoras de gestores e a cultura das empresas em geral. Nesse contexto, as posições intermediárias das empresas passam a ser objeto de questionamentos disseminados, mas eficientes:

Uma empresa pioneira pode ter um excelente programa de reciclagem e, ao mesmo tempo, pagar baixos salários, combater os sindicatos e não proporcionar benefícios de plano de saúde para os empregados e seus familiares. Uma empresa tradicional pode investir no trabalho revolucionário de pesquisa e de desenvolvimento de produtos ecologicamente inovadores e concluir que o custo relativo das multas, comparando com o custo da limpeza ambiental, justifica, a curto prazo, infringir as regulamentações da preservação ambiental. (TACHIZAWA, 2007, p. 29).

Para gerir o seu negócio nos novos tempos, as empresas buscam um perfil de gestor conhecido mais no ambiente acadêmico,

¹⁰ As bolsas de valores passaram a hierarquizar as empresas através de um índice de sustentabilidade. Estas empresas passaram a ser avaliadas como mais inovadoras, empreendedoras e como investimentos menos arriscados. O sistema financeiro internacional e nacional passou a gerir suas carteiras de financiamento considerando-se as demandas e ações de responsabilidade socioambiental. É o caso do ABN AMRO Bank, Barclays, Citigroup, dentre outras instituições.

isto é, de alguém com formação generalista e capaz de transitar em diversas áreas de conhecimento e de interagir em equipes multidisciplinares no interior da empresa e fora dela, na produção das novas respostas empresariais coerentes com o novo ambiente competitivo.

3 O caso ARACRUZ Celulose e Papel (Fibria)

A empresa Aracruz Celulose S.A. deixou de existir com esse nome em janeiro de 2009, quando ocorreu a fusão da empresa com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), denominando-se Fibria¹¹, e tornando-se a maior empresa mundial no ramo de celulose. É líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, produzindo 24% da oferta global do produto, sendo que 98% são exportados para Europa, América do Norte e Ásia, na forma de produtos como papéis para impressão e para escrever, papéis sanitários, lenços, guardanapos, entre outros produtos. Ressalte-se, neste ponto, que a pesquisa analisou os relatórios anuais de sustentabilidade dos anos de 2006, 2007 e 2008, antes da fusão com a VCP.

A sua produção provém de plantações de eucalipto que totalizam uma área de 313 mil hectares distribuídos pelos Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além dos plantios próprios, a empresa conta com mais 96 mil hectares contratados a produtores independentes distribuídos nas mesmas regiões. A capacidade anual de produção da Aracruz era de 3,3 milhões de toneladas de celulose de fibra curta de eucalipto, realizada nas três unidades produtivas da empresa localizadas em Barra do Riacho (ES), Guaíba (RS) e Eunápolis (BA). A ARACRUZ figurou, até 2008¹², no Índice *Dow Jones* de sustentabilidade (DJSI World) da bolsa de valores de Nova Iorque, porque se destacava entre as empresas mundiais com

as melhores práticas em sustentabilidade corporativa, sendo a única no setor da celulose a figurar nesse índice. Todos os plantios da empresa são certificados pelo Sistema Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor), do *Forest Stewardship Council* (FSC). Entretanto a empresa tem sido contestada por conduta desabonadora no plano social por organizações não governamentais (ONGs) e setores diversos da sociedade que a acusam de não distribuir os benefícios gerados. A empresa já respondeu judicialmente por ocupação de terra indígena e quilombola, de forma que todo esse quadro fez com que a empresa adotasse uma nova governança corporativa mais efetiva no campo socioambiental. Nesse sentido, o conflito com as populações indígenas foi resolvido com a assinatura de um termo de ajustamento de conduta pelas partes em 2007. Na esfera ambiental, a empresa é criticada pela poluição das águas e do ar, pela emissão de dioxinas na atmosfera, assim como pela manipulação de material cancerígeno na produção de celulose, afetando as condições de saúde das populações vizinhas às suas plantas industriais. Destaque-se a crítica disseminada antirreflorestamento de que o desenvolvimento do eucalipto exauriria os recursos hídricos e naturais do solo.

A Aracruz, por seu turno, introduziu algumas medidas preventivas direcionadas para (1) permitir a investigação sistemática dos programas de controle ambiental; (2) auxiliar na identificação de situações potenciais de problemas ambientais futuros; (3) verificar se a operação industrial está em conformidade com normas/padrões legais e também com padrões mais rigorosos definidos pela empresa.

A presente pesquisa trabalhou com níveis de análise construídos a partir dos relatórios de sustentabilidade da empresa, sublinhando uma discursividade reveladora de uma ordem de significados e representações informativas das práticas corporativas, nos âmbitos local e mundial, relativamente aos desafios nos mercados em que a Aracruz opera. Interessam, pois, as representações da empresa Aracruz Celulose com respeito a sua percepção da relação economia/sociedade, dos valores e motivações implicados. É, ademais, relevante captar a representação que a empresa faz de si mesma e do seu lugar

¹¹ O controle acionário da Fibria é exercido da seguinte forma: 35,8% de ações no mercado, 34,9% de ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e 29,3% de ações do grupo Votorantim (FIBRIA, 2009).

¹² Ano em que, em função da crise financeira mundial, a empresa realizou operações financeiras mal sucedidas com derivativos, acarretando grandes prejuízos para a mesma e por conta disto, sendo excluída do índice.

no mundo corporativo e político no tempo presente.

A empresa afirmou não fazer distinção, no sentido de hierarquizar, entre os diversos atores institucionais com os quais se relaciona - clientes, consumidores, comunidades locais, governos etc. Ressalta, além disso, que o seu centro decisório só pode atuar em todas as direções com os mesmos elementos de valor: solidez, respeito, ética. Todavia a empresa sublinha a atenção maior que dirige para as instâncias dos consumidores, comunidades e ONG's, respectivamente, pela ressonância que a avaliação dessas instâncias gera na reputação da empresa. Em verdade, esta é a novidade: a Aracruz ampliou o campo sensível das preocupações socioambientais, grifem-se aquelas conectadas desde os motivos do cidadão-consumidor às comunidades afetadas pelos empreendimentos da empresa.

A Aracruz avalia como sendo delicado o relacionamento com as comunidades e com as partes interessadas diversas. Entende que essa ordem de realidade exige a construção de um cenário político do país. De outra sorte, depara-se com estados de carência das comunidades que, avalia, ultrapassam a função da empresa econômica, determinando que a empresa pondere até onde pode ir quanto ao estabelecimento de políticas nessa área. De forma genérica, a empresa, por meio de seus representantes, compreende que ações no sentido da mitigação da pobreza das comunidades podem redundar em maior segurança jurídica para as operações empresariais. Sobre o litígio com populações indígenas, a empresa ressenete-se de um marco legal mais claro sobre a questão, assim sendo, não vê, em suas ações, o fator único para as tensões geradas. Ademais, a empresa avalia que o seu relacionamento com as partes interessadas pode melhorar se se fizer entender junto às comunidades. Dessa forma, investiu na reformulação do portal na Internet, visto como meio para fazer com que suas ações sejam mais efetivas no atendimento das demandas sociais das comunidades e para aperfeiçoar sua capacidade e método de dialogar com essas comunidades. Esse diagnóstico-solução tem, no modelo de racionalidade adotado pela empresa, a finalidade de reduzir a complexidade e a imprevisibilidade inerente a sua inserção nas comunidades afetadas. A

Aracruz, de outra forma, admite como um dos aprendizados que obteve no seu esforço por alcançar engajamento efetivo com as partes interessadas "a necessidade de treinamento do pessoal interno" para atuar nesse processo.

A Aracruz informa, em seus relatórios, investimentos sociais anuais de R\$ 16,8 milhões em 2006, R\$ 12,3 milhões em 2007 e de R\$ 19,5 milhões em 2008¹³. O foco tem sido as carências das comunidades, especificamente com ações no campo educacional, capacitação profissional, saúde preventiva, segurança alimentar, arranjos produtivos locais, inclusão social, cultura, lazer e esportes, considerando-se que os investimentos e as ações nesse campo necessitam de aperfeiçoamentos e ajustes. Em questão aqui, para o grupo empresarial, está o retorno para o capital simbólico da empresa, o que, conforme percebem, não está no nível esperado.

A empresa tem firmado relacionamento com as ONGs (vista como mais uma parte interessada), no contexto de diversos fóruns de organizações não governamentais tanto no Brasil, como no exterior. O histórico, nesse campo, guarda momentos de dificuldades e tensões, como se verifica no relatório de 2006, em que a empresa admite ter interrompido o diálogo com ONGs do Estado do Rio Grande do Sul após a invasão e a depredação de um dos seus hortos florestais no Estado. A ação foi promovida pelo movimento social Via Campesina, que a justificou como forma de defesa da biodiversidade da região¹⁴.

Sobre os seus fornecedores, a Aracruz adotou critérios para escolha, incluindo cláusulas contratuais que reforçassem o respeito às questões ambientais e sociais, com ênfase no total cumprimento da legislação trabalhista.

¹³ Para fins de contextualização, traduzindo estes valores em dólares para uma cotação de 05.05.2011, quando os resultados da presente pesquisa estavam sendo consolidados, em que US\$ 1,00 dólar equivalia a R\$ 1,6 reais, chegava-se aos valores de US\$ 10.187,500 milhões para o ano de 2006; US\$ 7.687.500,00 milhões em 2007 e US\$ 12.187.500,00 milhões para 2008. Isso sem considerar a inflação do período.

¹⁴ A empresa também destaca sua participação no fórum internacional The Forests Dialogue (TFD), que é composto por ONGs ambientais e sociais, institutos de pesquisa, empresas florestais de diversas regiões do mundo e no World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), onde participam instituições financeiras.

ta, incluindo a proibição de qualquer forma de trabalho infantil ou escravo. A empresa, dentro da política de sustentabilidade social, também tem priorizado “a contratação de fornecedores locais, porque estimula a formação de uma cadeia de geração de valor que se estende às comunidades onde atua”. Essa ação precisa ser coadunada com a procura de condições mais vantajosas para a empresa, como o baixo custo.

Sobre os mercados consumidores, até 2008, o maior mercado era o europeu, conhecido pelas exigências socioambientais mais rigorosas, até ser ultrapassado pelo mercado norte-americano, menos exigente sob essa ótica. O mercado chinês cresce rapidamente e é ainda menos exigente quanto aos aspectos socioambientais. Assim posto, essa mudança de cenário levanta a questão sobre se a empresa mudará suas estratégias.

A empresa articula um elenco de razões que firmam suas estratégias visando à sustentabilidade de seu negócio. Têm ganhado proeminência as estratégias de ação voltadas para o estabelecimento de padrões socioambientais de apaziguamento com os *stakeholders*: comportamento ético da companhia em todos os níveis; consecução de uma solução final para a questão indígena; retomada do processo de certificação pelo FSC; avaliação dos impactos econômicos regionais das atividades da Aracruz; impactos dos plantios de eucalipto na biodiversidade; relacionamento com as comunidades descendentes de quilombolas; governança corporativa; impacto das plantações nas comunidades; relacionamento com comunidades indígenas; suprimento de madeira de terceiros. Esses tópicos, feitos prioridades, foram captados ouvindo-se o público externo (clientes, investidores e analistas financeiros, organizações não governamentais sociais e ambientais e fornecedores). Assim, verifica-se que a boa governança dos negócios tornou-se indissociável das ações voltadas ao público exterior diverso: comunidades circundantes e clientes, notadamente.

O empenho em atividades socioambientais mais claramente conecta-se à racionalidade do negócio, nos termos que segue: “As ações de responsabilidade socioambiental devem ser vistas como uma forma de investimento no sentido de buscar administrar riscos, desenvolver confiança e criar valor de

forma sustentável”¹⁵. Em bases práticas, essas ações resultam em manutenção da “licença social para operar”; melhor acesso ao capital; manutenção do *market share*; redução de custos; motivação dos empregados; imagem e reputação.

A obtenção de certificações ambientais tem gerado efeitos eficientes nas práticas corporativas pelas exigências, na forma de um conjunto de normas e procedimentos que as entidades certificadoras exigem. Daí, que a decisão da empresa em submeter-se a um processo de certificação precisa ser entendida como parte de uma racionalização mais ampla em termos dos custos e dos benefícios. Talvez o mais palpável deles seja o acesso a novos mercados, principalmente, o mercado internacional, além da manutenção dos mercados atuais. Se se considera que uma interface técnico-política importante que subjaz aos parâmetros das certificadoras é a sincronia com os interesses e os valores de um público consumidor, tem-se que a variável “novos hábitos de consumo” não pode ser desprezada, mas tida como parte da equação complexa de mudança dos comportamentos individuais e coletivos que afetam os mercados. Os resultados financeiros da decisão da empresa em adotar políticas efetivas no campo socioambiental parecem ser amplamente compensadores: “O resultado dessa percepção positiva é, em parte, traduzido pelo fato de o mercado de capitais atribuir à Aracruz um valor (US\$ 6,3 bilhões) quase três vezes superior ao seu valor patrimonial”.

4 Algumas considerações à guisa de conclusão

No contraponto ao diagnóstico de Beck (1991) – sobre um cenário fatalista no que tange aos padrões de conduta das empresas, principalmente industriais e do primeiro mundo, que conjugava perda de controle do público (meios institucionais frágeis) para regular questões dessa natureza –, a reflexão sobre as políticas e as práticas de responsabilidade socioambiental de empresas apresenta novos e intrigantes elementos para se pensar a relação entre função econômica *versus* função ecológica.

¹⁵ Vide ARACRUZ, 2008, p. 6.

O estudo de caso da Aracruz Celulose e Papel indica tendências, sendo prematura a proposição de generalizações para o conjunto das empresas do setor e, quiçá, para a economia como um todo. Há um novo cenário econômico que só pode ser compreendido pelas injunções políticas e societárias de grande capilaridade. O mercado e as empresas, arrasados pelas máximas de diminuição de custos e aumento da lucratividade do negócio, têm que incorporar fatores, cenários e políticas efetivas em um campo novo, conectado a motivos não econômicos, no sentido de não ser a sua atividade específica. A novidade é o tipo humano do cidadão-consumidor eticamente motivado que, em grande escala, espalhado em campos diversos da economia, vem afetando, de forma heterogênea, a realidade dos mercados e das empresas.

A discussão do caso Aracruz recoloca, na agenda, o debate sobre elementos éticos que afetam o mundo econômico e podem indicar um novo equilíbrio na relação economia/meio ambiente. À parte disso, mas recuperada como questão importantíssima, está a dimensão social comprometida pelas atividades econômicas. Emerge, aqui, outro duplo que merece ser analisado, a saber, a relação entre esfera política e esfera econômica (mercado/empresas). Não é possível mais postular uma equação ecológica redutora que subestime a dimensão política da vida, no sentido de dispensável para se produzir os ajustes no âmbito da intervenção das empresas. O dado novo é que os resultados ambíguos de intervenção estatal de natureza coercitiva mostram-se menos eficazes do que aqueles gerados pela mudança de atitude política e pelo consumo por parte dos cidadãos consumidores.

As empresas reformulam seus projetos de maximização de utilidades incorporando o peso e o impacto da variável "cidadão-consumidor", contudo as consequências disso, no sistema econômico-ecológico, ainda estão no plano do imponderável. É incontornável, porém, que se pense, como parte de uma mesma equação do agir econômico, os elementos de valor que denotam um agir com responsabilidade e comprometimento relativamente à sociedade e ao meio ambiente, com impactos nos planos local e global. Lado a lado, os ingredientes de uma cultura capita-

lista egoísta e negativa precisam ser pensados à luz dos estímulos para um agir ético e de comprometimento verificados na figura do cidadão-consumidor em suas disposições cotidianas.

Referências

- ARACRUZ Celulose. *Relatório anual de sustentabilidade 2006, 2007, 2008*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.aracruzcelulose.com.br>>. Acesso em: 8 set. 2009.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1991.
- BRÜSEKE, Franz. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, Leira da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 103-132.
- CARROLL, A. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, Mississippi, v. 4, p. 497-505, 1979.
- CHANG, Ha-Joon. *The east asian development experience: the miracle, the crisis and the future*. London: Anthem Press, 2006.
- CHEIBUB, Zairo; LOCKE, Richard. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R.; CAPPELLIN, Paola (Orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: Senac, 2003.
- DONAIRE, Dennis. Considerações sobre a variável ambiental na empresa. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 68-77, 1994.
- EPSTEIN, E. The corporate social policy process: beyond business ethics, corporate social responsibility and corporate social responsiveness. *California Management Review*, v. 29, n. 3, p. 99-114, 1987.
- EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FERREIRA, Leila da Costa. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, Ano III, n. 6/7, 1º sem. 2000/2º sem. 2000.
- FIBRIA. *Relatórios de Sustentabilidade*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2009/shared/rs2009_pt.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.
- FREEMAN, R. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, v. 17, n. 6, p. 595-612, 1970.
- MOL, A. P. J. Modernización ecológica: transformaciones industriales y reforma ambiental. In: REDCLIFT, Michael; WOODGATE, G. (Org.), *Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de Espana, 2002. p. 143-156.

NEDER, Ricardo T. O problema da regulação pública ambiental no Brasil: três casos. In: FERREIRA, Leira da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: UNICAMP. p. 217-240.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa*. Estratégias de negócios na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2007.

VIOLA, Eduardo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, Ano II, n. 3, 2º sem. 1998.

Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006

Family farming and organic production: a comparative analysis considering data from census 1996 and 2006

L'agriculture familiale et l'agriculture biologique: une analyse comparative tenant compte des données du recensement de 1996 et 2006

Agricultura familiar y la agricultura ecológica: un análisis comparativo teniendo en cuenta los datos del censo de 1996 y 2006

Juliana Benites Padua*

(julianabenitespadua@gmail.com)

Madalena Maria Schlindwein*

(madalenaschlindwein@ufgd.edu.br)

Eder Pereira Gomes*

(edergomes@ufgd.edu.br)

Recebido em 18/04/2012; revisado e aprovado em 30/07/2012; aceito em 01/02/2013

Resumo: Este trabalho tem como objetivo caracterizar a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, bem como analisar a representatividade da agricultura orgânica nos cenários nacional e regional. Pôde-se constatar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, porém baixa utilização da agricultura orgânica.

Palavras-chaves: Agricultura Orgânica. Segurança Alimentar. Desenvolvimento.

Abstract: This paper aims to characterize the evolution and development of family agriculture in Brazil and the state of Mato Grosso do Sul, as well as analyze the representativeness of organic agriculture in the national and regional levels. It was found the importance of family farming for socioeconomic development, but low use of organic agriculture.

Key words: Organic Agriculture. Food Security. Development.

Résumé: Cette étude vise à caractériser l'évolution et le développement de l'agriculture familiale au Brésil et l'État du Mato Grosso do Sul, ainsi que d'analyser la représentativité de l'agriculture biologique aux niveaux national et régional. Il a été constaté l'importance de l'agriculture familiale pour le développement socio-économique, mais la faible utilisation de l'agriculture biologique.

Mots-clés: Agriculture biologique. Sécurité alimentaire. Développement.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo caracterizar la evolución y desarrollo de la agricultura familiar en Brasil y en el estado de Mato Grosso do Sul, así como analizar la representatividad de la agricultura ecológica en los ámbitos nacional y regional. Se encontró la importancia de la agricultura familiar para el desarrollo socioeconómico, pero bajo uso de la agricultura orgánica.

Palabras clave: Agricultura Orgánica. Seguridad Alimentaria. Desarrollo.

Introdução

Durante os anos de 1960 e 1970, a agricultura no Brasil passou por uma intensa transformação em busca da modernização e, conforme aborda Gavioli e Costa (2011), essa inovação, com o apoio estatal, gerou a incorporação de práticas agroquímicas e motomecânicas de produção, de forma que o setor agrícola se integrasse cada vez mais com o setor industrial. Porém essa modernização rural, centrada na preservação da

hegemonia da grande propriedade fundiária com a finalidade de aumentar as exportações brasileiras, resultou, segundo Caume (2003), em um modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ecologicamente predatório, representando a marginalização social, econômica e política de muitos agricultores familiares que se viram obrigados a migrar para os centros urbanos.

Em vista dos diversos problemas socioambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil, surge

* Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

entre meados de 1980 a 1990 a preocupação ambiental. E, insere-se nesse contexto, a idéia da sustentabilidade e a defesa da agricultura familiar como agente fundamental da construção do desenvolvimento do meio rural (GAVIOLI; COSTA, 2011).

A agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, assim como de seus estados e municípios, tanto na geração de renda das famílias envolvidas, como na produção de alimentos e na redução do êxodo rural, além do favorecimento do emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos e a diminuição da utilização de insumos industriais. Gomes (2004) destaca essa importância devido às diversas discussões que vem ganhando força, sobretudo considerando os debates embasados no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar.

Tendo em vista a importância do desenvolvimento sustentável e de um mercado com consumidores diferenciados com forte preocupação ambiental e interessados em produtos mais saudáveis, é estimulada a produção de alimentos orgânicos em grande parte dos produtores familiares. Segundo o IPEA (2012), a demanda por produtos orgânicos cresce em torno de 30% ao ano, sendo que se estima, para o caso do Brasil, que 90% da produção orgânica seja proveniente da agricultura familiar.

Contudo, diante de todos os arranjos de políticas criadas e direcionadas ao agricultor, nem sempre elas se mostram totalmente eficientes. De acordo com Guilhoto et al. (2006), mesmo com a agricultura familiar mantendo a força e grande representatividade na riqueza do país, os agricultores são penalizados por insuficiências de terras e capital, por dificuldades no financiamento, pela baixa disponibilidade tecnológica, assim como pela fragilidade da assistência técnica.

Entretanto, sabendo da importância e das melhoras atribuídas à agricultura familiar e aos assentados pelas iniciativas governamentais através de políticas públicas, embora algumas delas não estejam conseguindo atender a demanda necessária ocasionando insatisfações por parte de alguns agricultores, surge o questionamento sobre a extensão da produção orgânica obtida através da agricul-

tura familiar, mediante os problemas atuais ocasionados pelas deficiências ou falhas das políticas públicas voltadas a esses agricultores familiares.

Nesse contexto, o presente estudo visa caracterizar a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na agricultura orgânica a fim de conhecer sua representatividade nos cenários nacional e regional.

Caracterizações da agricultura familiar

O uso da expressão agricultura familiar é uma caracterização atual. De acordo com Schneider (2003), o surgimento dessa expressão no Brasil ocorreu em meados da década de 1990. Abramovay (1997) salienta que, até certo tempo atrás, a agricultura familiar era designada por “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultura de baixa renda”, embora sua importância, no cenário econômico e para o ambiente social, não fosse reconhecida.

De acordo com Alves et al. (2009), existe no Brasil uma agricultura heterogênea, subdividida em dois grupos, conhecidos como “agricultura comercial ou patronal”, que são as grandes monoculturas com produção voltada para o mercado externo, e a “agricultura familiar”, com sua produção voltada basicamente ao mercado interno.

Além do papel produtivo da agricultura familiar, destaca-se também a questão da multifuncionalidade da agricultura, em que ela se torna responsável por diversas funções. Segundo Gaviola e Costa (2011), essas variadas funções podem se traduzir em atividades não agrícolas, como agroindústria familiar, turismo no espaço rural e comercialização direta, ocupações que se originam na agropecuária e na paisagem agrícola e que são estreitamente relacionadas com estas. Porém essas medidas trazem distintas repercussões, umas favoráveis, alegando o fortalecimento da agricultura, e outras contrárias, evidenciando seu enfraquecimento e a necessidade de complementação de renda por parte dos agricultores, mediante rendas agrícolas insuficientes.

Na abordagem de Moruzzi e Lacerda (2008), é ressaltada a relação da multifuncionalidade com o desenvolvimento sustentável.

Por meio do apoio de políticas agrícolas, os agricultores podem desempenhar papéis em favor da preservação ambiental, da coesão social, do equilíbrio territorial e da qualidade de alimentos, entre outros.

Na agricultura familiar, são comuns as práticas de diversificação da produção. Segundo Bianchini (2007), essa diversidade é estabelecida pelo agricultor por conta de alguns fatores, como a possibilidade de obter diferentes rendas, ao longo do ano, para prover garantia do autoconsumo alimentar, de forma que é necessário atentar-se para a sazonalidade das produções, e também as reduções de riscos, assim como a dependência de insumos externos. O autor ainda ressalta que essa diversificação é possível devido ao fato de o agricultor familiar obter disponibilidade de empreender e trabalhar nesses cultivos junto com os demais familiares.

Para Mergarejo Neto (2008,) a diversificação de produção e integração de atividades, pode representar para a agricultura familiar uma opção ideal para a dinamização e desenvolvimento de uma agricultura ambiental e socialmente sustentável. Desse modo, torna-se bastante propício à adesão de práticas sustentáveis pela agricultura familiar, no cultivo de produtos orgânicos devido aos processos de produção adotados nesse tipo de agricultura.

A agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos

A agricultura moderna, utilizada principalmente em grandes propriedades de produção de maior escala, não tem se mostrado sustentável. Conforme ressalta Oliveira et al (2008), o surgimento de uma nova agricultura "agroecologia" vem apresentado novas perspectivas para viabilizar a produção, preservando o meio ambiente e, ao mesmo tempo, direcionando-se ao caminho da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, a agricultura orgânica apresenta-se como uma possibilidade de uma agricultura sustentável.

Dentro do contexto da agricultura familiar, está se tornando cada vez mais comum essa produção de alimentos orgânicos. Conforme aborda Silva et al (2010), por serem produtos isentos da aplicação de agrotóxicos, adubos químicos, antibióticos ou qualquer

outro tipo de substância utilizada na produção convencional, os alimentos orgânicos possuem uma série de benefícios, sobretudo para a saúde humana, além de reduzir expressivamente os impactos negativos que um cultivo convencional de alimentos traz ao meio ambiente.

Lago et al. (2006) salientam que, devido às dificuldades frente aos problemas econômicos, sociais e ambientais, muitos agricultores buscam empreender novas práticas agroecológicas. Geram, dessa forma, uma agregação de valor a esses produtos, pela diferenciação ecológica e atendem a demanda de um mercado que visa consumir esse alimento de maior qualidade.

Tendo em vista as vantagens ao consumir os alimentos orgânicos, tanto para a saúde humana quanto para o ambiente, por receber um novo tratamento por meio das bases agroecológicas, a viabilidade econômica desse mercado encontra-se em considerável ascensão, favorecendo o aumento da produção e melhorando a renda dos agricultores. Buainain (2003) ressalta que a crescente demanda por produtos orgânicos possibilita a expansão e geração da renda para os produtores familiares.

Diante da necessidade da diversificação da produção pelos pequenos produtores, Beltrão (2002) destaca a facilidade e a melhor adaptação por esses agricultores aos princípios da agricultura orgânica, sobretudo pela indução do equilíbrio ecológico, reciclagem de nutrientes, insumos caseiros, conservação do solo e controle de pragas e doenças de maneira ecológica. A utilização de insumos próprios e naturais na cultura acarreta também uma diminuição nos custos de produção, tornando-a mais lucrativa ao produtor.

Apesar dos vastos benefícios que cercam o consumo de alimentos orgânicos, e mesmo com a expansão gradativa desse mercado, muitos consumidores ainda optam por adquirir os produtos convencionais. Essa condição pode estar relacionada ao preço dos produtos orgânicos, por serem mais elevados em comparação aos alimentos convencionais. De acordo com estudos realizados por Mesquita (2006), esse fator de consumo é determinado pelo nível de instrução dos consumidores, ao constatar que pessoas mais instruídas, com maior acesso à informação e poder aquisitivo

razoável são os maiores consumidores desses produtos, o que de fato os caracteriza como um grupo de consumidores diferenciados e mais exigentes.

Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2009, p. 27): “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Quanto à coleta de dados, foram empregados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, sobre a qual Silva (2003, p. 60) salienta que “Pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos”. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2009), na pesquisa documental são utilizados materiais que não receberam tratamento analítico ou podem também ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Dessa forma, esta pesquisa foi realizada com base nos últimos censos agropecuários divulgados pelo IBGE, nos anos de 1996 e 2006, sendo realizado também, um levantamento bibliográfico referente à produção familiar e orgânica do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul.

As fontes de dados foram buscadas em materiais impressos, tais como artigos científicos, teses, dissertações e livros, além de consultas a sites oficiais de Agências Governamentais (IBGE, INCRA, IPEA, MDA) e sites inerentes aos produtos orgânicos.

Vale destacar, no entanto, que o critério adotado pelo MDA e pelo IBGE, no Censo Agropecuário, para definir agricultura familiar – Lei 11.326/2006 – é mais restrito em relação aos critérios adotados pela metodologia estabelecida pelo Projeto de Colaboração Técnica entre a FAO e o INCRA, de modo que houve algumas implicações nos resultados por conta dessas diferenças. Neste trabalho, será considerada a metodologia FAO/INCRA para confrontar os dados da Agricultura Familiar entre os dois Censos Agropecuários.

Resultados e discussões

A agricultura familiar no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul

No Censo Agropecuário realizado em 1996, conforme dados da Tabela 1, foram identificados no Brasil 4.139.369 estabelecimentos da agricultura familiar, representando um total de 85% dos estabelecimentos identificados, os quais ocupavam uma área de 107,8 milhões de ha, totalizando apenas 30% da área total. A mão de obra utilizada na agricultura familiar também se mostra relevante, ao empregar 13.780.201 pessoas, ou seja, 77% do total. Esse fator deixa evidente a valorização de aspectos sociais devido à inserção do homem na atividade rural, o que opostamente não ocorre na agricultura não familiar, que, ao utilizar maior área para os cultivos de acordo com uma proporção de 70%, utiliza-se de pouca mão de obra na produção, com um total de 23%. Normalmente isso ocorre por conta das inovações tecnológicas, uma vez que, com a mecanização, a demanda por mão de obra no cultivo reduz.

Tabela 1 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar – Brasil 1996

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	4.139.369	85	720.363	15
Área (milhões ha)	107,8	30	245,8	70
Mão de obra (milhões de pessoas)	13,7	77	3,05	23

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Agropecuário (1996).

A partir do último Censo Agropecuário realizado em 2006, foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84% dos estabelecimentos brasileiros, conforme demonstrado na Tabela 2, que também revela a pouca

área ocupada pelos agricultores familiares, resultando em um total de apenas 24% desse território. Percebe-se também a relevância da agricultura familiar na geração de emprego, dada a utilização de 74% do total de mão de obra na agricultura.

Tabela 2 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar – Brasil 2006.

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	4.367.902	84	807.587	16
Área (milhões ha)	80,3	24	249,7	76
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74	4,2	26

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Agropecuário (2006)

A partir de uma análise comparativa, considerando os dois Censos, percebe-se que, do total dos estabelecimentos agropecuários, houve um crescimento de 5,5% na agricultura familiar e de 12,1% na não familiar. Em relação à área (ha), a agricultura familiar obteve uma queda de 25,5%, e a não familiar cresceu somente 1,6%. Com relação a mão de obra, houve também uma pequena redução nos percentuais apontados em 2006 na agricultura familiar, demonstrando um declínio de 10,2%, sendo que, em contrapartida, a agricultura não familiar apresentou um aumento de 37,7%. Contudo, mediante essas reduções, a agricultura familiar mostra-se capaz de reter proporcionalmente maior número de empregos e manter seu nível de crescimento, mesmo com a redução de suas áreas e mão de obra empregada.

No estado de Mato Grosso do Sul, o Censo Agropecuário de 1996 identificou 26.789 estabelecimentos da agricultura familiar, representando um total de 58% dos estabelecimentos identificados e que ocupavam uma área de 2.083.047 ha, o que totaliza apenas 7% do total da área no estado. Quanto ao número de mão de obra utilizada na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, foram identificadas 82.606 pessoas empregadas nesse setor, correspondendo a 43% sobre o total. Com relação à agricultura não familiar, foram identificados no Mato Grosso do Sul 19.225 estabelecimentos, correspondente a 42% do total, assim como ocupação de 93% da área agricultável, o que caracteriza uma alta taxa de concentração de terras no estado. Foi constatado também que a agricultura não familiar absorvia nesse período 57% de mão de obra na atividade (Tabela 3).

Tabela 3 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar Mato Grosso do Sul em 1996

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	26.789	58	19.225	42
Área (ha)	2.083.047	7	28.670.848	93
Mão de obra (pessoas)	82.606	43	110.829	57

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Agropecuário (1996).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 4), o número de estabelecimentos identificados como sendo da agricultura familiar foi de 41.104, passando a representar 63% dos estabelecimentos do estado, entretanto a área abrangida por esses estabelecimentos sofre redução, totalizando 1.190.206 ha, o que

corresponde a 4% do total. A mão de obra utilizada passa a representar 46% do total de pessoas ocupadas na agricultura, sendo que, embora estando menor que o índice nacional, representa um indicativo significativo na geração de emprego no meio rural.

Tabela 4 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar e não familiar – Mato Grosso do Sul em 2006

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Número de estabelecimentos	41.104	63	23.758	37
Área (ha)	1.190.206	4	28.866.741	96
Mão de obra (pessoas)	97.431	46	113.760	54

Fonte: Adaptado de FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. A. (2009). O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.

A partir de uma análise comparativa entre os dois Censos, percebe-se nitidamente o avanço da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, com incremento de 53,4% no número de estabelecimentos, assim como acréscimo de 23,6% da agricultura não familiar. Contudo a área da agricultura familiar sofre uma acentuada redução de 42,8%, enquanto a agricultura não familiar tem pequeno acréscimo de 0,68%. Com relação a mão de obra, a agricultura familiar mostra aumento de 17,9%, enquanto a não familiar apresenta crescimento de 2,6%, o que destaca a eficiência da agricultura familiar na geração de emprego.

Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto),

cabe destacar que, conforme Guilhoto et al (2007), o peso da participação da agricultura familiar para a geração de riqueza no país, chegou a 10% do PIB nacional entre 1995 a 2005, o que corresponde a um terço do total das cadeias produtivas do mesmo período. De acordo com o Gráfico 1, é feita uma análise do PIB nacional entre os anos de 1995 a 2005, na qual a participação do agronegócio familiar no PIB do Brasil correspondia a 9% em 2005, representando uma queda em relação a 2003, em que sua participação era de 10,1%, o maior índice durante todo o período analisado. Queda que também atingiu o agronegócio patronal, o qual, em 2005 correspondia a 18,9% e, em 2003, a 20,5%.

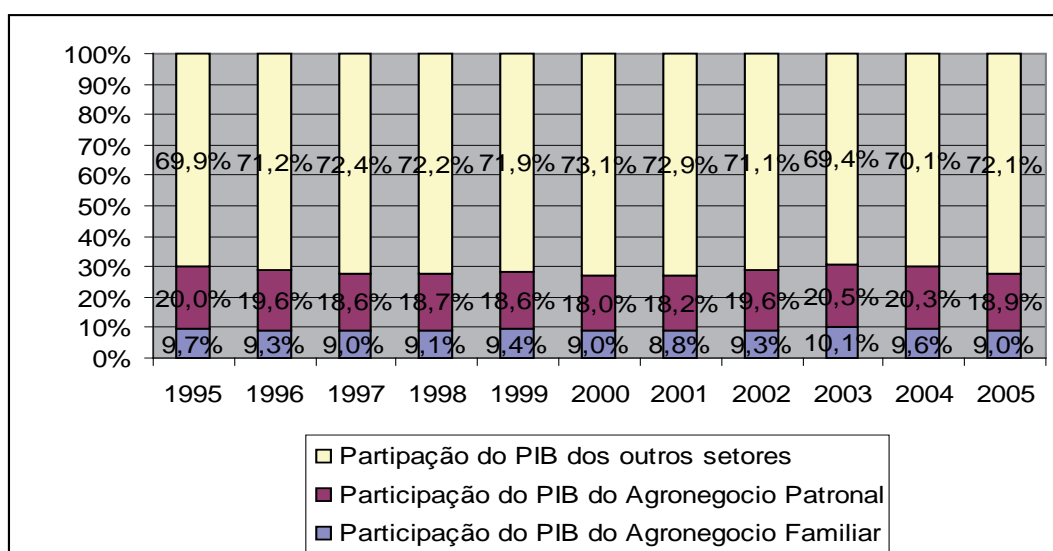


Gráfico 1 – Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal no PIB do Brasil entre 1995 a 2005.

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. *PIB da agricultura familiar: Brasil/Estados* (2007).

Quanto ao PIB de Mato Grosso do Sul, o segmento familiar apresentou um aumento gradativo a cada ano. No ano de 2004, o PIB da agricultura familiar totalizou-se em R\$ 3.465.728, o que corresponde a 16,20% do PIB estadual. Somente a lavoura apresentou uma queda em 2004, mas se recuperou em 2005 com um aumento de 16,1% no período.

Já a pecuária, embora não tenha tido nenhum declínio durante o período analisado, obteve um crescimento em 12,3% de 2004 para 2005, sendo que este foi o menor índice durante o período compreendido entre 2002 a 2005, já que, entre 2003 a 2004, o crescimento da pecuária foi de 30% e, entre 2002 a 2003, foi de 16% (Tabela 5).

Tabela 5 – PIB do agronegócio familiar em Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil R\$).

Ano	2002	2003	2004	2005
PIB Total do estado MS	20.453.978	22.009.400	21.392.638	-
% PIB do Agronegócio Familiar	12,15%	13,62%	16,20%	-
PIB do Agronegócio Familiar	2.484.698	2.997.278	3.465.728	3.929.233
Lavoura	828.290	1.073.261	964.949	1.120.395
Pecuária	1.656.408	1.924.017	2.500.779	2.808.838

Fonte: GUILHOTO, J. J. M. et al. *PIB da agricultura familiar: Brasil - Estados*. MDA/NEAD, 2007. p. 148.

Conforme análises de Guilhoto et al (2007), durante o período de 1995 a 2005, constatou-se uma forte tendência pela criação de aves e produção leiteira pela agricultura familiar no Brasil, porém a avicultura apresentou um maior crescimento no período tanto na agricultura familiar, quanto na patronal. No Centro-Oeste, a participação da agricul-

tura familiar no PIB nacional correspondia a 7% em 2004, sendo que as regiões Sul e Sudeste despontavam à frente com 43% e 24%, respectivamente, durante esse período. Esse índice identificado na região Centro-Oeste é ocasionado pela significativa produção destinada ao mercado externo, já que nessa região é muito comum um agronegócio de caráter

patronal, no qual a maior parte do PIB dos estados de Mato Grosso e Goiás concentram-se na produção de grãos. No estado de Mato Grosso do Sul, sobressai a pecuária bovina com peso significativo no PIB do agronegócio, que vem sendo incrementado também com lavouras de cana devido à implantação de novas usinas de açúcar e álcool na região (GUILHOTO et al, 2007).

1.1 A produção de alimentos orgânicos no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul

Sabendo da importância de se utilizar as práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia além de uma maior atenção aos cuidados à saúde, a procura por alimentos orgânicos no Brasil e no mundo tem se mostrado crescente nos últimos anos, sobretudo a uma classe diferenciada de consumidores, em sua grande maioria, de alta renda (FONSECA, 2005).

Existem no Brasil inúmeros sistemas de produção de base ecológica que comercializam seus produtos. Mas, para que isso ocorra, é necessário atentar-se à Lei da Produção Orgânica n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, abrangendo dentro deste conjunto desde as variedades de produção que realizam apenas a substituição de insumos (químicos por orgânicos) até os que se orientam pelos princípios da agroecologia. Nesse sentido, Abreu et al (2009) abordam que a agroecologia, mediante sua importância, tem sido uma fonte de inspiração para a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, a qual se mostra suscetível a mudanças e melhor adequabilidade à transição em rumo da sustentabilidade.

O Brasil é o maior consumidor de produtos orgânicos da América Latina, e esse consumo não chega a 1% do mercado de

alimentos. Entretanto boa parte dessa produção é adquirida pelo mercado internacional, sobretudo Japão, Estados Unidos e União Europeia. Dessa forma, as exportações giram em torno de 70% da produção orgânica nacional, sendo que 80% de toda a produção é derivada da agricultura familiar, e 20%, da agricultura patronal. Essa comercialização movimenta em torno de 250 milhões de dólares anualmente (ABREU et al, 2009).

Pela primeira vez, o Censo Agropecuário 2006 divulga os resultados da agricultura orgânica no Brasil, buscando conhecer e quantificar os estabelecimentos em que eram adotadas as práticas de produção agropecuária sem utilização de insumos artificiais ou outra medida para a conservação dos recursos naturais e ambientais.

Conforme as investigações do Censo nos estabelecimentos brasileiros, fora constatada uma baixa utilização da agricultura orgânica pelos agricultores. De acordo com a Tabela 6, foram identificados apenas 90.497 estabelecimentos com produção orgânica, correspondendo a 1,7% do total, com destaque para a Região Nordeste, totalizando 42.236 estabelecimentos com agricultura orgânica, o que corresponde a 46,6% dos estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica no país; no entanto, representa apenas 1,72% dos estabelecimentos agrícolas identificados na região. Em seguida, sobressai a Região Sul com 21,3% no total de produção orgânica, mas, em relação ao total de estabelecimentos na região, atinge 1,91%. No entanto a Região Centro-Oeste apresentou apenas 4.138 estabelecimentos que utiliza a agricultura orgânica, o que corresponde a 4,6% dos estabelecimentos nacionais que fazem uso dessa prática, entretanto, ao comparar esse dado com o total de estabelecimentos da identificados na região, esse índice cai para 1,3%.

Tabela 6 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos do Brasil – 2006.

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Utiliza e é certificado por entidade credenciada	Utiliza e não é certificado por entidade credenciada	Não utiliza
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722	64.109
Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540	111.359
Goiás	135.683	1.605	113	1.492	134.078
Distrito Federal	3.955	161	24	137	3.794

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo Agropecuário (2006).

O estado de Mato Grosso do Sul apresentou 753 estabelecimentos que usam a agricultura orgânica, o que corresponde a 18,2% dos estabelecimentos da região que utilizam essa prática. Com relação aos demais estabelecimentos do estado, a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul representa 1,16%, correspondendo apenas a 0,8% dos estabelecimentos produtores de orgânicos a nível nacional. Cabe salientar nesta análise que, dentre os estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica, 95,8% não utilizam a certificação dos produtos por entidade credenciada, o que pode ser justificada pelos

custos que este procedimento pode gerar.

Com relação aos grupos de atividade econômica (Tabela 7), é evidenciada a predominância da pecuária e a criação de outros animais na produção orgânica, assim como a produção de lavouras temporárias. As demais variedades aparecem em menores quantidades, como a produção de lavouras permanentes e a horticultura e floricultura, cuja representatividade em nível nacional encontra-se em 4,5% com relação ao total de estabelecimentos dessa categoria, sendo este o segmento de maior importância quando comparado aos demais grupos de atividade econômica.

Tabela 7 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos de atividade econômica – Brasil 2006.

Grupos da atividade econômica	Estabelecimentos		
	Total	Produtores de orgânicos	
		Absoluto	Percentual (%)
Total	5.175.489	90.497	1,75
Produção de lavouras temporárias	1.908.654	30.168	1,58
Horticultura e floricultura	200.379	8.900	4,44
Produção de lavouras permanentes	558.587	9.557	1,71
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2.682	52	1,94
Pecuária e criação de outros animais	2.277.211	38.014	1,67
Produção florestal – florestas plantadas	74.344	1.638	2,2
Produção florestal – florestas nativas	126.649	1.644	1,3
Pesca	15.072	153	1,02
Aquicultura	11.911	371	3,11

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo Agropecuário (2006).

O Censo também destacou que, no Brasil, em 2006, o perfil do agricultor que se dedicava à agricultura orgânica era, na grande maioria, composta por proprietários de terras exploradas (77,3%). Quanto ao nível de instrução, 41% possuíam nível fundamental incompleto, e 22% não sabiam ler e escrever. Já em relação ao nível de organização social dos agricultores, foi revelado que 54% deles não participavam de nenhuma organização social. Dentre os que possuíam algum vínculo organizacional, 36,6% dos produtores eram vinculados a associações, sindicatos e outros, já os que eram organizados em cooperativas representavam apenas 5,9% dos agricultores dedicados à agricultura orgânica. Resultados que mostram como a organização entre os agricultores é precária, dado que implica diretamente no fortalecimento e estruturação deste setor.

Considerações finais

A partir deste estudo, foi possível constatar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento nacional, assim como regional, ao destacar por meio dos dados analisados, a sua importância em um contexto socioeconômico. A expansão da agricultura familiar, revelada pelo Censo, no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, tem gerado bons resultados para a economia brasileira, com o aumento da renda dos agricultores, do que tem decorrido inclusão social, melhor qualidade de vida, assim como geração de empregos.

Quanto ao PIB da agricultura familiar, pôde-se constatar que, em nível nacional, os percentuais mantiveram-se constantes, entretanto o estado de Mato Grosso do Sul apresentou melhores resultados com um crescimento consecutivo entre os períodos analisados. No entanto, pôde-se observar que, tanto no Brasil, como no estado de Mato Grosso do Sul, o nível de utilização da agricultura orgânica é muito baixo, o que pode ser entendido pela falta de incentivo e orientação adequada aos pequenos produtores a aderirem essa prática. Contudo é importante destacar o papel das políticas públicas para o desenvolvimento desse setor, de forma que continue avançando em cada programa, tendo condições de orientar e atender todas as necessidades da

agricultura familiar de maneira mais eficiente.

Em suma, destaque-se a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de intensificação das políticas públicas voltadas para a disseminação de métodos agroecológicos no cultivo, basicamente em virtude dos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados por essa prática. Ressalta-se também, a necessidade de estudos com dados mais recentes quanto à agricultura familiar e produção orgânica, a fim de conhecer a atual realidade desses segmentos e medir de forma mais aprofundada suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- ABREU, L. S.; KLEDAL, P.; PETTAN, K.; RABELLO, F.; MENDES, S. C. Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 26, p. 149-178, 2009.
- ALVES, J.; FIGUEIREDO, A. M. R.; BOUNJOUR, P. D. S. C. M.; GOMES, M. B. A agricultura familiar em Mato Grosso. *Revista Eletrônica Documento e Monumento*, Cuiabá, v. 1, p. 69-86, 2009.
- BELTRÃO, N. E. M. Agricultura orgânica e seu potencial como estratégia de produção. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE AS CULTURAS DO INHAME E DO TARO, 2., 2002, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2002, p. 71-94.
- BIANCHINI, V. *O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural*. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>>. Acesso em: 08 maio 2012.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- CAUME, D. J. Segurança alimentar, reforma agrária e agricultura familiar. *Revista Extensão e Cultura*, Goiânia, v. 1, p. 36-39, 2003.
- FONSECA, M. F. A. C. A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. 2005. 476 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFRJ, ICHS, CPDA, Seropédica, 2005.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009. 96 p.
- GAVIOLA, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.

- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. *Revista de biologia e ciência da terra*, v. 5, n. 1, 2004.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil – Estados. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). NEAD Estudos 19. Brasília, 2007.172 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/PIB-AFamiliar_x_Patrimonial-2002-2005.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- GUILHOTO, J. J.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil e seus estados. *RER*, v. 44, n. 03, p. 355-382, 2006.
- IBGE. Censo Agropecuário 1995/96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- IPEA. Fiscais da saúde dos alimentos – Empresa de Botucatu é exemplo de certificadora de produtos orgânicos. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1417:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 24 maio 2012.
- LAGO, A.; LENGELER, L.; CORONEL, D. A.; SILVA, T. N. Agricultura familiar de produtos orgânicos: um olhar sob a ótica do marketing. *Revista de Extensão Rural*, v. 13, p. 96-119, 2006.
- MESQUITA, Z. Agricultores e consumidores de produtos orgânicos: uma aproximação necessária. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 1, n. 1, 2006.
- MORUZZI, P. M.; LACERDA, T. F. N. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. *Ruris*, Campinas, v. 2, p. 137-158, 2008.
- MERGAREJO NETTO, M. A. Agricultura familiar e sua organização. *Revista Acta Geográfica*, ano 2, n. 4, p. 17-30, 2008.
- OLIVEIRA, A. F. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V.; SILVA, L. M. R. A Sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 16., 2008, Rio Branco. *Anais... Amazônia, mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão*. Brasília: SOBER, 2008, v. 1, p. 1-20.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.
- SILVA, A. C. R. *Metodologia da pesquisa aplicada a Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, F. Q. P. O.; FOSCACHES, C. A. L.; LIMA FILHO, D. O. O perfil do consumidor de produtos orgânicos na cidade de Campo Grande-MS. In: Semead Seminários em Administração – Sustentabilidade Ambiental nas organizações, 13., 2010, *Anais...* São Paulo, p. 1-20.

Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó, Paraíba

Public policy and institutional capital for local development of artisanal fishing and aquaculture in the region of Vale do Piancó, Paraíba

Politiques publiques pour le développement local et capital sociale dans la pêche artisanale et l'aquaculture dans la région Vale do Piancó, Paraíba

Políticas públicas y capital social para el desarrollo local de la pesca de artesanía y de la acuicultura en la región del Vale do Piancó, Paraíba

Elton José da Cunha*

(elton_cunha@hotmail.com)

Angelo Brás Fernandes Callou**

(abcallou@gmail.com)

Recebido em 30/03/2012; revisado e aprovado em 29/07/2012; aceito em 02/03/2013

Resumo: Este trabalho realiza um mapeamento das políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na região do Vale do Piancó, Paraíba, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais. Analisa-se a construção do capital social interinstitucional para implantação de projetos numa região com o potencial hídrico de 2 bilhões de metros cúbicos d'água armazenados.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pesca. Desenvolvimento local.

Abstract: In this paper it is made a map of public policies for local development of artisanal fishing and aquaculture in the region of Piancó Valley, Paraíba, through the projects established by governmental organizations. It is analyzed the construction of institutional capital to implement projects in a region with the water potential of 2 billion cubic meters of stored water.

Key words: Public policy. Fishing. Local development.

Résumé : Cette étude est axée sur les politiques publiques pour le développement local de la pêche artisanale et l'aquaculture dans la région de la Vallée de Piancó, état de Paraíba, au nordeste du Brésil. Il s'agit d'analyser la construction du capital institutionnel dans des projets établis par des organisations non gouvernementales, dans une région dont le potentiel d'eau stocké est, environ, deux milliards de mètres cubes d'eau.

Mots-clés: Politiques publiques. Pêche artisanale. Développement local.

Resumen: En este trabajo se realizará un mapa de las políticas públicas para el desarrollo local de la pesca de artesanía y de la acuicultura en la región del Vale do Piancó, Paraíba, a partir de los proyectos establecidos por organizaciones gubernamentales. Se analizará la construcción del capital social interinstitucional para la implantación de proyectos en una región con el potencial hídrico de 2 billones de metros cúbicos de agua almacenados.

Palabras clave: Políticas públicas. Pesca. Desarrollo local.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é mapear as políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na região do Vale do Piancó, Paraíba, a partir de 2003, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais. Especificamente, pretende-se analisar, nos projetos identificados, a construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local do setor pesqueiro.

A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

(Seap/PR), em 2003, hoje Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), possibilitou o ressurgimento das políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil, estagnadas desde o final dos anos de 1980. Isso, numa perspectiva diferenciada em relação às políticas até então levadas à pesca artesanal, pois há um chamamento à participação dos pescadores e pescadoras na construção do desenvolvimento. A partir de então, passa-se a ter um novo marco histórico para a pesca e aquicultura, de notória importância no cenário político-nacional (CALLOU et al., 2006). Esta é a principal razão de partirmos do ano de 2003 como marco deste estudo.

* Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB), Cabedelo, PB, Brasil.

** Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

A intenção do governo com a criação da Seap/PR é incrementar a pesca e aquicultura, por meio da formação de parcerias com estados e municípios, estimulando a participação efetiva dos pescadores e pescadoras nos processos decisórios (BRASIL, 2003). Nesse conjunto de preocupações, está implícita a perceptiva do desenvolvimento local. Oliveira (2001) afirma que o desenvolvimento local não é a solução de todos os problemas socioeconômicos advindos da adoção da estratégia de desenvolvimento, porém ele poderá contribuir para o debate sobre os problemas de exclusão social no mundo contemporâneo.

Nesses termos, a partir da criação da Seap/PR, o governo brasileiro condiciona a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura às articulações interinstitucionais. Isto implica a construção de parcerias entre os diversos setores da sociedade para fortalecer o capital social. Este, aqui compreendido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais (MARTELETO; SILVA, 2004).

Sem o desenvolvimento desse capital social, portanto, dizem Callou e Tauk Santos (2003), dificilmente as políticas públicas poderão ser viabilizadas no cenário do Estado indutor. É nesse sentido que a construção do desenvolvimento local está fundamentalmente relacionada à construção de parcerias interinstitucionais. É nesse sentido, ainda, que Sawaya (2006) considera o capital social como influenciador direto na eficiência, no sucesso e na sustentabilidade das políticas públicas. Para Putnam (apud VILLA, 2006), o capital social é, também, ferramenta que estimula as ações coletivas, as quais podem ser usadas nas políticas públicas para o desenvolvimento local.

A importância do capital social na construção do desenvolvimento local nos fez refletir sobre a implantação das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado da Paraíba, mais especificamente no Vale do Piancó. A questão principal que resultou dessa reflexão é: de que forma está se construindo o capital social entre as diversas organizações presentes no Vale do Piancó para o desenvolvimento local, pautado na pesca e na aquicultura, a partir do

potencial hídrico de 2 bilhões de m³ d'água armazenados nessa região?

Este trabalho diz respeito, portanto, às políticas públicas, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais, particularmente na área administrativa da Regional da Emater-PB Itaporanga. Essa área fica localizada no alto sertão da Paraíba, região que apresenta potencial hídrico para o desenvolvimento de atividades de pesca e aquicultura.

A regional de Itaporanga, Vale do Piancó, é uma das 15 regiões administrativas em que está dividido o Estado da Paraíba para fins de ação da Emater-PB. A sede fica no município de Itaporanga, de onde são gerenciados escritórios locais em 19 municípios, todos inseridos no alto sertão do Estado, na região conhecida como Vale do Piancó. Essa regional atende parte dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Piancó (ADESE, [2008?]).

O sertão paraibano está geograficamente localizado no semiárido nordestino, local que apresenta os índices sociais, econômicos e políticos mais preocupantes do país. Contudo dados preliminares da Emater-PB (Regional Itaporanga) apontam para um potencial hídrico, principalmente em barragens e açudes. Passíveis, portanto, de serem explorados de forma sustentável, contribuindo para a melhoria desses índices socioeconômicos, em especial para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, foi feito, inicialmente, um levantamento das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura na Paraíba, por meio de *sites* da internet, catálogos, relatórios, documentos e projetos das ONGs, empresas públicas e particulares. Posteriormente, a partir de um roteiro semiestruturado, foram realizadas entrevistas com gestores, representantes de pescadores e técnicos ligados a projetos de pesca e aquicultura, desenvolvidos por organizações governamentais no sertão do Vale do Piancó. As entrevistas tiveram como objetivo levantar informações empíricas que servissem à análise do capital social interinstitucional na implementação dos projetos no contexto estudado. Foram entrevistados seis gestores, oito técnicos e cinco beneficiados dos projetos identificados.

Políticas públicas para pesca e aquicultura no Vale do Piancó

As instituições e suas políticas públicas direcionadas à pesca e aquicultura identificadas nesta pesquisa, por meio dos projetos elaborados, foram as seguintes:

a) Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (Sedap)

Esta Secretaria é responsável pela execução de atividades de apoio ao Desenvolvimento Rural; realiza planejamento, avaliação e controle de seus programas e projetos.

Entre as atribuições da Sedap, destacam-se ações específicas de organização e melhoria da base produtiva, ações setoriais de fomento à produção animal e vegetal, ações de pesquisa e difusão de novas metodologias e tecnologias, ações setoriais específicas de geração de emprego, renda e inserção social no meio rural.

Para viabilizar suas ações, esta Secretaria conta com quatro instituições: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Emepa), Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e o Instituto de Terra da Paraíba (Interpa). Essas instituições prestam assistência técnica e extensão rural; realizam pesquisa básica; executam as políticas de abastecimento e coordenam as questões fundiárias do Estado.

Segundo informações do governo da Paraíba (PARAÍBA, [2009?]), na Sedap existem diversas ações gerais para o setor agropecuário e pesqueiro. Entre elas, destacam-se: distribuição de alevinos, fomento à pesca extensiva e intensiva de águas interiores, apoio à pesca marítima artesanal e apoio à pesca marítima industrial (terminal pesqueiro).

Algumas dessas ações ficam explícitas na fala do secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles, quando afirma que “a Sedap tem a Empasa e a Gerência de Abastecimento e Pesca responsáveis pela distribuição de alevinos e a realização de projetos em toda a Paraíba.” Ainda segundo o entrevistado, “entre 2003 e 2007, foram realizadas ações de distribuição de alevinos pela Empasa, criação do Conselho Estadual de Pesca e desenvolvimento do

Projeto Tilápia Paraíba, coordenado pela Secretaria Executiva da Pecuária.” Entretanto não se identificou qualquer participação de entidades do Vale do Piancó no Conselho Estadual de Pesca.

a.1) Projeto Tilápia Paraíba

O projeto surgiu, em 2007, segundo o secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles, a partir da articulação da Sedap com outras organizações, como a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema) e a Agência Estadual de Saneamento e Água (Aesa). As reuniões desenvolvidas entre as coordenações dessas instituições, bem como com as associações de produtores, além de contatos estabelecidos com fornecedores de insumos, equipamentos e compradores de pescado, possibilitaram a mobilização em torno desse projeto.

O Projeto Tilápia Paraíba está dentro da proposta de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (BB). Essa proposta do banco traz elementos de formação de capital social para o desenvolvimento local, quando coloca como premissa a construção de parcerias para aproveitamento do potencial hídrico do Vale do Piancó (BRASIL, [2007?]).

O objetivo principal do Projeto Tilápia é beneficiar 204 famílias com produção mensal de 180 toneladas de peixes, produzidos em tanques-rede. O projeto será implantado em vinte dos principais mananciais do Estado, com financiamento do Banco do Brasil, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (PARAÍBA, 2008a).

Para a implantação desse projeto, estava previsto o envolvimento de várias secretarias do Estado e de outras organizações governamentais, entre elas a Secretaria de Educação, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os principais parceiros previstos foram o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Emater (PARAÍBA, 2008b).

Para o desenvolvimento do projeto, segundo entrevista realizada com o então

secretário executivo da Pecuária e Pesca do Estado da Paraíba, foram selecionados os açudes de melhor capacidade hídrica, e providenciadas as análises de águas desses mananciais e a concessão das outorgas de uso desses recursos hídricos.

Segundo esse entrevistado, os beneficiários de alguns municípios já haviam recebido capacitação em associativismo e cultivo de peixes em tanques-rede, por meio do Senar. O último passo previsto, diz ainda o entrevistado, a elaboração das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) na Emater, visando obter o financiamento mediante essa linha de crédito, já se encontra em andamento.

Apesar desses depoimentos, há informações de que, até dezembro de 2007, não havia, ainda, se definido uma metodologia para análise de licenciamento e outorga do Projeto Tilápia (PARAÍBA, 2008b). Nesse sentido, houve atrasos na execução do projeto, como é o caso dos três previstos para o Vale do Piancó. Até o momento, nenhum deles foi ainda implantado. Na realidade, o desenvolvimento do capital social interinstitucional ficou comprometido para o desenvolvimento dessas ações, na medida em que cada órgão ligado à Sedap se limitava a cumprir sua função institucional sem a preocupação de estabelecer ações conjuntas nas comunidades onde os projetos seriam implantados. Por exemplo, a Empasa se limitou a produzir alevinos para o projeto, e a Emater se resumia à emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Por outro lado, ao exigir a participação dos produtores em associações, pois a outorga de uso d'água e o licenciamento ambiental só poderiam ser adquiridos mediante uma organização formal, esse projeto levou à expansão de associações no Vale do Piancó apenas para cumprir uma exigência burocrática. Dessa forma, parece se repetir, no setor pesqueiro, a verticalidade do associativismo, que em nada contribui para a construção do Desenvolvimento Local.

Outro aspecto que dificulta a implantação do Projeto Tilápia Paraíba tem sido o enquadramento dos produtores, na época, no Pronaf D, necessário para viabilizar a participação dos produtores no projeto, tal como foi concebido. Na verdade, a maioria dos produtores só tinha renda suficiente para se enquadrar no Pronaf B. Insuficiente, portan-

to, para adquirir o financiamento do Projeto Tilápia Paraíba. Assim, a impressão que se tem é de que o Projeto Tilápia é contrário às orientações do MDA, quando este afirma "que a Política de Ater reconhece a pluralidade, as diferenças regionais, a diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural e nos diferentes territórios" (BRASIL, [2004?], p. 6).

b) Políticas de Extensão Pesqueira e Aquícola da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB)

No âmbito da Extensão Pesqueira, a Emater-PB desenvolve políticas relacionadas à assistência técnica aos criadores de peixes, construção de viveiros para piscicultura e peixamentos de açudes. Em 2006, segundo relatório de atividades da Emater, foram assistidos, no Estado da Paraíba, 812 piscicultores, construídos 140 viveiros e realizados peixamentos em 490 açudes (EMATER-PB, 2007b). Vale ressaltar que os peixamentos, na realidade, são realizados pela Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços (Empasa), cabendo à Emater-PB o simples cadastramento dos reservatórios. A construção de açudes está ligada diretamente à elaboração de projetos de financiamento que são remetidos aos agentes financeiros.

No que diz respeito ao Vale do Piancó, essas políticas foram planejadas dentro do relatório das programações anuais de atividades (Plurianual), para o período de 2004 a 2007, a serem desenvolvidas em praticamente todos os 19 municípios dessa região (EMATER-PB, [2003?]).

Para o desenvolvimento dessas atividades no campo da pesca, a Emater-PB planejou a promoção de parcerias com outras organizações governamentais, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap) (EMATER-PB, 2007b).

Mensalmente, os escritórios locais da Emater-PB, ou unidades operativas, alimentam um banco de dados chamado de Relatório de Informações Mensais das Atividades (Rima). Estes são condensados em relatórios regionais, que são a fonte de dados para o escritório Estadual da Emater-PB avaliar, quantitativamente, a ação dos seus técnicos. Se utilizarmos esta fonte de dados,

consolidada anualmente, perceberemos que a Emater-PB, regional Itaporanga, obteve resultados insignificantes, quando comparados com o seu planejamento para o ano de 2004 a 2007 (EMATER-PB, 2005, 2006, 2007a).

Com efeito, segundo o coordenador regional da Emater, no Vale do Piancó essas atividades foram desenvolvidas na região como um todo, inclusive realizando cadastramento de pescadores e açudes. Diz ele:

[...] entre 2003 e 2007, a Emater-PB participou da distribuição de alevinos em parceria com a Empasa, elaboração de projetos para pesca e alguns de piscicultura, cadastramento de pescadores entre 2003 ou 2004, cadastramento de açudes. (Nilson de Brito Lira, coordenador regional Emater, Itaporanga).

Deve-se ainda considerar a elaboração de projeto das linhas de projetos do Pronaf, por parte dos técnicos da Emater para os pescadores. Conforme afirma o próprio presidente da Colônia de Pescadores da cidade de Piancó:

[...] através da Emater foram feitos projetos diretamente com os pescadores, através do Pronaf B. (Lourival Agostinho Florêncio, presidente da Colônia de Pescadores, Piancó).

Entretanto, a julgar pelos depoimentos de chefes de escritórios e técnicos das unidades operativas da Emater no Vale do Piancó, inferimos que as atividades de Extensão Pesqueira não alcançam, efetivamente, toda a região, como deixam transparecer tanto o Planejamento Plurianual (relatórios de atividade da Emater-PB, Região de Itaporanga), quanto o depoimento do coordenador regional e do presidente da Colônia. Assim se referem os técnicos:

Nunca foi elaborado nenhum projeto nem dada assistência técnica, destinada mais para agricultores. (Célio Emídio Sousa, chefe do Escritório Emater Ibiara).

No escritório não desenvolve nenhuma ação, nenhum projeto. Por dificuldades técnicas do trabalho. (José Juacy Gomes Chagas, chefe do Escritório Emater Nova Olinda).

Em 2008 [este período extrapola a proposta nesta pesquisa], foram elaborados 12 projetos. Antes não ocorreu projeto do Pronaf B, do Banco do Nordeste do Brasil. (Geraldo Braga dos Santos, técnico do Escritório Emater Piancó).

É possível que as razões de a Emater se voltar mais efetivamente para as atividades

agropecuárias da Paraíba, no Vale do Piancó, do que para as atividades de pesca, apesar do potencial hídrico da região para piscicultura, estejam ligadas à reduzida equipe técnica no âmbito da pesca e aquicultura.

Embora haja esforços da Emater-PB para capacitar novos técnicos, principalmente a partir de 2006, essa qualificação profissional não se voltou para o campo da Extensão Pesqueira. Foi o caso do treinamento de 100 profissionais por meio do convênio com a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Caixa Econômica Federal (SAF/MDA/CAIXA) (EMATER-PB, 2007b).

Esses aspectos quantitativos e, sobretudo, relacionados à qualificação profissional dos técnicos para atuar na Extensão Pesqueira e Aquícola já foram assinalados tanto por pesquisadores (DIEGUES, 1995; SILVA; CALLOU, 2006; OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008), quanto pelos atores do setor pesqueiro, reunidos durante a II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (BRASIL, 2006, p. 44).

Ainda no âmbito das atividades de Extensão, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) chama a atenção para a necessidade da construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local. Assim se refere a Pnater:

Viabilizar serviços da Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional. (BRASIL, [2004?], p. 8).

Esse fenômeno não é uma ação aleatória. A Extensão Rural e Pesqueira, na sua vertente contemporânea para o Desenvolvimento Local, pressupõe o estabelecimento de parcerias entre organizações governamentais e não governamentais para viabilizar os processos de “concertação” no meio rural e pesqueiro (FRANCO, 2001; CALLOU; TAUKE SANTOS, 2003, 2006; CALLOU et al., 2006; CARVALHO, 2007).

Tanto é assim que, na II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, uma das

resoluções aprovadas revela essa necessidade de estabelecimento de parcerias. A Seap/PR é apontada como uma das organizações possíveis de construção de um capital social interinstitucional na perspectiva do desenvolvimento local. Diz a resolução 331 da II Conferência: “A Seap faz parcerias com instituições de pesquisa, governamentais e não governamentais para elaboração, execução e acompanhamento de propostas e projetos que contemplem o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca” (BRASIL, 2006, p. 46).

A julgar pela reduzida quantidade de técnicos que atuam em Extensão Pesqueira no Estado da Paraíba, podemos inferir que o capital social interinstitucional, mediante o estabelecimento de parcerias, é ainda insuficiente para dinamizar os processos de Desenvolvimento Local no Vale do Piancó. É importante salientar, entretanto, que o desenvolvimento desse capital social está previsto nos planejamentos anuais da Emater-PB.

Considerando a importância assumida pelo capital social interinstitucional tanto do ponto de vista teórico, quanto das reivindicações dos atores sociais presentes na II Conferência, além das determinações da Pnater e Seap/PR, é de se perguntar onde reside a principal dificuldade para efetivar essa necessidade sentida. Estariam a Emater-PB e as organizações governamentais voltadas, ainda, para uma prática de Extensão Rural e Pesqueira modulada em processos verticais de comunicação?

c) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é um dos agentes financeiros responsáveis pela contratação dos financiamentos destinados aos agricultores familiares, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na região Nordeste do Brasil.

Segundo Magalhães et al. (2006), esse programa foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 1999. Criado pelo Decreto Presidencial n. 1.946 de 28 de junho de 1996, tem como finalidade promover o desenvolvimento rural,

propiciando aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria da renda. Segundo ainda esse autor, o Pronaf é uma resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990.

A finalidade principal desse programa é prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais, pescadores e aquicultores que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. Criou-se, então, a categoria dos agricultores familiares, público-alvo desse programa.

A partir da criação da Seap/PR, em 2003, o Pronaf criou uma linha específica de financiamento para o desenvolvimento da pesca e aquicultura – o Pronaf Pesca. Atualmente, essa linha foi desdobrada em outras possibilidades de financiamento (SEAP, 2008).

Entretanto, para as atividades de pesca e aquicultura no Vale do Piancó, no período 2003-2007, identificamos nesta pesquisa que apenas um projeto de financiamento pelo Pronaf foi contratado no Município de Pedra Branca. Esse quadro modifica-se timidamente a partir de 2008, quando três projetos foram financiados para os municípios de Itaporanga e Conceição. Na história do BNB, a contar de 1900 até os dias atuais, houve a irrisória contratação de seis operações para o setor pesqueiro do Vale do Piancó (BNB, 2009).

Quando aliados esses dados às operações totais de crédito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), no qual estão incluídos os projetos do Pronaf, podemos observar a irrelevância das operações nas atividades de pesca, numa região de reconhecida potencialidade hídrica. O que se pode inferir sobre esses resultados nas políticas de financiamento do Pronaf, na área de pesca e aquicultura no Vale do Piancó, segundo informações dos próprios gestores do programa na região, é que as informações sobre as possibilidades de acesso ao financiamento não chegam, ou não são devidamente explicadas, nas comunidades pesqueiras dos 19 municípios da região.

d) A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e a Política de Peixamento de Açudes

A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas foi constituída, em 1991, pela fusão de outras empresas anteriores (EMPASA, [2009?]). Hoje está ligada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap).

Tem como objetivos principais: programar, executar e fiscalizar a política global de abastecimento de gêneros alimentícios, com vistas ao desenvolvimento das atividades de produção e consumo, além de operar na melhoria da infraestrutura da produção agrícola, e promover a expansão das atividades de piscicultura extensiva e intensiva em açudes públicos e privados.

Esta proposta está alinhada inclusive com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro (Mais Pesca e Aquicultura), pois o próprio plano esclarece que é necessário desenvolver “Aquicultura em estabelecimentos rurais: Promoção de formas específicas de fomento à aquicultura e transferência de tecnologia de cultivos adequados para produção de peixes, camarões, entre outros” (SEAP, 2008, p. 17).

Vale ressaltar que, das empresas públicas estaduais da administração indireta, essa empresa é a única da Paraíba que tem como finalidade específica o setor pesqueiro – especialmente a piscicultura. Dos três programas, continuados e prioritários, um deles é destinado à piscicultura: o Programa Estadual de Piscicultura.

d.1) Projeto de peixamento de açudes

A Empasa dispõe de estações de piscicultura no Estado. Uma das maiores está situada em Itaporanga. Juntando-se sua capacidade com os berçários de Patos, Sousa e Riachão de Ararurana, chega-se a uma produção de 5 milhões de alevinos/ano (EMPASA, 2007). São produzidos indivíduos das seguintes espécies: Carpa, Tilápia, Tambaqui e Curimatã. E, a partir desta produção, é que se desenvolve o programa de peixamento estadual.

Por meio deste, é feito o peixamento (povoamento) dos grandes açudes públicos

gerenciados por órgãos federais ou estaduais, atendendo também a produtores particulares, com a doação de alevinos para a produção de alimento, por meio da pesca artesanal.

Este processo ocorre por intermédio dos escritórios locais da empresa e prefeituras municipais que fazem diretamente a distribuição nos reservatórios (EMPASA, [2009?]). A fala abaixo traz elementos dos trâmites administrativos para a distribuição/doação dos alevinos. Diz o técnico:

Distribuição de alevinos é feita através de solicitação e parceria com associações regulares que devem fazer requisição através de ofício simples, discriminando a relação dos açudes e das pessoas a serem atendidas, além das quantidades solicitadas individualmente. (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação Empasa, Itaporanga).

Esse procedimento, segundo informações do próprio técnico, exige na realidade que uma associação devidamente registrada na Receita – pessoa jurídica – solicite através de ofício, discriminando a quantidade necessária e os produtores e/ou açudes a serem atendidos. Os municípios, em geral, podem fazer o pedido através de suas secretarias de Agricultura, que realizam o mesmo procedimento administrativo.

No Estado como um todo, no ano de 2005 foram produzidos e distribuídos 1.009.450 alevinos, beneficiando 26 municípios e 718 açudes e/ou produtores rurais, gerando uma renda de 600 mil reais (EMPASA, 2006). No ano de 2006, foi alcançado o auge da produção, com 3 milhões de alevinos distribuídos, beneficiando 119 municípios e 1.854 açudes e/ou produtores rurais (EMPASA, 2007). Voltou a decrescer no ano de 2007, pois foram produzidos e distribuídos 1.528.395 alevinos, beneficiando 49 municípios e 637 açudes e/ou produtores rurais (EMPASA, 2008).

A empresa dispõe de relatórios complexos que discriminam suas ações em nível de Estado, bem como das suas regionais. Ao se analisar esse relatório, percebe-se que, no período de 2003 a 2007, quase todos os municípios do Vale do Piancó foram atendidos. Em especial, o município de Itaporanga foi o local que mais recebeu peixes.

Ao analisar a fala do representante do sindicato, questionamos a estatística da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços

Agrícolas (Empasa), haja vista que o Município de Itaporanga teria sido beneficiado entre 2003 e 2007 com números expressivos de alevinos, em detrimento dos outros municípios do Vale do Piancó. Não obstante, a fala a seguir diverge consideravelmente dos relatórios. Como diz o representante:

Até agora nunca houve nenhuma instituição, não tem distribuição de peixe, nem nada para a pesca, só tem um movimento de vez em quando, pra fazer uma pescaria no açude do governo. (André Moises Cirilo, fiscal do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaporanga).

Deve-se analisar com cuidado esses dados, pois, talvez, para Itaporanga, as informações do Sindicato Rural sejam representativas, já que a entidade agrega cerca de 90 associações comunitárias rurais, tem um quadro de sete mil sócios, dos quais 400 são assíduos.

e) Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH)

Esta Secretaria operacionaliza diversos programas, projetos, serviços e benefícios no combate às desigualdades sociais no Estado. Apesar de seu foco estar voltado às políticas assistencialistas, existem ações que estimulam atividades produtivas, promovendo a inserção social, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Tem como missão principal coordenar a Assistência Social do Estado da Paraíba e articular ações sociais de forma descentralizada, envolvendo todos os municípios do Estado.

Como dito anteriormente, considerando o baixo IDH dos municípios do Vale do Piancó, a Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba busca minimizar os problemas sociais existentes, por meio do aproveitamento do potencial hídrico da região. Em meados de 2006, surge o Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede.

e.1) O Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede

Concebido para atender especificamente os municípios de Itaporanga, Igaracy e Piancó, o Projeto Arranjo Produtivo de

Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede é destinado ao desenvolvimento da piscicultura em comunidades rurais. Essa proposta surgiu para apoiar a organização social comunitária, promover a educação nutricional e gerar alternativa de renda no local. Para a execução do projeto, foi previsto o desenvolvimento de parcerias para a realização de capacitações nas áreas de processamento e beneficiamento do pescado (PARAÍBA, [2006?]). Não é explicitado, entretanto, de que maneira essas parcerias serão estabelecidas.

O projeto conta com um orçamento que totaliza o montante de R\$ 310.200,00, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba e por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, dos quais R\$135.000,00 são destinados à compra de tanques-rede e cerca de R\$120.000,00 para a aquisição de ração. Apesar de as discussões sobre o projeto, bem como a sua submissão à apreciação dos órgãos financiadores, terem ocorrido entre 2006-2007, sua execução só foi iniciada no último trimestre de 2008 no município de Igaracy e, no primeiro trimestre de 2009, em Piancó, não tendo sido ainda operacionalizado na cidade de Itaporanga.

Mesmo sendo a proposta do projeto destinada às comunidades rurais, há opiniões, como a do diretor pedagógico, Joaquim Élson, do Coletivo dos Pequenos Produtores de Itaporanga e Região (Coopir) e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), afirmando que esse projeto tem na realidade servido aos interesses de grandes proprietários de terra, com reservatórios maiores, e que não representam o público-alvo da ação.

f) O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (Cooperar)

Cooperar é um nome fantasia do Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (PORTAL PROGRESSO, 2009). Os recursos desse projeto são oriundos de um convênio firmado entre o governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) (RODRIGUES et al., 2003).

O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (PCPR/PB) está pautado na

demanda das comunidades pobres do meio rural e municípios com até 7.500 habitantes, sendo essas demandas identificadas e priorizadas pela comunidade, por intermédio de assembleia geral, convocada e dirigida pela associação comunitária. Essas demandas são apresentadas na forma de subprojetos.

Estes são preparados e submetidos ao Conselho Municipal que, após proceder à análise e priorização, encaminha para as gerências regionais da Unidade Técnica do Projeto Cooperar para análise técnica, financeira e ambiental. Segundo Rodrigues et al. (2003), apesar de existir atualmente essa estratégia de planejamento, elaboração e execução coletiva, anteriormente era comum, nos manuais e demais materiais informativos relacionados a este projeto, encontrar a família rural no centro da estratégia de ação.

As demandas comunitárias eram traduzidas em subprojetos de investimentos, de pequena dimensão, com custo total máximo equivalente a US\$ 50 mil, sendo admitidos casos de exceções para valores superiores, desde que analisados e aprovados pelo Banco Mundial.

Após a assinatura do convênio entre o Cooperar e a Associação, o recurso para a execução é repassado à conta apresentada na celebração (PARAÍBA, 2002). Esses subprojetos podem ser direcionados para infraestrutura básica (eletrificação rural, açudes reservatórios, bombas, poços tubulares); produtivos (pequenos sistemas de irrigação, beneficiamento de cereais e frutas, mecanização agrícola, piscicultura) e sociais (saneamento básico, creches, centros comunitários e privadas higiênicas). Esse fato fica evidenciado na entrevista do coordenador regional, abaixo transcrita:

Implantação de projetos de tanques-rede para Santana dos Garrotes e Nova Olinda. Vinte e um tanques-rede para cada comunidade. Entre 2004 e 2005. (FRANCISCO LEITE MINERVINO, gerente regional do Cooperar, Itaporanga).

No financiamento dos subprojetos, o Banco Mundial banca setenta e cinco partes percentuais do custo total dos subprojetos aprovados; quinze partes percentuais serão de responsabilidade do Estado, e as dez partes percentuais restantes representam a participação das comunidades beneficiárias.

A contribuição das comunidades poderá ser feita em dinheiro ou com o aporte de mão de obra e de materiais disponíveis na comunidade (PORTAL PROGRESSO, 2009).

No Estado da Paraíba, no período de 2003 a 2008, foram financiados 1.308 projetos comunitários (PORTAL PROGRESSO, 2009). Já no Vale do Piancó, onde fica localizada a regional do Cooperar, em Itaporanga, que é responsável por atender todos os municípios da área em estudo, só foram operacionalizados, entre 2003 e 2007, dois subprojetos direcionados às entidades que atenderam duas associações de pescadores/piscicultores com 21 tanques-rede cada uma, conforme fala já transcrita do gerente regional do Projeto Cooperar.

Esses dois subprojetos de investimento para o cultivo de tilápia em tanques-rede foram desenvolvidos por volta de 2004. Ficou a cargo da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) o acompanhamento técnico-produtivo; e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o acompanhamento organizacional e gerencial. Esses acompanhamentos foram destinados aos três primeiros cultivos (ciclo de seis meses / cada) para cada grupo a ser atendido no respectivo município. Depois desse período, as associações deveriam dar prosseguimento às atividades de forma autossustentável, ou seja, sem a atuação das instituições. Os objetivos desses projetos parece não terem sido alcançados, conforme informações fornecidas por técnico do Cooperar. Diz ele:

Entre 2004 e 2007 foram executados projetos de tanques-rede, funcionando precariamente. Foram orçados três cultivos. (Manoel Jaci, técnico de desenvolvimento rural do Cooperar, Itaporanga).

Embora o trabalho tenha sido pausado na construção coletiva por meio das organizações de piscicultores, os projetos de tanques-rede do Cooperar não lograram a sustentabilidade pretendida. Houve paralisações, como se refere um dos piscicultores participantes do projeto:

Com este projeto, esperava-se alcançar a autossuficiência a partir do terceiro ciclo, inclusive com a ampliação do projeto, porém aconteceu de forma diferente. O projeto foi paralisado e frustrou as expectativas

(João Lopes Neto, pescador da Associação de Piscicultores e Pescadores de Santana dos Garrotes).

O Cooperar, embora condizente com a perspectiva de formação do capital social para o desenvolvimento local, se revelou, na prática, como mais um projeto com dificuldades de operacionalização no âmbito da pesca e na região do Vale do Piancó.

g) Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), no Estado da Paraíba

Esta Secretaria foi criada pela Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, e referendada pela Lei n. 10.683, de maio de 2003 (BRASIL, 2003). A Seap/PR tinha atribuições para formular a política de fomento e desenvolvimento para a aquicultura e pesca no Brasil (OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008).

A criação da Seap/PR foi fruto de uma antiga demanda do setor pesqueiro (BRASIL, 2006). Ostrensky; Borghetti e Soto (2008) acrescentam que esse processo foi dentro de uma perspectiva de política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Assim como em todos os Estados da Federação, na Paraíba há um escritório estadual da Seap/PR. Apesar de Carvalho (2007) demonstrar que existem dezenas de projetos que são operacionalizados pela Seap/PR em outros Estados, a exemplo de Pernambuco, na região em estudo, o Vale do Piancó, existe apenas o Projeto Tilápia no período 2003-2007.

g.1) Projeto Tilápia (Seap/PR-PB)

O Projeto Tilápia, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (2007b), representa um novo modelo de gestão e até uma outra oportunidade de trabalho para gerar renda e alimento. Nesse projeto, a Seap/PR fornece a capacitação e assistência técnica, o Banco do Brasil financia a instalação dos módulos, e o governo do Estado da Paraíba se responsabiliza pelo licenciamento das barragens (SEAP, 2007).

Essa parceria entre Seap/PR e Banco do Brasil, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), asseme-

lha-se ao Projeto Tilápia Paraíba, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap), como já descrito anteriormente. São, portanto, projetos idênticos, mas operacionalizados por instituições distintas. Entretanto, do ponto de vista do capital social institucional, esses projetos dão sinais de não contribuírem efetivamente para o desenvolvimento local, na medida em que as divergências político-partidárias podem impedir o estabelecimento de novas parcerias, bem como a efetivação de outras. Essas divergências são percebidas na fala do secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, a seguir:

Falta de entrosamento entre os membros dos órgãos do Estado ligados ao setor. Problemas políticos e de orgulho pessoal de alguns dificultaram a entrada de alguns técnicos no projeto.

Outro ponto negativo foi a falta de apoio da Seap/PR devido a problemas políticos. Não há uma só parceria concreta entre este órgão e o setor do pescado no Estado. (Fábio Agra de Medeiros Nápoles, secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba).

Seja como for, o Projeto Tilápia da Seap/PR no Estado da Paraíba vem atendendo, segundo esta instituição, a 150 famílias de pequenos produtores rurais de sete cidades da Paraíba nas técnicas de cultivo de peixe em tanques-rede. A meta da Seap/PR é ampliar o projeto para 30 reservatórios a fim de produzir 10 mil toneladas, com financiamento de dez milhões de reais (SEAP, 2007). Entretanto, dos cinco projetos apontados como em fase de execução na região do Vale do Piancó, para os municípios de Itaporanga, Piancó, Olho D'Água, Conceição e Santana de Mangueira, nenhum deles havia sido implantado até janeiro de 2009, segundo entrevistados para esta pesquisa. Apenas foram implantados na região os do Projeto Cooperar para criação de peixes em tanques-rede. Assim refere o presidente da Associação dos Pescadores do Açude de Cachoeira dos Alves, com relação ao município de Itaporanga:

Entre 2003 e 2007 só colocaram pra funcionar aqui na região o projeto de tanques-rede do Cooperar em Santana dos Garrotes e Nova Olinda e um treinamento do Senar, que não foi feito aqui, mas levaram 15 pessoas para fazer treinamento em Sumé e João Pessoa em 2006 (José Fransueldo da Silva,

presidente da Associação dos Pescadores do Açude de Cachoeira dos Alves, Itaporanga).

Fechando o cerco aos projetos aqui descritos, pode-se dizer que, no Vale do Piancó, as organizações públicas empenhadas no desenvolvimento da pesca e da piscicultura na região não conseguiram, até o momento, atingir as metas estabelecidas. Fatores de ordem burocrática, de gestão pública, de frágil mobilização dos agricultores, pescadores e piscicultores e de questões político-partidárias sinalizam como motivo determinante desse processo.

Capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó

O capital social surge, segundo Marteleto e Silva (2004), de relacionamentos compartilhados de cooperação entre ou dentro de diferentes grupos sociais ou institucionais. Neste trabalho, consideramos a noção de capital social interinstitucional como a quantidade de relações mantidas por um grupo ou instituição que pode ser transformada em outras formas de capital (econômico, humano) e que se traduz em desenvolvimento, especificamente, em desenvolvimento local (BOURDIEU, 1983; MARTELETO; SILVA, 2004; ALBAGLI; MACIEL, 2004; FREY, 2003; SAWAYA, 2006; VILLA, 2006).

O capital social interinstitucional surge, portanto, das relações, de parcerias, de construção de redes, ou seja, nasce dos processos de comunicação ou de relações entre as organizações envolvidas em políticas de desenvolvimento local. Conforme Albagli e Maciel (2004), o capital social interinstitucional está embutido em estruturas sociais – relações entre as instituições que compõem uma região.

Apesar da importância conferida pelos autores e pela própria Pnater ao capital social, percebe-se que, no Vale do Piancó, parte das parcerias estabelecidas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura funciona, na realidade, ora como exigência burocrática para a implantação dos projetos, ora como discurso contemporâneo para o estabelecimento de ações participativas.

O primeiro exemplo, nessa perspectiva, são as parcerias indicadas, a seguir, nos relatórios da Empasa, que se apresentaram como

mera formalidade institucional nos projetos. Ou seja, essas parcerias não são constituídas a partir de uma problemática local, envolvendo as diferentes organizações e comunidades. Tal aspecto fortaleceria o capital social interinstitucional, considerado importante para instaurar processos de desenvolvimento local. Dizem os relatórios da Empasa:

[...] variadas são as parcerias técnicas: como a Sedap, Dnocs, Sebrae, Ibama, Emater, Senar, Projeto Cooperar, Prefeituras, Agrotécnicas e Associações Comunitárias, que numa ação integrada buscam desenvolver a piscicultura em águas interiores. (EMPASA, 2008, 2007, 2006, p. 4).

Essa mesma situação parece ocorrer em relação à Sedap e às empresas a ela subordinadas: a Empasa e a Emater. Nesse caso, a parceria é encontrada apenas nos documentos e, em alguns casos, reflete-se em ações locais, entretanto não dá sinal de que surgiu de um esforço dos atores sociais presentes no Vale do Piancó. Em última instância, deixa transparecer que cumpre apenas as determinações burocrático-institucionais de instâncias superiores, em nível estadual e federal.

A relação entre a Emater-PB e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é mais um exemplo desse tipo de parceria. A Emater-PB presta assistência técnica e extensão rural e elabora os projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Esses projetos precisam ser encaminhados a um órgão financiador para serem avaliados e possivelmente contratados. Na região do Vale do Piancó, o BNB era o único agente autorizado, no período aqui considerado, para a contratação de projetos. Essa relação de parceria está oficializada no Manual de Crédito Rural (BRASIL, [2004?]). A observação do coordenador da Emater na região reafirma essa parceria que não ocorre efetivamente na prática, mas está institucionalizada por meio de relatórios, programas e projetos. Diz ele:

A Emater-PB atua na distribuição de alevinos com a parceria da Empasa em todos os municípios de nossa região. Na elaboração dos projetos do Pronaf não há parceria, só é elaborar as propostas e enviar para o banco. (Nilson de Brito Lira, coordenador regional da Emater Itaporanga).

Fato é que, em alguns casos, as organizações conseguem pôr em prática ações no local, a partir das parcerias interinstitucionais

estabelecidas. Entretanto parecem não fugir à regra geral de serem criadas por determinações exteriores a esse local. Assim se refere o entrevistado do BNB:

Emater... elaborou alguns projetos, o banco financiou, e a Emater que é parceira presta assistência... Instituto Nordeste Cidadania – Agroamigo: elaborou, o banco financia, e os assessores do Agroamigo acompanham os projetos. (Emanuel Messias Araújo da Silva Nóbrega, gerente do Pronaf BNB na região de Itaporanga).

A relação entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap), a Emater-PB, a Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba (Aesa) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema) é mais um exemplo desse tipo de parceria interinstitucional. O que existe entre elas, na verdade, é uma hierarquia dentro do Estado da Paraíba, aspecto esse que não caracteriza uma efetiva construção de capital social interinstitucional, mas apenas uma relação burocrática. Assim, como no caso anterior, o gestor da Sedap afirma em entrevista:

Em parceria com a Sudema e a Aesa, foram selecionados os açudes de melhor capacidade hídrica, feitas as análises de águas desses mananciais e retirada das outorgas [...]. Projeto Tilápia Paraíba: [tem como parceiros] Sedap, Banco do Brasil, BNB, Sebrae, Senar, Emater, Sudema, Aesa, Ibama e associações de pescadores. (Fábio Agra de Medeiros Nápoles, secretário executivo da Pecuária e Pesca, Paraíba).

É necessário esclarecer, ainda, que essas relações de parceria, além de institucionalizadas nos documentos oficiais, ocorrem também nos discursos dos gestores das políticas públicas ou dos projetos. Possivelmente, o discurso serve para colocar a instituição no âmbito da gestão contemporânea do desenvolvimento local, que tem no estabelecimento de parcerias o ponto de partida para o crescimento do capital social interinstitucional.

Esse tipo de capital social é efetivamente gerado no Vale do Piancó a partir do envolvimento de, no máximo, três instituições, durante a execução de políticas públicas ou projetos na região, como pode ser observado nos relatos dos gestores entrevistados:

A elaboração do projeto era pela Empasa e assistência técnica, e o Cooperar foi o órgão

financiador. (Francisco Leite Minervino, gerente regional Cooperar Itaporanga).

Sebrae – capacitação, Senar – capacitação, Empasa – elaboração do projeto técnico, mais assistência técnica. (Manoel Jaci, técnico de Desenvolvimento Rural do Cooperar em Itaporanga).

Tanques-Rede: Cooperar, Empasa, Sebrae, Senar... O Sebrae e Senar estiveram em todos os momentos... Distribuição de alevinos: parceria com as associações (regulares) – através de ofício (simples). (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação da Empasa, Itaporanga).

Apesar de nosso objetivo aqui não ser o de quantificar o capital social interinstitucional, sabemos, por Bourdieu (1983), que quanto maior o número de redes de conexões estabelecidas, maiores serão as possibilidades de transformar esse capital social em outras formas de capital, como o econômico e o cultural. No caso dos projetos para o Vale do Piancó, as redes de conexões estabelecidas soam, ainda, como incipientes para instaurar o desenvolvimento local na região.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi mapear as políticas públicas por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais para o desenvolvimento local da pesca artesanal e na região do Vale do Piancó, Paraíba, a partir de 2003. Nesse processo, não se perdeu de vista a construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local.

Como observado, sete projetos foram elaborados por organizações governamentais para o desenvolvimento do setor pesqueiro do Vale do Piancó, direcionados, principalmente, a implantação de projetos de piscicultura em tanques-rede, financiamento do Pronaf, assistência técnica e peixamento de açudes públicos. Dos 19 municípios do Vale, a quase totalidade deles foi atendida por, pelo menos, um desses projetos.

Os projetos implementados para o desenvolvimento da pesca e da piscicultura no Vale do Piancó não atingiram os objetivos a que se propuseram na região. Todos não obtiveram sustentabilidade temporal, e hoje nenhum está em funcionamento. Vários fatores concorreram para o malogro desses projetos no Vale do Piancó. Do ponto de vista do capi-

tal social interinstitucional, o que se observou nos projetos analisados é que essa dimensão importante dos processos de desenvolvimento local não foi construída a partir das interações locais entre as organizações públicas e os contextos populares da pesca na região. O capital social evidenciado nos projetos se limitou a determinações de ordem burocrático-institucional, deliberadas em instâncias superiores que extrapolam a dimensão local, que pouco contribui para o desencadeamento de processos de desenvolvimento local.

Referências

- ADESE. *Comitê de bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu* – normas do processo eleitoral. Natal, [2008?]. 19p. Cartilha de divulgação.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informações e conhecimentos na inovação e no desenvolvimento local. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 9-16. set./dez. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*. 1983. p. 46-52. Disponível em: <<http://econ.tau.ac.il/papers/publicf/Zeltzer1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2009. Disponibilizado em arquivo digitalizado.
- BRASIL. *O desenvolvimento regional sustentável*. Banco do Brasil, [2007?]. Cartilha de divulgação. 12p.
- _____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. 2ª *Conferência nacional de aquicultura e pesca – aquicultura e pesca: uma política de desenvolvimento sustentável para o Brasil*. Brasília, 2006. 71p. CD-ROM.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *PRONAF: manual de crédito rural – plano de safra da agricultura familiar 2004-2005*. Brasília, DF, [2004?]. 20p.
- _____. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural (Pnater)*. Brasília, DF, 2004. 26p.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Projeto político estrutural*. Brasília, DF, jul. 2003.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; MC INTYRE, Jimmy Peixe; TAUKE SANTOS, Maria Salett; BERGONSI, Sandra Suely Soares. O cooperativismo pesqueiro no Brasil e as linhas de financiamento: uma estratégia para o desenvolvimento local? In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett (Orgs.). *Associativismo e desenvolvimento local*. Recife: Bagaço, 2006. p. 111-126.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDIA Rural. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Prorendia Rural-PE, 2003. p. 223-236.
- _____. Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; SANTOS, Maria Salett Tauke (Orgs.). *Associativismo e desenvolvimento local*. Recife: Bagaço, 2006. p. 69-86.
- CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de. *Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca do estado de Pernambuco, 2003-2006*. 2007. 78p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.
- CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca no estado de Pernambuco, 2003-2006. *Revista Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 65-76, jan/jun. 2007.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA PARAÍBA (EMATER-PB). *Relatório de informações mensais das atividades (rima)*. Itaporanga, PB: EMATER-PB, 2007a. 5p.
- _____. *Relatório de atividades 2006*. Cabedelo, PB: EMATER-PB, 2007b. 32p.
- _____. *Relatório de informações mensais das atividades (rima)*. Itaporanga, PB: EMATER-PB, 2006. 5p.
- _____. *Relatório de informações mensais das atividades (rima)*. Itaporanga, PB: EMATER-PB, 2005. 5p.
- _____. *Relatório das programações anuais das atividades (plurianual)*. Itaporanga, PB: EMATER-PB, [2003?]. 7p.
- EMPRESA PARAIBANA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS AGRÍCOLAS (EMPASA). *Quem somos*, [2009?]. Disponível em: <<http://www.empasa.pb.gov.br/somos.php>>. Acesso em: 18 mar. 2009.
- _____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas. *Relatório de piscicultura - ano: 2007*. João pessoa, PB: EMPASA, janeiro de 2008.
- _____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas. *Relatório de piscicultura - ano: 2006*. João pessoa, PB: EMPASA, janeiro de 2007.
- _____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas. *Relatório de piscicultura - ano: 2005*. João pessoa, PB: EMPASA, janeiro de 2006.
- FRANCO, Augusto de. *Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política, 2001. p. 69-90.
- FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 165-185, nov. 2003.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania (Polis)/EAESP/FGV, 2001. 40p.
- PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba. *Nossa história*, [2009?]. Disponível em: <www.setras.pb.gov.br/nossahistoria.shtml>.

_____. Governo do Estado da Paraíba. *Governo implantará o projeto tilápia Paraíba em 20 municípios*. 17 de janeiro de 2008a [2008?]. Disponível em: <www.paraiba.br.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Governo do Estado da Paraíba. *Projeto "tilápia Paraíba" ampliará produção de peixes no estado*. 14 de abril de 2008b [2008?]. Disponível em: <www.paraiba.br.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Projeto "Arranjo produtivo de produção superintensiva de tilápia em tanques-rede, [2006?]. 19p.

_____. Governo do Estado da Paraíba. *Manual da comunidade*. João Pessoa, PB: Secretaria de Planejamento/Projeto Cooperar, 2002. 25p.

SAWAYA, Ana Lydia. Políticas públicas: pontos de métodos e experiências. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 131-147, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP). *Mais pesca e aquicultura: plano de desenvolvimento sustentável* (2008-2011). Brasília: SEAP, [2008?]. 24p.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Tilápia produzida no sertão da Paraíba começa a ser comercializada*. mar./[2007?]. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/pdf/til_sert_pb_minis.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009

VILLA, Rafael Duarte. Política externa brasileira – capital social e discurso democrático na América do Sul. *RBCS*, v. 21, n. 61, jun. 2006.

A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil

Urban population and dissemination of medium size cities in Brazil

La population urbaine et la diffusion des villes moyennes au Brésil

Población urbana y difusión de las ciudades de tamaño medio en Brasil

Cristiano Stamm*

(stamm_br@yahoo.com.br)

Jefferson Andronio Ramundo Staduto*

(staduto@unioeste.br)

Jandir Ferrera de Lima*

(jandir.lima@unioeste.br)

Yonissa Marmitt Wadi*

(yonissa@unioeste.br)

Recebido em 10/02/2011; revisado e aprovado em 17/06/2011; aceito em 15/01/2012

Resumo: O presente artigo mostra a evolução das cidades de porte médio no Brasil entre os períodos de 1970 a 2010. A desconcentração industrial, a mobilidade da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura que integraram o interior do Brasil à dinâmica da economia nacional são apontados como os responsáveis pela dispersão espacial da população brasileira. As cidades de porte médio têm uma posição estratégica potencial para a continuidade da desconcentração regional no Brasil. Além disso, elas têm induzido principalmente a difusão de atividades mais modernas por todo território nacional e, conseqüentemente, uma maior distribuição da população no sistema urbano brasileiro. A recente emergência dessas cidades no cenário nacional cria condições de implementar projetos de planejamento urbanos para que não ocorram ou se minimizem os problemas decorrentes da urbanização, que na história recente causaram e ainda são problemas de difícil solução nas grandes aglomerações populacionais, tais como as metrópoles.

Palavras-chave: Cidades de porte médio. Sistema urbano. Brasil.

Abstract: This paper shows the evolution of the medium-sized cities in Brazil from 1970 to 2010. The industrial dispersal, the mobility of the agricultural border, and infrastructure investments that integrated the interior of Brazil to the dynamics of the national economy are responsible for the spatial dispersion of Brazilian population. The medium-sized cities have a potential strategic position for the continuity of the regional dispersal in Brazil. Moreover, they have mainly induced the diffusion of more modern activities for all national territory and, consequently, a greater population distribution in the Brazilian urban system. The recent arrival of these cities in the national scenery, creating conditions to implement planning urban projects, prevent or minimize the problems caused by urbanization that in recent history caused and still are problems of difficult solution in the great population agglomerations such as the metropolises.

Key words: Medium-sized cities. Urban system. Brazil.

Résumé: Cet article montre l'évolution des villes de taille moyenne au Brésil, entre les périodes 1970 à 2010. La décentralisation industrielle, la mobilité de la frontière agricole et les investissements dans les infrastructures qui ont intégré l'intérieur du Brésil à la dynamique de l'économie nationale sont considérés comme les responsables de la dispersion spatiale de la population. Les villes de taille moyenne ont un potentiel stratégique pour la poursuite de la décentralisation régionale au pays et elles sont les responsables par la diffusion des activités modernes dans le territoire national et, par conséquent, de la plus grande répartition de la population dans le système urbaine brésilien. L'émergence récente de ces villes sur la scène nationale a créé les conditions de mise en œuvre des projets de planification urbaine pour résoudre des problèmes des grandes agglomérations.

Mots-clés: Les villes moyennes. Système urbaine. Economie urbaine. Brésil

Resumen: El artículo demuestra que la evolución de las ciudades medias brasileñas, en los períodos de 1970 el 2010, incorporan los efectos de la desconcentración industrial, la movilidad de la frontera agrícola y las inversiones en la infraestructura, que han integrado el interior del Brasil a la dinámica de la economía nacional. Por otra parte, han inducido principalmente la difusión de actividades más modernas para todo el territorio e, por lo tanto, una distribución más grande de la población en el sistema urbano brasileño.

Palabras clave: Las ciudades medianas. Sistema urbano. Brasil.

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, PR, Brasil.

Introdução

No censo demográfico de 2010, há evidências de que houve um processo de reconcentração da população urbana brasileira nos grandes centros do país, da mesma forma, as evidências apontam para um aumento e dispersão das cidades de porte médio no território brasileiro. Por isso as cidades de porte médio adotam uma posição estratégica potencial para a continuidade da desconcentração regional no Brasil. Essa análise fornecerá elementos para a compreensão da dinâmica da dispersão da população urbana brasileira, bem como para a importância das cidades brasileiras de porte médio neste processo de planejamento regional e urbano. Optou-se pela classificação de cidades de porte médio utilizadas nos trabalhos de Santos (1994), Braga (2005), Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Brito, Horta e Amaral (2001), Andrade e Serra (2001a) e Lima (1998). Para esses autores, as cidades brasileiras de porte médio são os municípios cuja população urbana situava-se entre 100 mil a 500 mil habitantes, presentes nos Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Esse artigo analisa a evolução das cidades brasileiras de porte médio no período de 1970 a 2010. A escolha desses períodos deve-se a duas particularidades: a primeira é a insuficiência de centros urbanos intermediários com dinamismo demográfico e econômico na década de 1970; e a segunda, que no ano 2010 foi lançado o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal fonte de dados dessa análise. Essa temática avança sobre um possível “novo papel” reservado às cidades brasileiras de porte médio na atual ordem econômica nacional/mundial.

De acordo com Pereira (2005), um dos critérios mais utilizados na definição de cidades de porte médio tem sido a dimensão demográfica. Ainda de acordo com a autora, quando se debate sobre cidades de porte médio, trata-se mais de uma noção do que de um conceito. Vale ressaltar que o enfoque é dado às cidades de porte médio ao invés das cidades pequenas, por ser necessário o amparo de uma inevitável escala mínima urbana, mesmo sabendo que uma cidade média esteja fortemente associada a sua funcionalidade

em seu entorno. Segundo Amorim Filho e Serra (2001), as cidades de porte médio em relação aos centros urbanos de menor porte apresentam condições e vantagens locais para sediar vários setores de atividade contribuindo para a tendência de interiorização.

Além dessa parte introdutória, este artigo possui mais quatro seções: Na segunda parte, são feitos alguns apontamentos sobre hierarquia das cidades, procurando evidenciar os atributos. Na terceira, é analisada a evolução das cidades de porte médio no Brasil, mostrando seu surgimento e sua importância dentro da esfera econômica nacional. A dispersão das cidades de porte médio pelo território nacional contempla a quarta parte do trabalho, em que são confeccionados algumas tabelas e mapas e suas respectivas análises. As considerações finais resumiriam este artigo.

1 Redes urbanas e hierarquia das cidades: elementos teóricos

A cidade é um importante local de vitalidade econômica, cultural e social, além de ser o centro das decisões políticas. Ela é um fenômeno de aglomerados industriais, comerciais, financeiros, religiosos e de lazer da população, que procuram satisfazer seu bem-estar social, a que Castells (1983) denominou de aglomerados funcionais, ou seja, esses aglomerados têm suas funções. Por isso as cidades, dentro de determinadas áreas podem ser classificadas hierarquicamente, normalmente, de acordo com suas funções econômicas. As faixas hierárquicas geralmente são expressas por uma divisão de classes de tamanhos de população. O tamanho populacional das cidades pode indicar suas funções necessárias mínimas para satisfazer as necessidades dessa população.

As cidades de menor porte são tidas apenas como um centro mediador do comércio local com as regiões. As cidades de médio porte, além das funções das cidades de menor porte, apresentam um maior peso econômico e assumem a função de suprir as demandas dos produtos que não são produzidos nos centros de menor porte. As cidades de grande porte (ou metropolitanas) se distinguem pelo maior volume populacional, por serem polarizadoras de centros menores, e caracterizam-se

por apresentar uma mancha de ocupação derivada de conurbação (CHRISTALLER, 1966; GEDDES, 1994; IPEA et al., 1999).

Apesar das diferenças de tamanhos, as cidades relacionam-se entre si, assumindo diferentes tipos de relações no espaço, formando as redes de cidades. Para Ferrera de Lima (2004), a organização dessas redes serve para otimizar as economias de proximidades, ou seja, os meios de transporte, a distribuição da população e a oferta de bens de serviços. Essas redes refletem a organização e segmentação do espaço. Essas redes reorganizam o espaço, criam novas aglomerações, novos centros, novas áreas de mercado baseadas sobre uma nova conjuntura econômica e potencial da produção. Em certos casos, conforme Lacour e Gaschet (2002), esses novos centros potenciais provêm da integração periférica com um polo, estimulada pelo melhoramento das redes de transporte e comunicações, diminuindo as distâncias.

O papel do polo e da periferia na organização da rede urbana não é atual. Os estudos clássicos de Friedman (1972) apontavam a hierarquia funcional das cidades, como segue: a) cidade primaz (*primate city*), que exerce funções de alta complexidade, com especialização em serviços de saúde e educação, equipamentos de precisão, financeiros, comunicações, governamentais e, também, como áreas que tenham maiores mercados potenciais; b) cidades regionais (*regional city*), polarizadas por centros de reconhecida importância na rede urbana regional (têm influências das cidades primazes) e apresentam uma abrangência de polarização mais restrita; c) cidades sub-regionais (*provincial city*), que são os centros comerciais inferiores, esporadicamente com alguns centros industriais; e, d) cidades locais (*local service city*), exclusivamente agrícolas, com menor volume populacional e densidade, mas integradas por uma dinâmica socioeconômica comum. Podem surgir nesse mesmo contexto hierárquico, cidades satélites direcionadas para economias mais simples ou atividades como manufatura, educação, entretenimento, administração entre outras.

Apesar da classificação de Friedman (1972), os avanços mais recentes nos mecanismos da polarização foram dados por Krugman (1991), com seus estudos da nova

economia geográfica. Segundo Krugman (1991) e Krugman, Venables e Fujita (2004), a polarização é o resultado da interação entre baixos custos de transporte e de relações interindustriais de cooperação e concorrência entre cidades específicas. Por isso as cidades periféricas aliam custos expressivos de transporte com uma relação de dependência nas atividades de transformação e serviços. Isso faz com que as cidades periféricas tenham um custo maior de produção e distribuição aliada a problemas com retorno de escala. Com isso, custos moderados de produção associados aos retornos de escala e custos de serviços pouco significativos geram tendências à concentração geográfica dos agentes econômicos, consequentemente, no padrão de localização das atividades produtivas e na organização espacial da economia.

Essa discussão em torno da polarização nos remete a uma constatação: a cidade é um sistema que integra um outro sistema, mas, devido às suas diferenças, passam a coexistir lugares centrais de graus diferentes, cujo papel é estruturar e organizar do espaço geográfico de uma região. Por isso, no caso dessa análise, as cidades serão classificadas como: a cidade primaz, como um lugar central de ordem superior; as cidades locais, como lugares centrais de ordem inferior; e o restante das cidades (as cidades regionais e sub-regionais), como centros urbanos intermediários. Dessa forma, os centros urbanos tidos como intermediários serão, para efeito de análise, as cidades de porte médio, objeto deste artigo.

2 A evolução da urbanização no Brasil

No Brasil, na década de 1970, os primeiros estudos sobre as cidades de porte médio definiam esses centros urbanos como aqueles que possuíam alguns atributos sistematizados por Amorim Filho (1984), tais como:

- Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- Tamanho demográfico e funcional suficiente para oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional e desenvolverem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;

- Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidade de trabalho, interrompendo o movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que envolve; e
- Diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, como as grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

As cidades de população entre 50 mil e 250 mil habitantes englobariam todos os atributos requeridos acima. Porém, apesar dos elementos sistematizados por Amorim Filho (1984), ocorreram modificações nas funções típicas das cidades de porte médio, principalmente, devido às transformações e evoluções do sistema urbano vigente. Além disso, os limites demográficos na maioria dos estudos foram ampliados, e o que definia cidades de porte médio não satisfaz mais a atual configuração socioeconômica. Assim, pode-se inferir que uma cidade de porte médio deve dar suporte a uma quantidade importante de atividades e serviços que exigem para existir uma população não inferior a 100 mil habitantes.

É importante mencionar o que antecede às cidades de porte médio no Brasil, ou seja, o processo da intensificação e formação das metrópoles nacionais. Esse processo causou uma

intensa urbanização, baseado na concentração demográfica e econômica, principalmente entre o eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Após a década de 1950, ampliou-se o número de cidades brasileiras de porte médio, num contexto de redefinição do porte dos núcleos urbanos nacionais, devido principalmente pelo processo de industrialização da economia brasileira via substituição de importações, motivo o qual levou a um intenso fluxo migratório ou também o chamado “êxodo rural”, para os grandes centros, moldando, desde então, a rede urbana nacional.

Na década de 1960, o avanço da urbanização contribuiu para a criação das metrópoles nacionais, estas, institucionalizadas a partir da década de 1970. Esse fenômeno pode ser explicado, basicamente, através do aumento do setor de serviços. Segundo Andrade e Serra (2001b), a diminuição da População Economicamente Ativa (PEA) e as mudanças nos padrões tecnológicos associaram a industrialização com a urbanização. Com isso, os serviços que dão suporte à estrutura industrial tornam-se uma característica da dispersão dos centros urbanos. Assim, conforme relata Kon (1999), os economistas reconhecem que o setor de serviços é um fenômeno urbano e que, em alguns estudos, se referem a um forte relacionamento entre a proliferação dos serviços e ao amplo processo de urbanização. A evolução desse processo de urbanização pode ser visualizada na Tabela 1, que mostra também a população total e a divisão da população urbana e rural do país.

Tabela 1 – Evolução da população e do índice de urbanização no Brasil (1940-2010)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

Fonte: Elaborado por Stamm (2013) a partir do IBGE (2003 e 2010).

Apesar do aumento considerável da população total (362%) entre 1940-2010, é interessante observar que o aumento da popu-

lação urbana foi de 1.049%. A população rural cresceu apenas 5,20%, refletindo na conhecida evolução da urbanização brasileira, que pas-

sou de 31,24%, em 1940, para 84,36% em 2010. Embora a população rural tenha perdido, através do êxodo rural, cerca de 11,2 milhões de pessoas entre 1970 e 2010, a alta taxa de natalidade também é um fator que contribuiu para o crescimento da população urbana.

A Tabela 2 mostra a evolução das metrópoles nacionais em termos de população no total nacional, em que se observa uma diminuição do ritmo de crescimento das Regiões Metropolitanas (RMs) no Brasil.

Tabela 2 – População residente nas Regiões Metropolitanas no Brasil – 1970 a 2010*

Regiões Metropolitanas	População Residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	656.351	1.000.349	1.401.305	1.794.981	2.101.883
Fortaleza	1.038.041	1.581.588	2.401.878	2.975.703	3.615.767
Recife	1.792.688	2.348.362	2.919.979	3.335.704	3.690.547
Salvador	1.148.828	1.772.018	2.496.521	3.018.285	3.573.973
Belo Horizonte	1.605.663	2.541.788	3.515.542	4.342.367	5.414.701
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.637	9.814.574	10.872.768	11.835.708
São Paulo	8.137.401	12.588.439	15.444.941	17.834.664	19.683.975
Curitiba	820.766	1.441.743	2.063.654	2.725.629	3.174.201
Porto Alegre	1.531.168	2.232.370	3.147.010	3.655.834	3.958.985
Total RMs	23.813.310	34.525.294	43.205.404	50.555.935	57.049.740
Total Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.755.799
% RMs/Brasil	25,57	29,01	29,43	29,77	29,91

Fonte: Elaborado por Stamm (2013) a partir do IBGE (2003 e 2010).

* Nessa tabela são apresentadas apenas as primeiras metrópoles institucionalizadas na década de 1970.

Nessa tabela, fica evidenciada a estagnação relativa da participação da população das RMs no total nacional em torno de 29%. Com isso, a principal tendência do processo de urbanização no Brasil é uma menor participação das regiões metropolitanas na população do país. Por isso ocorre o fenômeno de “desmetropolização”, indutor da difusão de atividades mais modernas por todo território nacional e, conseqüentemente, uma maior distribuição da população no sistema urbano brasileiro – elementos esses que nos fazem compreender a tendência da “desmetropolização”. Santos (1994) afirmou que esse processo de transformação do espaço, pelo qual o Brasil passou na década de 1980 e início de 1990, foi um fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização.

No caso dos dois centros principais - São Paulo e Rio de Janeiro - vale ressaltar que a infraestrutura básica existente nessas cidades,

as quais estavam ligadas ao comércio internacional, permitiu a localização das indústrias nesses dois principais polos brasileiros e em suas áreas mais próximas, explicando a concentração das atividades econômicas nesses dois centros primazes. Porém, a partir da década de 1970, houve um processo de desconcentração econômica e industrial, fato que ocorreu principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Segundo Diniz (1993) e Andrade e Serra (2001a), esse processo foi composto de duas fases: na primeira, ocorreu uma relativa dispersão da produção industrial no País como um todo; e na segunda fase, ocorreu uma relativa reconcentração da atividade industrial dentro de um polígono (chamado de polígono industrial brasileiro), delimitado pelos seus vértices, as regiões de: Belo Horizonte (MG); Uberlândia (MG); Maringá (PR); Porto Alegre (RS); Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP) (Mapa 1).



Mapa 1 – Polígono industrial brasileiro – 1991

Fonte: Elaborado por Stamm (2005) a partir de Andrade e Serra (2001a, p. 346) – Malha regional digital do Brasil – IBGE (1997).

Bernardes (2003) acrescentou múltiplos elementos que podem levar ao processo de desconcentração e, conseqüentemente, ao crescimento da urbanização nacional. Entre eles, enfatizam-se as dispersões da indústria e a modernização do campo, a proximidade das indústrias agrícolas e as novas formas de consumo material e de consumo imaterial que, mesmo sendo um fenômeno geral, teve particular expressão em áreas mais desenvolvidas

do país. A partir do exposto e de acordo com Andrade e Serra (2001b), é neste momento do desenvolvimento brasileiro (década de 1970) que as cidades de porte médio surgem como alternativa de difusão do desenvolvimento econômico no país.

Alguns dados, conforme Gráfico 1, confirmam a tendência do “surgimento” e respectivo aumento das cidades de porte médio no Brasil.

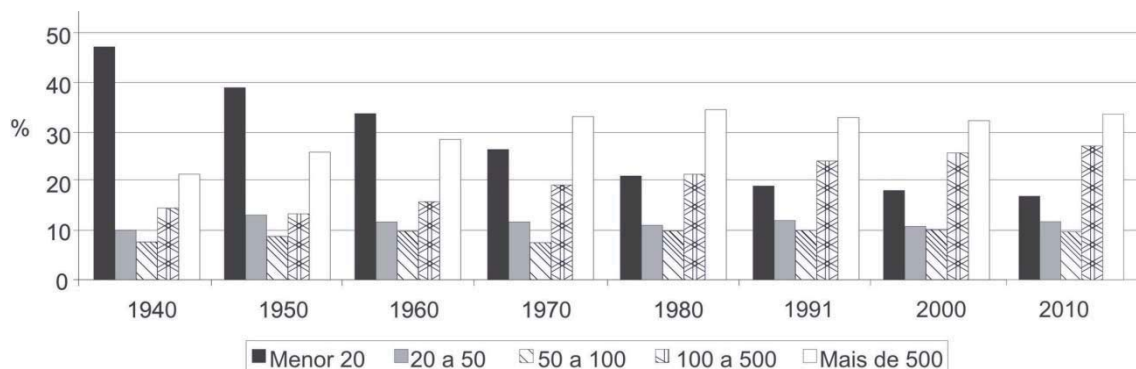


Gráfico 1 – Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1940 a 2010

Fonte: Adaptado por Stamm (2005 e 2013) a partir de Brito, Horta e Amaral (2001) e IBGE (2011a).

No contexto geral, entre 1940 a 2010, o número total de municípios no país aumentou consideravelmente, passando de 1.574 para 5.565, um incremento de 3.991 municípios. Os municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes passaram de 857 para 4.471. Apesar desse aumento (421,7%), pode-se observar no Gráfico 1 que os municípios com menos de 20 mil habitantes em 1940 abrigavam quase 50% da população urbana no país, e, em 2010, o total da população urbana nessas cidades era um pouco maior do que 17%.

As pequenas oscilações dos municípios com 20 mil a 50 mil habitantes urbanos (597 municípios em 1940, e 618 municípios em 2010, respectivamente), também se refletiram num crescimento percentual muito pequeno, passando de 10% do total de habitantes urbanos residentes nesses municípios para cerca de 12%, apresentando, ao longo do período, participações relativamente constantes. Pode-se dizer, portanto, que os municípios nessa faixa mantiveram sua posição ao longo do tempo.

O número de municípios representado pelo extrato populacional entre 50 mil e 100 mil habitantes urbanos mais que dobrou no período, passando de 97, em 1940, para 226, em 2010. Entretanto o percentual de participação desses municípios no total da população urbana do país pouco cresceu, passando de cerca de 8% para quase 10% no período.

Os municípios enquadrados como cidades de porte médio aumentaram considera-

velmente sua participação na população total do país; ou seja, o que era representado, em 1940, por cerca de 15% da população urbana do país, em 2010 chegou a abrigar pouco mais de 27% dessa população. Todavia, através do crescimento acelerado das cidades de porte médio, nota-se que há continuidade da metropolização no Brasil.

Já os municípios com mais de 500 mil habitantes urbanos também cresceram, principalmente entre as décadas de 1940 e 1980, passando nesse período de 21% para cerca de 35% da população do país. Entre as décadas seguintes, esse percentual praticamente se manteve estável na casa dos 33% a 34%.

3 A difusão das cidades de porte médio no território brasileiro

Com a análise dos dados exposta no item anterior, e aprofundando o relato histórico do processo de urbanização no Brasil, ficam evidentes duas situações no país: a) a evolução das cidades de porte médio no entorno ou com influência das metrópoles e capitais estaduais; e b) o crescimento e desenvolvimento de cidades interioranas de porte médio em áreas não metropolitanas (conforme a Tabela 3). Essas situações trazem três explicações plausíveis: o papel indutor da desconcentração industrial iniciada na década de 1970, a expansão da fronteira agrícola e as deseconomias de aglomeração dos grandes centros urbanos.

Tabela 3 – Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1970 a 2010

Cidades	População urbana total (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Cidades não metropolitanas					
< 20.000	25,82	20,92	19,07	18,57	16,57
20.000 a < 50.000	9,48	9,91	11,29	10,60	10,62
50.000 a < 100.000	5,77	7,40	8,07	8,28	8,02
100.000 a < 500.000	10,29	14,84	16,41	17,31	16,62
Mais de 500.000	0,00	0,00	2,23	4,25	6,87
Total não metropolitanas	51,36	53,07	57,07	59,02	58,70
Cidades metropolitanas					
< 20.000	1,09	0,43	0,27	0,28	0,55
20.000 a < 50.000	2,56	1,49	1,15	0,87	1,22
50.000 a < 100.000	2,03	3,10	2,16	2,30	1,91
100.000 a < 500.000	7,47	6,62	8,02	8,78	10,71
Mais de 500.000	1,40	4,19	4,76	4,91	4,47
Total metrop. s/núcleos	14,55	15,83	16,36	17,15	18,35
Núcleos metropolitanos	34,09	31,11	26,56	23,83	22,95
Total metropolitanas	48,64	46,93	42,93	40,98	41,30
Total abs. da pop. urbana	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137.697.439	160.925.792

Fonte: Adaptada por Stamm (2005 e 2013) a partir de Brito, Horta e Amaral (2001) e IBGE (2011a).

Os resultados de ambas as situações demonstram que, até o início da década de 1980, com a “explosão” da população urbana, caminhou-se na direção de uma concentração nas grandes cidades, com destaque para cidades metropolitanas com mais de 500 mil habitantes, passando de 1,4% em 1970 para 4,19% em 1980, apresentando uma relativa estabilização nos décadas posteriores (4,76%, 4,91% e 4,47%, respectivamente). No decênio de 1980, as cidades de porte médio não metropolitanas começavam um ciclo de expansão acompanhadas, no decênio de 1991, das cidades com mais de 500 mil habitantes não metropolitanas. Essas cidades iniciavam uma nova dinâmica em relação às cidades metropo-

litanas acima de 100 mil habitantes, revertendo o processo de crescimento. As cidades acima de 100 mil habitantes não metropolitanas cresceram proporcionalmente mais do que as cidades metropolitanas desse porte, em todo o período; ou seja, as primeiras passaram de 10,29% em 1970 para 23,49% em 2010, enquanto as segundas representavam 8,47% em 1970 e atingiram um percentual de 15,18% em 2010.

No Gráfico 2, é exposto o crescimento da população urbana residente nas cidades de porte médio não metropolitanas quando comparadas com as cidades de porte médio metropolitanas, fato que evidencia a dispersão da população urbana e o crescimento do número de cidades de porte médio no país.

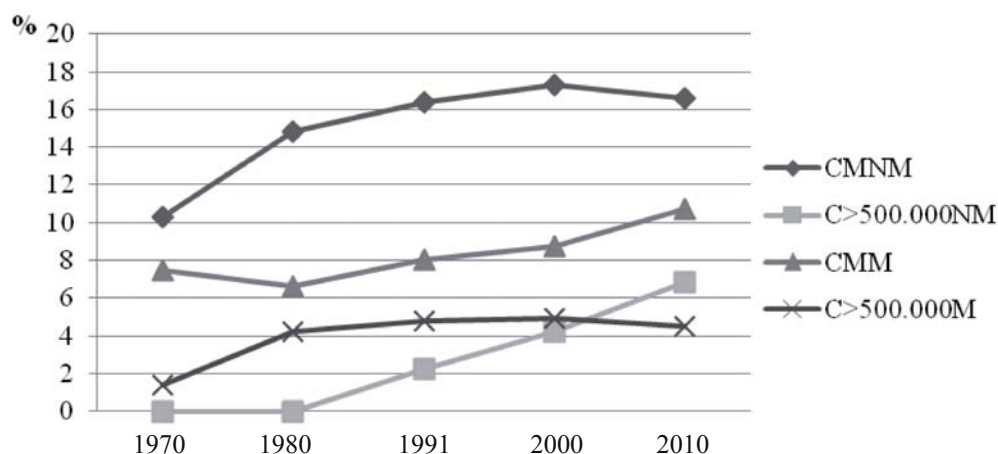


Gráfico 2 – Evolução da população urbana nas cidades de porte médio metropolitanas e não metropolitanas – 1970 a 2010

Fonte: Elaborado por Stamm (2005 e 2013) a partir dos dados da Tabela 3.

Notas: CMNM – Cidades de porte médio não metropolitanas

C>500NM – Cidades com mais de 500 mil habitantes não metropolitanas

CMM – Cidades de porte médio metropolitanas sem os núcleos

C>500M – Cidades metropolitanas com mais de 500 mil habitantes sem os núcleos.

As atuais cidades de porte médio não metropolitanas exerceram grande atração de fluxos migratórios, e algumas delas atingiram e/ou irão atingir um estágio submetropolitano, cuja dimensão varia segundo as dinâmicas de cada região brasileira. Nessa perspectiva de crescimento, as cidades de porte médio não só cumpriram o papel de contenção dos fluxos migratórios, que se dirigiam para

os grandes centros em períodos anteriores, mas também representam a dispersão da população nacional, a qual está relacionada à desconcentração industrial e à mobilidade da fronteira agrícola.

A Tabela 4 apresenta dados referentes ao número absoluto de municípios por classe de tamanho e a percentagem de sua respectiva população total.

Tabela 4 – Quantidade de municípios brasileiros e sua participação percentual na população total de acordo com sua classe de tamanho (1970-2010)

Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes)	1970		1980		1991		2000		2010	
	mun.	%	mun.	%	mun.	%	mun.	%	mun.	%
< 20	2.875	28,1	2.758	21,3	3.095	19,6	4.022	19,8	3914	17,1
Entre >20 e <50	828	26,4	859	22,1	930	19,2	958	16,9	1043	16,4
Entre >50 e <100	158	11,0	236	13,1	281	13,1	303	12,4	325	11,7
Entre >100 e <500	80	15,5	120	19,1	160	21,7	193	23,3	245	25,5
Mais de >500 mil	11	19,0	18	24,4	25	26,5	31	27,6	38	29,3
Total Brasil	3.952	100	3.991	100	4.491	100	5.507	100	5565	100

Fonte: Elaborada por Stamm (2013) a partir de IBGE/Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: Mun. – Número absoluto de municípios

% – % na população total.

Apesar da emancipação de 1.613 municípios entre 1970 e 2010 (que correspondeu a um aumento de 40,8% no total de municípios no país), observa-se um incremento de 36,14% no total de municípios de pequeno porte, de até 20 mil habitantes, mesmo com uma diminuição na participação da população no total desses municípios de 28,1% em 1970, para 17,1% em 2010. Para os municípios da segunda faixa, houve um aumento de 215 municípios no período, mas a participação da população total, assim como o

anterior, diminuiu cerca de 10% (de 26,4% para 16,4%).

Cabe destacar o aumento dos municípios com população acima de 100 mil habitantes que, em 1970, representavam 2,3% do total de municípios no Brasil, com cerca de 34,5% da população nacional e que, em 2010, já eram 5,09% do total de municípios brasileiros, o que representava 54,7% da população total.

Os Mapas 2 e 3 expressam a dispersão das cidades de porte médio no Brasil para os períodos de 1970 e 2010 respectivamente.

**Mapa 2** – Dispersão das cidades de porte médio no Brasil – 1970

Fonte: Elaborado por Stamm (2005) a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico (1970) – Malha municipal digital do Brasil de 1997.

Esses mapas apresentam apenas as cidades de porte médio no período, aquelas cidades cuja população urbana apresentava-se entre 100 mil e 500 mil habitantes. Observa-se que algumas cidades do Mapa 2, de 1970, não aparecem no Mapa 3, de 2010. Isso se deve, basicamente, a três fatores: a) algumas cidades apresentaram um forte poder de atração populacional, fazendo com que ultrapassassem o limite superior de 500 mil habitantes; b) as cidades essencialmente agrícolas, e que

na década de 1970 ocupavam muita mão de obra, perderam população devido ao êxodo rural, ficando, assim, abaixo dos 100 mil habitantes; e c) por existirem cidades de grandes proporções territoriais com vários distritos administrativos que, por sua vez, podem ter sido desmembramentos em outras cidades (emancipação), uma vez que, como já visto na Tabela 4, houve um incremento de 1.613 municípios no Brasil entre o período (1970-2010).



Mapa 3 – Dispersão das cidades de porte médio no Brasil – 2010

Fonte: Elaborado por Stamm (2013) a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico (2011b) Malha municipal digital do Brasil de 1997.

Comparando o Mapa 3 e o Mapa 4, observa-se o perfil da dispersão das cidades de porte médio pelo Brasil. Em 1970 havia um aglomerado de cidades de porte médio basicamente formado pelas regiões Sul e Sudeste. As duas regiões representavam 71,25% do total das cidades de porte médio do Brasil que, na época, somavam um total de 80 municípios. No ano de 2010, o percentual das regiões Sul e Sudeste diminuiu para 67,76%, um indício

da dispersão ou do crescimento da população em outras regiões do Brasil, que atualmente somam um total de 245 municípios.

Pela dispersão espacial das cidades, nota-se que a difusão se dá no sentido leste→oeste do país, tornando as cidades de porte médio em plataformas de bens e serviços para as cidades locais e sub-regionais do Centro-Oeste e Norte do Brasil, tanto que a fronteira agrícola se esgota na região

Sul do Brasil no início dos anos 1980, e entre 1980 e 2010 ela amplia tanto no número de cidades de porte médio (passando de 20 para 44), quanto na participação da população residente (passando de 3.305.869 habitantes em 1980 para 8.634.378 habitantes em 2010). Verifica-se que o movimento expansivo do crescimento da população ao longo do território, depois da ocupação das terras itinerantes, fez com que o processo de crescimento populacional se tornasse intensivo e percolativo¹, marcando apenas algumas cidades. O mesmo processo ocorre no Centro-Oeste e no Norte do Brasil. Na comparação do Mapa 2 e do Mapa 3, ainda se mostra que o processo de dispersão da população de forma expansiva

continua marcante nas regiões do Cerrado e da Amazônia.

Provavelmente, dentro de mais 20 anos, com a ocupação completa da fronteira agrícola nessas áreas, o processo se reverterá de forma mais intensiva e também percolativa. Essa constatação é confirmada por Santos (1994) e Silveira (2003) ao afirmarem que as cidades de porte médio estão ligadas a formas modernas de produção e consumo estimuladas pela renda da agricultura moderna e um parque industrial associado ao setor primário. Alguns dados atualizados pelo IBGE (2011b) confirmam que os municípios menos populosos tiveram baixas taxas de crescimento no período 2000-2011 (Figura 1).

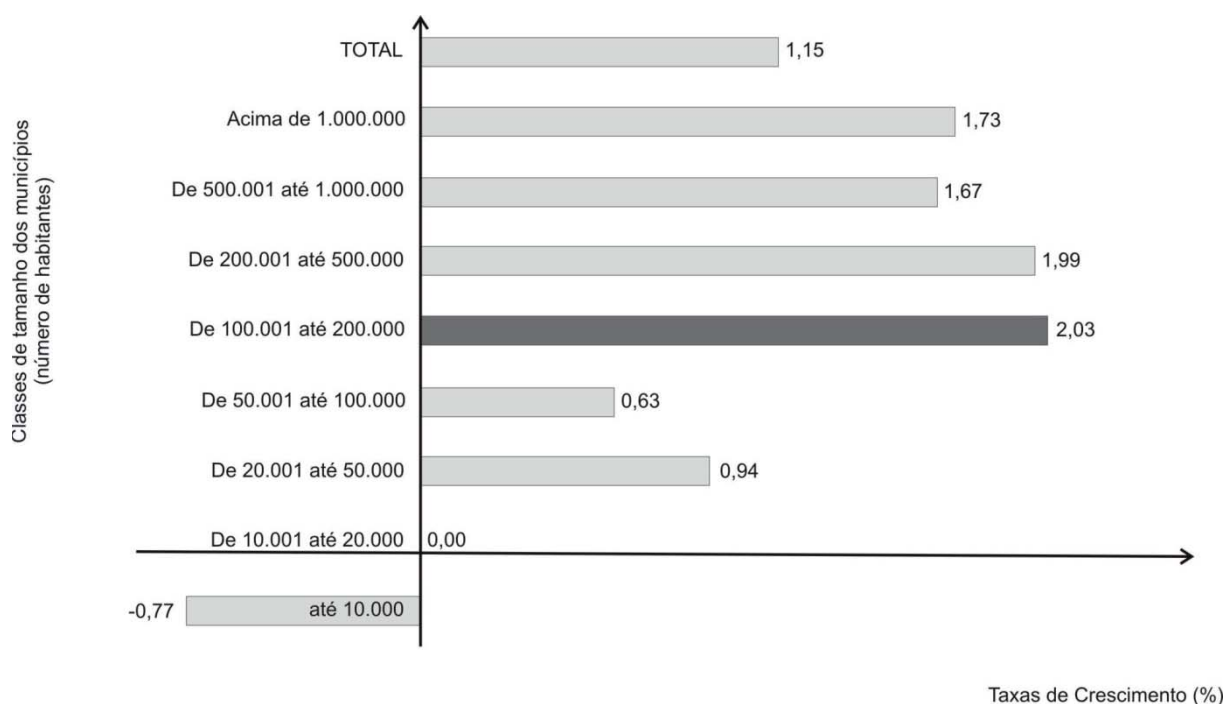


Figura 1 – Taxa geométrica de crescimento anual (%), segundo as classes de tamanho dos municípios (número de habitantes entre 2000-2011)

Fonte: IBGE (2011b).

Para o IBGE (2011b), as significativas taxas de crescimento dos grandes municípios em volume populacional (acima de 500 mil habitantes) foram influenciadas “pelo componente vegetativo e por um saldo mi-

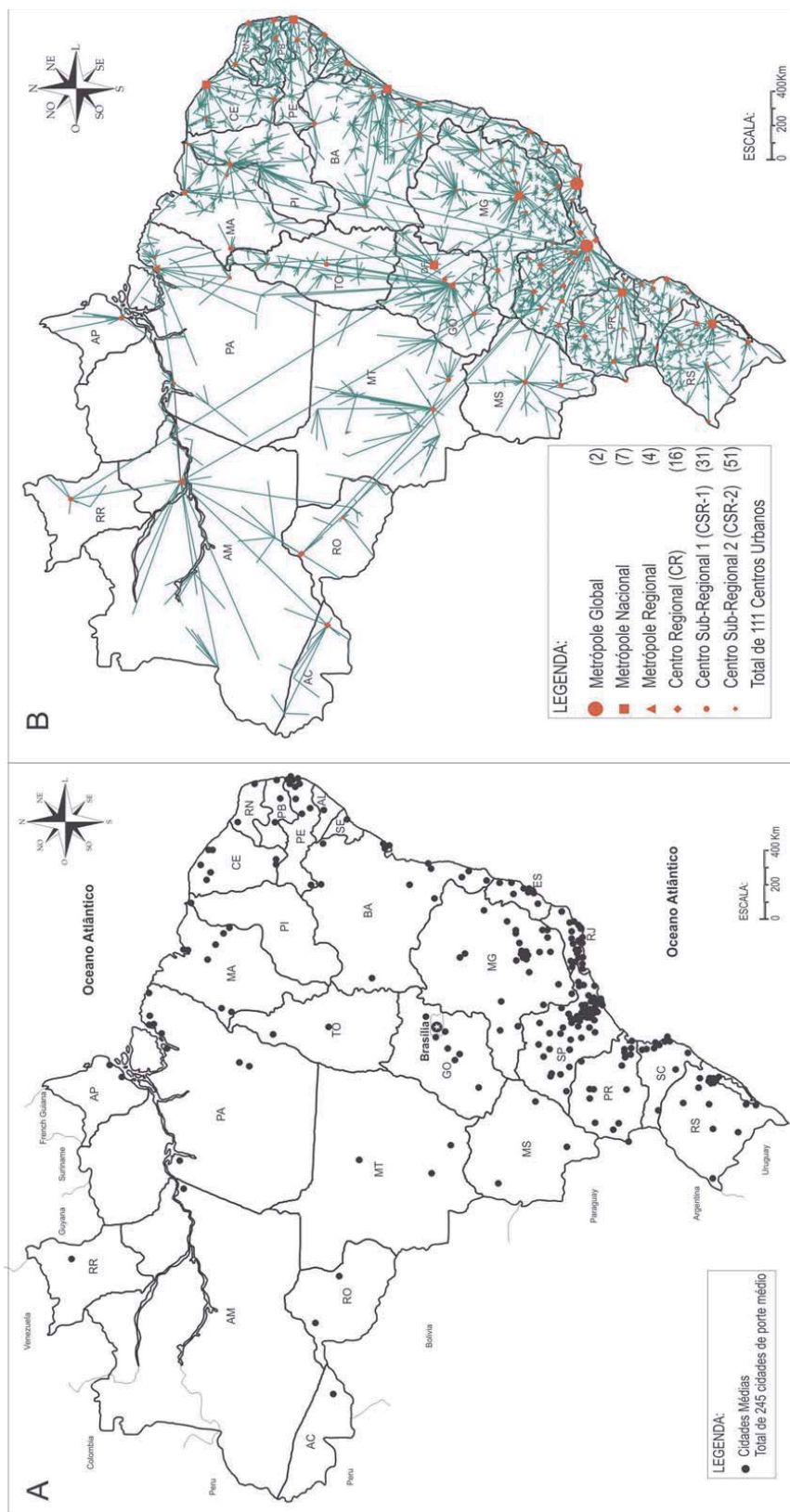
gratório que prevalece favorável à imigração, embora possam estar experimentando reduções no transcurso das últimas quatro décadas”. Como afirmado por Santos (1994) e Silveira (2003), acima, e confirmado pelo IBGE (2011b) na Figura 1, os municípios de porte médio (aqueles entre 100 e 500 mil habitantes) protagonizaram os crescimentos demográficos mais expressivos nos últimos anos, destacando-se aqueles cujas economias

¹ Num processo de difusão espacial percolativa, apesar das forças de propagação atingir todo o território, o processo de desenvolvimento econômico continua desigual (FERRERA DE LIMA, 2004 apud TSCHÁ et al., 2009).

estão voltadas ao agronegócio, às atividades petrolíferas e os que demandam mão de obra para a construção civil.

Para melhor ilustrar e examinar essa situação, comparou-se a localização das ci-

dades de porte médio (Mapa 4 – A) com a conformação da rede urbana brasileira apresentada por meio dos dados do IPEA et al. (1999) (Mapa 4 – B).



No Mapa 4, é possível observar que as cidades de porte médio, que aparecem dispostas no Mapa 4A, na sua maioria apresentam localizações coincidentes às cidades do Mapa 4B que são classificadas de centros urbanos, ou seja, os Centros Regionais (CR), Centros Sub-Regionais 1 (CSR-1) e Centros Sub-Regionais 2 (CSR-2), os quais são pertinentes ao estrato populacional de cidades de porte médio (entre 100 mil e 500 mil habitantes).

No Mapa 4A, foi verificado um total de 245 cidades de porte médio em 2010, enquanto no Mapa 4B foi evidenciado um total de 111 centros urbanos no país, segundo a Contagem Populacional de 1996. Do total desses 111 centros urbanos distribuídos em Metrópole Global (2), Metrópole Nacional (7), Metrópole Regional (4), Centro Regional (16), Centro Sub-Regional 1 (31) e Centro Sub-Regional 2 (51), 98 correspondiam às cidades de porte médio, considerando apenas os CR, CSR 1 e CSR 2. Cabe aqui mencionar que o Mapa 4A foi composto pelo total de habitantes urbanos de cada cidade de acordo com os dados censitários de 2010, enquanto o Mapa 4B foi constituído, segundo IPEA et al (1999), pela hierarquia funcional das cidades e com dados da contagem populacional de 1996.

Essa comparação é importante para enfocar as cidades de porte médio na atual configuração da rede urbana nacional e na dinâmica do desenvolvimento das suas hinterlândias. A semelhança entre os mapas fica evidente quando são comparadas apenas as cidades interioranas de porte médio, pois essas cidades não sofrem influência dos núcleos metropolitanos que polarizam grande parte dos municípios do seu entorno.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar a dispersão da população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil nas últimas 4 décadas. Observou-se uma grande evolução das cidades de porte médio não metropolitanas, que apresentaram índices elevados na participação da população total do Brasil. Já as cidades de porte médio metropolitanas cresceram, mas não tão expressivamente. As cidades de porte médio apresentam condições de se adaptar às novas exigências indispensáveis aos novos modos de produção. A recente

emergência dessas cidades no cenário nacional cria condições de implementar projetos de planejamento urbanos para que minimizem ou não ocorram os problemas causados pela urbanização, os quais, na história recente, causaram e ainda causam problemas de difícil solução nas grandes aglomerações populacionais, tais como nas metrópoles.

No entanto, através do aumento do número de cidades de porte médio no Brasil, ocorreu um processo de desconcentração populacional das grandes metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza), processo esse que se intensificou a partir dos anos 1980. Assim, as cidades de porte médio serviram, em grande parte do seu período de crescimento, como “diques” de contenção dos fluxos migratórios dos grandes centros, bem como estão induzidos principalmente à difusão de atividades mais modernas por todo território nacional e, conseqüentemente, a uma maior distribuição da população no sistema urbano brasileiro.

Por fim, cabe salientar que o grande responsável pela dispersão espacial da população foi a tendência à desconcentração industrial, ocorrida entre 1970 e 1990; a mobilidade da fronteira agrícola, estimulada pela modernização da agricultura, e a transferência de excedentes populacionais das zonas rurais; e os investimentos em infraestrutura, que integraram o interior do Brasil à dinâmica da economia nacional. Nesse sentido, a difusão espacial das cidades de porte médio foi uma consequência do perfil do desenvolvimento econômico brasileiro e sua urbanização. O resultado final foi o adensamento das cidades de porte médio litorâneas e a percolação das cidades de porte médio localizadas no interior do Brasil, em particular aquelas nas áreas limítrofes à fronteira agrícola.

Assim, a difusão espacial da urbanização brasileira no final do século XX e na primeira década do século XXI é marcada por um processo expansivo, ligado à mobilidade das terras a serem ocupadas pela agricultura itinerante; e por um processo intensivo, marcado pela ocupação definitiva das áreas produtivas. Traçando-se um comparativo com o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, a modernização da agropecuária foi útil na liberação de mão de obra para ocupar

os *fronts* pioneiros. Essa ocupação criou novos mercados em regiões consideradas “vazias” e de baixa densidade demográfica nos anos 1970. Isso demonstra o quanto a dinâmica populacional brasileira é dependente da dinâmica dos espaços rurais, a forma como ocupa a força de trabalho, e do perfil da demanda bens e serviços das áreas urbanas. Enquanto as metrópoles nacionais e regionais apresentavam um continuum urbano-industrial, parte das cidades de porte médio localizadas nas áreas de ocupação recente será marcada por um continuum urbano-rural. Ao longo do século XXI, o perfil produtivo dessas cidades mudará, marcando a industrialização e a formação de mercados expressivos no interior do país. Para que isso se confirme, a economia brasileira deverá garantir a estabilidade dos preços, a conquista de novos mercados para o agronegócio brasileiro, além de atrair para alguns polos do interior do país a instalação de novas plantas industriais que, consequentemente, proporcionarão a abertura de novos postos de emprego.

Assim, de acordo com Perroux (1977), a atração de novos investimentos para o interior do país fará com que o crescimento econômico do polo se propague e se expanda, beneficiando toda a sua hinterlândia, intensificando a interação entre as cidades através da rede urbana e o desenvolvimento socioeconômico.

Referências

- AMORIM FILHO, O. Cidades médias do Brasil. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 1984.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. (Coleção Relatórios de Pesquisa, 43).
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. Distribuição espacial do emprego e do produto industrial na década de 90: possibilidades atuais para a sua investigação. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a. p. 337-393.
- _____. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001b. p. 129-170.
- BERNARDES, Adriana. Cidades médias. In: SANTOS, Milton. *Construção da nação: ocupação do território*. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 5., 2003, Barcelona. *Anais...* Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/ocupa/procurb/cmedias/index.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2004.
- BRAGA, R. Cidades médias e aglomerações urbanas no Estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., *Anais...* São Paulo, 2005.
- BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. Trabalho publicado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração, 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/Gerencia-Navegacao.php?caderno_id=362&nivel=1&texto_id=2092>. Acesso em: 18 dez. 2004.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHRISTALLER, W. *Central place in southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966. (Original publicado em alemão em 1933).
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.
- FERRERA DE LIMA, J. *La diffusion spatiale du développement économique régional: L'analyse des composantes et de la forme de la diffusion spatiale au Sud du Brésil au XX^e siècle*. 2004. Thèse (Doctorat en Développement Régional) - DSH/Université du Québec à Chicoutimi, Saguenay. Disponível em: <http://www.irec.net/01fr_rechercheaffiche.php3?518>.
- FRIEDMAN, J. A General Theory of Polarized Development. In: HANSEN, N. (Ed.). *Growth Centres in Regional Development*. New York: The Free Press, 1972. p. 29-41.
- GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Ofício de Arte e Formas).
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Brasil. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12&uf=00>>. Acesso em: 30 nov. 2011a.
- _____. *Estimativas das populações dos municípios em 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1961&id_pagina=1>. Acesso em: 26 ago. 2012.
- _____. *Estatísticas do século XX*, 2003. CD-ROM.
- _____. *Sistema de informações recuperadas georeferenciadas – Estatcart: base de informações*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE (Orgs.). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 3).
- KON, A. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. *Revista Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 10, n. 1(15), p. 42-76, 1999.
- KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. *Journal of Political Economy*, Washington (DC), n. 99, p. 483-499, 1991.

- KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony; FUJITA, Masahisa. *Economia espacial*. São Paulo: Futura, 2004.
- LACOUR, C.; GASCHET, F. Métropolisation, centre et centralité. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU)*, Bordeaux, n. 1, p. 49-72, 2002.
- LIMA, R. S. *Expansão urbana e acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 1998.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PEREIRA, A. M. A propósito das cidades médias: algumas considerações sobre Montes Claros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO (CIMDEPE), 1., *Anais...* Presidente Prudente: Unesp, 2005.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetrede-Minter, 1977. p. 145-155.
- SANTOS, M. A região cresce mais que a metrópole. In: SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Editora PUC-SP, 1994. p. 53-77.
- SILVEIRA, R. L. L. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- STAMM, Cristiano. *Determinantes do movimento de trabalhadores pendulares na aglomeração urbana do nordeste do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos transportes coletivos*. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- _____. *O fenômeno dos movimentos pendulares dos trabalhadores intermunicipais entre cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, PR, 2005.

Impactos dos royalties do petróleo nos indicadores de desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo*

Impacts of oil royalties in the indicators of development of municipalities in Espírito Santo

Impacts des redevances pétrolières dans les indicateurs du développement des villes de Espírito Santo

Impactos de regalías petroleras en los indicadores de desarrollo de municipios en Espírito Santo

Sávio Bertochi Caçador**
(sbcacador@hotmail.com)

Edson Zambon Monte***
(edsonzambon@yahoo.com.br)

Recebido em 27/04/2012; revisado e aprovado em 23/09/2012; aceito em 10/03/2013

Resumo: Com o revigoramento da indústria petrolífera no Espírito Santo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, torna-se importante estudar os impactos causados pelas participações governamentais nas cidades desse estado. Portanto estimou-se um modelo empírico para avaliar se os *royalties* afetaram os indicadores municipais de desenvolvimento. Os resultados mostram que os *royalties* não contribuíram significativamente para a melhoria dos indicadores locais de desenvolvimento.

Palavras-chave: *Royalties* do petróleo. Desenvolvimento econômico local. Estado do Espírito Santo.

Abstract: With the revival of oil industry in Espírito Santo's territory in late 1990 and early 2000, it becomes important to study the impacts caused by government shares in the State's cities. Therefore, it has been estimated an empirical model to evaluate whether the royalties affected municipal indicators of development. The results show that oil royalties have not contributed significantly to the improvement of local indicators of development.

Key words: Oil rents. Local economic development. State of Espírito Santo.

Résumé: Avec l'essor de l'industrie pétrolière dans l'état de Espírito Santo à la fin des années 1990 et début des années 2000, il est important d'étudier les impacts causés par les intérêts du gouvernement dans les villes de cet état. Par conséquent, il a été estimé un modèle empirique pour déterminer si les redevances ont affecté des indicateurs de développement municipal. Les résultats montrent que les redevances n'ont pas considérablement contribué à l'amélioration des indicateurs de développement local.

Mots-clés: Pétrole revenus. Développement économique local. L'état de Espírito Santo.

Resumen: Con el aumento de la actividad petrolera en el Espírito Santo a finales de 1990 y principios de 2000, es importante estudiar los impactos causados por los intereses del Gobierno en las ciudades de ese Estado. Por lo tanto, ha sido estimado un modelo empírico para evaluar si las regalías han afectado a los indicadores de desarrollo municipal. Los resultados muestran que las regalías no han contribuido significativamente a la mejora de los indicadores de desarrollo local.

Palabras clave: Regalías petroleras. Desarrollo económico local. El estado de Espírito Santo.

Introdução

O Brasil reformulou o aparato institucional de sua indústria petrolífera em meados dos anos 1990, estabelecendo, dentre outras coisas, novos critérios para as chamadas participações governamentais, isto é, pagamentos a serem realizados pelos concessionários de atividades de exploração e produção de petró-

leo e de gás natural. Assim, a lógica inerente a essa legislação é que as regiões direta ou indiretamente afetadas pelas atividades petrolíferas recebam maior parte da compensação financeira repassada pelo governo federal.

Para o Espírito Santo em específico, esse novo marco regulatório da indústria petrolífera trouxe pelo menos dois impactos. No campo estritamente econômico, a produ-

* Vale a ressalva de que as opiniões contidas nesse estudo não refletem a opinião do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) ou de algum outro membro dessa instituição.

** Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

*** Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

ção de petróleo e gás natural ressurgiu no estado a partir do final da década de 1990. Com descobertas anunciadas pela Petrobrás e empresas estrangeiras, o estado se tornou a 2ª maior província petrolífera do país, atrás apenas do Rio de Janeiro. O outro impacto se deu nas finanças públicas dos governos estadual e municipais. A título de exemplo, em Presidente Kennedy, no litoral sul capixaba, a razão entre *royalties* + participações especiais sobre a receita municipal foi de quase 80% em 2010 (FREIRE; MAGENTA, 2011), a maior dentre todos os municípios brasileiros.

Dessa forma, torna-se importante estudar os impactos provocados pelas participações governamentais nos municípios espírito-santenses. Assim, estimou-se um modelo empírico para investigar se as rendas petrolíferas distribuídas colaboraram para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento dos municípios capixabas no período de 2000 a 2009. Vale dizer que, segundo ANP (2011), desde 2005 todas as cidades do estado recebem *royalties*, sendo que 15 destas auferem uma quantidade maior desse recurso por serem produtores ou confrontantes com poços de petróleo¹.

Cabe ressaltar que Postali e Nishijima (2011) já fizeram análises similares às propostas aqui para o conjunto dos municípios brasileiros e serviram de base metodológica para o presente artigo. No entanto, acredita-se que o Espírito Santo precisa de uma investigação específica sobre sua realidade, dado que a distribuição das rendas petrolíferas é heterogênea tanto entre estados como entre cidades, o que é ressaltado pelos autores citados anteriormente.

O restante do artigo se divide em cinco seções. A próxima resume os pontos marcantes do atual marco regulatório das participações governamentais, bem como apresenta os principais estudos sobre os impactos das rendas petrolíferas no Brasil e no Espírito Santo. A terceira seção apresenta os dados mais relevantes sobre a atividade petrolífera e as participações governamentais no estado e seus municípios. A quarta seção explana as bases de dados, as técnicas e os resultados do

modelo estimado neste trabalho. Na última seção, por sua vez, tecem-se as considerações finais.

1 Referencial²

1.1 Legislação das Participações Governamentais

Nos anos 1990, o marco regulatório da indústria petrolífera brasileira foi reformulado. O processo teve início com a Emenda Constitucional n. 9/95, que quebrou o monopólio estatal na exploração e refino de petróleo. Em 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 9.478/97 – conhecida como “Lei do Petróleo”. Esta lei estabeleceu uma nova lógica para as participações governamentais, que foram definidas pelo Decreto n. 2.705, de 3 de agosto de 1998 – conhecido também como Decreto das Participações Governamentais. Tais participações, que devem estar contidas no contrato de concessão e previstas no edital de licitação, são: i) bônus de assinatura; ii) *royalties*; iii) participação especial; e, iv) pagamento pela ocupação ou retenção de área³.

Os *royalties* constituem compensação financeira devida pelos concessionários à União, a serem pagos mensalmente, a partir do mês em que um determinado campo começar a produzir. O seu valor será determinado multiplicando-se o equivalente a 10% do volume total da produção mensal de petróleo e gás natural do campo pelos seus respectivos preços de referência. Com relação ao petróleo, adota-se, como preço de referência, a média ponderada dos preços de venda (sem tributos) praticados pela empresa no respectivo mês, ou um preço mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior. No caso do gás natural, o preço de referência será igual à média ponderada dos preços de venda (sem tributos) acordados nos contratos de fornecimento entre concessionário e compradores, deduzidas as tarifas relativas ao transporte do gás até os pontos de entrega.

² O presente trabalho não apresentará a discussão teórica em torno das rendas sobre recursos não renováveis. Para uma revisão dessa literatura, ver Postali e Nishijima (2011).

³ Por não constarem no objeto de investigação deste artigo, não serão discutidos o bônus de assinatura nem o pagamento pela ocupação ou retenção de área.

¹ Esses municípios são: Aracruz, Anchieta, Conceição da Barra, Guarapari, Fundão, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Maratáizes, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória.

No entanto, a alíquota dos *royalties* pode variar até um mínimo de 5% sobre o volume de produção do campo. Para fazer isso, a ANP leva em conta riscos geológicos, expectativas de produção e outros fatores como produção em áreas remotas, produção de gás natural não associado ou de petróleo pesado, dificuldades operacionais, inexistência de infraestrutura para escoar a produção, distância até o mercado etc. (BARBOSA, 2001, p. 20). Cabe lembrar que, quando a parcela do valor dos *royalties* previstos no contrato de concessão equivaler a esse mínimo de 5%, a sua distribuição seguirá o estabelecido na Lei 7.990/89.

A participação especial constitui, por seu turno, compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade do campo. A sua apuração será feita mediante aplicação de alíquotas

progressivas sobre a receita líquida trimestral de cada campo. Tais alíquotas variam em função da localização da lavra, do número de anos de produção e do respectivo volume de produção trimestral fiscalizada. De acordo com Postali (2002, p. 96), o princípio da participação especial é permitir ao governo obter uma parcela maior da renda dos projetos mais lucrativos. As suas alíquotas podem ser de 0%, 10%, 20%, 30%, 35% e 40%.

No que tange à divisão dos recursos dos *royalties*, a parcela de 5% é distribuída aos beneficiários de acordo com os critérios constantes da Lei n. 7.990/89 e do Decreto n. 01/91, que a regulamentou, ao passo que a parcela acima de 5% é distribuída de acordo com os critérios constantes da Lei n. 9.478/97 e do Decreto n. 2.705/98. O quadro 1 apresenta a forma como os recursos dos *royalties* são repartidos entre os entes federativos.

Parcela de 5%	Lavra em terra	70% para estados produtores
		20% para municípios produtores
		10% para municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural
	Lavra na plataforma continental	30% para estados confrontantes com poços
		30% para municípios confrontantes com poços
		20% para Comando da Marinha
		10% para Fundo Especial (estados e municípios)
		10% para municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural
Parcela acima de 5%	Lavra em terra	52,5% para estados produtores
		25% para Ministério de Ciência e Tecnologia
		15% para municípios produtores
		10% para municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural
	Lavra na plataforma continental	25% para Ministério de Ciência e Tecnologia
		22,5% para estados confrontantes com poços
		22,5% para municípios confrontantes com poços
		15% para Comando da Marinha
		7,5% para Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5% para municípios com instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural

Quadro 1 – Distribuição dos *royalties*

Fonte: Barbosa (2001). Elaboração própria.

No que diz respeito à distribuição dos recursos das participações especiais, ela é regida pelo art. 50 da Lei n. 9.478/97 da seguinte maneira:

- 40% para o Ministério de Minas e Energia;
- 10% para o Ministério do Meio Ambiente;
- 40% para o estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

- 10% para o município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

Por último, cabe tecer algumas considerações sobre a aplicação dos *royalties* e participações especiais originárias das atividades petrolíferas, pois somente essas duas modalidades de renda petrolífera são distribuídas entre os entes da federação brasileira. Em primeiro lugar, a análise da evolução legal das indenizações ou compensações financeiras petrolíferas demonstra que a questão da aplicação dos recursos recebeu pouca atenção ao longo do tempo. Isso fica evidente quando se constata que, até 1986, não existia instrumento legal que se referia ao controle e à fiscalização de tais recursos. Foi somente a partir deste ano, em que foi promulgada a Lei 7.525/86, que a fiscalização passou a ser feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, o gestor público possuía total liberdade para gastar tais receitas extraordinárias, desde que observado o interesse público.

Com a edição da Lei 9.478/97, a situação se agravou, uma vez que a abrangência da aplicação dos recursos foi ampliada, pois não fez nenhuma referência acerca da destinação dos recursos das participações governamentais⁴ (*royalties* + participações especiais). Entretanto permanecem vigentes as restrições impostas pelo Artigo 8º da Lei 7.990/89, que veda a aplicação dos recursos em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal.

Essa flexibilização na aplicação dos recursos das participações governamentais (*royalties* + participações especiais) foi dilata-da ainda mais em 2001, com a publicação da Medida Provisória n. 2.103. O Artigo 16 desta autoriza à União adquirir dos Estados créditos relativos às participações governamentais. Em troca, a União utilizaria em pagamento Certificados Financeiros do Tesouro, que seriam obrigatoriamente utilizados pelos governos estaduais para o pagamento de dívidas com a União e suas entidades, ou na capitalização dos fundos de previdência, a critério do Ministério da Fazenda.

⁴ Doravante entendido como *royalties* + participações especiais, sendo chamado simplesmente de *royalties*.

Vale destacar também que a descoberta de hidrocarbonetos na camada pré-sal tem suscitado a discussão sobre alterações nos critérios de distribuição das participações governamentais. Mais precisamente, a discussão teve início com a emenda 387/2009 ao projeto de lei brasileira n. 5.938 de 2009, que propõe modificações no marco regulatório para a exploração de petróleo na camada pré-sal. Conhecida como emenda Ibsen Pinheiro, basicamente ela propõe que a União fique com 40% dos *royalties* e 50% da participação especial da produção de petróleo em mar, ao passo que o restante dos recursos seria dividido entre estados e municípios, seguindo as regras do Fundo de Participação dos municípios e dos estados.

Depois de vetada a emenda Ibsen Pinheiro, a discussão evoluiu para o projeto de lei 2.565/2011. Tal projeto determina a redução de 50% para 42% da parcela da União na participação especial. Em relação aos *royalties*, o projeto propõe uma redução de 30% para 20% na fatia destinada ao governo federal. Para compensar o governo estadual, foi proposto que, a partir de 2013, a União receba uma compensação na participação especial de 1% por ano, até chegar a 46% em 2016. Já para os estados produtores, a sua parcela de *royalties* seria reduzida de 26,25% para 20% e a participação especial cairia de 40% para 20%. Contudo o Deputado Carlos Zarattini apresentou um substitutivo à emenda 2.565/11, permitindo a manutenção, até 2020, da receita auferida por estados e municípios produtores em 2011⁵.

1.2 Revisão da literatura

Em função do montante crescente de recursos e da importância cada vez maior que estes representam para muitas regiões do país, alguns trabalhos têm estudado a relação entre os *royalties* recebidos por uma localidade e seu grau de desenvolvimento social. Leal e Serra (2002), por exemplo, analisam a aplicação das receitas de *royalties* em municípios do norte fluminense. Os autores concluem que os

⁵ Essas propostas ainda estão em discussão no Congresso Nacional. De qualquer forma, ressalta-se que não é o propósito deste trabalho discutir os impactos das alterações de critérios das participações governamentais sobre o Espírito Santo e seus municípios.

municípios contemplados com essas receitas, na forma da nova lei, destinaram recursos para investimentos em volume superior à média do estado, mas o valor desse investimento tem se mostrado sistematicamente menor que o montante de *royalties* recebido.

Sobre o caso específico do município de Campos dos Goytacazes – o maior beneficiário de rendas do petróleo, em termos brutos –, Navarro (2003) avaliou que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evoluiu ligeiramente acima de cidades similares ao longo da década de 1990. Esse município também aumentou seus investimentos em saneamento e em infraestrutura, mas numa proporção menor do que as rendas recebidas de petróleo.

Já Costa Nova (2005) examinou diversos indicadores sociais de alguns municípios baianos que receberam valores expressivos de *royalties*. A principal conclusão é que, apesar da situação orçamentária favorável, essas cidades não expandiram significativamente seus indicadores sociais quando comparados com municípios que não têm direito a esses recursos.

Bregman (2007) investigou a relação entre as receitas de *royalties* e as despesas de capital em municípios dependentes de recursos do petróleo para o período de 1999 a 2005 em todo o país. As conclusões apontaram que os municípios cujos orçamentos mais dependem de rendas do petróleo investiram em igual proporção ao ingresso de tais receitas.

Diferentemente dos trabalhos anteriores, Postali (2007) avaliou o impacto das rendas petrolíferas sobre o crescimento econômico dos municípios beneficiados pela nova legislação. As conclusões indicam uma relação inversa entre receitas de *royalties* e crescimento do PIB municipal *per capita* após o ano 2000, momento a partir do qual os recursos do petróleo cresceram substancialmente em função do choque cambial e do aumento do preço do barril.

Caselli e Michaels (2009) elaboraram um estudo acerca dos efeitos dos *royalties* sobre indicadores sociais de localidades brasileiras, assim como sobre suas despesas. As principais conclusões foram: 1) as receitas extraordinárias do petróleo de fato geram algum aumento em despesas ligadas à qualidade social, como infraestrutura urbana, saúde

e educação; e 2) os indicadores sociais não responderam satisfatoriamente ao aumento desses recursos.

Queiroz e Postali (2010) investigaram se o advento das receitas de *royalties* reduziu o esforço fiscal das localidades atualmente contempladas. Para isso, eles utilizaram o método de fronteiras estocásticas de produção com efeitos de ineficiência. Nesse modelo, as arrecadações tributárias foram consideradas variáveis de produção dependentes e as ineficiências na arrecadação tributária foram modeladas como função das rendas do petróleo. Os resultados mostram a existência de uma relação positiva entre o grau de dependência de *royalties* e participações especiais – medido pela participação desses recursos nas receitas correntes dos municípios – e as ineficiências técnicas na coleta dos impostos municipais. Trata-se de um indício de que o usufruto de rendas do petróleo reduz o esforço fiscal dos municípios beneficiados.

Monteiro e Ferraz (2010) examinam os mecanismos de política econômica que conectam abundância de recursos e desenvolvimento econômico, analisando o recente aumento na produção de petróleo do Brasil e os pagamentos de *royalties* do petróleo feitos aos municípios. Eles mostram que os pagamentos de *royalties* criam uma grande vantagem nas duas eleições que seguem o boom inesperado do petróleo, mas esse efeito desaparece no médio prazo.

Postali e Nishijima (2011) investigaram se os *royalties* distribuídos sob a lei 9.478/97 contribuíram para a melhoria dos indicadores sociais dos municípios contemplados, em relação à média nacional, no período de 2000 a 2007. Os resultados mostram que as rendas do petróleo não produziram impactos significativos nos indicadores sociais de saúde e de educação dos municípios beneficiados, mas geraram efeitos negativos sobre seus setores formais de trabalho.

Carnicelli e Postali (2012a) investigaram se as transferências de rendas petrolíferas levam as prefeituras beneficiadas a aumentarem a contratação de funcionários públicos, em desacordo com as recomendações legais. Para isso, aplicou-se o método Duplamente Robusto a um painel de municípios observados entre 2000 e 2009. Os resultados mostram que as prefeituras elevam o seu quadro de

funcionários diante do usufruto de rendas do petróleo, mas a despesa média com pessoal não aumenta nas cidades pertencentes ao grupo de tratamento. No Rio de Janeiro, sujeito a determinações mais específicas de seu Tribunal de Contas, o efeito não é significativo, indicando a aderência das prefeituras às regras.

Por fim, Carnicelli e Postali (2012b) investigaram se os repasses de *royalties* reduzem o esforço próprio de arrecadação tributária das cidades contempladas. Para isso, aplicou-se o método Duplamente Robusto a um painel de municípios observados entre 2000 e 2009. Os resultados mostram que existe um efeito negativo dessas transferências sobre o esforço fiscal das cidades beneficiadas. No entanto semelhante resultado não se verifica quando computado o efeito médio sobre todas as cidades brasileiras.

No caso do Espírito Santo, são poucos os estudos sobre os impactos dos *royalties* no bem-estar ou no crescimento econômico de seus municípios. Grassi e Caçador (2007), por exemplo, analisam o impacto das rendas petrolíferas sobre as receitas e despesas do governo estadual e das seis localidades capixabas que mais receberam esses recursos entre 2000 e 2005. Quanto ao governo estadual, notou-se que os *royalties* ainda não representavam parcela significativa do seu orçamento. Mesmo assim, isso não impediu que fosse feito um acordo para pagamento de dívidas com o governo federal com base em receitas futuras desses recursos. No que tange aos municípios, comprovou-se que, em alguns deles, já existia uma dependência razoável, embora as despesas de capital não tenham crescido na mesma proporção.

Por outro lado, Ribeiro et al. (2010) estudaram os efeitos dos *royalties* no PIB dos 78 municípios capixabas entre 1999 e 2004. Usando a metodologia de dados em painel equilibrado, mostraram que as rendas petrolíferas não impactaram os PIBs municipais.

2 Atividade petrolífera e *royalties* no Espírito Santo: dados relevantes

A presente seção apresenta, de forma sucinta, os principais dados sobre a produção de gás natural e petróleo, bem como a distribuição de *royalties* aos municípios capixabas.

O objetivo é comparar a evolução, entre 2000 e 2009 – período tomado como base para o presente estudo –, do Espírito Santo relativamente ao Rio de Janeiro, a maior província petrolífera do país, e ao Brasil.

Nessa linha, dados da ANP (2011) mostram que a produção de gás natural em território capixaba era de 317 milhões de m³ em 2000, cerca de 5,5% da carioca e 2,4% da nacional. Já em 2009, o estado alcançou a marca de 1,1 bilhão de m³ produzidos, representando 10,3% da produção do Rio de Janeiro e 5,1% da brasileira. Tal produção cresceu vertiginosamente no período 2000-2009, a uma média anual de 23,9%. Esse percentual supera, em muito, a expansão de 8,3% do Rio de Janeiro e 5,9% da brasileira. Vale destacar que, a partir de 2006, o aumento da produção capixaba se desloca da nacional e da carioca, basicamente por conta da inauguração da Plataforma de Peroá e da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas.

Dando continuidade, estatísticas da ANP (2011) mostram que a produção de petróleo no Espírito Santo era de 4,7 milhões de barris em 2000, representando cerca de 1,3% da carioca e 1% da nacional. Já em 2009, o estado atingiu o valor de 35,9 milhões de barris produzidos, 5,9% da produção do Rio de Janeiro e 5,1% da brasileira. A produção local de petróleo cresceu exponencialmente entre 2000 e 2009, a uma média anual de 67%. Esse percentual é bem superior à expansão de 6,9% do Rio de Janeiro e 5,8% da brasileira. Salienta-se que, a partir de 2002, o aumento da produção capixaba se desloca da nacional e da carioca, sobretudo em razão do início da produção em águas profundas no campo de Jubarte, ainda em 2002, e do começo da produção do campo de Golfinho, em 2006.

Em função da crescente produção de gás e óleo no Espírito Santo, a distribuição de *royalties* para os seus municípios também aumentou significativamente. Dados da ANP (2011) mostram que as rendas petrolíferas transferidas às localidades capixabas cresceram substancialmente entre 2000 e 2009, a uma média anual de 134%, muito superior ao aumento da produção de gás e óleo. Esse percentual é superior à expansão de 46,5% e 57,6% para as cidades do Rio de Janeiro e do Brasil, respectivamente.

Finalmente, a tabela 1 apresenta os valores de *royalties* recebidos pelos municípios

capixabas entre os anos de 2000 e de 2009. Tal tabela explicita a heterogeneidade da distribuição desses recursos: I) as cidades produtoras de petróleo e gás ou confrontantes com poços concentraram 88,4% do montante

auferido em 2009; e II) somente três localidades (Presidente Kennedy, Linhares e São Mateus) responderam por 62,2% do total recebido pelas cidades espírito-santenses.

Tabela 1 – *Royalties* + Participações Especiais recebidos pelos municípios do ES (2000/2009), a preços constantes (IPCA 2000 =100)

Beneficiários	2000 (R\$ mil)	Part. Relativa em 2000 (%)	2009 (R\$ mil)	Part. Relativa em 2009 (%)
Anchieta	2	0,02	2.063	1,06
Aracruz	0	0,00	11.467	5,89
Conceição da Barra	337	3,25	1.239	0,64
Fundão	0	0,00	3.108	1,60
Guarapari	1	0,01	487	0,25
Itapemirim	0	0,00	11.923	6,13
Jaguaré	402	3,87	4.975	2,56
Linhares	4.684	45,16	28.529	14,66
Marataízes	0	0,00	4.255	2,19
Piúma	0	0,00	616	0,32
Presidente Kennedy	458	4,42	79.189	40,70
São Mateus	2.651	25,56	13.256	6,81
Serra	0	0,00	6.504	3,34
Vila Velha	1	0,01	3.034	1,56
Vitória	1.808	17,43	3.334	1,71
Total Municípios Produtores	10.345	99,73	173.979	89,41
Demais municípios	28	0,27	20.608	10,59
Total Municípios do ES	10.373	100,00	194.587	100,00

Fonte: ANP (2011).

3 Procedimentos empíricos

3.1 Metodologia e base de dados

Tal como feito por Postali e Nishijima (2011) para o Brasil, para investigar se as rendas do petróleo impactaram positivamente os indicadores de desenvolvimento dos municípios capixabas ao longo da última década, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Trata-se de uma medida alternativa ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e agrega diversos indicadores sociais, com o mesmo objetivo de definir o grau de desenvolvimento municipal.

Conforme explicitado em Firjan (2011), o IFDM é calculado a partir da média aritmética simples de três componentes relativos a indicadores de Educação, Saúde e Emprego e Renda. Da mesma forma que o IDH, o IFDM

varia entre 0 e 1.

Como o objetivo deste trabalho foi avaliar se as participações governamentais afetaram a variação dos indicadores de desenvolvimento das cidades capixabas, estimou-se o seguinte modelo de efeitos fixos:

$$IFDM_{it} = \alpha + f_i + \beta_1 ROY_{it} + \beta_2 PIBPC_{it} + \beta_3 POP_{it} + \varepsilon_{it}, \quad (1)$$

onde:

- $IFDM_{it}$ = logaritmo natural do IFDM para o município i no ano t ;
- ROY_{it} = logaritmo natural do total de *royalties* e participações especiais *per capita* recebidos pelo município i no ano t ;
- $PIBPC_{it}$ = logaritmo natural do PIB *per capita* do município i no ano t ;
- POP_{it} = logaritmo natural da população municipal;

⁶ Diferentemente de Postali e Nishijima (2011), este trabalho apenas transformou a variável IFDM em logaritmo.

Na Equação (1), f_i é o efeito fixo do município i , α é a constante de estimação e ε_{it} um ruído branco. O modelo de efeitos fixos permite controlar as características não observáveis das localidades, mas que permanecem constantes ao longo do tempo. *Dummies* de ano foram inseridas nas estimações, visando controlar choques macroeconômicos globais. A hipótese de identificação é de que $E[\varepsilon_{it} | ROY_{it}] = 0$, ou seja, não deve existir correlação entre os *royalties* e as demais variáveis não controladas no modelo, a fim de que o coeficiente estimado seja apropriadamente identificado (WOOLDRIDGE, 2002). Essa é uma hipótese aceitável, pois as distorções na distribuição dos *royalties* são controladas por efeitos fixos.

No que tange à variável de interesse,

utilizou-se a razão *royalties*+participações especiais em relação à população. Ela tem como propósito investigar a relação entre abundância destes recursos e os indicadores de desenvolvimento em foco. Vale dizer que o IFDM está calculado para os anos de 2000, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, que constituem o período estudado neste trabalho.

As duas variáveis monetárias, *royalty per capita* e PIB *per capita*, estão a preços constantes de 2000, deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As fontes dos dados foram: Firjan (2011) para IFDM, IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda; IBGE (2011) para PIB e população; ANP (2011): *royalties*. A Tabela 2 resume as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo⁷.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas

Variáveis	2000				2005			
	Produtores		Não-produtores		Produtores		Não-produtores	
	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
IFDM	0,625	0,076	0,567	0,062	0,718	0,088	0,659	0,059
IFDM Educação	0,662	0,057	0,639	0,077	0,726	0,056	0,707	0,073
IFDM Saúde	0,736	0,087	0,679	0,072	0,808	0,075	0,784	0,062
IFDM Renda e Emprego	0,477	0,149	0,383	0,102	0,619	0,192	0,487	0,119
<i>Royalty per capita</i>	10,56	16,55	0,03	0,01	153,25	334,48	2,92	1,38
PIB <i>per capita</i>	9.083	6.856	4.410	1.071	19.937	18.110	7.128	2.513
População	98.470	119.334	26.132	46.002	111.686	136.521	27.792	50.297
Variáveis	2006				2007			
	Produtores		Não-produtores		Produtores		Não-produtores	
	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
IFDM	0,727	0,095	0,657	0,057	0,732	0,088	0,664	0,057
IFDM Educação	0,723	0,047	0,712	0,064	0,766	0,039	0,760	0,055
IFDM Saúde	0,813	0,068	0,792	0,059	0,821	0,071	0,799	0,064
IFDM Renda e Emprego	0,723	0,047	0,712	0,064	0,609	0,196	0,433	0,113
<i>Royalty per capita</i>	336,26	615,63	21,43	10,04	357,76	652,42	32,47	15,38
PIB <i>per capita</i>	37.673	29.946	14.487	4.572	33.594	26.467	12.335	3.874
População	114.061	139.646	28.118	51.120	112.053	139.700	27.204	50.890
Variáveis	2008				2009			
	Produtores		Não-produtores		Produtores		Não-produtores	
	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
IFDM	0,735	0,091	0,670	0,052	0,740	0,085	0,684	0,048
IFDM Educação	0,789	0,041	0,783	0,050	0,810	0,053	0,806	0,044
IFDM Saúde	0,836	0,065	0,817	0,064	0,845	0,064	0,833	0,060
IFDM Renda e Emprego	0,580	0,224	0,413	0,110	0,565	0,188	0,414	0,109
<i>Royalty per capita</i>	711,55	1.921,72	43,82	20,69	858,96	2.682,46	30,56	14,40
PIB <i>per capita</i>	32.842	35.200	9.508	2.818	38.559	40.833	13.189	3.636
População	114.243	140.781	27.898	51.323	116.082	145.891	27.524	52.327

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Firjan (2011), IBGE (2011) e ANP (2011).

Nota: D.P. significa desvio-padrão.

⁷ O Espírito Santo possui 78 municípios, porém, o presente estudo trabalhou com uma amostra de 77 localidades. A justificativa é que Governador Lindenberg foi instalado em 2001 e não possui qualquer estatística anterior a esta data.

3.2 Resultados

Em todos dos casos, o teste de Jarque-Bera (JB) demonstrou, nas estimativas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que os erros não possuem distribuição normal. Wooldridge (2002) salienta que o método de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) diminui os impactos da não normalidade dos resíduos sobre o modelo estimado e, neste caso, é possível aceitá-la, mesmo ela persistindo após a estimação da regressão desejada. Assim, para as estimativas, adotou-se o método de MQG⁸, com efeitos fixos⁹. Também,

para todos os modelos, com o intuito de obter erros padrões robustos, foi utilizado o método de covariância do coeficiente (*coefficient covariance method*) Cross-Section SUR (PCSE).

Na tabela 3 são apresentados os resultados referentes ao IFDM Total. Observa-se que a principal variável testada, *royalties per capita*, não é estatisticamente significativa, ou seja, esses recursos não influenciaram as cidades capixabas em uma evolução diferenciada nos seus indicadores de desenvolvimento. Já as *dummies* para os anos e a variável população não obtiveram os sinais esperados, mas se mostraram significativas em todos os casos.

Tabela 3 – Resultado do modelo com variável dependente IFDM Total

Variáveis	Coefficientes	Erro-padrão	Valor t	P-valor
<i>Royalty per capita</i>	-0,000504 ^{ns}	0,002268	-0,222349	0,824200
População	-0,186371***	0,020917	-8,909911	0,000000
PIB <i>per capita</i>	0,018601***	0,006635	2,803267	0,005300
<i>Dummy</i> 2005	0,141195***	0,009601	14,706150	0,000000
<i>Dummy</i> 2006	0,129620***	0,015622	8,297431	0,000000
<i>Dummy</i> 2007	0,141373***	0,015882	8,901556	0,000000
<i>Dummy</i> 2008	0,155078***	0,015895	9,756595	0,000000
<i>Dummy</i> 2009	0,167277***	0,016082	10,401720	0,000000
Constante	1,143927***	0,205573	5,564579	0,000000
R ² ajustado		0,975073		
Estatística F (77, 452)		215,6818 [0,0000]		
N. de observações		462		
N. de municípios		77		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Notas: 1) *** Significativo a 1%; ns Para não significativo; 2) Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados (Cross-Section SUR - PCSE), com efeitos fixos.

No que tange ao IFDM Educação (tabela 4), o efeito dos *royalties* sobre a evolução deste indicador nas cidades espírito-santenses foi muito pequeno e negativo (-0,0023%). Quanto à *dummies* para ano e a variável população, elas não obtiveram os sinais esperados,

embora tenham se mostrado significativas em todas as situações. Por fim, o modelo se mostrou bem ajustado (R² ajustado igual a 98,3%) e globalmente significativo (Teste F significativo a 1%).

⁸ Para detalhes do método de MQG, consultar Wooldridge (2002, cap. 10).

⁹ Em todas as estimativas, o teste de Hausman demonstrou que se deve rejeitar a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios apresenta estimadores mais consistentes e eficientes do que o modelo de efeitos fixos.

Tabela 4 – Resultado do modelo com variável dependente IFDM Educação

Variáveis	Coefficientes	Erro-padrão	Valor t	P-valor
<i>Royalty per capita</i>	-0,002369*	0,001401	-1,691437	0,091600
População	-0,268342***	0,060660	-4,423683	0,000000
PIB <i>per capita</i>	0,018335**	0,007742	2,368298	0,018400
Dummy 2005	0,107991***	0,007799	13,847040	0,000000
Dummy 2006	0,105869***	0,013689	7,733647	0,000000
Dummy 2007	0,172638***	0,013183	13,095920	0,000000
Dummy 2008	0,209271***	0,012601	16,607700	0,000000
Dummy 2009	0,234625***	0,013734	17,084070	0,000000
Constante	2,057583***	0,593229	3,468445	0,000600
R ² ajustado		0,982845		
Estatística F (77, 452)		315,4328 [0,0000]		
N. de observações		462		
N. de municípios		77		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Notas: 1) *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%; 2) Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados (Cross-Section SUR - PCSE), com efeitos fixos.

Sobre o IFDM Saúde (tabela 5), a variável “*royalty per capita*” se mostrou positiva e significativa, embora o efeito marginal seja muito pequeno (0,0064%). Como se pode

observar, as variáveis de controle não obtiveram os sinais esperados e são significantes, com exceção do “PIB *per capita*” neste último caso.

Tabela 5 – Resultado do modelo com variável dependente IFDM Saúde

Variáveis	Coefficientes	Erro-padrão	Valor t	P-valor
<i>Royalty per capita</i>	0,006496***	0,000762	8,529083	0,000000
População	-0,398767***	0,040050	-9,956673	0,000000
PIB <i>per capita</i>	0,001481 ^{ns}	0,007468	0,198356	0,842900
Dummy 2005	0,108112***	0,006267	17,251080	0,000000
Dummy 2006	0,110005***	0,012574	8,748371	0,000000
Dummy 2007	0,121910***	0,011622	10,489140	0,000000
Dummy 2008	0,142583***	0,010880	13,105240	0,000000
Dummy 2009	0,162778***	0,013033	12,489620	0,000000
Constante	3,593651***	0,425471	8,446280	0,000000
R ² ajustado		0,994132		
Estatística F (77, 452)		930,7051 [0,0000]		
N. de observações		462		
N. de municípios		77		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Notas: 1) *** Significativo a 1%; ns Para não significativo; 2) Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados (Cross-Section SUR - PCSE), com efeitos fixos.

No que diz respeito ao IFDM Emprego e Renda (tabela 6), a variável “*royalty per capita*” não se mostrou significativa. Além disso, “PIB *per capita*” e algumas variáveis de controle não

se mostraram significativas. Por fim, o modelo se mostrou bem ajustado (R² ajustado igual a 90,9%) e globalmente significativo (Estatística F significativa a 1%).

Tabela 6 – Resultado do modelo com variável dependente IFDM Emprego e Renda

Variáveis	Coefficientes	Erro-padrão	Valor t	P-valor
<i>Royalty per capita</i>	-0,004785 ^{ns}	0,023886	-0,200329	0,841300
População	0,746063 ^{***}	0,278864	2,675363	0,007800
PIB <i>per capita</i>	-0,006858 ^{ns}	0,044150	-0,155330	0,876600
Dummy 2005	0,250019 ^{**}	0,106314	2,351708	0,019200
Dummy 2006	0,632878 ^{***}	0,159041	3,979335	0,000100
Dummy 2007	0,150421 ^{ns}	0,164686	0,913379	0,361600
Dummy 2008	0,100581 ^{ns}	0,169036	0,595028	0,552200
Dummy 2009	0,119149 ^{ns}	0,164536	0,724148	0,469400
Constante	-8,318752 ^{***}	2,835467	-2,933820	0,003600
R ² ajustado		0,909522		
Estatística F (77, 452)		56,16871 [0,0000]		
N. de observações		462		
N. de municípios		77		

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Notas: 1) *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; ns Para não significativo; 2) Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados (Cross-Section SUR - PCSE), com efeitos fixos.

Considerações finais

O volume de *royalties* recebidos pelas prefeituras capixabas passou de R\$ 10,3 milhões, em 2000, para R\$ 194,5 milhões – a preços de 2000, corrigidos pelo IPCA –, em 2009. Portanto, no período estudado no presente trabalho, as rendas petrolíferas tiveram uma expansão de 177,6% ao ano, em média. Em valor *per capita*, os *royalties* passaram de R\$ 3,35 para R\$ 56,41 no mesmo espaço de tempo. Esses números mostram o quão relevante tem se tornado essa questão para os municípios espírito-santenses nos últimos anos, bem como quão importante é avaliar os seus impactos sociais, alvo deste trabalho.

Dessa maneira, estimou-se um modelo empírico objetivando investigar se as rendas petrolíferas contribuíram para a melhoria de indicadores de desenvolvimento dos municípios capixabas beneficiados no período de 2000 a 2009. Os principais resultados foram os seguintes:

- no que se refere ao IFDM, os *royalties* não impactaram no avanço desse indicador;
- para o IFDM Educação, o efeito dos *royalties* sobre a evolução desse indicador nas cidades espírito-santenses foi muito pequeno e negativo (-0,0023%), embora tenha sido positivo nas localidades produtoras;
- quanto ao IFDM Saúde, a variável “*royalty per capita*” se mostrou positiva e

significante, embora o efeito marginal seja muito pequeno (0,0064%);

- por fim, o resultado do IFDM Emprego e Renda mostrou que os *royalties* não afetaram o desempenho desse indicador.

Resumindo, os resultados econométricos realizados apontaram que os *royalties* impactaram positivamente o indicador de saúde, e negativamente, o indicador de educação, mas não afetaram o IFDM Total e o de Emprego e Renda. Dessa maneira, pode-se afirmar que os *royalties* não contribuíram significativamente para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento das cidades espírito-santenses.

Vale citar que, localmente, a lei 8.308, de 2006, instituiu o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais, cujo objetivo é transferir aos municípios parcela dos recursos da compensação financeira repassada ao governo estadual pelo resultado da exploração do petróleo e do gás natural. A distribuição é feita levando em consideração a população, o percentual de repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a condição de não ser grande receptor de *royalties*. Embora o objetivo deste trabalho não seja avaliar os impactos dessa lei, os resultados mostrados evidenciam a necessidade de fazê-lo, ficando a sugestão para pesquisas futuras.

Por fim, algumas recomendações gerais em termos de políticas públicas podem ser feitas, tomando como base Pessoa (2010). De forma resumida, o autor defende dois princípios básicos para o uso da melhor forma possível dos recursos provenientes da receita petrolífera: i) a renda petrolífera constitui uma riqueza e como tal deve ser tratada, ou seja, o poder público deve ter cautela ao decidir empregar a renda petrolífera em um programa específico; e, ii) embora haja na literatura fortes evidências de que rendas oriundas de recursos naturais não são eficientemente empregadas, o mesmo não se pode categoricamente afirmar para os municípios capixabas, conforme análise anterior, mas, de qualquer forma, há o entendimento de que a transparência constitui o instrumento mais poderoso para combater essas consequências indesejadas da abundância de recursos naturais. Por isso devem ser criados mecanismos e instituições que elevem o controle social sobre a renda petrolífera.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP, 2011). *Estatísticas de produção de petróleo e gás natural e de participações governamentais no Brasil e no Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- BARBOSA, D. H. *Guia dos royalties do petróleo e do gás natural*. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo (ANP), 2001. 156 p. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2011.
- BREGMAN, D. *Formação, distribuição e aplicação de royalties de recursos naturais: o caso do petróleo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- CARNICELLI, L.; POSTALI, F. A. S. *Royalties do petróleo e emprego público nos municípios brasileiros*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 40., 2012, Porto de Galinhas, PE. *Anais...* ANPEC, 2012a.
- _____. *Rendas do petróleo e tributos locais: uma análise de propensity score*. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 40., 2012, Porto de Galinhas, PE. *Anais...* ANPEC, 2012b.
- CASELLI, F.; MICHAELS, G. Do oil windfalls improve living standards? Evidence from Brazil. *NBER Working paper*, 15550, 2009.
- COSTA NOVA, L. *Análise do impacto social de receitas provenientes de royalties do petróleo em municípios do estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan). *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*. Notas metodológicas, 2011. Disponível em: <<http://www.ifdm.firjan.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2011.
- FREIRE, S.; MAGENTA, M. Bonança do petróleo não melhora cidades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A12, 31 out. 2011.
- GRASSI, R. A.; CAÇADOR, S. B. Os impactos das participações governamentais nas finanças públicas e na economia do Espírito Santo. In: PIQUET, R.; SERRA, R. (Org.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- HADDAD, E. A.; GIUBERTI, A. C. Economic impacts of pre-salt on a regional economy: the case of Espírito Santo, Brazil. In: EUROPEAN CONGRESS OF THE REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION INTERNATIONAL – Sustainable Regional Growth and Development in the Creative Knowledge Economy, 50., 19-23 ago. 2010, Jönköping, Sweden. *Anais...*, Jönköping, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de PIB e população do Espírito Santo*, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- LEAL, J. A.; SERRA, R. V. Notas sobre os fundamentos econômicos da distribuição espacial dos royalties petrolíferos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 30., 2002, Nova Friburgo, RJ. *Anais...* Nova Friburgo, 2002.
- MONTEIRO, J.; FERRAZ, C. Does Oil Make Leaders Unaccountable? Evidence from Brazil's off shore oil boom. PUC-Rio, 2010. (mimeo)
- NAVARRO, C. A. S. *Royalties do petróleo: estudo do caso de Campos dos Goytacazes*. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.
- PESSÔA, S. A. O uso da renda petrolífera pelo Estado do Espírito Santo. In: VESCOVI, A. P. V. J.; BONELLI, R. (Org.). *Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social*. Vitória, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 2010, cap. 8, p. 269-292.
- POSTALI, F. *Renda mineral, divisão de riscos e benefícios governamentais na exploração de petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 120 p.
- _____. Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 35., 2007, Recife, PE. *Anais...* Recife, 2007.
- POSTALI, F.; NISHIJIMA, M. Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 2, abr./jun. 2011.
- QUEIROZ, C. R. A.; POSTALI, F. Rendas do petróleo e eficiência tributária dos municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 38., 2010, Salvador, BA. *Anais...* 2010, Salvador.
- RIBEIRO, E.; TEIXEIRA, A.; GUTIERREZ, C. E. Impacto dos royalties do petróleo no PIB per capita dos municípios do Estado do Espírito Santo, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 12, n. 34, jan./mar. 2010.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge: MIT Press, 2002.

A cultura como tema de interesse para a Teoria da Gestão Comparativa
Culture as an interesting topic to the Comparative Management Theory
La culture comme thème d'intérêt pour la Théorie de la Gestion Comparatif
La cultura como tema de interés para la Teoría de la Gestión Comparativa

Zandra Balbinot*
(zbalbinot@hotmail.com)
Rafael Borim-de-Souza*
(rafaborim@yahoo.com)

Recebido em 12/03/2012; revisado e aprovado em 17/07/2012; aceito em 20/10/2012

Resumo: Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar quais características da teoria da gestão comparativa devem ser consideradas como mais coerentes para o estudo da cultura na administração. Propõe-se que os estudos sobre a cultura orientados pela teoria da gestão comparativa considerem o caráter teórico-abstrato e o caráter empírico dessa teoria, para que assim os construtos desenvolvidos teoricamente sejam enriquecidos por conhecimentos advindos de outras ciências e possíveis de serem testados empiricamente.

Palavras-chave: Administração. Cultura. Teoria da Gestão Comparativa.

Abstract: This article was developed with the aim of analyzing which characteristics of the comparative management theory must be considered as the most coherent in studies of culture in administration. It is proposed that studies about culture, which has the influence of the comparative management theory, should be conducted by the theoretical-abstract and by the empirical approaches of this theory. This allows that the constructs researched theoretically can be enriched by knowledge of other sciences and tested empirically.

Key words: Administration. Culture. Comparative Management Theory.

Résumé: Cet article a été développé avec l'objectif d'analyser quelles sont les caractéristiques de la théorie de la gestion comparatif doit être considérée comme plus cohérente pour étudier la culture par l'administration. Il est proposé que les études sur la culture axée sur la théorie de la gestion comparatif considèrent l'approches théorique et abstraite et empirique de la théorie. Ainsi, les sujets étudiés peuvent être enrichies par les contributions des autres sciences et testé empiriquement.

Mots-clés: Administration. Culture. Théorie de la Gestion Comparatif.

Resumen: Este artículo ha sido desarrollado con el objetivo de analizar qué características de la teoría de la gestión comparativa deben ser consideradas más coherentes para el estudio de la cultura en la administración. Se propone que los estudios sobre la cultura orientada por la teoría de la gestión comparativa consideren el carácter teórico-empírico de esta teoría, para que así los constructos desarrollados teoricamente se incrementen por el conocimiento producido por otras ciencias y susceptibles a testes empíricos.

Palabras clave: Administración. Cultura. Teoría de la Gestión Comparativa.

Introdução

O estudo da administração, embora incipiente em algumas de suas áreas de pesquisa, tem conquistado abordagens mais relevantes em seus estudos, as quais, em síntese, acabam sendo segmentadas em duas vertentes principais, ou seja, as representadas pela pesquisa qualitativa e pela pesquisa quantitativa (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Embora tal preocupação seja relevante, defende-se, por meio deste artigo, que mais interessante do que submeter fenômenos administrativos a uma roupagem de investigação específica é reconhecer a essência desse fenômeno em relação ao corpo teórico sobre o qual ele pretende ser estudado.

Não que os fenômenos amparados pela administração sejam exclusivamente qualitativos ou quantitativos, uma vez que grande parte acaba permitindo um diálogo coerente entre essas abordagens, o que não acontece muitas das vezes pela compreensão equivocada da teoria que se emprega para analisar um assunto de pesquisa em específico (EVERED; LOUIS, 1981). O que se pretende disseminar por meio deste artigo é a premissa de que, antes da preferência do pesquisador sobre uma abordagem metodológica específica, está a natureza do fenômeno pesquisado, a qual necessariamente precisa dialogar com posturas diferenciadas do corpo teórico que alicerçará as análises do estudo que será desenvolvido.

* Universidade Federal do Paraná (PPGADM/UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Essa preocupação se justifica pela constante necessidade de se lapidar as compreensões metodológicas sobre fenômenos novos amparados por poucas investigações empíricas e sobre fenômenos demasiadamente pesquisados por caminhos de pesquisa que já não conseguem responder plenamente aos problemas de pesquisa vivenciados no ambiente contemporâneo (ASTLEY, 1985; PATTON, 2002). Embora tal discussão seja interessante, cabe ressaltar que não está no escopo deste artigo o exercício de segmentar todos os fenômenos da administração em qualitativos e quantitativos no que concerne às possíveis teorias organizacionais que venham a orientar tais estudos.

O artigo em apresentação foca sua análise sobre dois assuntos principais: (1) a cultura como fenômeno de pesquisa para a administração; e (2) a teoria da gestão comparativa como lente de análise da cultura enquanto fenômeno de pesquisa para a administração. Pela articulação desses dois interesses principais, apresenta-se como objetivo principal deste artigo o de analisar quais características da teoria da gestão comparativa devem ser consideradas como mais coerentes para o estudo da cultura na administração.

A partir desse objetivo principal, outros dois objetivos secundários apresentam-se como necessários de serem alcançados: (1) identificar as abordagens conceituais e os principais aspectos ontológicos e epistemológicos da teoria da gestão comparativa; e (2) compreender quais as principais fragilidades inerentes ao estudo da cultura a partir da teoria da gestão comparativa.

O presente artigo tem como pano de fundo para suas discussões as considerações teóricas e empíricas vinculadas à internacionalização de empresas. Dentre as teorias e escolas que investigam tal tema, a teoria da gestão comparativa ganha notoriedade pela possibilidade ofertada, por meio de suas premissas, de relacionar em um mesmo nível de análise o pesquisador e o pesquisado, tarefa esta um tanto árdua de ser observada em grande parte dos estudos orientados por tal corpo teórico, principalmente quando assuntos mais correlatos a uma roupagem mais subjetivista assumem o foco da discussão, tal como a cultura (AJIFERUKE; BODDEWYN, 1970; NEGHANDI, 1975; SAID, 1978; CHILD; KIESER, 1981; PRASAD, 2003).

Child (1981) define a cultura como um conjunto de significados por meio do qual se separa um sistema social de suas respectivas ações humanas organizadas. A teoria da gestão comparativa, por sua vez, lida diretamente com semelhanças e divergências culturais e institucionais que importam a diferentes processos de gestão, pois tal teoria busca sempre analisar sistemas organizacionais de um ou diversos países (os outros) em relação aos sistemas organizacionais de uma nação padrão (metrópole) (SCHOLLHAMMER, 1969, 1973, 1975; WESTWOOD, 2001, 2004).

Este artigo contribui para a academia ao tentar propor um *mainstream* de pesquisas em administração que tenham por interesse relacionar cultura e teoria da gestão comparativa em um mesmo contexto de investigação. Com o intuito de atender o objetivo supramencionado e de responder à contribuição acima indicada, optou-se por organizar esta pesquisa com as seguintes discussões: o contexto de desenvolvimento da teoria da gestão comparativa, considerações pós-colonialistas a respeito da teoria da gestão comparativa, características relevantes sobre a teoria da gestão comparativa, as abordagens conceituais da teoria da gestão comparativa, a fragilidade da cultura enquanto tema de interesse para a teoria da gestão comparativa, os aspectos ontológicos e epistemológicos da teoria da gestão comparativa e a proposição de um possível caminho de pesquisa da cultura pela inter-relação entre a gestão comparativa, o construtivismo e o interpretativismo.

O contexto de desenvolvimento da teoria da gestão comparativa

Para Westwood (2004), os conhecimentos contemporâneos, bem como seus alicerces epistemológicos e metodológicos, no que diz respeito à teoria da gestão comparativa, têm suas raízes nas práticas colonialistas que foram realizadas, principalmente pelo continente europeu sobre todo o mundo. Assim como a relação entre colônia e metrópole se desenvolveu ao longo da história com a concessão de novas representatividades internacionais para os países existentes, cabe na atualidade a necessidade de analisar o relacionamento entre esses países por diferentes variáveis por meio de uma ótica interpretativa pós-colonialista.

A análise da teoria da gestão comparativa por uma perspectiva pós-colonialista procura desconsiderar as discussões que tratam do encontro do oeste europeu com o meio leste desse mesmo continente, ao conceder maior relevância para a expansão colonial da Europa em relação ao mundo como um todo (WESTWOOD, 2004). Os padrões europeus eram admitidos como as referências de análise para as outras culturas, bem por isso predominava o raciocínio de comparação entre os atos dos outros (as colônias) e os atos padrões (da metrópole), a fim de que, por tal assimilação, os outros pudessem ser mais facilmente socializados e gerenciados (SAID, 1978).

Dallmayr (1996) considera que Said (1978) ofertou ao meio acadêmico o desafio de se tentar analisar as outras culturas por práticas de pesquisa que não fossem apropriadoras de uma identidade social desconhecida, repressiva com ideias até então inéditas e manipuladoras em relação aos propósitos científicos e comerciais previamente estabelecidos. Mediante o questionamento das práticas metodológicas envoltas à teoria da gestão comparativa, Prasad (2003) categorizou a representatividade do Oeste (ou Europa, ou ainda, metrópole) em relação aos outros (as colônias) em três discursos distintos: o discurso orientalista, o discurso primitivista e o discurso tropicalista.

O discurso orientalista foi primeiramente construído com referências à cultura árabe. O discurso primitivista se relaciona mais com os estudos das tribos africanas. E, finalmente, o estudo tropicalista faz menção às tradições latino-americanas e caribenhas. Em cada um desses discursos, o outro é admitido como algo exótico ou ainda como um objeto de desejo, mas também pode ser reconhecido como um tipo de representação social errônea e negativa (PRASAD, 2003).

A negação do outro, ou a observação do outro como algo errado, se apresenta para a academia em duas estruturas analíticas dominantes. A primeira trata o outro como um perigo e como uma ameaça. A segunda trata o outro como algo que sofre de alguma patologia social. Em relação à primeira ótica de negação do outro, algumas estratégias são pesquisadas com o intuito de que as ameaças ofertadas por estes sejam amenizadas ou totalmente extintas. Cada uma das estraté-

gias desenvolvidas toma como padrão de referência as soluções ofertadas pela cultura metropolitana. Sobre a segunda maneira de negação do outro, prevalece uma visão de incivilidade da colônia, ou seja, o outro é observado como algo decadente, bárbaro, despótico, corrupto, irracional, indolente e desprovido de qualquer orientação religiosa. Havia a pressuposição de que os outros necessitavam de um auxílio da metrópole quanto à construção moral, cívica e religiosa de uma sociedade que se fizesse semelhante aos padrões europeus (PRASAD, 1997).

Os discursos de alteridade são relacionais e propõem construtos binariamente opostos, uma vez que os outros são sempre admitidos como algo negativo, e a metrópole é continuamente considerada como algo positivo que ameniza o efeito gerado pelos outros (WESTWOOD, 2004). É possível perceber uma sutil tendência linguística que privilegia a mesmice e despreza as diferenças, tendência por meio da qual a Europa conquistou o direito de sobrepor seus valores, princípios e crenças sobre todo o mundo (OSEEN, 1997).

A manipulação europeia, embora manifestada no âmbito sociocultural, deixou resquícios ainda vividos pelas ex-colônias no que diz respeito ao patrimônio ecossistêmico devastado, à disseminação da pobreza generalizada de algumas regiões e à dominação de um discurso utilitarista e teleológico sobre diferentes formas de compreensão da realidade. Os outros, em síntese, não tentavam ser compreendidos pela metrópole, mas sim igualados a ela em uma relação de subordinação e inferioridade (PARRY, 1987).

Essa essencialização dos outros é observada por Thomas (1994) como uma prática de governar a cultura do colonizado. Esse sistema governamental não visava somente igualar os sistemas técnicos, administrativos e burocráticos da colônia em relação à metrópole, mas também, estabelecer um padrão científico de pesquisa dessas colônias o qual estivesse a serviço do projeto expansionista vislumbrado pelas metrópoles europeias (THOMAS, 1994). Apresentado o contexto histórico sobre o qual a teoria da gestão comparativa se desenvolveu, passa-se para algumas discussões sucintas desse corpo teórico, mas agora por uma abordagem pós-colonialista.

Considerações pós-colonialistas a respeito da teoria da gestão comparativa

As pesquisas das ciências sociais sempre estiveram e sempre estarão orientadas por práticas que direcionam alguém ou algum grupo para a aquisição de maiores poderes sociais, o que não se faz diferente com os estudos sobre a teoria da gestão comparativa (WESTWOOD, 2004). A pesquisa enquanto prática de uma ciência social aplicada não pode ser admitida como uma atividade inocente, imparcial e neutra, haja vista que é sempre empreendida em relação a um objeto de estudo com o intuito de extrair informações específicas para a construção de um conhecimento sobre determinado problema social, seja individual ou coletivo.

Se observado o contexto geopolítico contemporâneo sobre o qual se alicerçam os sistemas de conhecimento institucionalizados, é possível afirmar, de acordo com Westwood (2004), que as pesquisas sobre a teoria da gestão comparativa podem ser organizadas em um projeto Euro-Americano direcionado para o restante do mundo, que possui por propósitos apreender, prever e controlar os sistemas de desenvolvimento econômico, tecnológico e produtivo. Os estudos vinculados à teoria da gestão comparativa são conduzidos por e para um centro Euro-Americano e visam fazer com que as práticas de gestão e de negócios dos outros (neste caso não mais colônias, mas países subordinados a este centro) sejam mais acessíveis e compreensíveis, a fim de que parcerias comerciais estratégicas possam ser construídas.

Para a construção de tal cenário, esse centro Euro-Americano utiliza as mesmas estratégias representacionais e discursivas empregadas em projetos de colonização orientados para tornar o mundo mais governável aos olhos das antigas metrópoles. Como consequência, a teoria da gestão comparativa tem sido estudada por categorias de análises reificadas (os “italianos”, os “brasileiros”, os “franceses”), que são frequentemente admitidas como variáveis de pesquisa essencialmente exploratórias (PUNNETT; SHENKAR, 1996).

Há uma presunção de que esses construtos podem capturar a essência do outro (dos subordinados ao centro Euro-Americano) ao conceder a ele uma voz parcial, que

é transmitida ao meio por uma abordagem autoritária que analisa e considera a natureza de suas rotinas por uma fundamentação alheia a sua realidade. Essa prática ignora o particular, a contextualização do específico, as diferenciações de cada região e a proliferação de diferentes instâncias sociais. Tais métodos de pesquisa e de análise também renegam a valorização do “eu” do pesquisado (WESTWOOD, 2001).

Por consequência dessa lógica reificante, os sistemas de gestão dos países externos ao centro Euro-Americano não são qualificados apenas como parciais e autoritários, mas também como disfuncionais, irracionais, ineficientes, incompetentes, retrógrados e assim por diante (PRASAD, 2003). Harbison e Myers (1959) sugerem que, para ser eficiente, uma gestão deve se basear em princípios democráticos de liderança. Todavia perpetua-se a estratégia impositiva de relações internacionais, em que esse centro Euro-Americano deve orientar as transformações ocorrentes nos países em desenvolvimento, principalmente aquelas que se relacionam com a alteração das estruturas sociais, dos valores de padrões comportamentais de uma determinada sociedade (WESTWOOD, 2001, 2004).

Apresentada a realidade contemporânea sobre a qual se realizam as pesquisas sobre teoria de gestão comparativa, passa-se para argumentações que descrevam os principais aspectos e as características mais relevantes deste corpo teórico.

Algumas características relevantes sobre a teoria da gestão comparativa

Embora haja a tendência de as publicações relacionadas à teoria da gestão comparativa tratarem este tema como um sinônimo da gestão internacional, Schollhammer (1975) estabelece uma diferenciação objetiva: pesquisas em gestão internacional estão interessadas em compreender a gestão e as operações das empresas multinacionais, enquanto que os estudos sobre gestão comparativa se preocupam com as similaridades e as diferenças culturais e institucionais que se relacionam aos processos de gestão desempenhados em diferentes países.

Schollhammer (1975) acentua a diferenciação entre esses assuntos ao elencar alguns

temas de pesquisa dominantes em cada um deles. Para os estudiosos da gestão internacional prevalecem os assuntos relacionados à interação entre as empresas multinacionais e órgãos governamentais dos países em que estão instaladas, ao nacionalismo econômico e seu respectivo efeito sobre as operações cotidianas das empresas multinacionais, ao crescimento e à expansão de empresas multinacionais que não são norte-americanas, bem como suas estratégias e abordagens gerenciais.

No que se refere à teoria da gestão comparativa, dois grandes temas se apresentam como mais relevantes: as causas e as consequências das diferenças culturais manifestadas no exercício de gestão em diferentes países, e as comparações com práticas gerenciais exercidas em nações que possuem uma orientação econômica que divergem do modelo capitalista norte-americano (SCHOLLHAMMER, 1975).

Esclarecida essa diferença inicial, cabe compreender o que a teoria da gestão comparativa pretende pesquisar. Jack e Westwood (2009) respondem ao considerar que tal teoria estuda os sistemas organizacionais de gestão, de produção e de realização de negócios em diferentes países, mas em relação a uma nação padrão, para que, por meio dessa comparação, as práticas gerenciais possam ser gradativamente incrementadas.

O principal objetivo da teoria da gestão comparativa, de acordo com Alton (1969), está em propor o desenvolvimento de um corpo de conhecimento que possa auxiliar a prever e explicar a eficiência das firmas em diferentes países. Os que estudam essa teoria fixam seus olhares no ambiente externo, uma vez que é por ele que a firma pode extrair elementos que contribuam de maneira peculiar para a eficiência geral da organização.

Schollhammer (1975) caracteriza a teoria da gestão comparativa como interdisciplinar, uma vez que aqueles que pesquisam os assuntos correlatos ao tema também conduzem estudos paralelos sobre outros tópicos que auxiliam a agregar maior profundidade aos achados da gestão comparativa. A interdisciplinaridade constatada por Schollhammer (1975) pode ser considerada como um fator desejável, pois a ampla quantidade de temas estudados junto com a teoria da gestão comparativa permite que a análise dos resul-

tados coletados em campo seja feita por meio das contribuições advindas de várias fontes de conhecimento.

Apesar de considerar construtivo o ecletismo dos estudos direcionados a fundamentar a teoria da gestão comparativa, o próprio Schollhammer (1975) atesta que essa pluralidade permite que algumas deficiências críticas sejam perpetuadas junto aos pesquisadores da área. De acordo com o autor, a extrema miscigenação temática faz com que grande parte dos estudos sobre a teoria da gestão comparativa seja conduzida sem um coerente rigor metodológico, além do que propicia um ambiente científico que privilegia o desenvolvimento e a apresentação de pesquisas recorrentes, ou seja, repetitivas em relação a trabalhos anteriores, situação esta que impede a ascensão de contribuições inéditas para este corpo teórico.

A imprecisão metodológica de estudos inseridos ao escopo temático da teoria da gestão comparativa faz com que algumas variáveis de interesse a esse corpo teórico sejam trabalhadas por abordagens de pesquisa que não conseguem englobar o que esses assuntos específicos têm a oferecer quanto à amplitude das discussões que podem gerar e à extensão dos resultados que podem apresentar ao(s) pesquisador(es), tal como acontece com a cultura.

Com o intuito de evidenciar que as pesquisas sobre a teoria da gestão comparativa não seguem apenas uma linha de raciocínio e que também não devem obedecer a propostos generalistas, Schollhammer (1973) elaborou uma tipologia que classifica a teoria da gestão comparativa em suas diferentes potencialidades metodológicas.

A tipologia desenvolvida por Schollhammer (1973) sugere que, primeiramente, os estudos sobre a teoria da gestão comparativa podem ser divididos em duas segmentações principais: (1) a teórico-abstrata, que procura fundamentar a teoria da gestão comparativa pela construção de modelos teóricos, estruturas conceituais e tipologias específicas para o desenvolvimento e teste de hipóteses; (2) a empírica, que compreende esforços de pesquisa que buscam explicar, avaliar e acumular os dados coletados pelas pesquisas empíricas. Cada uma dessas segmentações é dividida em subcategorias.

Na perspectiva teórico-abstrata, prevalece uma distinção entre o conceituar e o sintetizar. A subcategoria conceituar busca desenvolver construtos teóricos que permitam mais facilidade na identificação, explicação e avaliação de fenômenos de pesquisa que interessam à teoria da gestão comparativa. A subcategoria sintetizar trata do esforço de integrar partes relevantes de conhecimentos existentes, de maneira que um quadro teórico mais amplo possa ser elaborado em favor do fenômeno que se pesquisa (SCHOLLHAMMER, 1973).

A perspectiva empírica é dividida em conformidade com o escopo de seus projetos, bem por isso eles podem ser classificados como unidimensionais, uma vez que priorizam um único assunto que se relaciona com uma diversidade de variáveis, e também como multidimensionais, quando focam vários assuntos relacionados a diversas variáveis de pesquisa. Independentemente de serem unidimensionais ou multidimensionais, os estudos da perspectiva empírica ainda podem ser classificados como descritivos, analítico-interpretativos e generalistas-normativos (SCHOLLHAMMER, 1973).

Os estudos descritivos intentam apresentar os fatos empíricos coletados em campo, sem uma devida preocupação de se realizar uma análise interpretativa destes, ou ainda, de compreender a relação de causa e efeito entre as variáveis estudadas. Os estudos analítico-interpretativos, por uma abordagem específica (dependente do pesquisador), priorizam a avaliação dos dados coletados ao longo da pesquisa empírica. E os estudos generalistas-normativos se utilizam de dados empíricos primários como meios de análise para a realização de generalizações a respeito da teoria da gestão comparativa, ou seja, buscam desenvolver assertivas normativas e prescritivas (SCHOLLHAMMER, 1973).

A tipologia apresentada por Schollhammer (1973) evidencia que a teoria da gestão comparativa, enquanto campo de estudo da administração, não compõe um corpo teórico possível de ser analisado apenas por uma lente do conhecimento. A riqueza da teoria da gestão comparativa ainda pode ser complementada por algumas abordagens conceituais principais, as quais são apresentadas em sequência.

As principais abordagens conceituais da teoria da gestão comparativa

A proliferação de diferentes abordagens conceituais e metodológicas para a compreensão da teoria da gestão comparativa faz com que seja oportuna a tarefa de revisar, analisar, avaliar e classificar cada uma das orientações existentes em relação a esse corpo teórico. Para tanto serão consideradas as seguintes abordagens: a abordagem socioeconômica (ou abordagem orientada para o desenvolvimento econômico), a abordagem ecológica (ou abordagem ambiental) e a abordagem comportamental (NEGHANDI, 1975; SCHOLLHAMMER, 1969).

A abordagem socioeconômica, ou abordagem orientada para o desenvolvimento econômico (NEGHANDI, 1975), tem como ponto de partida de suas análises o fato de que a gestão simboliza a característica mais crítica e relevante para que o desenvolvimento econômico de uma determinada região seja promovido. Por essa linha de raciocínio, o gestor se torna o elemento catalítico dos processos de industrialização, uma vez que ele age e reage em relação aos ambientes socioeconômicos com o intuito de promover alterações econômicas no sistema vigente. A gestão, por conseguinte, é considerada como um dos principais veículos de mudança, contudo permanece o reconhecimento de que ela é apenas uma das partes que integram todo um sistema socioeconômico em particular (SCHOLLHAMMER, 1969).

Tudo o que se relaciona ao desenvolvimento econômico, de acordo com Neghandi (1975), é muito amplo e subjetivo para que uma categorização de pesquisa mais objetiva possa ser elaborada. Isso faz com que a generalidade dessa abordagem não consiga elaborar hipóteses científicas possíveis de serem generalizadas para a construção de uma teoria mais fundamentada. Para o autor, essa abordagem apenas avança em estudos de *cross-cultural management* ao evidenciar a representatividade das práticas gerenciais para o desenvolvimento econômico.

A abordagem ecológica sobre a gestão comparativa busca isolar variáveis do ambiente externo, por meio das quais, similaridades e diferenças são atribuídas a diferentes contextos gerenciais em contextos nacionais

diversos. O foco de negócio de uma firma é visto como um sistema ecológico, em que fatores externos possuem um impacto determinante sobre a eficiência da gestão, que, por sua vez, influencia o desempenho da firma, que, por fim, agrega eficiência econômica ao sistema. A ênfase na interação entre uma organização e seu ambiente permite que vários componentes ecológicos sejam identificados, dentre eles as características sociológicas, políticas e econômicas de uma região, todas elas assumidas como impeditivos potenciais para uma efetiva prática gerencial (SCHOLLMHAMMER, 1969).

Neghandi (1975) prefere denominar a abordagem ecológica como abordagem ambiental. Suas considerações a respeito dessa perspectiva de compreensão analítica sobre a teoria da gestão comparativa pouco diferem das desenvolvidas por Schollhammer (1969), no entanto algumas críticas se fazem pertinentes de serem apresentadas. Para Neghandi (1975), em termos conceituais e operacionais, a abordagem ecológica (ou ambiental) não permite que progressos significativos sejam realizados em relação à gestão comparativa, uma vez que esta se desenvolve por meio de classificações de variáveis muito subjetivas, situação que impede uma comparação entre os diversos estudos realizados. Neghandi (1975) também afirma que a ênfase demasiada em fatores ambientais (ou seja, externos às firmas) leva à construção de uma racionalidade equivocada, a de que a empresa e os gestores são passivos em relação aos determinantes ambientais.

Os pesquisadores que utilizam a abordagem comportamental para tecer análises sobre a gestão comparativa priorizam comportamentos específicos de gestores que exercem suas funções em diferentes contextos culturais. Bem por isso, suas motivações para realizarem determinadas atitudes gerenciais e seus respectivos relacionamentos profissionais são levados em conta, uma vez que essas duas informações são relevantes para compreender como se dá a interação desse indivíduo para com a sociedade, de maneira que os objetivos da organização que representa sejam devidamente alcançados (SCHOLLMHAMMER, 1969).

Neghandi (1975) comenta que dentre os assuntos relacionados à gestão comparativa

pela perspectiva comportamental, três adquirem maior destaque: (1) a compreensão da identidade nacional de gestão para que, por meio do conhecimento do gestor, padrões de comportamentos organizacionais possam ser identificados; (2) atitudes e percepções dos gestores sobre atividades de gestão necessárias de serem desempenhadas na região pesquisada; e (3) as crenças, os valores e as hierarquias valorizadas nas diversas sociedades estudadas.

De todas as abordagens comentadas, a comportamental é a mais utilizada pelos pesquisadores da gestão comparativa, no entanto ela também possui suas fragilidades. A principal, em palavras de Neghandi (1975), está na tentativa de conectar conceitos como: cultura, atitudes, comportamentos e eficácia. Segundo ele, todos esses conceitos não participam de um consenso junto à academia, o que não é diferente dentre os estudiosos sobre a gestão comparativa. A tentativa de se esquivar de tais armadilhas fica na utilização da cultura como uma variável independente de pesquisa, todavia, pela análise das pesquisas orientadas por essa abordagem, percebe-se que a cultura assume mais uma posição de variável residual. A seção seguinte busca desenvolver algumas discussões sobre a fragilidade da cultura enquanto tema de interesse para a teoria da gestão comparativa.

A fragilidade da cultura enquanto tema de interesse à teoria da gestão comparativa

Ajiferuke e Boddewyn (1970), ao analisarem a literatura até então disponível sobre a gestão comparativa, encontraram que as explicações da abordagem comportamental para essa teoria recaem em quatro pilares explicativos principais: cultura, economia, psicologia e sociologia. Os debates relacionados à cultura, no entanto, são predominantes, mas também são imprecisos, uma vez que não se aprofundam sobre qual perspectiva conceitual alicerçam suas proposições, bem como optam por não comentar o nível de influência que acreditam ser participado pela cultura nas regiões pesquisadas. Tais deficiências fazem com que os estudos sobre gestão comparativa orientados por uma abordagem comportamental norteada por premissas da cultura sejam descredibilizados, simplesmente por

isolarem o termo como uma variável independente (AJIFERUKE; BODDEWYN, 1970).

Kelley e Worthley (1981) complementam ao elencar duas dificuldades de se estudar a cultura em pesquisas fundamentadas pela teoria da gestão comparativa: a vaga noção do conceito e sua impraticabilidade metodológica. A cultura, de acordo com Child e Kieser (1981) pode ser definida por discussões amplas. As barreiras da coletividade social que busca e pede uma definição de cultura representam mais um problema de delimitação do que um limite para a concessão de conceitos coerentes, uma vez que diferenças culturais não existem apenas entre diferentes países, mas também entre comunidades localizadas em uma mesma região (CHILD; KIESER, 1981; OBERG, 1963). Quanto ao aspecto metodológico, os obstáculos mais aparentes estão na dificuldade de se conseguir dialogar com diferentes culturas sem a sobreposição de valores e, principalmente, na dificuldade de se conseguir abordar uma amostra representativa da cultura que se estuda (KELLEY; WORTHLEY, 1981).

Além dos problemas identificados por Ajiferuke e Boddewyn (1970), Child e Kieser (1981) e KelleyWorthley (1981), ao fazer um paralelo entre a teoria da gestão comparativa e os estudos de *cross-culture management*, Adler (1984) identificou alguns problemas que prejudicam o desenvolvimento de pesquisas que tentam relacionar essas duas temáticas. Os problemas encontrados foram: (1) definir coerentemente o que é cultura; (2) identificar até que ponto um fenômeno pesquisado é específico àquela cultura ou comum a todas as demais; (3) determinar como um pesquisador pode se despir de seus valores culturais para conduzir estudos em culturas diferentes; (4) identificar quais aspectos do estudo realizado são equivalentes e quais são diferentes em relação às diferentes culturas analisadas; e (5) prevenir que a pesquisa não fique tendenciosa ao controlar os contatos e interações entre pesquisador e cultura em investigação.

Child (1981), ao revisar os problemas associados à utilização da cultura em estudos comparativos, identificou cinco impeditivos mais relevantes para a condução mais aprimorada de pesquisas científicas: (1) a cultura não é definida de maneira clara; (2) as barreiras culturais não coincidem com as barreiras na-

cionais; (3) os fatores culturais são comumente tratados como variáveis exploratórias, sem a menção devida das origens históricas e sociais da sociedade em estudo; (4) não são realizados esforços coerentes que estejam interessados em especificar quais componentes de uma determinada cultura são mais relevantes de serem estudados para o bom desempenho das organizações localizadas na região investigada; (5) problemas conceituais e operacionais continuam a enfraquecer as pesquisas de gestão comparativa que se orientam por uma abordagem comportamental enraizada em discussões sobre a cultura.

Boyacigiller e Adler (1991) identificaram uma quantidade considerável de barreiras institucionais que não permitem um pleno esclarecimento da representatividade da cultura para as pesquisas de gestão comparativa, tais como: (1) os programas de doutorado falham ao treinar os pesquisadores para pesquisas internacionais; (2) a pesquisa internacional é sempre mais longa e exige um maior investimento financeiro; (3) os paradigmas dominantes de uma região tendem a privilegiar processos quantitativos ou qualitativos de pesquisa, sem permitir que ocorra um diálogo construtivo entre essas duas abordagens; (4) o processo de revisão e valorização dessas pesquisas é protecionista, ou seja, admite que a modalidade padrão de pesquisa de uma determinada localidade é a única alternativa que deve ser aceita como correta; e (5) o consequente desprezo a produções científicas internacionais, devido à realidade observada na afirmação anterior.

As barreiras identificadas por Boyacigiller e Adler (1991) se referem a um contexto norte-americano de pesquisa, no entanto elas indicam situações possíveis de serem encontradas em locais em que os processos de pesquisa sejam tão protecionistas quanto nos Estados Unidos, no caso, em relação à teoria da gestão comparativa. Redding (1994) aponta que a realidade europeia difere da norte-americana, uma vez que a Europa em si defende a existência de inúmeras perspectivas de pesquisa, as quais, por si mesmas, buscam combinações e interações com diferentes formas de pensamento. A pluralidade europeia talvez remeta ao poder empírico da cultura junto aos estudos da gestão comparativa, uma vez que uma realidade mercadológica em

que diferentes nações se comunicam cotidianamente exige que padrões de comparação mais efetivos sejam construídos com maior eficiência.

Mediante as fragilidades apresentadas em relação à cultura enquanto tema de interesse para a teoria da gestão comparativa, apresentam-se algumas ponderações que possam auxiliar na realização de futuras pesquisas que tenham o intuito de trabalhar com esse assunto para a elaboração de futuras fundamentações teóricas. Para tanto serão tomadas como referências as contribuições de Child (1981) e Triandis (1992).

Para Child (1981) a cultura representa uma série de condições normativas e preferenciais de uma comunidade para uma determinada ação, logo não constitui a ação em si. A cultura compõe um sistema de significados por meio do qual, em âmbito conceitual, o sistema social é separado das ações organizadas dos seres humanos. Tal compreensão permite que variáveis não culturais possam influenciar tais ações organizadas, ou seja, eventos não culturais podem ser assumidos como parte da explicação de uma cultura. Triandis (1992) complementa ao argumentar que a proposta de Child (1981) apenas se faz possível caso uma análise rigorosa de operacionalização do conceito de cultura seja providenciada por quem pesquisa.

Uma atenção especial deve ser concedida a questões que influenciam o comportamento organizacional como um todo (TRIANDIS, 1992). Essa preocupação fará com que a cultura não seja observada como uma variável de pesquisa obscura. Child (1981) vai além ao afirmar que é necessário identificar as características culturais predominantes para que diferenças organizacionais possam ser mais bem explicadas e, também, para que as similaridades entre as distâncias culturais e os limites nacionais sejam mais bem compreendidos. Um alto nível de entendimento é necessário para que os processos de interferências culturais sobre os movimentos de uma determinada sociedade e a estabilidade de algumas tradições sejam identificadas na profundidade exigida pelo estudo em desenvolvimento (CHILD, 1981).

A transparência conquistada por meio de tais compreensões determinará como a organização será observada em relação aos

processos de transferências culturais, logo, o desenvolvimento de um modelo específico sobre a cultura que ampara o contexto sobre o qual uma organização exerce suas atividades, pode contribuir para que as interações entre cultura e comportamento organizacional sejam analisadas em maior profundidade (TRIANDIS, 1992). Reconhecer o papel desempenhado pelas organizações e a capacidade cognitiva dos atores sociais inseridos em uma mesma cultura permite que os objetos de estudo sejam definidos em coerência com uma postura epistemológica dominante.

Não que os procedimentos de pesquisa devam estar submetidos a uma única vertente epistemológica, no entanto, para que outras epistemologias sejam trabalhadas, aquela que movimenta os processos científicos da realidade cultural observada deve ser plenamente compreendida. Como ressaltou Child (1981), o processo de modernização e industrialização é expresso por consequência das tradições que movimentam aquela cultura, bem por isso, embora sejam apresentados de diversas maneiras, acabam obedecendo a uma lógica pré-determinada e involuntária de acontecimento. Esta é orientada, de acordo com Triandis (1992), por normas e significados comuns a todos aqueles que vivenciam a cultura em investigação, os quais dependem dos antecedentes histórico-culturais relacionados a eventos que expuseram as necessidades sociais, as atitudes das lideranças governamentais e os valores morais privilegiados por aquela sociedade em específico.

As contribuições de Child (1981) e Triandis (1992) buscam, de acordo com Redding (1994), superar algumas deficiências nos estudos da cultura enquanto tema de interesse para a teoria da gestão comparativa. De acordo com esses autores, ainda não há uma definição clara de cultura, o que é reforçado pelos seguintes fatos: (a) ainda não é possível separar claramente variáveis psicológicas de variáveis culturais; (b) não é possível identificar o que é universal e o que é específico para uma ou poucas culturas; (c) não é possível dizer quando um caso é único ou é apenas um padrão recorrente de vários casos.

As considerações previamente expostas indicam que a cultura, enquanto tema de interesse para a teoria da gestão comparativa, requer uma roupagem de pesquisa que consi-

ga investigar as especificidades do indivíduo, do grupo, da comunidade, dos hábitos e assim por diante. A cultura, portanto, para ser efetivamente pesquisada por meio de problemas de pesquisas vinculados à teoria da gestão comparativa, pede que abordagens mais aprofundadas sejam empregadas aos métodos de intervenção empíricos. Para tanto é necessário observar, junto ao corpo teórico que ampara a gestão comparativa, a existência de uma perspectiva ontológica e epistemológica que dê sustentação para investigações que tenham por interesse aprofundar-se na essência do fenômeno pesquisado.

Aspectos ontológicos e epistemológicos da teoria da gestão comparativa

Esta seção é apresentada com o intuito de desenvolver discussões que visem promover maior compreensão sobre como as metrópoles conseguiam forjar os conhecimentos e os métodos científicos dos colonizados, a fim de que os costumes metropolitanos comesçassem a prevalecer junto aos territórios colonos. Também cabe a este tópico discutir brevemente o contexto histórico e contemporâneo institucional e discursivo para a teoria da gestão comparativa. E, enfim, almeja-se discorrer sobre algumas fundamentações que orientem os pesquisadores sobre a teoria da gestão comparativa quanto a fundamentações ontológicas e epistemológicas mais ortodoxas às práticas dominantes de pesquisa.

Tal como foi demonstrado por Said (1978), as áreas que não estão localizadas no ocidente, mais especificamente no centro Euro-Americano, foram sistematicamente sujeitadas ao conhecimento científico e tecnológico ocidental, de maneira que as sociedades colonizadas foram examinadas, rotuladas, categorizadas, taxonomizadas e codificadas por métodos em que os outros (definição apresentada na primeira seção teórica deste artigo) acabaram sendo abstraídos de sua real essência e reconstruídos por um discurso metropolitano dominante.

Este foi o contexto sobre o qual todas as práticas de gestão foram desenvolvidas: desde a administração das colônias até a gestão internacional global dos dias contemporâneos. A ciência ocidental, por consequência, esteve intrinsecamente envolvida com tais

práticas, uma vez que por ela foram elaboradas justificativas a respeito da negação do outro em favor da proliferação das práticas, dos modos de viver e dos conhecimentos das metrópoles (WESTWOOD, 2004).

Harding (1998) considera que importantes descobertas científicas oferecidas pela Europa ocorreram por meio da perpetuação das práticas colonialistas. A expansão europeia foi facilitada, senão plenamente permitida, pelos conhecimentos extraídos dos sistemas sociais alheios (das colônias). O mundo colonizado representava uma fonte de recursos para os europeus, não somente de materiais raros e de especiarias, mas principalmente o conhecimento de cada uma dessas colônias.

Pelo contexto expansionista do continente europeu, perpetuava-se a necessidade das metrópoles financiarem a unificação de um conhecimento científico que fosse detido por elas, para que assim elas dominassem as informações, os métodos, os resultados e as pesquisas. Harding (1998) assevera que, por esse caráter dominador, o conhecimento científico atual, regido pelo centro Euro-Americano, não pode ser admitido como um conhecimento universal e unificado, mas sim como um conhecimento desenvolvido em um determinado momento histórico, sob determinadas regras sociais e com características sistêmicas particulares (um conhecimento Euro-Americano).

A assunção colonialista, também vivenciada por alguns pesquisadores pós-colonialistas, de que existe apenas uma realidade, uma verdade sobre essa realidade e apenas uma ciência capaz de estudar tal verdade, já não consegue ser sustentada (DUPRE, 1993). A epistemologia pós-colonialista desafia a neutralidade científica e aponta para a necessidade de se valorizar interesses culturais distintos que gerem conhecimentos científicos diversos (HARDING, 1998).

Por essa ótica, de acordo com Jack e Westwood (2009), a ciência e a sociedade são vistas como fenômenos que se desenvolvem em paralelo. Existem, portanto, maneiras específicas de cada cultura expressar seus respectivos conhecimentos, os quais determinam as práticas epistemológicas dominantes em cada contexto pesquisado, que, por sua vez, auxiliam a identificar os contornos peculiares de cada cultura estudada.

Como bem argumentou Harding (1998), as culturas geram projetos científicos e tecnológicos que servem para os interesses das localidades que os amparam, em primeira instância. Nesse sentido, quando os outros, em pesquisas sobre a teoria da gestão comparativa, são observados em sua essência, deixa-se de lado uma visão de referência ao centro Euro-Americano e assume-se uma abordagem pluralista de observação da realidade.

Os primórdios da teoria da gestão comparativa a denunciam como um corpo teórico avesso ao pluralismo, uma vez que se fundamentava, principalmente, na tradição norte-americana de construção de teorias via abordagens dedutivas, teste de hipóteses e análises estatísticas (WESTWOOD, 2001). Por tal perspectiva, defendia-se que a organização era constituída por uma natureza objetivista e submetida a constantes descobertas e explorações imparciais. Esses propósitos científicos são questionados pela epistemologia pós-colonialista, uma vez que para ela a ciência moderna, em suas diversas formas de desenvolvimento e apresentação do conhecimento, é localmente construída, tal como qualquer sistema de crenças e valores.

No que concerne ao contexto institucional e discursivo, não há dúvidas de que a teoria da gestão comparativa tem algumas heranças nas estratégias representativas do colonialismo, raízes nos interesses dos negócios ocidentais (principalmente os que estão diretamente vinculados ao centro Euro-Americano) e um comprometimento com projetos de modernização, industrialização e desenvolvimento invasivos (KHANDWALLA, 1990; PRASAD, 2003).

Tais considerações apenas ressaltam o fato de que a teoria da gestão comparativa surgiu em um espaço discursivo em que o funcionalismo estrutural representava o paradigma dominante e sustentava a racionalidade para a construção de explicações que podiam ser generalizadas e aplicadas como regras universais. O espaço dos ditames funcionalistas ganharam mais espaço à medida que diferentes economias começaram a se industrializar e desenvolver, acontecimentos estes que deram vasilha à uma historiografia teleológica sobre uma trajetória comum que deveria ser seguida pelas nações a fim de que sucessos econômicos pudessem ser al-

cançados (BOYACIGILLER; ADLER, 1991; PRASAD, 1997).

Algumas das implicações epistemológicas e ontológicas que circundam a teoria da gestão comparativa derivam desse contexto institucional. O desenvolvimento dos estudos sobre a teoria da gestão comparativa ocorreu em um contexto de disseminação do discurso colonialista sobre as práticas de expansão industrial do centro Euro-Americano, ou seja, se deu em um espaço caracteristicamente dominado por discursos ontológicos e epistemológicos pragmáticos.

No entanto a teoria da gestão comparativa já apresentava interesses metodológicos afins com a antropologia, uma vez que, desde seus primeiros estudos, denunciava, ainda que em segundo plano, um interesse de observar, explicar e descrever meios de apropriação dos outros, a fim de que os *stakeholders* dos países desenvolvidos pudessem ser plenamente beneficiados (WESTWOOD, 2004). Percebe-se que a antropologia sobre a qual os pesquisadores da teoria da gestão comparativa se debruçavam era uma antropologia inteiramente relacionada ao funcionalismo, ou seja, aos interesses de universalização dos resultados empíricos e da expansão de uma única postura epistemológica.

As pesquisas em teoria da gestão comparativa, em sua grande maioria, passaram a ser conduzidas por esta roupagem funcionalista, também admitida como uma postura dominante de compreensão da realidade. Como resposta a essa generalidade, alguns pesquisadores começaram a desenvolver seus estudos por caminhos mais ortodoxos, os quais, apesar de dizerem que promoviam diferenças metodológicas, ainda estavam enraizados nas tradições funcionalistas. Tal fato é evidenciado porque ainda persiste a presunção ocidental de singularidade, especialidade e veracidade da ciência Euro-Americana em comparação ao restante do mundo (WESTWOOD, 2004).

Parry (1987) comenta que as teorias das organizações, ou, como ele mesmo prefere denominar, as teorias de gestão, são escritas como se fossem algo já comprovadamente universal, o que não permanece com uma visão pós-colonialista da ciência, a qual busca rejeitar a hegemonia cultural do ocidente, bem como seus valores e formas “universais” de

pensamento. A contestação pós-colonialista ganha força na medida em que se percebe a ausência de poucas análises aprofundadas sobre os temas relacionados à teoria da gestão comparativa, ou seja, o conhecimento nada mais é, para a literatura dominante, do que algo sistêmico e extraído dos padrões Euro-Americanos em direção às demais culturas analisadas (WESTWOOD, 2001).

Os estudos em profundidade, mais substanciados, com maiores detalhes, ou como o próprio Westwood (2001, 2004) classifica, os estudos culturais que amparam a teoria da gestão comparativa, são raros, o que faz com que tal corpo teórico seja um tanto frágil em suas assunções ontológicas e epistemológicas, porque tais posturas privilegiam uma ideologia dominante que despreza as especificidades dos contextos locais.

Uma consequência a essa realidade está na contínua perpetuação de uma herança epistemológica impregnada por métodos descontextualizados para com o fenômeno em estudo, os quais, em sua maioria, seguem suas rotinas de pesquisa por uma abordagem quantitativa. Essa orientação quantitativa faz com que as variáveis sejam reduzidas em quantidade e mais facilmente tratadas pelas teorias e hipóteses que regem o conhecimento ocidental (PUNNET; SHENKAR, 1996). Todavia outras fontes de conhecimento, tal como a antropologia, já alertavam desde o início dos estudos sobre a teoria da gestão comparativa os perigos de se descontextualizar um fenômeno por análises de decomposição deste via observação das partes por uma observação não coerente com a realidade na qual tal fenômeno se encontra (GEERTZ, 1973; ROSALDO, 1989).

A confiança depositada na epistemologia neopositivista e em seus respectivos métodos, os quais se preocupam intensamente com a quantificação, com a validação interna e com a decomposição do fenômeno, tem sido questionada por análises mais minuciosas (BOYACIGILLER; ADLER, 1991). De fato Redding (1994) assevera que os métodos quantitativos não permitem que a teoria da gestão comparativa se desenvolva efetivamente, uma vez que os procedimentos de pesquisa amparados por tal abordagem não são capazes de avaliar fenômenos não lineares, interativos e interdependentes, tal como a cultura.

Boyacigiller e Adler (1991) concordam sobre o fato de que o aspecto quantitativo da teoria da gestão comparativa tem permitido que ela seja assumida como um corpo de estudos ateuórico, principalmente no que diz respeito à cultura, a qual é frequentemente classificada como uma variável residual *post hoc* e, conseqüentemente, tratada por uma orientação monolítica e estática. Os estudos sobre a teoria da gestão comparativa, por conseqüente, falham em analisar a cultura como um processo de interação (REDDING, 1994).

O contexto histórico, intelectual e institucional sobre o qual a teoria da gestão comparativa se desenvolveu permitiu a construção de uma trajetória, em particular, marcada por algumas implicações epistemológicas e preferências metodológicas que ainda estão presentes nesse campo de estudo. O funcionalismo continua sendo a epistemologia dominante, uma vez que propõe a universalização, a descontextualização e a essencialização das tendências e comportamentos apresentados pelos pesquisados. Essa constatação apenas ressalta a necessidade de que alterações epistemológicas ocorram, a fim de que a teoria da gestão comparativa comece a responder às críticas pós-colonialistas e, então, usufruir-se de métodos que extingam as tendências de negação do outro, ainda presentes em tais estudos (ADLER; GRAHAM, 1989).

Características da teoria da gestão comparativa para o estudo da cultura

Ao longo desta seção, serão retomados os principais tópicos que reforçam a cultura como tema difícil de ser pesquisado, alguns quesitos relacionados à teoria da gestão comparativa que devem ser delineados para o desenvolvimento de um estudo sobre a cultura e algumas características mais relevantes do que deve ser observado para a condução de investigações de diferentes culturas pela ótica da gestão comparativa.

As dificuldades de se estudar a cultura a partir da teoria da gestão comparativa, as quais foram apresentadas anteriormente, remontam ao desafio proposto por Said (1978) em relação à teoria da gestão comparativa, ou seja, o de tentar analisar as demais culturas por práticas de pesquisa que não se apropriem da identidade social do pesquisado,

que não sejam repressivas com ideologias sociais desconhecidas e que não manipulem o contexto social sobre o qual a investigação será empreendida.

Para tanto, propõe-se que o outro (o pesquisado) não seja observado como algo exótico nem referenciado como um exemplo de negatividade social; antes, o outro tem de ser conhecido pelo pesquisador por meio de contatos gradativos e desprovidos de pré-julgamentos e de sabedorias populares questionáveis (PRASAD, 2003). Questões sobre a negação do outro, tais como a potencialidade de gerarem ameaças sociais e à possível incivilidade a ser diagnosticada em comparação com a cultura do pesquisador, não podem estar presentes, uma vez que não há como inferir características negativas sobre algo que ainda é desconhecido (PRASAD, 1997).

Se não há como admitir que o outro constitui um exemplo positivo ou negativo de convivência social, a comparação binária que prevalece nos estudos sobre a gestão comparativa perde seu sentido, porque não se pode qualificar a cultura do pesquisador como positiva em relação a uma cultura que ainda será estudada. Por um exercício qualitativo de compreensão da cultura pela teoria da gestão comparativa, seria interessante que o outro fosse amenizado, todavia ele deve ser compreendido na plenitude de sua essência (WESTWOOD, 2004).

O outro deve ser valorizado pelo que é, pelo que aparenta, pelo que fala, e assim por diante, bem por isso o ato de transformá-lo em uma categoria de análise reificante empobrece o contexto e o método da pesquisa. Em outras palavras, a valorização do particular, a contextualização do específico e a ilustração das diferenças regionais contribuem para a compreensão da proliferação de diferentes movimentos sociais, tanto pela epistemologia dominante do pesquisado, quanto pela epistemologia dominante do pesquisador (HARDING, 1998).

O “eu” do pesquisado importa ao pesquisador na medida em que expressa para o contexto da pesquisa as peculiaridades organizacionais influenciadas direta e indiretamente pelos eventos culturais e não culturais que interferem na cultura da região investigada. Assim, a pré-qualificação de um sistema de gestão como primitivo não oferece

respaldo para o desenvolvimento de um estudo de uma cultura específica. O julgamento premeditado sobre um método de gestão se iguala ao ato equivocado de caracterizar um indivíduo como não civilizado e uma sociedade como não desenvolvida, antes mesmo de serem estudados (WESTWOOD, 2001).

Pela impossibilidade de se caracterizar a(s) organização(ões) presentes em uma determinada cultura antes de pesquisá-las, alcança-se o principal intento da teoria da gestão comparativa que, de acordo com Schollhammer (1975), consiste em identificar e analisar as similaridades e as diferenças culturais e institucionais que se relacionam com os processos de gestão desempenhados pelas organizações em diferentes países. Em conformidade com tal objetivo, fica compreendido o motivo do cenário de maior interesse para a teoria da gestão comparativa ser aquele que está fora da organização, ou seja o ambiente externo, pois é nele que os elementos sociais interagem e determinam a intensidade do alcance de uma plena eficiência organizacional (WESTWOOD, 2001, 2004).

Se a delineação da cultura enquanto fenômeno de análise que interessa para a teoria da gestão comparativa permitiu a conquista de uma coerência com o principal objetivo desse corpo teórico, é necessário caracterizar o tipo da teoria da gestão comparativa que se busca, ou seja, quais as características que mais são relevantes, a fim de que os estudos da cultura orientados por preceitos dessa teoria sejam coerentemente desenvolvidos por uma abordagem epistemológica que dê sustentação a toda essa argumentação.

Em concordância com as categorizações de Schollhammer (1973), propõe-se que o caráter teórico-abstrato e o empírico da teoria da gestão comparativa sejam unidos em prol de uma fundamentação para os construtos desenvolvidos em âmbito teórico (o conceituar), enriquecidos por sínteses de outras escolas do conhecimento (o sintetizar) e testados por intervenções empíricas.

Cabe dizer, porém, que a cultura agrega uma natureza multidimensional aos estudos que desejam investigá-la, tal como exemplificam as dificuldades apresentadas no início desta seção teórica. Logo, ainda de acordo com Schollhammer (1973), assevera-se que as pesquisas sobre a teoria da gestão comparativa

que investigam a cultura são multidimensionais, pois tratam simultaneamente de vários assuntos que exigem a análise de inúmeras variáveis para sua respectiva compreensão.

Dentre todas as abordagens conceituais previamente apresentadas, acredita-se que a mais inerente aos estudos da cultura para a teoria da gestão comparativa seja a comportamental, principalmente pelo problema indicado por Neghandi (1975), o de persistir, por parte dos pesquisadores comportamentalistas, a tarefa de conectar os conceitos de cultura, atitudes, comportamentos e eficácia.

A abordagem comportamental também se enquadra como a mais coerente para as pesquisas qualitativas que tentam relacionar cultura e teoria da gestão comparativa, por manifestar o interesse de se entender como comportamentos específicos dos gestores influenciam os contextos culturais sobre os quais eles atuam (SCHOLLHAMMER, 1969). Por fim, justifica-se que a abordagem comportamental seja a mais correlata aos estudos da teoria da gestão comparativa que se vinculem à cultura, por ter entre seus temas mais relevantes as crenças, os valores e as hierarquias valorizadas nas diversas sociedades estudadas (NEGHANDI, 1975; SCHOLLHAMMER, 1969).

As discussões desenvolvidas ao longo do artigo estão em coerência com a necessidade de se pesquisar a cultura (enquanto objeto de conhecimento) a partir da teoria da gestão comparativa (enquanto lente de observação deste mesmo objeto de conhecimento), por uma abordagem de compreensão da realidade que questione os paradigmas dominantes (positivismo e funcionalismo) e permita que vozes renegadas por pesquisas veiculadas por esse paradigma ganhem representatividade em vias ontológicas e epistemológicas alternativas. Em sequência, as considerações finais do artigo.

Algumas considerações e reflexões

As considerações que encerram este artigo serão organizadas em respostas conquistadas em favor dos objetivos secundários de pesquisa, do objetivo principal de estudo e da justificativa de realização desta investigação.

O primeiro objetivo secundário apresentado foi o de identificar as abordagens de

estudo e conceituais bem como os principais aspectos ontológicos e epistemológicos da teoria da gestão comparativa.

De acordo com a literatura visitada, é possível compreender que a teoria da gestão comparativa constitui um corpo de conhecimento interdisciplinar segmentada em uma tipologia que a qualifica como teórico-abstrata e empírica. A corrente teórico-abstrata trata de reflexões que buscam conceituar e sintetizar conhecimentos, construtos e variáveis afins à teoria da gestão comparativa. A corrente empírica é subdividida em estudos unidimensionais e multidimensionais, ambos possíveis de serem categorizados como descritivos, analítico-interpretativos e generalistas-normativos (SCHOLLHAMMER, 1973).

As principais abordagens conceituais desse corpo teórico são a socioeconômica (orientada para o desenvolvimento econômico), a ecológica (ou ambiental) e a comportamental (NEGHANDI, 1975; SCHOLLHAMMER, 1969). Tais abordagens reforçam a necessidade de se desenvolverem estudos que questionem o paradigma funcionalista que predomina nas pesquisas sobre teoria da gestão comparativa, uma vez que investigações mais críticas elaboradas por conduções metodológicas diferenciadas poderiam ofertar ao meio acadêmico resultados teóricos e empíricos que viriam ao encontro com a necessidade de se compreender o pesquisado em sua verdadeira essência (BOYACIGILLER; ADLER, 1991; PRASAD, 1997).

Por meio do segundo objetivo secundário, intentou-se compreender quais as fragilidades inerentes ao estudo da cultura a partir da teoria da gestão comparativa. Por contribuições de Adler (1984), Child (1981), Child e Kieser (1981) e Kelley e Worthley (1981), ficaram evidenciados alguns pontos que dificultam a pesquisa da cultura em um contexto alicerçado por premissas advindas da teoria da gestão comparativa: a ausência de um conceito consensual; a dificuldade de operacionalizar metodologicamente um estudo sobre a cultura; as diferenças culturais existentes entre as regiões estudadas; a dificuldade de evitar a sobreposição dos valores do pesquisador sobre a realidade do pesquisado; a dificuldade de se conseguir uma amostra representativa para se desenvolver um estudo mais robusto sobre a cultura investigada; a

necessidade de o pesquisador se despir de seus valores e preconceitos para entrar em contato com o pesquisado; o controle rígido entre os contatos estabelecidos entre pesquisador e pesquisado a fim de que a pesquisa não se torne tendenciosa; as diferenças entre as barreiras nacionais e as barreiras culturais; a não contextualização do fenômeno cultural; a não identificação das categorias mais relevantes de serem estudadas e assim por diante.

Os dois objetivos secundários supramencionados alicerçaram o objetivo principal desta pesquisa, ou seja, o de analisar quais características da teoria da gestão comparativa devem ser consideradas como coerentes para o estudo da cultura na administração.

Sendo assim propõe-se que os estudos sobre a cultura orientados pela teoria da gestão comparativa devam ser conduzidos tanto pelo caráter teórico-abstrato quanto pelo caráter empírico desse corpo teórico simultaneamente, para que assim os construtos desenvolvidos teoricamente sejam devidamente enriquecidos por conhecimentos advindos de outras ciências e possíveis de serem testados empiricamente. O fato de considerar as contribuições de outras ciências faz com que tais estudos sejam, de acordo com a segmentação empírica da teoria da gestão comparativa, naturalmente multidimensionais. A abordagem comportamental se mostrou como a mais coerente para pesquisas, preferencialmente qualitativas, que intentem relacionar em um mesmo contexto de investigação cultura e teoria da gestão comparativa.

É interessante ressaltar que tais argumentações pretendem ofertar aos estudos da administração que tratem simultaneamente da cultura e da gestão comparativa um possível caminho para o desenvolvimento de pesquisas, caminho este que não necessariamente precisa ser aceito como verdade absoluta pela comunidade acadêmica. Os autores desse artigo acreditam que novas abordagens podem ser desenvolvidas por meio de outras análises teóricas, bem por isso estão abertos a sugestões e críticas. Talvez o ponto crítico de toda análise esteja na questão ontológica e epistemológica de tais estudos, uma vez que essa escolha depende não somente do problema de pesquisa em pauta, mas também, e principalmente, da natureza do fenômeno pesquisado, das crenças do pesquisador em

relação à realidade social e das aptidões metodológicas desse mesmo pesquisador para investigar a cultura a partir da teoria da gestão comparativa.

Referências

- ADLER, N. Understanding the ways of understanding: cross-cultural management reviewed. In: FARMER, R. N. (Org.). *Advances in international comparative management*. Greenwich: JAI Press, 1984. p. 31-67.
- ADLER, N. J.; GRAHAM, J. L. Cross-culture interaction: the international comparison fallacy. *Journal of International Business Studies*, v. 20, n. 3, p. 515-537, 1989.
- AJIFERUKE, M.; BODDEWYNB, J. Culture and other explanatory variables in comparative management studies. *The Academy of Management Journal*, v. 13, n. 2, p. 153-163, 1970.
- ALTON, A. J. Comparative management: how useful to the practitioner? *Management International Review*, v. 9, n. 1, p. 3-11, 1969.
- ASTLEY, W. G. Administrative Science as Socially Constructed Truth. *Administrative Science Quarterly*, v. 30, p. 497-513, 1985.
- BOYACIGILLER, N.; ADLER, N. J. The parochial dinosaur: organizational science in a global context. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 2, p. 262-290, 1991.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Past postmodernism? Reflections and tentative directions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.
- CHILD, J. Culture, contingency and capitalism in the cross-national study of organizations. In: CUMMINGS, L. L.; STAW, B. M. *Research in organizational behavior*. Greenwich: JAI Press, 1981. p. 303-356.
- CHILD, J.; KIESER, A. Development of organizations over time. In: NYSTROM, P. C.; STARBUCK, W. H. *Handbook of organizational design: adapting organizations to their environment*. Oxford: Oxford, 1981. p. 28-56.
- DALLMAYR, F. *Beyond orientalism*. New York: State University of New York Press, 1996.
- DUPRE, J. *The disorder of things: metaphysical foundations for the disunity of science*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- EVERED, R.; LOUIS, M.R. Alternative perspectives in the organizational sciences: inquiry from the inside and inquiry from the outside. *Academy of Management Review*, v. 6, n. 3, p. 385-395, 1981.
- GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- HARBISON, F.; MYERS, C. A. *Management and the industrial world: an international analysis*. New York: McGraw-Hill, 1959.
- HARDING, S. *Is science multicultural? Postcolonialisms, Feminisms and Epistemologies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- KELLEY, L.; WORTHLEY, R. The role of culture in comparative management: a cross-cultural perspective. *The Academy of Management Journal*, v. 24, n. 1, p. 164-173, 1981.

- JACK, G.; WESTWOOD, R. *International and Cross-Cultural Management Studies: a Postcolonial Reading*. London: Palgrave MacMillan, 2009.
- KHANDWALLA, P. N. Strategic developmental organizations: some behavioral properties. In: JAEGER, A. N.; KANUNGO, R. N. (Orgs.). *Management in Developing Countries*. New York: Routledge, 1990. p. 23-42.
- NEGHANDI, A. R. Comparative management and organization theory: a marriage needed. *The Academy of Management Journal*, v. 18, n. 2, p. 334-344, 1975.
- OBERG, W. Cross-cultural perspective on management principles. *The Academy of Management Journal*, v. 6, n. 2, p. 141-143, 1963.
- OSEEN, C. The sexually specific subject and the dilemma of difference: rethinking the different in the construction of the nonhierarchical workplace. In: PRASAD, P.; MILLS, A. J.; ELMES, M.; PRASAD, A. (Orgs.). *Managing the organizational melting pot: dilemmas of workplace diversity*. London: SAGE, 1997. p. 54-79.
- PARRY, B. Problems in current theories of colonial discourse. *Oxford Literary Review*, v. 13, p. 25-58, 1987.
- PATTON, M. Q. *Qualitative Research & Evaluation Methods*. Sage Publications, 2002.
- PRASAD, A. The colonizing consciousness and representations of the other: a postcolonial critique of the discourse of oil. In: PRASAD, P.; MILLS, A. J.; ELMES, M.; PRASAD, A. (Orgs.). *Managing the organizational melting pot: dilemmas of workplace diversity*. London: SAGE, 1997. p. 285-311.
- PRASAD, P. *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement*. New York: Palgrave, 2003.
- PUNNETT, B. J.; SHENKAR, O. *Handbook for international management research*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- REDDING, S. G. The comparative management theory zoo: getting the elephants and ostriches and even dinosaurs from the jungle into the iron cages. In: TOYNE, B.; NIGH, D. (Orgs.). *International business inquiry: an emerging vision*. Columbia: University of South Carolina Press, 1994. p. 416-439.
- ROSALDO, R. *Culture and truth*. Boston: Beacon Press, 1989.
- SAID, E. W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- SCHOLLHAMMER, H. Current research on international and comparative management issues. *Management International Review*, v. 15, n. 2, p. 29-45, 1975.
- _____. Strategies and methodologies in international business and comparative management research. *Management International Review*, v. 13, n. 6, p. 17-32, 1973.
- _____. The comparative management jungle. *The Academy of Management Journal*, v. 12, n. 1, p. 81-97, 1969.
- THOMAS, N. *Colonialism's culture: anthropology, travel and government*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- TRIANDIS, H. C. Cross-cultural industrial and organizational psychology. In: DUNNETTE, M. D. (Org.). *Handbook of industrial and organizational psychology*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1992. p. 103-172.
- WESTWOOD, R. I. Appropriating the other in the discourse of comparative management. In: WESTWOOD, R. I.; LINSTAD, S. *The language of organization*. London: SAGE, 2001. p. 241-262.
- _____. Towards a postcolonial research paradigm in international business and comparative management. In: MARSCHAN-PIEKKARI, R.; WELCH, C. *Handbook of qualitative research methods for international business*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004. □p. 56-83.

Teoria e prática



Mapeamento da língua terena na Aldeia Aldeinha município de Anastácio, MS

Mapping of the terena language in the Aldeia Aldeinha municipality of Anastácio, MS

Cartographie de la langue Terena dans la municipalité du Aldeia Aldeinha d' Anastácio, MS

Cartografía de la lengua terena en el municipio Aldeia Aldeinha de Anastácio, MS

Evelin Tatiane da Silva Pereira*

(evelin_hekere@hotmail.com)

Elisangela Castedo Maria do Nascimento*

(ecmcursino@yahoo.com.br)

Recebido em 10/07/2012; revisado e aprovado em 12/11/2012; aceito em 10/12/2012

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi averiguar de que forma a interculturalidade tem interferido sobre costumes tradicionais e sobre o uso da Língua Terena dos indígenas da Aldeia Aldeinha localizada no município de Anastácio, MS. Foram levantadas as causas que levaram ao desinteresse pelo uso da Língua Terena e formas de revitalizá-la, pois, se a língua deixa de ser falada, morre também a história de um povo.

Palavras-chave: Urbanização. Língua terena. Aldeia Aldeinha.

Abstract: The aim of this study was to investigate in order to interculturality has interfered on traditional customs and usage of the language of the indigenous Terena Aldeinha Village located in the municipality of Anastasio, MS. Raised were the causes that led to disinterest in the use of the Terena language and ways of revitalizing it, as if language no longer spoken dies also the story of a people.

Key words: Urbanization. Terena language. Aldeinha Village.

Résumé: Le but de cette étude était d'étudier en vue de l'interculturalité s'est immiscé sur les coutumes traditionnelles et l'utilisation de la langue du village indigènes de Terena Aldeinha situé dans la municipalité d'Anastase, MS. Soulevées étaient les causes qui ont conduit à un désintérêt à l'utilisation de la langue Terena et les moyens de revitaliser, comme si la langue n'est plus parlée meurt aussi l'histoire d'un peuple.

Mots-clés: Urbanisation. La langue terena. Village Aldeinha

Resumen: El objetivo de este estudio fue investigar con el fin de la interculturalidad ha interferido en las costumbres tradicionales y el uso de la lengua de los indígenas del pueblo Terena Aldeinha ubicada en el municipio de Anastasio, MS. Criado fueron las causas que llevaron a la falta de interés en el uso de la lengua Terena y las formas de revitalizar, como si el lenguaje ya no se habla se muere también la historia de un pueblo.

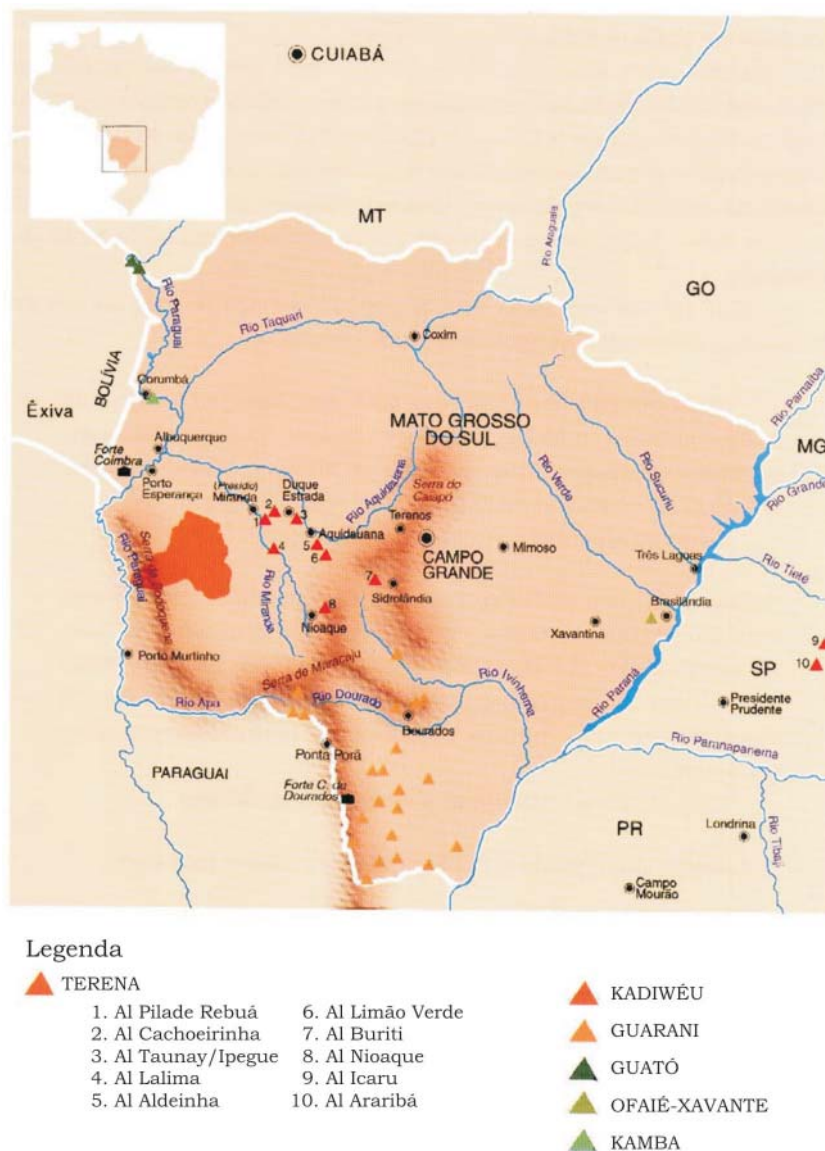
Palabras clave: Urbanización. Terena lengua. Pueblo Aldeinha.

Introdução

Segundo o IBGE (2010), o Brasil possui 817.000 indígenas, cerca de 220 etnias e 180 línguas, sendo o Centro-Oeste a segunda região com maior número perdendo apenas para a região Norte (SOUZA, 2010).

“No Estado do Mato Grosso do Sul, existem várias etnias como: Guarani/Kaio-wá, Guató, Terena, Kadiwéu, Ofaié, Atikun e Kinikinau” (BRASIL, 2007). Uma das maiores etnias indígenas do estado é a dos Terena, espalhados pelos municípios de Aquidauana, Anastácio, Miranda Nioaque, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Dourados (Mapa 1).

* Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.



Mapa 1 – A Ocupação indígena em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 40.

Com o avanço da urbanização, miscigenação cultural e crescimento desordenado da sociedade envolvente ao redor do povo indígena, muitos costumes e tradições, a exemplo da aldeia Aldeinha situada no Município de Anastácio, MS, foram sendo deixados de se praticar tais como: danças, culinária, artesanatos e principalmente a Língua Materna. Essa aproximação da cultura do indígena com a cultura do não indígena foi um fator contribuinte, assim como o decrescente uso da Língua Terena.

A observação desses fatos contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa que objetivou verificar a frequência de uso da Língua Terena na Aldeia Aldeinha, enfatizan-

do o modo e ocasião em que a língua é usada, e o levantamento de ações de revitalização por parte dos moradores ou por pessoas de fora da aldeia.

1 Fundamentação teórica

Desde a chegada dos europeus, no Brasil, os povos indígenas tiveram que se adaptar ao processo de colonização como, por exemplo, em relação às vestes e à aprendizagem obrigatória da língua portuguesa, suplantando a língua Tupi Guarani.

Os indígenas começaram a aprender a Língua Portuguesa com os jesuítas por

meio da catequese, e de lá para cá começou o declínio do uso da Língua Tupi. A língua é a identidade do povo e deve ser mantida, assim como sua cultura. A língua indígena foi aproveitada na exploração das terras brasileiras e na evangelização. Por meio do cooperativismo, os jesuítas aprenderam a língua dos indígenas ajudando a desbravar o território e a nomear plantas, animais, entre outras coisas desconhecidas pelos novos moradores neste continente (MELO, 1981).

Em função de muitas perdas durante o processo de colonização, hoje o governo brasileiro reconhece e devolve aos povos indígenas direitos garantidos na Constituição Brasileira de 1988, no Artigo 231. Embora a lei assegure a autonomia dos povos indígenas em relação à cultura, a tradições e uso da língua materna, na prática, o indígena ainda continua sendo alvo de preconceito na sociedade, sendo taxados como alcoólatras, preguiçosos, suicidas, estupradores e bugres. O preconceito talvez seja um dos motivos da não utilização da língua materna e da não prática da cultura indígena pelos jovens na aldeia, na tentativa de serem aceitos pela sociedade envolvente, como verificado nas entrevistas.

Outro fator histórico que influenciou a cultura e contribuiu para perda de território foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com a guerra, houve perda da maior parte do território Terena para não indígenas (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000).

Vargas (2008) comenta sobre o conceito de territorialidade para o Terena. Segundo a autora, a população tem que se sentir parte do território, conservar o lugar em que nasceu, criar um elo com sua terra. Todo ser humano valoriza o lugar onde nasceu e criou raízes, seja ele no urbano ou no rural. Hoje muitas aldeias se encontram cercadas por grandes fazendas onde o espaço já não é tão grande para cultivo de subsistência. A pequena produção colhida está sendo levada para a cidade, onde é vendida de porta em porta ou em lugares determinados, como feira dos índios, como ocorre com os indígenas da aldeia Limão Verde no município de Aquidauana, MS.

Percebe-se que, além da interferência da sociedade envolvente, o próprio indígena Terena tem sua parcela de culpa quando migra de cidade em cidade, não valorizando a terra, abandonando sua aldeia de origem em

busca de uma nova forma de vida, deixando de passar para as gerações seguintes a sua cultura e a lembrança de quem realmente é, como tentativa de preservar sua raiz cultural.

Em relação a isso, Limbert (2009, p. 26) comenta: “são índias com calça de braguilha e índios de tênis, calção e colar. Descaracterizados, só lhe restaram de genuínas a aparência física (herança genética) e a língua (herança cultural)”, ou seja, tanto os Terena como outras etnias passam pelo processo de descaracterização, em função do não exercer sua cultura, o risco é o de sobrar apenas a semelhança genética como lembrança.

Dessa forma, um dos aspectos mais fortes que contribuíram para que os indígenas deixassem de falar a língua materna foi a questão territorial que, consequentemente, levou à miscigenação cultural. É natural que, no decorrer dos anos, a sociedade passe por mudanças em seu cotidiano uma vez que a cultura é dinâmica. Mas essas mudanças trazem aspectos negativos como a vergonha de falar Língua Terena, e a não prática da cultura indígena pelos jovens da aldeia Aldeinha.

Segundo Maria (2011, p. 28), “as sociedades indígenas são ágrafas. Por não possuírem a escrita alfabética, transmitiam seus conhecimentos e saberes através da oralidade, contando histórias, comunicando e perpetuando a herança cultural de geração em geração”. Mas os indígenas jovens da Aldeinha, de certa forma, se sentem acanhados em falar a Língua Terena, como apontado no questionário aplicado na comunidade. Até mesmo o fato de não ter uma família falante contribuiu para que eles não falem a língua materna.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 210 “[...] é assegurada às comunidades indígenas [...] a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Dessa forma, é assegurado o direito aos indígenas de manter todas as suas tradições e sua língua por meio do ensino escolar e, portanto, se faz necessária a motivação, a luta pela valorização de nossas tradições e a revitalização da língua materna.

2 Caracterização do local da pesquisa

A Aldeia Aldeinha possui 80 residências e um total de 321 moradores, segundo a FUNASA (BRASIL, 2010). Localizada no

município de Anastácio, a 127 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste (IBGE, 2010), a aldeia se encontra em contexto urbano em função do crescimento e avanço desordenado da população Anastaciana, e também em função da não demarcação de terras, fato esse que vem interferindo no uso cotidiano da Língua Terena e alterando o espaço físico e cultural.

Nascida no município de Aquidauana e residente no município de Anastácio na aldeia Aldeinha, eu, Evelin Tatiane da Silva Pereira, autora desta pesquisa pertencço à etnia Terena. Em minha família, apenas meu pai, Carlos Pereira, e minha avó, Vitalina Pereira, são falantes fluentes da língua materna. Assim como eu, existem mais jovens da comunidade na mesma situação de não falantes.

Esse fato levou-me a querer investigar as causas da não utilização da língua materna, assim como, o número de indígenas fluentes na Língua Terena na Aldeia Aldeinha.

2.1 Histórico da Aldeia Aldeinha (História oral, entrevista *in loco*)

Segundo Gedeão Jorge (Professor de Geografia da “Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva”), a chegada da Família da Dona Umbelina Jorge (composta por doze membros) vindo da Aldeia Buriti ocorreu por volta do dia 8 de Abril de 1932, e o motivo foi um desentendimento religioso. A caravana tinha como destino a Aldeia Cachoeirinha no Município de Miranda, MS. Ao chegar à margem esquerda do Rio Aquidauana, atual Anastácio, na fazenda Santa Maria, encontraram o filho da Dona Umbelina, Jorge José da Costa, popularmente conhecido como José Correio ou Zé Correio, que pediu de que eles ficassem por aqui mesmo, visto que iria comprar terras na margem esquerda.

O senhor Manequinho, fazendeiro e pai de criação do senhor Zé Correio, conversaram e fizeram um acordo para comprar 32 hectares de terras (mapa 2) pagos em animais, serviços e retirada de madeira como postes e lenhas para serem usadas na fazenda.

Foi nesta área que a família de dona Umbelina foi instalada, construíram um casebre e fizeram plantações onde toda a família cultivava produtos para a subsistência.

A respeito do nome “Aldeinha”, este surgiu por meio dos evangélicos, que, aos domingos após a escola dominical, combinavam visitas aos irmãos da Aldeia pequena se referindo à família de dona Umbelina e seu Zé Correio, surgindo assim o nome Aldeinha.

O Senhor Elias Nimbú, hoje um dos mais antigos moradores da aldeia, em entrevista, conta que chegou à Aldeinha na década de 60, vindo com sua família do Município de Miranda (Aldeia Moreira) ainda menino. Seu pai, Antônio Nimbú, se moveu com a situação dos patrícios, que, naquela época, eram cerca de 10 (dez) famílias, sem um chefe de posto para garantir a documentação indígena.

Ele viajava de bicicleta até a Aldeia Limão Verde, em Aquidauana, MS, na tentativa de agilizar e montar um conselho tribal. Nessa época, o município de Anastácio, então chamado margem esquerda do rio Aquidauana, não era emancipado. Apenas em 1982, a primeira liderança foi organizada, tendo como líder o senhor Isaias Delgado.

Juntamente com a criação do conselho tribal, houve a necessidade de revitalizar os costumes terenas já quase deixados de lado em virtude da prática de atividades não indígenas. Pensando na revitalização da cultura, algumas pessoas da Aldeia Limão Verde, como o senhor Adão e senhor Ary, foram convidados a ajudar na formação dos grupos de dança de homens, mulheres e crianças.

A senhora Dirce Francisco conta, em entrevista, que veio quando moça, da Aldeia Córrego Seco, município de Aquidauana, para trabalhar como doméstica nas casas de famílias próximas a Aldeinha no final da década de 80, para conseguir construir uma pequena casa. Junto com seu esposo, Márcio, ajudava na disseminação da tradição Terena por meio de grupos de dança com crianças, jovens e adultos, além de confecção dos trajes nativos, flechas, arcos e lanças.

No mandato do Cacique Pedro Jorge (*in memoriam*), na década de 90, segundo cacique da aldeia Aldeinha, aconteceram vários fatos que contribuíram contra o trabalho de revitalização da cultura Terena como, por exemplo, a questão de território.

Houve uma invasão dos pernambucanos para a ocupação do território pertencente à comunidade indígena Aldeinha. O processo

de defesa do território e resistência contra essa invasão foi difícil, pois os indígenas só possuíam como armas paus e pedras enquanto os pernambucanos tinham armas de fogo.

A partir dessa tomada de terras indígenas pelos não indígenas, iniciou-se, ao

redor do povo indígena da aldeia aldeinha, o crescimento urbano e, com isso, os confrontos culturais. Ainda na gestão do Cacique Pedro Jorge, os indígenas conseguiram reaver alguns dos lotes então tomados, recuperando, dessa forma, parte do território (mapa, 3).



Mapa 2 – Área ocupada em 1932: Aldeia Aldeinha, município de Anastácio, MS

e André (1986), a pesquisa qualitativa prevê um contato direto do pesquisador com o meio e com a situação investigada, além de o material coletado ser rico em descrições, incluindo transcrições de entrevistas e depoimentos, e outros tipos de documentos, na tentativa de reproduzir a história do Povo Terena. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, porque visa à descoberta, à interpretação em contexto, buscando retratar a realidade completa e profunda (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

4 Resultados

Para o levantamento de dados, foi realizada uma pesquisa de campo na Aldeia Aldeinha com visita aleatória aos domicílios para a aplicação dos questionários. Abaixo se encontra a tabulação dos resultados das entrevistas, apresentados em gráficos.

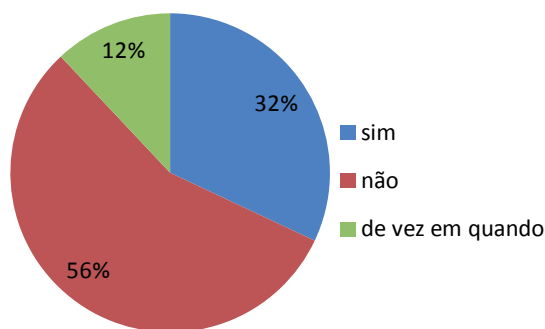


Gráfico 1 – Fala ou escreve a língua terena?
Fonte: Pereira, 2009.

Apesar de a aldeia ter uma escola indígena com uma disciplina específica de Língua Materna, a maioria não a fala, nem escreve. Os moradores reclamaram da falta de um (a) professor (a) capacitado (a) para essa disciplina. Das cinquenta (50) pessoas entrevistadas, 16 pessoas falam ou escrevem Terena, 28 não falam e/ou escrevem e 06 pessoas falam e/ou escrevem de vez em quando.

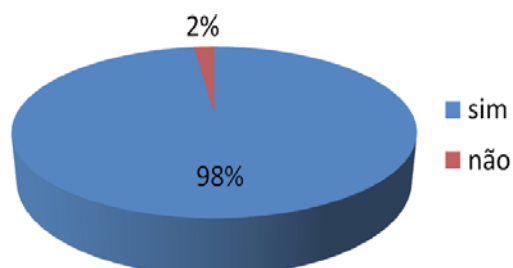


Gráfico 2 – Gosta do idioma Terena?
Fonte: PEREIRA, 2009.

Apesar de a maioria gostar do Idioma Terena, a maioria não o fala. Das 50 pessoas entrevistadas, 49 disseram gostar do Idioma Terena e apenas 01 afirmou não gostar.

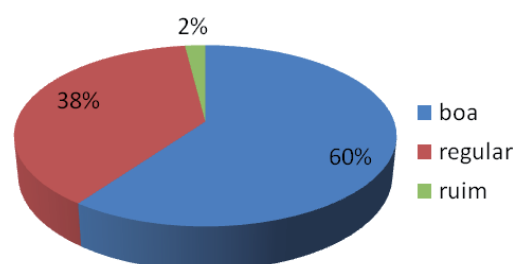


Gráfico 3 – O que acha da localização da Aldeia em que vive?
Fonte: Pereira, 2009.

Das 50 pessoas entrevistadas, 30 delas consideram boa a localização, 19 pessoas acham-na regular e uma pessoa a considera ruim. A maior parte dos domicílios visitados considera como boa a localização da Aldeia devido à proximidade com as casas comerciais, posto de saúde, farmácia e pelo fato de algumas ruas da Aldeia já possuírem rede de esgoto.

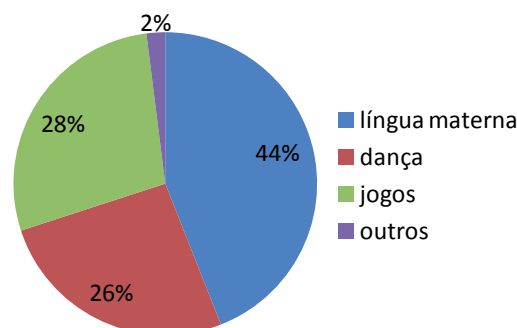


Gráfico 4 – Para você o que é mais importante em nossa Aldeia?
Fonte: Pereira, 2009.

Dentre os entrevistados, 23 pessoas disseram que a Língua Materna é mais importante, 13 preferiram as danças que são praticadas na Semana do Índio, e 14 optaram pelos jogos que são realizados periodicamente na quadra escolar e no campo de futebol. Surgiram outras respostas apontando a religião, os cultos e congressos predominantemente evangélicos.

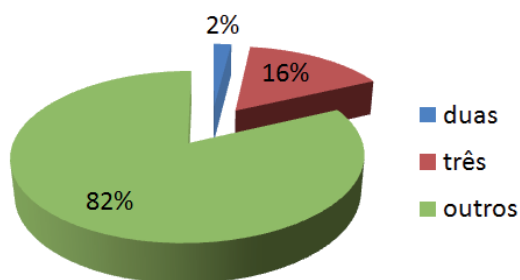


Gráfico 5 – Quantas pessoas moram nessa residência?

Fonte: Pereira, 2009.

É importante destacar o número de integrantes das famílias visitadas na Aldeia Aldeinha, pois é da cultura do indígena ter famílias com grande número de filhos. Uma pessoa entrevistada respondeu ter duas pessoas na casa, 08 pessoas disseram ter três, e 41 pessoas responderam outros, no caso mais de quatro integrantes na casa.

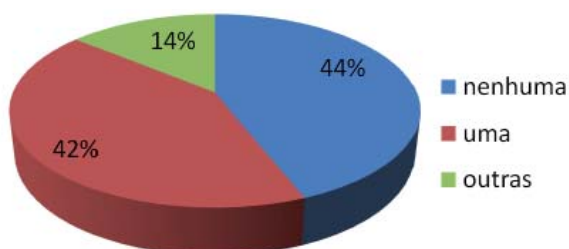


Gráfico 6 – Quem é falante do Idioma Terena na Aldeia?

Fonte: Pereira, 2009.

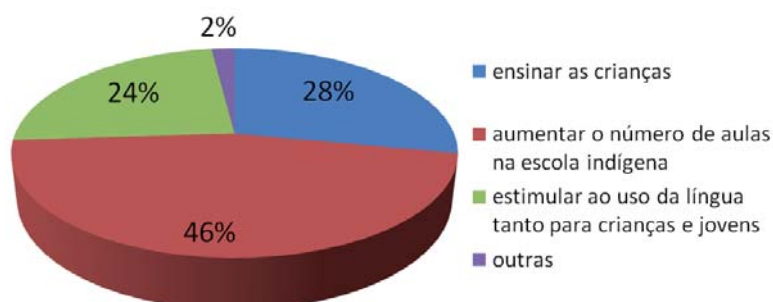


Gráfico 8 – Qual seria a melhor forma para recuperar o Idioma Terena?

Fonte: Pereira, 2009.

Em relação ao ensino da Língua, 23 pessoas consideram que se deva aumentar o número de aulas na escola Indígena, 14 acham que se devem ensinar as crianças em casa, 12 acreditam que é preciso estimular a juventude da Aldeia e uma acha que se deve pensar em outras formas de ensinar a Língua Terena. A

Entre as 50 pessoas entrevistadas, 07 (sete) eram as pessoas mais idosas da Aldeia e que falavam fluentemente a Língua Terena. Por meio dos Gráficos 06 e 07, pode-se observar que a maior parte dos moradores já não fala o Idioma Terena. As pessoas que ainda falam a língua Terena são os mais velhos (anciãos), que ainda tentam ensinar para as crianças da Aldeinha.

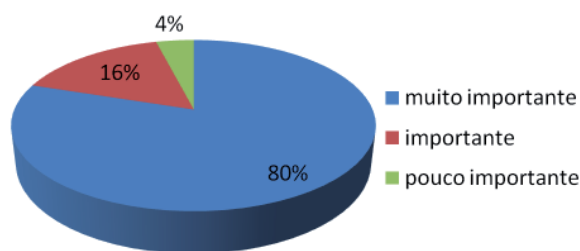


Gráfico 7 – Importância da Língua Materna para o fortalecimento da Etnia Terena:

Fonte: Pereira, 2009.

Dentre os entrevistados, 40 (quarenta) pessoas consideram a Língua muito importante, 08 (oito) importante, 02 (duas) pouco importante. O fortalecimento da cultura Terena por meio da Língua é considerado importante na opinião da maioria dos moradores, mas não é ensinada pelos pais aos seus filhos. Dessa forma, as respostas contradizem a ação.

escola indígena é a opção mais indicada pelos moradores da Aldeia Aldeinha para tentar revitalizar o Idioma, mas não se pode esquecer que a escola da Aldeia também atende as crianças não indígenas, de modo que estas teriam que aprender a Língua Terena. Em segundo lugar, aparece o ensino às crianças pela família.



Gráfico 9 – Por que só algumas pessoas falam o Idioma Terena?

Fonte: Pereira, 2009.

A existência de indígenas de outras aldeias fluentes da Língua Terena ajudou, mesmo que de forma precária, a manter ainda viva a Língua na Aldeinha. O gráfico mostra que a maioria das pessoas (32) considera o convívio com pessoas falantes, como difusor da língua, porém 18 pessoas apontam para as conversas diárias como tradição entre as famílias, como forma de difundir a língua.

Considerações finais

A pesquisa apontou que a Língua está sendo deixada de ser usada devido ao crescimento da população Anastaciana ao redor da Aldeia Aldeinha, que sobreviveu e sobrevive sitiada por não indígenas, num constante confronto cultural e na qual atualmente somente os anciãos falam a Língua Terena.

No caso dos Jovens, foi relatado, durante as entrevistas, que muitos têm vergonha da Língua e da cultura, pois se sentem discriminados pela população não indígena, o que agrava ainda mais o processo de desuso da língua. Em muitos casos, os pais já não são falantes, e o que aprendem na escola é esquecido, por não ter com quem praticar em casa.

Hoje, muitos obstáculos na educação estão sendo superados com apoio governamental, está havendo uma valorização linguística no ensino Terena, pois agora existe auxílio de cartilhas para as crianças dos anos iniciais, elaboradas pelos educadores mais idosos da comunidade que falam e escrevem em Terena. Não se pode deixar de dizer o quanto isso é importante porque existe, de aldeia para aldeia, uma variação na escrita ou na pronúncia da Língua Terena.

Quanto à proposta de revitalização da Língua Terena, a pesquisa apontou para formação grupos de estudos após as aulas de Língua Materna (como se fosse um reforço na língua) para os jovens, crianças, comunidade e/ou pessoas interessadas. Mas, para tal proposta tornar-se realidade, faz necessário total apoio da liderança e da comunidade.

É importante deixar registrado que o desenvolvimento desta pesquisa só foi possível por meio do apoio do conselho tribal, que são as pessoas fluentes na língua Terena, e das famílias da Aldeia Aldeinha que participaram da pesquisa com espontaneidade.

Esse trabalho é apenas o início de um trabalho de revitalização da cultura indígena na Aldeia Aldeinha. Há necessidade de um estudo mais aprofundado sobre território e Língua Terena, com o objetivo de identificar as reais dimensões territoriais dos Terenas da Aldeia Aldeinha, além de analisar as formas de pronúncia e escrita para, em um segundo momento, dinamizar as propostas aqui levantadas.

Ensinar o resgate da nossa cultura é preparar o povo, principalmente as crianças para o amanhã [...] Portanto não devemos esquecer as nossas origens. É preciso ter jogo de cintura para fazer as duas coisas: a tradição da cultura e a parte não indígena. A nossa identidade é um conjunto. O nosso objetivo é pelo nosso povo, nossa luta. (Valmor Vehrâ Mendes de Paula, Professor Kaingang).

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A história do povo Terena*. São Paulo: USP/Ministério da Educação, Maio/2000.

BRASIL. *Constituição Brasileira de 1988*, 1988.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. *Relatório Anual*, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. *Relatório Anual*, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/quadro_vagas_ms.pdf>. Acesso em: 02 set. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. *Discurso indígena: aculturação e polifonia*. Dourados, MS: UFGD, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARIA, E. C. *Entrelaçando conhecimentos e saberes: educação ambiental na Escola Indígena Marcolino Lili* - Aquidauana-MS. Dissertação (Mestrado em Ensino

de Ciências) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

MELO, Glasdstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PEREIRA, Antonia Alves. *Estudo morfossintático do Asuriní do Xingu*. 2009. 348f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

SOUZA, I. Povos Indígenas e a diversidade linguística. Diversidade cultural: plurilinguismo, línguas indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. In: URQUIZA, Antônio H. A. (Org.). *Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo*. Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. Módulo 2. Marcos conceituais referentes à diversidade sociocultural. Campo Grande, MS: UFMS, 2010.

VARGAS, I. A. Territorialidade e representação dos Terenas da Terra Indígena Buriti (MS) - possibilidades didáticos pedagógicos. In: SERPA, A. (Org.). *Espaços culturais: vivências, imigrações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

Entrevista



Município e planejamento: reparações

Municipality and planning: reparations

Municipio y planificación: reparaciones

Municipalité et de la planification: reparations

Eduardo Yázigi*

(<http://www.skoob.com.br/autor/7348-eduardo-abdo-yazigi>)



Eduardo A. Yázigi

Introdução

Foi com especial prazer que recebi o convite da Professora Maria Augusta Castilho para comentar suas indagações. Considero suas colocações muito importantes porque o desejo de modificar e aprimorar nosso espaço de vida só se realiza através de progressivas e constantes intervenções políticas no território. A Geografia, a História e outras disciplinas que lidam com espaço e sociedade dependem de um rigoroso conhecimento e crítica da realidade mutante. Como criticar o Brasil consiste de tarefa banalíssima, é preciso, entretanto, identificar que a mudança se opera mediante políticas públicas e ações cidadãs e que o planejamento urbano e regional é um dos principais instrumentos. Só espero que os breves comentários que seguem possam trazer alguma luz sobre as inquietações que

tiram nosso sono e causam cócegas no que devemos fazer e como.

O que é o planejamento urbano?

Considero o planejamento urbano um dos principais ramos das políticas públicas, por ser o instrumento que melhor permite regular a vida social sob seus aspectos relacionais com o meio. Ele é parte de uma grande gama de especialidades destinadas a administrar a cidade em caráter permanente, servindo-se de normas, construções e fluxos convencionados pela ordem democrática.

Uma reparação a ser feita logo de início concerne à **inseparabilidade entre o planejamento urbano e o regional**. De fato, nos tempos da cidade isolada, forçada a se regular conforme fosse sua autonomia, ainda era possível circunscrever algumas iniciativas nos limites do município. Não obstante, as múltiplas relações de interdependência que caracterizam o fenômeno da metropolização, cada vez maior, anulam tentativas de se pretender resolver os problemas de modo parquial. Não por acaso, desde a década de 1970, criaram-se regiões metropolitanas nacionais, acompanhadas de uma legislação que as força a realizar um planejamento conjunto dos fatores que só podem ser resolvidos em comum: zoneamento industrial, serviços de tubulações que devem atender uma rede de lugares, como por exemplo, a água, cujos reservatórios também são de interesse metropolitano; a rede de transportes... tudo o que garante a integração dos municípios que fazem parte da região considerada. Ora, se um grande número de cidadãos trabalha na região central de São Paulo, mas reside nos municípios periféricos, torna-se óbvio e obrigatório que a

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

política habitacional deva ser resolvida com o envolvimento de municípios vizinhos: **aí se inaugura para sempre o princípio de planejamento urbano e regional**. Mais ainda: lá onde o desenvolvimento acontece fora das regiões metropolitanas, fica facultado ao poder central ou estadual criar novas regiões de planejamento ou, decididamente, metropolitanas. Esta é a sina do planeta, queiramos ou não.

Contamos com mais de 5.500 cidades no território nacional e dispomos de um índice que, há mais de trinta anos, mede as melhores cidades brasileiras para se viver. Desde seu início, ele cotizava vários itens funcionais qualificadores das cidades, tais como número de leitos hospitalares por habitante; conexões domiciliares com água e esgotos; vagas no sistema educacional, hospitalar etc. Pode-se praticar um refinamento que permite examinar, setor por setor, resultando que, por exemplo, em cada um deles, a medida seja dada por um alto grau de medidas. Os números são efetivamente importantes porque nos revelam a densidade de vários aspectos da realidade, mas devemos ter extrema cautela ao considerá-los. Cito um simples fato que nos alerta sobre a deformação da realidade. A Universidade de São Paulo, por exemplo, regozija-se com números, ao divulgar, amplamente, quantos milhares de doutores e mestres formou a cada ano. Não obstante, o aprofundamento real nesse universo causa extrema decepção quando se tem conhecimento de significativas partes do todo: doutorados que jamais poderiam ser agraciados com tão nobre título, cujo rigor científico é ignorado; mestrados rebaixados a trabalhos de conclusão de curso... Portanto é preciso muita cautela com o uso dos números.

Um retrato mais próximo da realidade exigiria um complexo e minucioso sistema de avaliação. Em meu último livro (*Reencantamento da cidade. Miudezas Geográficas e devaneio*) coloquei um desafio ao Brasil. Quando afirmamos que o Rio de Janeiro é uma cidade maravilhosa, tendo merecido inclusive o título de patrimônio da humanidade, de onde até onde vai sua mancha urbana “maravilhosa” que vara as linhas do horizonte? Quem é capaz de cartografá-la e com quais critérios? O que de fato sobra se do Rio desconsiderarmos o que não foi produto do homem, isto é, os dons inerentes à natureza da

criação? Suas maravilhas urbanas terminam nas periferias, ou incluímos o “Complexo do Alemão” nesta cartografia que ignora o medo como fator de desmaravilhamento?

Nossas avaliações correm outros perigos deformadores. É preciso não confundir a sensação alegre de viver num lugar, com o que ele de fato é. Quando se diz que muitas cidades suecas apresentam virtudes urbanísticas e urbanas preciosas, comumente ouvimos a seguinte contrarresposta: “Eh!, mas essa gente vive se matando!” – como se não aguentassem suas condições rígidas de vida... Admitamos que isso seja lá verdade. Mas que resposta daremos ao comparar o número de suicidas suecos com o número de mortos no trânsito por causa de nosso desvario impune com os autos? E as vítimas de crimes escabrosos, jamais punidos, por balas perdidas, por acerto de conta de gângsters, por prédios que desabam, por arrastões durante a “alegre sensação de viver num lugar”, pela incapacidade de projetar arquitetura...?

Já existe uma doença do divã do psicanalista cuja origem está na cidade, como demonstrado por James Hillman em seu livro *“Cidade e Alma”*. A FAPESP divulgou pesquisa realizada em 2012 revelando um dado estonteante: 30% da população urbana de São Paulo sofrem de *Transtorno Impulsivo Intermittente*. Traduzido em miúdos: um povo com ataques de violência que se repetem ao longo do tempo, *evidenciando que somos um povo sem educação*. Aliás, na opinião da professora Emérita da USP, Marilena Chauí, encontrável no Youtube, nossa classe média é a mais sem educação do mundo. Já eu entendo que esse fato atinge todos os segmentos sociais. Isto me reporta a outro dado fulgurante: nosso sistema normativo é hipócrita; aqui ignoramos olímpicamente aquilo que é um dos maiores fundamentos da democracia: a isonomia, a lei ser igual para todos. Milton Santos, Agnes Heller ou Berger são apenas alguns, entre centenas de autores, que lembram: todo território tem de possuir normas! E as nossas, por onde andam? Que justiça é essa que prende um cidadão que roubou para comer e deixa à solta os eleitos de colarinho branco que prejudicam milhões de pessoas?

Após essas breves ilustrações de como a realidade profunda ou a civilidade são decisivas à qualidade de vida urbana, farei outros

comentários que nos remetem à indagação em pauta. Planejamento urbano sem bases pedagógicas, normas efetivas e vigiadas não resolve nossa vida nas cidades.

O planejamento urbano depende antes de tudo de discursos fundadores, porque **o discurso sempre precede à cidade**. Sempre! E agora, de que discursos (ou teorias) diferenciados dispomos para milhares de cidades? Onde estão as políticas urbanas e culturais para quase seis mil delas? Com quais critérios foram eleitos seus executivos e legisladores? Lutadores de judô? De boxe? Palhaços do pocotó? Jogadores de futebol? Atores e atrizes de carinha bonita? Locutores famosos? Os perfis dos eleitos, várias vezes revelados por institutos de administração pública, evidenciam-lhes a franca incapacidade de equacionar problemas técnicos e éticos. Dentre estes, denuncio alguns que contribuem decididamente para a deterioração do meio urbano, verdadeiras metástases que estupram a cidade.

O planejamento urbano é extremamente trabalhoso e deveria também se preocupar com microplanejamentos. As vergonhosas calçadas brasileiras, verdadeira Casa da Mãe Joana, são a prova mais cabal de nossa incapacidade, de nosso baixo grau de exigência da cidadania. Ser dotado de consciência planejadora deixou de ser ato individual, pois o processo do planejamento depende de uma multitude de saberes; depende de escalas que vão da filosofia de vida até chegar ao nível de 1:1, senão passamos a vida em carroças que chamam de ônibus, ou em lajes de concreto consideradas parques... Quase dois séculos após o urbanismo ser inventado como disciplina dotada de rigor, continuamos com expedientes acabocados do “dá-se um jeitinho”...

As cidades brasileiras têm realizado o planejamento urbano de forma satisfatória?

A resposta a esta pergunta deriva da anterior. A resposta é não! Não, porque o planejamento possui dois polos que não sabemos ver enquanto duplo aspecto: só somos capazes de agir no tópico, no buraco em frente da casa de cada um. Faz parte da cultura política brasileira não lutar pelo outro lado da questão: das instituições. Como dizia Gramsci, o desenvolvimento não se consegue

com arrebatamentos sonhadores, mas com uma lenta construção de instituições. Para piorar, sequer dispomos de uma “memória do planejamento”, que com suas chamadas servisse de referência para todas as construções a serem feitas. Pior ainda: quando se escrevem, nos documentos oficiais, as etapas do planejamento, define-se o curto, médio e longo prazo. *O longo prazo é raramente acionado*, porque ele não começa daqui a dez ou vinte anos, e sim no momento preciso da tomada de consciência, *no hoje de sua aprovação*. Então, neste Brasil, a maioria dos fatores estruturais são empurrados para as Calendas Gregas.

Enfim, a cidade brasileira vive eternamente no varejo. O perigo são as varejeiras que surgem na vida cotidiana dos cidadãos.

Como a alma do lugar pode despertar o sentimento de pertença para que os habitantes da comunidade possam ter melhor qualidade de vida?

Eu diria que, quando existe uma relação amorosa entre o cidadão e a cidade, é a alma do lugar que se desperta – poderia ocorrer e se limitar a um simples bairro. Mas claro que, para isso, é preciso que os gerenciadores de cada setor da cidade cumpram o que se espera da cidadania plena. Pode também acontecer o inverso, isto é, o divórcio de uma coisa que começou bem, mas se deixou degradingolar.

O principal problema da potencialização da cidadania brasileira é que os cidadãos e as autoridades não lutam para que a cidade seja a casa de todos. O cidadão comum costuma cuidar de sua casa com brilho, mas jamais considera que sua responsabilidade deve ir além de seu muro com a rua.

Nos anos 1960, as esquerdas divulgavam uma velha ideia dos movimentos socialistas do começo do século XX: “A religião é o ópio do povo”, supondo equivocadamente que ela fosse alienante – sobretudo hoje em que grandes alas cristãs andam seriamente empenhadas na justiça social, a exemplo do atual Papa Francisco. E então, quem foi que ficou com o tal ópio? *Doa a quem doar: o futebol!* Se consagrássemos à questão urbana 1/3 de nossa paixão por esse esporte, as cidades seriam muito melhores para todos. Os movimentos sociais nas ruas do Brasil a partir de Junho de 2013 dão os primeiros sinais

de recusa dos exageros futebolísticos. Nas manifestações rueiras de São Paulo, chegou-se a exibir um cartaz dizendo: “Cala a boca, Pelé”. Só o tempo dirá se foi uma consciência real ou não.

Alma do lugar, portanto, não se encomenda em sessões espíritas.

Cite alguma cidade brasileira que desenvolveu ou não, a contento, o planejamento urbano.

Sou extremamente sensível às cidades porque sou um pedestre de carteirinha. De mim o tal de *flâneur* do Baudelaire não ganha! Aliás, não acredito em nenhuma teoria da cidade cujo autor não tenha virado ruas e avenidas de ponta a ponta, em dias de chuva, frio, calor, de segunda a segunda, de dia e de noite, todos os dias do ano, porque a cada hora a rua vira outra coisa e revela um clima vivencial diferente. Assim, quando visito uma cidade nova, recuso-me percorrer mais do que um museu. Meu instinto é vadiar pelas ruas e calçadas, entidades que são o retrato da índole de seus habitantes e de sua administração. Brasília foi concebida como majestade tropical, mas agora tentem ver como as coisas são de perto, tentem ver a distância abissal entre seus Palácios e a Avenida W3. No Brasil, toda cidade se denuncia proporcionalmente à distância de suas áreas nobres. Estranho, não? Lado Nobre e o Resto!

Sim, as cidades mudam no tempo. Morei anos e anos em Paris, conhecia quase todas as ruas. Mas hoje em dia não posso dizer a mesma coisa. O Ser se modifica com o Tempo. O que era não é mais. A gestão da cidade deve ser uma eterna vigilância. Nossa casa também não é? E o quê não é?

Dentre as cidades, duas me chamaram atenção, ambas do Sul: Santa Cruz do Sul, RS, e Curitiba, PR. Não falta quem critique Curitiba. Já ouvi afirmações deste tipo: “É, mas a Ópera do Arame faz eco!” ou então: “É, mas Curitiba tem favela, tem violência”... Bem... o eco da Ópera de Arame é lá com o arquiteto. Infelizmente a maioria dos cidadãos não realiza que existe uma premissa que impede as coisas de se realizarem mais a contento: os limites da autonomia municipal. *A favela e a violência não se controlam totalmente no âmbito municipal, porque muito do que acontece no país irradia por todo o território: renda, corrupção, crises, educação etc.* Todo lugar bem sucedido está fadado à favelização, salvo alguns lugares como Águas de São Pedro, SP, que não tem favelas porque é o menor município do Brasil e não sobra lugar: os pobres vão para os municípios vizinhos. Ou então, a bela Penedo, divisa de São Paulo com Rio, cujas ruas de fada para turista ver são possíveis só porque se jogam os “párias” para o outro lado da Via Dutra. É a política de avestruz regendo o Brasil.

Outra questão gravíssima que turva o ato de planejar são as filiações partidárias e micropartidárias. O brasileiro decidiu que não deve apoiar o que o inimigo faz porque ele é inimigo e não pela virtuosidade da coisa. Então você ficou com inveja do que o prefeito foi capaz de fazer? Ora, espezinhe o cara mostrando que sabe fazer melhor!

Conheci também um pequeno município paulista – São Simão – que andou como um brinco porque teve dois prefeitos, com dois mandatos cada um, que disputavam perfeição. Ambos faleceram, não sei a quantas anda tantos anos depois. O Ser e o Tempo nos assombram, porque a única permanência do Universo é a impermanência.

Resumos de dissertações



**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES APRESENTADAS EM 2008, NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL (PPGDL) -
MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE, MS¹**

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, implantado em 1998, e destaca-se por ser interdisciplinar, tendo como missão “promover, por meio de atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam com o desenvolvimento sustentável”.

O Desenvolvimento Local neste programa é entendido como o protagonismo dos atores de um dado território, com apoio de organizações públicas e privadas, na reflexão da realidade vivida para agenciar e coordenar, por meio de processos interativos e cooperativos, os recursos tangíveis e intangíveis originários do local ou de áreas externas, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

A relação dos resumos apresentados neste número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – segue a ordem cronológica das defesas das dissertações, seguidas do título, nome do(a) autor(a), do(a) orientador(a) e data de apresentação perante a banca examinadora. Todos os trabalhos estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, na Biblioteca Félix Zavattaro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, MS, Brasil e no site do Programa – www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal. Os resumos seguem uma sequência lógica obedecendo à continuação dos resumos publicados na Interações, v. 14, n. 1, jan./jun. 2013.

109 - Título: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADE INDÍGENA TERENA: A PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES VISANDO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ALDEIA LAGOINHA DISTRITO DE TAUNAY – AQUIDAUANA - MS

Nome: Antônio Bento Pereira Paredes

Orientador: Antonio Jacó Brand

Data da apresentação: 11/12/2008

Resumo: O presente trabalho investiga a percepção de alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio, da comunidade indígena Terena da Aldeia Lagoinha, com relação à questão da problemática ambiental vivenciada por eles, tanto no âmbito das suas relações internas como destas com o seu entorno. A partir da relação professor-aluno-comunidade, das fontes de informação utilizadas, da relação de autoridade e poder, e daqueles com as diferentes mídias, fez-se uma análise comparativa da situação presente com a passada, e das perspectivas futuras por eles delineadas. Abordam-se ainda as mudanças no padrão de comportamento do professor diante da inserção de novas tecnologias na escola, visando à melhoria das relações e condições de trabalho, dentro e fora da aldeia. A pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida com a comunidade escolar das duas unidades de ensino público localizadas na referida aldeia, porém somente sete professores e treze alunos responderam ao questionário escrito aplicado. O trabalho contextualiza o papel do professor, como elemento dinamizador e interlocutor de uma nova realidade, sempre pronto a responder, dentro das suas limitações, aos anseios e necessidades da comunidade, a partir de sua prática docente. A pesquisa aponta também uma necessidade urgente de mudança, individual e coletiva, não só de mentalidade como de hábitos, que minimizem o impacto destruidor do homem sobre a natureza e que, por meio de um Desenvolvimento (Local) Sustentável, proporcione melhores condições de vida às futuras gerações.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação escolar indígena. Desenvolvimento sustentável.

¹ Pesquisa elaborada pelos mestrados do PPGDL – Luiz Henrique Eloy Amado e Leandro Henrique Araújo Leite, que são bolsistas da CAPES no referido programa.

110 - Título: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: INICIATIVA DO PROJETO RECICLAGEM NO MUNICÍPIO DE BONITO – MS – BRASIL

Nome: Paula Sant Anna Battassini

Orientador: Reginaldo Brito da Costa

Data da apresentação: 15/02/2008

Resumo: A preocupação deste estudo foi a de conhecer o papel desempenhado pela educação ambiental, vista pelo “Projeto Reciclagem” no comportamento e percepção dos segmentos envolvidos em relação à redução, reutilização e reciclagem do lixo produzido no território turístico de Bonito. Emerge daí a hipótese de que a educação ambiental voltada à sustentabilidade pode ser um dos alicerces na construção de um território de base conservacionista. Seu objetivo geral foi analisar no município de Bonito – MS o papel da educação ambiental como fruto de iniciativa local na construção do território turístico de base conservacionista. A metodologia foi baseada em dados documentais, de fontes secundárias, e na vivência direta da pesquisadora nas ações do Projeto Reciclagem, fundamentou-se numa análise integrada dos dados obtidos na perspectiva territorial e do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Qualidade de vida. Desenvolvimento local. Sustentabilidade.

110 - Título: ANÁLISE DIAGNÓSTICA DA PRODUÇÃO DE BANANAS (*Musa spp.*) NA ASSOCIAÇÃO DE PONTALZINHO, TERENOS, MS.

Nome: Rosilma Maria Salamoni

Orientador: Reginaldo Brito da Costa

Data da apresentação: 02/07/2008

Resumo: A fruticultura é atividade adequada à agricultura familiar em razão da necessidade de mão de obra intensa e qualificada, além de produção valorizada. Entre as frutas mais cultivadas pela importância econômica, quantidade comercializada e consumida, valor nutricional e potencialidade de processamento, destaca-se a banana (*Musa spp.*). É também um dos frutos que apresenta uma das maiores perdas no período da colheita (5%). O processamento de frutas como agregador de valor, aproveitamento da safra, promoção humana, política de segurança alimentar, entre outros, sempre é visto com entusiasmo, mas nem sempre pacotes tecnológicos prontos conseguem sustentabilidade. O conhecimento prévio da comunidade e das características do seu entorno podem permitir que uma proposta de processamento seja ajustada às necessidades e à infraestrutura da localidade, desenvolvendo assim, uma alternativa da pluriatividade. Associação Pontalzinho dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso do Sul (ASPON) está localizado na área rural do município de Terenos, uma distância de 43 km de da Capital Campo Grande, constituída por 10 famílias, e o principal produto de cultivo do Assentamento é a banana. O objetivo da pesquisa foi a análise diagnóstica da comunidade conhecida como Associação Pontalzinho, MS com ênfase nas perdas de banana que ocorrem e potencialidade de seu processamento como atividade agregadora, geradora de renda, e como instrumento de melhoria de nível de vida. Quanto aos meios utilizados para o estudo, foram pesquisados dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Buscou-se informação em literatura sobre agricultura familiar com enfoque na fruticultura e segurança alimentar, geração de renda, mercado, conceitos de desenvolvimento local e valorização da produção de banana. O instrumento utilizado para a coleta de dado foi o formulário. Os resultados evidenciaram que o projeto de bananicultura gera recursos, mas 69,2% consideram que seu nível de vida poderia ser melhor. Quanto às perdas na produção de banana apenas na propriedade, sem considerar a comercialização, 38,4% dos associados consideram que correspondem a 10% da produção semanal, valor esse que deverá ser quantificado, pois é muito maior que o indicado na literatura. Ainda assim, 61,5% dos entrevistados consideram que se trata de uma perda significativa e, para reduzi-la e gerar renda, apenas 7,7% processavam a banana na forma de doce. Como foi identificada existência de 92,3% de mão de obra que poderia ser empregada em processamento, na sua maioria de mulheres dos assentados, sugere-se, então, treinamento e repasse de tecnologias já disponíveis em nível adequado para que o potencial de geração de recursos e de valorização da mão de obra familiar sejam melhor aproveitados.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Bananicultura. Desenvolvimento local. Segurança alimentar. Processamento.

111 - Título: AS FERRAMENTAS CONTÁBEIS E O EMPREENDEDORISMO NO DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: O CASO DAS EMPRESAS DE PANIFICAÇÃO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE/ MS

Nome: Eloir Trindade Vasques Vieira

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 27/06/2008

Resumo: Nos últimos anos, as micro e pequenas empresas (MPEs) foram objetos de pesquisas, preocupações e anseios, diante da importância que elas representam no cenário econômico nacional. A pesquisa enfatiza a importância dessas empresas no desenvolvimento Local. Atitudes empreendedoras e ferramentas gerenciais podem fornecer ao gestor uma visão holística da empresa, bem como possibilitar decisões que afetam direta e indiretamente a saúde financeira do empreendimento. O uso de ferramentas contábeis adequadas permite estimular as operações realizadas pela empresa, facilitando a análise e decisão do comprometimento de recursos financeiros e sociais. A hipótese de pesquisa estabelece que as ferramentas contábeis e o empreendedorismo são instrumentos preponderantes para o desenvolvimento de MPEs. O objetivo do trabalho foi a verificação dessa hipótese. A análise foi realizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com dois grupos pertencentes ao segmento de panificação, um com apoio de organismos de auxílio e outro sem apoio. O grupo apoiado se caracterizou por possuir maior competitividade. Nesse grupo, o empresário conhece, por meio dos treinamentos recebidos, os relatórios contábeis básicos e imprescindíveis para a gestão empresarial do negócio. O bom desempenho, o espírito empreendedor do empresário e o uso de relatórios gerenciais contábeis são elementos que diferenciaram o grupo apoiado do não apoiado. A contabilidade ou os relatórios contábeis por si só não garantem o sucesso do empreendimento, mas representam uma ferramenta indispensável para facilitar o crescimento da empresa, permitindo ao dono se manter informado sobre seu negócio.

Palavras-chave: Contabilidade. Empreendedor. Desenvolvimento.

112 - Título: AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL TERRA COZIDA DO PANTANAL

Nome: Hugo David Santana

Orientador: Luís Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 22/02/2008

Resumo: O objeto de estudo foi o Arranjo Produtivo “Terra Cozida do Pantanal”, assim, como os vínculos estabelecidos entre os integrantes, de modo a possibilitar a participação e atuação conjunta, bem como a coordenação e controle de ações e projetos encaminhados (governança); de atribuir competências para a manutenção de uma dinâmica de inovação e desempenho coletivo que se reverta em desenvolvimento local. Os resultados agrupados e tabulados foram correlacionados com as informações de natureza bibliográfica e documental, com o apoio do referencial teórico. Foram verificadas as relações dos atores envolvidos com o Desenvolvimento Local. Nessa dinâmica, destacou-se o papel das redes sociais construídas entre os atores, na socialização do conhecimento produzido: SEBRAE-MS, atuando como órgão de articulação das organizações de apoio aos atores locais, propiciando espaços coletivos de aprendizagem; a “Associação Terra Cozida do Pantanal”, utilizando-se de uma estratégia de articulação e mobilização de apoio aos atores integrantes do Arranjo Produtivo Local, de modo que venha possibilitar a participação e atuação conjunta, propiciando dessa maneira o surgimento do capital social e a coordenação e controle de ações dos projetos encaminhados, vislumbrando assim a governança.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Governança. Capital social. Desenvolvimento local.

113 - Título: ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA PRODUÇÃO LEITEIRA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ANDALÚCIA, MUNICÍPIO DE NIOAQUE-MS

Nome: Luiz Fernandes da Cost

Orientador: Luís Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 28/05/2008

Resumo: Objetivou-se avaliar e descrever os níveis de tecnologias praticadas pelos assentados na produção de leite e verificar se existe alguma relação entre eles e o modelo de gestão social desses assentados no Projeto de Assentamento Andalúcia, Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia aplicada foi um Estudo de Caso de caráter exploratório e descritivo com aplicações de formulários, entrevistas, análises documentais, tendo como colaboradores alunos e ex-alunos da Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues, que residem no assentamento e trabalham com gado

leiteiro. Os resultados indicam como de baixo nível tecnológico as explorações agropecuárias no local, por falta de suporte técnico, mas também pela incapacidade das pessoas que ali vivem, de se organizarem e cooperarem para melhor usufruir os recursos materiais, físicos e humanos disponíveis no local.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Movimentos sociais. Associações. Desenvolvimento local.

114 - Título: ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO: EDUCAÇÃO, TRANSVERSALIDADE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Franco Guerino de Carli

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 06/03/2008

Resumo: Esta pesquisa preocupou-se com o processo de Educação, contemplando o seu elemento fundamental, que é a Cidadania. Dentro desse aspecto, nos encaminhamos à discussão de uma Educação que integra o homem com o meio ambiente, destacando a figura do professor em relação aos aspectos que norteiam a abordagem da Educação Ambiental refletida no Tema Transversal Meio Ambiente. Sendo a Educação ambiental um tema transversal que vem permeando os conteúdos curriculares das disciplinas, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíram esse tema nos currículos escolares como uma forma de encontrar o caminho para se chegar à mudança de hábitos que levem à diminuição da degradação ambiental, promovam a melhoria da qualidade de vida e reduzam a pressão sobre os recursos naturais. Assim, a pesquisa procurou mostrar a realidade ambiental do Assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste/MS; como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida na Escola Estadual Dorcelina Folador daquela comunidade e como a Educação Ambiental tem proporcionado melhoria da qualidade de vida e se isso interfere no Desenvolvimento Local do Assentamento. Para tanto foram feitas entrevistas com docentes e discentes da Escola para buscar informações relevantes para o universo da pesquisa. A Educação Ambiental dos alunos e assentados destaca-se como um processo dinâmico de transformação, no qual a comunidade desenvolve seu potencial socioeconômico, preserva e melhora seu patrimônio ambiental, assegurando uma melhoria contínua de qualidade de vida dos indivíduos e resultando no Desenvolvimento Local da comunidade do Assentamento Campanário.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Educação ambiental. Transversalidade.

115 - Título: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BONITO – MATO GROSSO DO SUL

Nome: Volmir Meneguzzo

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 29/05/2008

Resumo: Nas últimas décadas, as mudanças dos modelos de atuação do poder público e das empresas que buscam lucratividade em seus negócios permitiram o surgimento de problemas socioambientais muito discutidos pela sociedade civil. A ineficiência do poder público contribuiu para o fortalecimento das Organizações do Terceiro Setor, também conhecidas por Organizações Não Governamentais – ONGs, que buscam desenvolver atividades em diversos setores, entre os quais se destacam as atividades do turismo em ambientes naturais e o ecoturismo. O Município de Bonito, em Mato Grosso do Sul, destaca-se pela relevância do ecoturismo e grande atuação de ONGs. Nos últimos 15 anos, esse território constatou o forte crescimento do ecoturismo e das atividades das ONGs. No entanto as entidades do terceiro setor possuem falhas na apresentação de resultados e falta de avaliação no desempenho de suas atividades. Diante dessa situação, estabeleceu-se como objetivo a avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor na promoção do turismo e do desenvolvimento local em Bonito, enfatizando os mecanismos utilizados para avaliar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade. A pesquisa foi executada com as entidades que atuam na defesa do meio ambiente, educação para o melhor uso dos recursos naturais e entidades de fomento ao turismo. Os resultados demonstram que, apesar das parcerias identificadas com o poder público, empresas e ONGs nacionais e internacionais, as Organizações do Terceiro Setor objeto desta pesquisa executam determinadas avaliações em parte de suas ações, mas ainda estão longe de avaliar efetivamente a eficiência, eficácia e efetividade de suas atividades e projetos. Apesar disso, a pesquisa confirmou o importante papel das ONGs na promoção do turismo e do desenvolvimento local de Bonito, com grande participação da sociedade civil. A fragilidade identificada poderá ser minimizada com o fortalecimento de parcerias com as universidades, com maior sensibilização da sociedade e turistas e com maior ênfase em indicadores de resultado de curto, médio e longo prazo, permitindo as avaliações de desempenho.

Palavras-chave: Terceiro setor. Bonito. Eficiência. Eficácia. Efetividade.

116 - Título: DESEMPENHO DO CREDIGENTE NO MICROCRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE CAMPO GRANDE-MS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Leila Cristina Gonçalves de Oliveira

Orientador: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Data da apresentação: 28/03/2008

Resumo: Os micro e pequenos empreendimentos transformaram-se em principal abrigo da mão de obra desempregada oferecido no país, e sua sustentabilidade depende, entre outros, da superação de restrições creditícias de instituições bancárias tradicionais. Nesse sentido, vem emergindo no país o microcrédito como forma de política pública, no âmbito da Economia Solidária, cuja forma de implantação e resultados específicos no desempenho desses empreendimentos nos diversos territórios brasileiros ainda pouco se conhece. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o microcrédito como política pública, em nível nacional e estadual e, particularmente, avaliar o desempenho municipal dessa política em Campo Grande, vista através dos princípios e ações estabelecidos pelo CREDIGENTE. Numa abordagem sistêmica, a metodologia de análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos coletados (de fontes primárias e secundárias) foi aquela que permitiu entender, de um lado, a política do microcrédito do Credigente no contexto territorial do Município, revelado tanto na sua concepção de política pública, como na forma de agir junto aos tomadores de crédito e, de outro lado, compreender a territorialidade dos micro e pequenos empreendimentos, procurando-se as correlações entre as ações do banco e possíveis organizações de apoio com as necessidades dos empreendedores envolvidos. O trabalho permitiu observar que, embora a concepção do microcrédito como política pública seja induzida da escala federal e estadual para a municipal e seja concebida de forma sistêmica, a execução das ações no aparelho administrativo do Município ainda ocorrem de forma fragmentada. A ação comunicativa entre os vários setores do Poder Público Municipal e mesmo deste com o Poder Público Estadual ainda é truncada, dificultando estratégias necessárias para atuar junto a esses tomadores de crédito. Desse modo, a demanda tem sido pulverizada, e o crédito beneficia especialmente microempreendimentos do setor informal em atividades de serviços e comércio, com tendência redistributivista e de formalização do setor. A oferta do crédito não tem levado em conta as aglomerações territoriais desses tomadores para promover políticas coletivizantes, capazes de gerar ações sinérgicas, de aprendizado e cooperação entre os tomadores de crédito.

Palavras-chave: Microcrédito. Territorialidade. Desenvolvimento local.

117 - Título: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SENTIMENTO DE PERTENÇA NA COMUNIDADE DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE

Nome: César Gomes de Freitas

Orientador: Josemar de Campos Maciel

Data da apresentação: 08/12/2008

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a questão do desenvolvimento local e o sentimento de pertença tendo como foco de estudo a comunidade acadêmica e antigos moradores da cidade de Cruzeiro do Sul, Acre. É apresentada uma discussão conceitual acerca das dimensões do desenvolvimento, sobre o sentimento de pertença e a relação entre eles, mostrando que apenas um modelo de desenvolvimento endógeno leva suficientemente em conta o fator cultural no processo e pode aproveitar o sentimento de pertença, quando existente na comunidade. É apresentado e discutido o caso em questão, a comunidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, por meio do método indutivo qualitativo, utilizando como procedimento a resposta a um questionário semiaberto, seguido de entrevistas de validação, tendo ainda o apoio de pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos demonstram forte sentimento de pertença na comunidade, podendo ser potencializador e facilitador do sucesso de projetos que tenham como objetivo levar a comunidade de Cruzeiro do Sul a alcançar resultados de desenvolvimento significativos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Sentimento de pertença.

118 - Título: DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMAPUÃ: MONÇÕES, TERRITÓRIO, HISTÓRIA E IDENTIDADE**Nome:** Vanuza Ribeiro de Lima**Orientador:** Maria Augusta de Castilho**Data da apresentação:** 24/06/2008

Resumo: A Rota das Monções, fase importante da entrada brasileira no território americano, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, período em que os monçoeiros percorriam três mil e quinhentos quilômetros por água e, na metade desse trajeto, atravessavam por terra treze quilômetros no Varadouro de Camapuã, para chegar às minas de ouro de Mato Grosso. Os irmãos Leme da Silva fizeram do lugar um entreposto de abastecimento aos monçoeiros, com a produção de gêneros agrícolas e alguns animais para abate. O objetivo desta dissertação consiste em analisar o varadouro de Camapuã no contexto das monções, a partir de levantamento histórico do período e reconhecer se existem elementos de desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: fazer o levantamento histórico da rota das monções no município de Camapuã a partir da historiografia existente; enfatizar, dentro da tradição oral, os elementos culturais correspondentes ao movimento monçoeiro; destacar a identidade local, o território e o desenvolvimento local em Camapuã.

Palavras-chave: Rota das monções. História. Identidade. Desenvolvimento local.

119 - Título: DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CIDADE DE CASSILÂNDIA: A FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO SENTIMENTO DE PERTENÇA**Nome:** Maria Carolina de Miranda Simões**Orientador:** Maria Augusta de Castilho**Data da apresentação:** 13/03/2008

Resumo: Esta pesquisa analisa a Festa do Peão de Boiadeiro de Cassilândia na construção e consolidação da identidade cultural e no fortalecimento do sentimento de pertença a Cassilândia. Nesse aporte, destacam-se os seguintes objetivos específicos: avaliar a importância das potencialidades econômicas para o desenvolvimento da cidade de Cassilândia; identificar o perfil e as motivações dos participantes da 36ª Festa do Peão de Boiadeiro e verificar os fatores de convergência e divergência que existem na comunidade, na época de realização do evento. Para tanto, teve-se como questões norteadoras a percepção da população sobre a realidade da Festa do Peão de Boiadeiro de Cassilândia como alternativa de desenvolvimento local e a construção efetiva do sentimento de pertença e da identidade local por meio dessa atividade. Essa comemoração projeta-se como evento de grande importância no cenário do rodeio nacional, além de ser a comemoração de maior relevância para a cidade. A celebração tem como premissa a valorização da cultura e identidade local e, aliado ao desenvolvimento humano e social, traz também o desenvolvimento econômico, mostrando nuances de desenvolvimento local. Essa valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça sua autoestima para tornar-se protagonista de seu processo de desenvolvimento. Vale ressaltar que a festa é uma parceria da comunidade para reavivar as velhas tradições e reforçar os laços de origem possibilitando ao grupo social crescer ao ser capaz de se organizar para realizá-la. Com o estudo, verifica-se que o sentido da festa é comemorar o acontecimento, reviver tradições, criar novas formas de expressão, afirmar identidade, preencher espaços na vida do grupo, dramatizar situações e afirmações populares, invocar a história e os costumes religiosos, contribuindo para a interação e parceria da comunidade, permitindo a todos se reconhecerem como um povo único, o que a revela como poderoso instrumento do desencadeamento de um processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Cassilândia. Festa do Peão de Boiadeiro. Identidade e cultura.

120 - Título: MANIFESTAÇÕES SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 'BURITI LAGOA' NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**Nome:** Iara Pereira da Silva Santana**Orientador:** Vicente Fideles de Ávila**Data da apresentação:** 05/06/2008

Resumo: Esta pesquisa propõe-se a refletir sobre as manifestações no contexto da 'Comunidade da Associação de Moradores do Buriti Lagoa', entre os anos de 2004 a 2006, quanto às suas performances e seus relacionamentos internos e externos, passíveis de aproveitamento para a formação e endogeneização comunitária de cultura e iniciativas de Desenvolvimento Local. A fundamentação teórica do trabalho compõe-se de textos que expõem os pontos de vista de seus autores sobre os aspectos gerais que estão

no bojo do Desenvolvimento Local. Os dados aqui apresentados foram coletados por meio de pesquisa de campo, realizada com a Associação de Moradores (agentes internos), comunidade (agentes externos) e parceiros institucionais (agentes externos), atores deste estudo. A pesquisa é um produto científico aberto, foi estruturada em quatro capítulos que versam sobre as performances daquela ‘Comunidade’. Observa-se que o resultado encontrado na comunidade alvo propicia e revela os fenômenos que culminam, a partir da ‘ruminação’ do autoconhecimento dessas ‘comunidade’, em iniciativas para o Desenvolvimento Local. Merece destaque o emergir das grandes lógicas que, com o intuito de favorecer e fomentar futuros estudos, complementarão e enriquecerão o “processo de teorização e exercitação” do que é Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Comunidade. Performances. Desenvolvimento local.

121 - Título: MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO INSERCIVA E REFLEXOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COMUNIDADE ASSENTADA NO BAIRRO SÃO CONRADO PELO “PROGRAMA MUDANDO PARA MELHOR BURITI-LAGOA” UNIVERSIDADE

Nome: Maria Luiza Mendonça Dutra

Orientador: Vicente Fideles de Ávila

Data da apresentação: 25/09/2008

Resumo: A presente pesquisa é resultado de estudos desenvolvidos com o objetivo de analisar se a condição migrante favorece ou compromete a territorialização e os fatores facilitadores/ou dificultadores para o desenvolvimento local no bairro São Conrado. O público alvo da pesquisa é formado por pessoas pertencentes às 314 famílias beneficiadas pelo “Projeto Mudando para Melhor Buriti-Lagoa”, observando-se assim o enfoque do desenvolvimento local. Com essa intenção, foi realizada a pesquisa de campo, através da qual foram coletados dados acerca da identificação dos moradores, avaliação da origem e razões circunstanciais da migração, a avaliação da migração a partir da realocação das famílias pelo projeto, a análise da situação atual dos migrados com a identificação de reflexos de desenvolvimento local na comunidade. A abordagem do trabalho foi quali-quantitativa, com base no método dialético, podendo ser classificada como pesquisa descritiva e explicativa. No estudo foram utilizadas técnicas de observação direta, entrevista (aberta, semiestruturada e fechada), complementada por pesquisa documental e bibliográfica. Dos resultados da pesquisa, concluiu-se que alguns dos migrantes não participam ativamente da comunidade, o que compromete a territorialização inserciva, mas foram apontadas as potencialidades e as iniciativas existentes na comunidade favoráveis e os fatores implicadores ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: Migração. Territorialidade. Desenvolvimento local.

122 - Título: O AUDIOVISUAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COMUNIDADE INDÍGENA TERENA DA ALDEIA BURITI EM DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS

Nome: Carlos Alberto José da Silva Filho

Orientador: Antonio Jacó Brand

Data da apresentação: 21/05/2008

Resumo: O presente trabalho busca analisar o poder da produção audiovisual como fator de desenvolvimento local na comunidade indígena Terena da aldeia Buriti, localizada na região de Dois Irmãos do Buriti - Mato Grosso do Sul. As histórias contadas pelos indígenas tiveram como ferramenta de registro o vídeo. A concepção de possíveis temas, a execução do trabalho imagético e a manipulação do material gravado foram etapas desenvolvidas pelos indígenas e para os indígenas. Como a interferência externa ficou restrita ao curso de formação em vídeo, o universo da pesquisa exploratória tem como base a documentação das várias fases do processo. A partir da análise, propõe-se um novo olhar sobre a filmografia etnográfica clássica.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Etnografia. Sustentabilidade. Antropologia visual. Organização social.

123 - Título: PAPEL DAS INSTITUIÇÕES INFORMAIS NAS GOVERNANÇAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE UVA DE MESA NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Nome:** Michel Angelo Constantino de Oliveira**Orientador:** Olivier François Vilpoux**Data da apresentação:** 05/12/2008

Resumo: O objetivo desta dissertação é investigar o impacto das instituições informais sobre as governanças no Arranjo Produtivo Local (APL) de Uva de Mesa da Região Noroeste do Estado de São Paulo. A análise do APL de uva de mesa da região noroeste participa do crescimento das pesquisas em torno dos sistemas produtivos locais e arranjos produtivos locais no âmbito nacional e internacional. Nesse contexto, entender os aspectos relacionados com o local permite expandir os objetivos e abordar de maneira integrada o desenvolvimento local, suas ligações com a Nova Economia das Instituições de Williamson e North e os estudos geográficos e sociais sobre o território e sua influência no modo de ser das regiões. A partir do objetivo de pesquisa, o estudo promove uma contribuição teórico-conceitual na abordagem institucionalista de Williamson sobre os modelos de governança. Ao permitir a convergência do arcabouço teórico citado, o trabalho abarca várias áreas do conhecimento, o que permite entender a análise do sistema de maneira diferente, adotando preceitos de sociologia, geografia, economia, administração e direito. O suporte empírico utilizado supriu a necessidade de entender as relações existentes (transações) entre produtores e dos produtores com o mercado (intermediários), provocando uma análise dupla do capital social existente nas transações. A pesquisa conclui que, no arranjo produtivo da uva de Jales, as instituições informais promovem equilíbrio no mercado e mantêm custos menores de transação, sendo adotado governança através do mercado com garantias informais.

Palavras-chave: Instituições informais. Governança. Desenvolvimento local.

124 - Título: PERFORMANCES POLÍTICAS E POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA MT**Nome:** Braz da Silva Oliveira**Orientador:** Vicente Fideles de Ávila**Data da apresentação:** 14/10/2008

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar posicionamentos dos seguimentos político, formadores de opinião e de representação popular sobre potencialidades históricas, econômicas e políticas para Desenvolvimento Local (DL) do município de Juscimeira - MT. Visa também relatar que o poder político, vinculado durante séculos à esfera da atividade do Estado, sofreu mudanças de terminologia no começo da Idade Moderna, passando a significar apenas uma das variadas formas de poder no contexto atual. Diante dessas mudanças, o desenvolvimento é visto no século XX e começo do XXI como questão de visão de Mundo caracterizado por um contexto cultural nacional de qualquer país. O referencial metodológico utilizado na construção e elaboração deste estudo foi o qualitativo-descritivo, e realizou-se estudo bibliográfico para detectar as características das potencialidades do município. Em relação à dimensão investigativa empírica ou de campo, foram feitas pesquisas nos locais com os proprietários ou gerentes dos balneários. E, posteriormente, foram aplicados formulários com perguntas fechadas e abertas para os seguimentos representativos dos munícipes Juscimeirenses. Através dos dados apurados, verificou-se a existência de iniciativas de implementação de cooperativismo com sucesso. No entanto o poder público local, durante sua emancipação política, não conseguiu ampliar ou propor novas alternativas de desenvolvimento participativo. Verificou-se também, a falta de mobilização e articulação por parte da comunidade local para reivindicar ou propor alternativas de autossustentabilidade social e econômica. O planejamento municipal, articulado pelo poder público e comunidade, é imprescindível para se configurar o Desenvolvimento Local, fato não constatado no município pesquisado. E, por fim, sugere iniciativas endógenas participativas entre comunidade local e poder público municipal, que possam contemplar a maioria da população local nos moldes do DL.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local. Potencialidades. Política.

125 - Título: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES DO USO DA MANDIOCA EM ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO ASSENTAMENTO 72 - MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS, COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Alexandre Ramos de Ohara

Orientador: Marney Pascoli Cereda

Data da apresentação: 20/02/2008

Resumo: A pesquisa reuniu os resultados de informações referentes coletadas junto a 50 famílias de um total de 85 do Assentamento 72 no município de Ladário-MS, tendo como foco a cultura da mandioca para alimentação animal, como ferramenta de Desenvolvimento Local. O objetivo foi avaliar o potencial e identificar as restrições no uso da mandioca na alimentação animal, considerando que alimentos de origem animal podem não apenas garantir segurança alimentar, mas também ser a base para processamento de derivados para comercialização. Segurança alimentar foi considerada em seu sentido mais amplo, incluindo quantidade, qualidade e suprimento. A hipótese de que a cultura da mandioca poderia suprir, em parte, a alimentação animal deve-se ao fato da sua rusticidade e produção agrícola razoável mesmo em condições de baixa tecnologia agrícola, situação na maioria dos assentamentos brasileiros. A mandioca em geral está relacionada com base alimentar calórica de baixo custo e, dessa forma, profundamente enraizada na cultura local. Entre as informações recuperadas no Assentamento 72, consta que o conhecimento da existência de cianeto em plantas de mandioca é tácito, mas não o processo de destoxificação, o que pode restringir seu uso nas rações. Por outro lado, a cultura rural classifica a mandioca em doce e amarga pelo potencial de cianeto, mas o conhecimento científico mostra que é impossível distinguir uma planta da outra apenas por características morfológicas externas. A literatura sobre agricultura familiar mostra também que a criação animal é grande responsável pela segurança alimentar em áreas de risco, mas que, na maioria das vezes, a alimentação desses animais pode ser prejudicada por problemas ambientais. Embora esteja na região do Pantanal, o clima no assentamento se caracteriza por um período de seca que ameaça a segurança alimentar. Os resultados obtidos mostraram que 76% dos entrevistados vieram das cidades de Ladário e Corumbá. O cultivo da mandioca nos lotes visitados era basicamente para consumo alimentar de subsistência. A grande maioria do rebanho era de bovinocultura de leite embora existissem outros animais (aves, suínos e ovinos) em menor proporção. Dos entrevistados, 96% produziam leite, 76% plantavam ou plantaram mandioca. Do total do plantio de mandioca, 42% eram para uso culinário e 34%, para uso conjunto, culinário e alimentação animal. Aqueles que não plantavam mandioca alegaram razões técnicas (solo inadequado ou falta de material de plantio) pouco convincentes. Observou-se que, no Assentamento 72, não eram utilizadas técnicas de conservação (silagem, fenagem ou desidratação) da mandioca para alimentação animal na época de seca. Apenas aqueles produtores com origem no Nordeste mantinham a tradição de alimentar animais com mandioca. Conclui-se que a mandioca era de importância para a segurança alimentar dos assentados e que apresentava potencial como alternativa para alimentação dos animais no assentamento, caso se resolvesse a falta de material para plantio. Para divulgar as técnicas de uso de mandioca em alimentação animal seriam necessários treinamentos e áreas de demonstração.

126 - Título: POTENCIALIDADES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COMO AMBIENTE TERRITORIAL DE PACTUAÇÃO E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS: O TURISMO EM BONITO / SERRA DA BODOQUENA

Nome: Lúcio Flávio Mourão Santos

Orientador: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Data da apresentação: 04/07/2008

Resumo: Várias têm sido as tentativas do poder público, por meio de políticas e incentivos, de viabilizar condições mais favoráveis de acesso ao crédito aos micro e pequenos empreendimentos. Entretanto, na prática, essas tentativas têm esbarrado, de um lado, na insegurança das instituições financeiras em conceder empréstimos às micro e pequenas empresas pelos altos custos de transação envolvidos e pela assimetria de informações e, por outro, pela condição precária das micro e pequenas empresas no tocante ao oferecimento de garantias àquelas instituições. Dessa forma, o presente estudo objetiva identificar os impasses vividos pelos micro e pequenos empreendimentos em operações de crédito bancário, assim como verificar as potencialidades do ambiente territorial construído no Arranjo Produtivo Local do Turismo em Bonito/Serra da Bodoquena – que tem como característica o associativismo e a governança – que possibilitem a minimização dos custos de transação, e, com isso, amplie as condições para o desenvolvimento desse território. A partir de uma abordagem integrada do tipo sistêmica, buscou-se compreender as potencialidades do arranjo em funcionar como elemento redutor da assimetria de informações e dos custos de transação, possibilitando um maior acesso ao crédito por parte das micro

e pequenas empresas do arranjo. A metodologia da pesquisa foi de caráter exploratório, amparada por uma revisão bibliográfica. A pesquisa de campo, para coleta dos dados, foi de natureza quali-quantitativa, utilizando-se como instrumentos questionários e entrevistas que, após organizados e sistematizados, foram analisados e correlacionados com as teorias que serviram de base para este estudo. Os resultados dessas análises evidenciam a dissonância entre as regras utilizadas pelos agentes de crédito, em especial aquelas ligadas a uma visão patrimonialista e individualizada quanto ao tomador do empréstimo, e a realidade das empresas do Arranjo Produtivo Local de Bonito, com suas necessidades e especificidades. Por outro lado, o associativismo ali existente pode se configurar como instrumento de mediação entre bancos e empresários na busca de maior harmonização de regras, no tipo e na forma de operacionalização do crédito, minimizando riscos do lado dos dois jogadores.

127 - Título: POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE CATÓLICA SÃO JOÃO CALÁBRIA – CAMPO GRANDE - MS

Nome: Tânia Rute Ossuna de Souza

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 27/11/2008

Resumo: Esta dissertação apresenta uma reflexão sobre a interação de uma comunidade católica que busca demonstrar alguns aspectos relevantes das ações comunitárias, conceitos, experiências, métodos, dinâmicas sobre a fé católica, bem como o território, a territorialidade, o capital social, as potencialidades e perspectivas de desenvolvimento local. A Paróquia São João Calábria localiza-se no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Oliveira Rodrigues da Luz, nº 247 no bairro Macaúbas. Esa comunidade permitiu a materialização da pesquisa com aprofundamento teórico e análise fenomenológica, embasada em coleta de dados e informações por meio de consultas documentais e instrumentos de investigações utilizados nas visitas in loco, por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. No diálogo com agentes internos e externos e na interpretação dos dados coletados, identificaram-se as performances e socialização das potencialidades, participação e as principais iniciativas das pastorais junto à comunidade local. Sobressai-se também a valorização do capital humano, a confiança, a solidariedade e companheirismo realizados por meio de musicalidade, projetos sociais, missa afro-brasileira, decorrentes das diferentes performances comunitárias, que confrontam com a realidade atual. Destacou-se a formação de lideranças, que fortaleceram o sentimento de pertença, com perspectiva de Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Comunidade. Territorialidade. Religião. Identidade afro-brasileira.

128 - Título: PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA REGIONAL, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O REGIONAL SOB O PONTO DE VISTA DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA E SUA APLICAÇÃO NO PROGRAMA ATUALIDADES

Nome: Márcio Veiga da Silva

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 03/07/2008

Resumo: Este estudo investiga a contribuição da programação televisiva regional na formação da identidade cultural de Mato Grosso do Sul. Objetiva-se conhecer a opinião de 10 profissionais da cultura a respeito do conceito de regionalidade, a partir da noção da territorialidade e no contexto do Desenvolvimento Local, avaliando, todavia, a sua aplicação no programa Atualidades, único programa de cunho cultural exibido na principal emissora de televisão do Estado, a TV Morena. O regionalismo abordado nesta investigação tem como parâmetro a noção de regional como projeto, ou seja, a delimitação de uma identidade e a produção de sentido dessa identidade como regionalidade. O estudo traz duas noções de construção dessa regionalidade, uma como imposição de uma ideia regional, ou seja, um recorte; e outra como construção territorial, ou seja, a delimitação de uma regionalidade por conta da capacidade de se destacar como identidade regional. O texto traz contribuições de desenvolvimento a partir da ação interna no território e questiona até que ponto uma regionalidade como imposição pode implicar a formação da identidade cultural de um lugar. O espaço como construção coletiva, e que ganha corporeidade na aça física do território, ganha destaque como caminho viável para se pensar o Desenvolvimento Local, respeitando as comunidades em sua essência. Por fim são investigadas as potencialidades da televisão como importante instrumento para divulgação e desenvolvimento de identidades territoriais, e busca-se, de acordo com as teorias e opiniões apresentadas, a aplicação desse conceito de regionalismo no programa televisivo em destaque.

Palavras-chave: Televisão. Desenvolvimento local. Territorialidade. Identidade. Regionalismo.

129 - Título: RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMA URBANO: A IMPORTÂNCIA DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PARQUE LINEAR BURITI/LAGOA EM CAMPO GRANDE-MS

Nome: Jurandyr Martins Abrão

Orientador: Reginaldo Brito da Costa

Data da apresentação: 26/05/2008

Resumo: Este trabalho teve como objetivo estudar e analisar a melhoria socioambiental da comunidade do Bairro Buriti-Lagoa, após a implantação do Parque Linear, e a satisfação da comunidade com as obras de infraestrutura, como subsídios para pesquisar o desenvolvimento de novos projetos que possibilitem aprimorar o desenvolvimento local. A proposta encerra uma pesquisa qualitativa e quantitativa apoiada em pesquisas bibliográficas, localização de pontos de relevância e comparação com fotografias aéreas; avaliação da qualidade físico-química e bacteriológica da água dos córregos Buriti e Lagoa em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e pesquisa a campo, com a utilização de questionários e entrevistas junto à população local. Os resultados obtidos demonstraram a interação da comunidade com o poder público e participação nas decisões, resultando em benefícios não somente para a recuperação do meio ambiente degradado, como para a valorização do ser humano, melhorando sua qualidade de vida, permitindo o exercício da cidadania.

130 - Título: REDE ECONÔMICA DE SUPERMERCADOS EM CAMPO GRANDE-MS: RELAÇÕES CONTRATUAIS EM UMA INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Maria Fernanda Leal Maymone Couto

Orientador: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Data da apresentação: 24/11/2008

Resumo: Nas formas de relacionamentos organizacionais, têm-se despertado nas ciências jurídicas e econômicas respostas para a crescente complexidade do mundo globalizado. Um novo modelo organizacional utilizado como forma de fortalecimento territorial em microescala nasce de situações estratégicas criadas coletivamente, que não pressupõem modelos institucionais padrão. Com elas nascem as redes de cooperação, que acabam sendo dotadas das especificidades territoriais e dos objetivos pretendidos coletivamente. Isso foi o que motivou a investigar a origem e o desenvolvimento da Rede Econômica de Supermercados, no contexto da realidade territorial de Campo Grande/MS, caracterizando a estrutura dinâmica no que tange aos mecanismos jurídicos que fazem parte da sua dimensão institucional. O método de abordagem adotado foi sistêmico, na medida em que por meio de uma análise integrada, procurou-se entender como as relações contratuais (formais e informais) se manifestaram num ambiente de rede. O método de pesquisa foi o da análise ampliada e integrada, enquanto os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: Revisão bibliográfica; Coleta de dados, com pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas; Organização e sistematização dos dados coletados, Análise e interpretação dos dados organizados. Como resultado principal, os dados coletados neste trabalho permitem verificar que a Rede Econômica de Supermercados nasceu com formato de associação – Associação Rede Super Econômica do Estado de Mato Grosso do Sul, na condição de sociedade civil sem fins lucrativos, que se mantém, não só pelo estatuto, mas também por uma rede de contratos estabelecidos dentro e fora dela, competindo num mundo relacional, e se fortalecendo com base nessa rede contratual.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Relações contratuais. Rede de cooperação.

131 - Título: RELAÇÃO ENTRE TEKOKHA, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO: ESTUDO DE CASO DO TEKOKHA CARUMBÉ NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Marcelo Casaro Nascimento

Orientador: Antonio Jacó Brand

Data da apresentação: 06/03/2008

Resumo: O presente estudo articula práticas e teorias do desenvolvimento local em território indígena, com foco na noção de sustentabilidade. A pesquisa de campo foi realizada na aldeia Jaguapiru, na reserva indígena de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul. Nessa aldeia, convivem os povos Guarani e Kaiowá, para os quais a perspectiva de reconquista da terra e de reconstrução do Tekokha (“território tradicional”, em idioma guarani) reflete o desejo de autonomia política e social. O trabalho de campo foi realizado com base na metodologia da observação participante (etnografia), por meio de entrevistas semiabertas e de convivência intermitente com um chefe de grupo macrofamiliar Kaiowá, sua esposa e

seu filho. Buscou-se compreender a lógica cultural do processo de retomada do território, na perspectiva da construção de sustentabilidade e autonomia, aspectos que são fortemente dependentes da harmonia nas relações sociais, para essa sociedade indígena. Parte-se da história desse grande grupo étnico em seus primeiros contatos com os colonizadores (meados do século XVI), sua distribuição espacial na bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Passa-se a analisar a presença indígena nessa região à época da Guerra do Paraguai, assim como o processo de perda do Tekoha por parte dos Guarani e Kaiowá, na região sul da então Província de Mato Grosso, no último quartel do Séc. XIX, processo acentuado ao longo do Séc. XX. Descreve-se, então, a atual situação de conflitos, de dependência e de desestruturação organizacional desse povo. Por fim, com base nas mais recentes teorias do desenvolvimento local, descreve-se o processo de reterritorialização e analisam-se as relações sociais intra e interfamiliares dos Guarani e Kaiowá, assim como as relações dos indivíduos com seu espaço de existência.

Palavras-chaves: Territorialidade. Desenvolvimento local. Guarani e Kaiowá.

132 - Título: RELAÇÕES ENTRE ATORES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PECUÁRIA BOVINA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL, EM RIO VERDE DE MATO GROSSO

Nome: Luzia Félix da Silva

Orientador: Luís Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 22/02/2008

Resumo: A pecuária é considerada uma das atividades mais exploradas no estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, a região norte tem se despontado em função da produção cerâmica, através do seu Arranjo Produtivo Local (APL), já constituído e denominado "Terra Cozida do Pantanal". No entanto a criação de bovinos ainda se mantém como um dos recursos de subsídio ao seu desenvolvimento. Este trabalho versa especificamente sobre o município de Rio Verde de Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, tratando especificamente da atividade da pecuária. O interesse pela pesquisa tem por objetivo evidenciar se, além do APL Cerâmico, a pecuária também poderia ser considerada como APL. O objetivo foi conhecer as relações comerciais e pessoais entre os criadores de bovinos, bem como identificar os atores e as possíveis interações, cooperações, aprendizados entre eles, e a relação entre o frigorífico e órgãos reguladores dessa atividade. A pesquisa teve natureza qualitativa, e foram realizadas entrevistas. Através dos dados apurados, verificou-se a existência de APL Pecuário no município, ainda que de uma forma incipiente e sem a conscientização dos envolvidos no processo, considerando que os produtores rurais ainda trabalham de forma individualizada e a relação entre estes, os atores e os órgãos de apoio e reguladores se dá por necessidades específicas ou apenas pela obrigatoriedade da lei: não há uma interação que possibilite um aprendizado ou aperfeiçoamento de técnicas, pois dificilmente o produtor participa de palestra e eventos ministrados por técnicos, com parceria do Banco do Brasil ou fornecido pelo sindicato da categoria. No entanto é favorável a constituição de uma cooperativa, acreditando-se que esta pode trazer melhorias à atividade, ainda que boa parte dos envolvidos não conheça sua finalidade. Infere-se, ainda, que as relações comerciais estejam enfraquecidas pela falta de comprometimento entre o comerciante e o consumidor, visto que o frigorífico local tem sérias dificuldades em adquirir matéria-prima na região, pois os grandes seis frigoríficos, de outras regiões, vêm buscar os animais de Rio Verde de Mato Grosso e, por estes, pagam um preço melhor.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento local. Pecuária bovina. Produtor de bovinos. Relações.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, francês e espanhol;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
- c) cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
- d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- f) referências.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados para acdorsa@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:

- a) arquivo no padrão Microsoft Word;
- b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
- c) o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente nesta revista após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

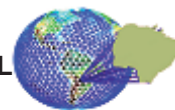
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3593

e-mail: acdorsa@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Endereço de correio do(s) autor(es), para entrega do exemplar da revista, caso o artigo seja publicado.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em outubro de 2013.